

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL STRICTO SENSU**

**O STALINISMO EM CAXIAS DO SUL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO
SINDICATO DOS METALÚRGICOS (1993-2010)**

Caxias do Sul - RS
2026

BRUNO CARSTEN VIEIRA

**O STALINISMO EM CAXIAS DO SUL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO
SINDICATO DOS METALÚRGICOS (1993-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em História, Mestrado e Doutorado
Profissional, da Universidade de Caxias do Sul, como
requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Fontes e Acervos na Pesquisa e
Docência em História.

Orientador: Prof. Dr. João Ignácio Pires Lucas

Caxias do Sul, RS.

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

V658s Vieira, Bruno Carsten

O stalinismo em Caxias do Sul [recurso eletrônico] : uma análise da atuação do sindicato dos metalúrgicos (1993-2010) / Bruno Carsten Vieira. – 2026.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2026.

Orientação: João Ignácio Pires Lucas.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Sindicatos - Metalúrgicos - Caxias do Sul. 2. Stalinismo. 3. Partido Comunista Brasileiro. 4. História - Estudo e ensino. I. Lucas, João Ignácio Pires, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 331.105.443:669(816.5)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

O STALINISMO EM CAXIAS DO SUL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS (1993 – 2010)

Bruno Carsten Vieira

Trabalho de Conclusão de Mestrado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração: Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha de Pesquisa: Linguagens e Cultura no Ensino de História.

Caxias do Sul, 31 de julho de 2026.

Banca Examinadora:

Dr. João Ignacio Pires Lucas

Orientador

Universidade de Caxias do Sul

Dra. Aline Passuelo de Oliveira

Universidade de Caxias do Sul

Dr. Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro

Universidade Federal Fluminense

E, assim como na vida privada, se costuma diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se diferenciar tanto mais as fraseologias e ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e do seu real interesse, deve-se diferenciar as suas concepções da sua realidade.

Karl Marx. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*.

Aos mestres e mestras.
Ensinar pode ser um ato revolucionário.

À memória de todos e todas os mestres e mestras palestinos
mortos ao longo do contínuo genocídio perpetrado
pelo Estado sionista e teocrático de Israel.
Sua lição de resistência e paixão jamais será esquecida.

AGRADECIMENTOS

A tradição dos agradecimentos em trabalhos acadêmicos manda que obedeçamos a uma ordem-padrão: primeiro a Deus; depois à família e aos amigos; após, à instituição. Neste caso, não agradecerei a nenhum dos três. Como materialista, nunca fui tocado pela fé. À minha família e amigos, agradeço todos os dias, em todas as oportunidades que tenho de com eles compartilhar momentos, tornando desnecessário qualquer agradecimento aqui. À instituição, na qual estudei por muitos anos e pela qual nutro grande respeito, não devo agradecer, uma vez que paguei para poder efetuar esta pesquisa.

Ao invés disso, quero agradecer aos mestres que tive ao longo da vida e que, das mais diferentes formas, me ensinaram as mais diferentes lições. Assim, agradeço a meus colegas de mestrado, Rodrigo Oliveira, Suelen França, Greici Fulcher, Luana Bertoni e Carlos Monteiro. Todos mestres ou mestras e com quem, nas trocas de ideias, nas dicas de leituras, nos debates em aula e no apoio permanente de uns aos outros, aprendi sobre ciência, mas também tive lições para a vida.

A todos os mestres que tive em minha caminhada acadêmica, agradeço igualmente. A meu orientador, professor João Ignácio, pelas sugestões, correções e ótimas trocas de ideias. À professora Eliana Xerri, que me ensinou a ver aquilo que me constitui, sem a qual essa dissertação não existiria. Ao professor Roberto Radünz, uma das mais generosas figuras que conheci em meio ao tão vaidoso mundo acadêmico. Aos professores Aline Passuelo, Marcio Lauria Monteiro e Ramon Tissot, pela avaliação deste trabalho e pelas valiosas observações a seu respeito. À professora Marília Conforto, com quem aprendi a estar aberto a todos, pois cada um de nós tem algo a ensinar e muito a aprender. À professora Natália Pietra Méndez, que me ensinou o valor dos clássicos e a paixão por eles. Lamento por todos que passaram pelas mãos desses mestres e não souberam levar um pouco de cada um.

Agradeço a todos os meus colegas de trabalho, ao longo desses anos na rede pública de ensino. Diante de um Estado que faz de tudo para demolir a educação, me impressiono a cada dia com o amor e a dedicação com que a maioria dos meus colegas sempre tratou o ensino.

Por fim, agradeço a uma professora que tive no terceiro ano do fundamental. Chama-se Clarisse. Não sei seu sobrenome e nunca mais a vi, desde então. Foi ela que me apresentou ao mundo dos livros. Minha vida foi outra a partir daquele momento. E por mais que seja óbvio que ela nunca lerá estas linhas, quem lê-las entenderá o poder que um mestre tem de mudar uma vida.

Resumo

Em um momento de aprofundamento das inúmeras contradições que compõem o modo de produção capitalista, torna-se cada vez mais urgente a busca por uma resposta que aponte para sua superação. Essencialmente baseado na acumulação incessante de capital, o capitalismo não é capaz de oferecer uma solução às contradições econômicas, políticas, sociais e ambientais postas por ele mesmo. Contudo, discutir uma alternativa que leve à sua superação é uma tarefa extremamente complexa, uma vez que passa pela necessidade de reestruturação da esquerda, em nosso país e no mundo. Após o impacto devastador que o colapso do “socialismo real” teve sobre ela, essa tarefa depende de um exame crítico, autocrítico e radical de sua atuação nos últimos cem anos. Fragmentada nas mais diversas correntes ideológicas (stalinismo, reformismo, luxemburguismo, trotskismo), a esquerda que reivindica o marxismo não será capaz de dar uma resposta à crescente barbárie capitalista enquanto não identificar os erros cometidos no passado, buscando superá-los. A partir da análise da grande experiência revolucionária que a humanidade testemunhou, iniciada em 1917, é necessário que reconheçamos, criticamente, os limites que determinadas linhas políticas contém e que levaram à derrota acachapante de 1991. Por isso, trata-se de uma tarefa imprescindível ao avanço da esquerda as reflexões científicas e radicais sobre o stalinismo, corrente hegemônica na esquerda mundial em todo o século passado. Se tivermos como horizonte a possibilidade de superação revolucionária e definitiva do capitalismo, a análise crítica dos fundamentos do stalinismo talvez seja o mais importante debate que a historiografia possa fazer no século XXI. Caxias do Sul é, *historicamente*, uma fortaleza dessa vertente ideológica. Atualmente, em 2026, parte significativa dos sindicatos da cidade é controlada pelo Partido Comunista do Brasil, braço tradicional do stalinismo no país. Dentre esses sindicatos, temos o mais importante da cidade: o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Caxias do Sul e Região. É amplamente reconhecida a importância central que o operário fabril possui na tarefa histórica de superação do capitalismo, uma vez que a libertação do operariado da exploração patronal somente é possível como libertação de toda a sociedade. Essa importância é potencializada em Caxias, onde se localiza um dos maiores polos metalomecânicos do país, com uma categoria metalúrgica altamente concentrada e com amplo histórico de resistência. Dominando o Sindicato desde 1993, cabe perguntarmos: o PCdoB fez avançar a consciência de classe da categoria? Os stalinistas conseguiram, em alguma medida, fazer o operário fabril da cidade avançar de *classe em si* para uma *classe para si*? Partindo da compreensão de um sindicato como uma ferramenta que possibilita a autoconsciência histórica de uma categoria, convertendo-se em um ambiente onde o ensino de história se faz possível, mesmo de maneira não-institucional, o Sindicato dos Metalúrgicos contribuiu para que a categoria compreendesse a si mesma historicamente? Responder a estas perguntas, procurando entender a atuação do grupo político que hegemoniza o Sindicato há mais de três décadas, à luz de sua ideologia, o stalinismo, é a tarefa central desta pesquisa. Como veremos, ao estar preso às concepções e práticas stalinistas, o Sindicato não conseguiu escapar completamente à cooptação promovida pela reestruturação produtiva, terminando por travar o avanço da consciência da categoria. Não temos a pretensão de realizar, aqui, um estudo seminal. Mas buscamos uma contribuição, mesmo que mínima, ao debate de reestruturação da esquerda brasileira.

Palavras-chave: Sindicato dos Metalúrgicos. Stalinismo. Partido Comunista do Brasil. Caxias do Sul. Ensino de História.

Resumen

En un momento de profundización de las innumerables contradicciones que componen el modo de producción capitalista, se vuelve cada vez más urgente la búsqueda de una respuesta que apunte a su superación. Esencialmente basado en la acumulación incesante de capital, el capitalismo no es capaz de ofrecer una solución a las contradicciones económicas, políticas, sociales y ambientales que él mismo genera. Sin embargo, discutir una alternativa que conduzca a su superación es una tarea extremadamente compleja, ya que implica la necesidad de reestructuración de la izquierda, tanto en nuestro país como en el mundo. Tras el impacto devastador que el colapso del “socialismo real” tuvo sobre ella, esta tarea depende de un examen crítico, autocrítico y radical de su actuación en los últimos cien años. Fragmentada en las más diversas corrientes ideológicas (estalinismo, reformismo, luxemburguismo, trotskismo), la izquierda que reivindica el marxismo no será capaz de dar una respuesta a la creciente barbarie capitalista mientras no identifique los errores cometidos en el pasado, buscando superarlos. A partir del análisis de la gran experiencia revolucionaria que la humanidad presencié, iniciada en 1917, es necesario que reconozcamos, críticamente, los límites que contienen determinadas líneas políticas y que llevaron a la aplastante derrota de 1991. Por ello, las reflexiones científicas y radicales sobre el estalinismo, corriente hegemónica en la izquierda mundial durante todo el siglo pasado, constituyen una tarea imprescindible para el avance de la izquierda. Si tenemos como horizonte la posibilidad de una superación revolucionaria y definitiva del capitalismo, el análisis crítico de los fundamentos del estalinismo quizá sea el debate más importante que la historiografía pueda realizar en el siglo XXI. Caxias do Sul es, históricamente, una fortaleza de esta vertiente ideológica. Actualmente, en 2026, una parte significativa de los sindicatos de la ciudad es controlada por el Partido Comunista de Brasil, brazo tradicional del estalinismo en el país. Entre estos sindicatos se encuentra el más importante de la ciudad: el Sindicato de los Trabajadores de las Industrias Metalúrgicas de Caxias do Sul y Región. Es ampliamente reconocida la importancia central que el obrero fabril posee en la tarea histórica de superación del capitalismo, ya que la liberación del proletariado de la explotación patronal solo es posible como liberación de toda la sociedad. Esta importancia se ve reforzada en Caxias, donde se ubica uno de los mayores polos metalmecánicos del país, con una categoría metalúrgica altamente concentrada y con un amplio historial de resistencia. Dominando el Sindicato desde 1993, cabe preguntarnos: ¿el PCdoB ha hecho avanzar la conciencia de clase de la categoría? ¿Los estalinistas han logrado, en alguna medida, que el obrero fabril de la ciudad avance de *clase en sí* a *clase para sí*? Partiendo de la comprensión de un sindicato como una herramienta que posibilita la autoconciencia histórica de una categoría, convirtiéndose en un espacio donde la enseñanza de la historia se hace posible, incluso de manera no institucional, ¿el Sindicato de los Metalúrgicos contribuyó a que la categoría se comprendiera a sí misma históricamente? Responder a estas preguntas, procurando comprender la actuación del grupo político que hegemoniza el Sindicato desde hace más de tres décadas, a la luz de su ideología, el estalinismo, es la tarea central de esta investigación. Como veremos, al estar preso a las concepciones y prácticas estalinistas, el Sindicato no logró escapar completamente a la cooptación promovida por la reestructuración productiva, terminando por frenar el avance de la conciencia de la categoría. No pretendemos realizar aquí un estudio seminal, pero buscamos una contribución, aunque sea mínima, al debate sobre la reestructuración de la izquierda brasileña.

Palabras clave: Sindicato de los Metalúrgicos. Estalinismo. Partido Comunista de Brasil. Caxias do Sul. Enseñanza de História.

Lista de Tabelas

Tabela 1 Salário da força de Trabalho Feminina na Eberle	69
Tabela 2 Rotatividade por classe de empresas, segundo número de funcionários.....	80
Tabela 3 Distribuição da força de trabalho industrial por classe de salário.....	80
Tabela 4: Rotatividade na Indústria de Caxias do Sul (2007-2010).....	81
Tabela 5: Rotatividade em Caxias do Sul no setor metalúrgico (2006-2007).....	239

Lista de Quadros:

Quadro 1: Estabelecimentos comerciais em Caxias do Sul, 1899.....	41
Quadro 2: Indústria Automobilística	58
Quadro 3: Rotatividade em Caxias do Sul.....	81
Quadro 4: Planejamento do Seminário	255

Lista de Figuras:

Figura 1: Segalla discursa na histórica greve de 1963.....	92
Figura 2: Jorge Rodrigues, primeiro presidente pecedobista do Sindicato.....	174
Figura 3: Ambulatório do Sindicato, em sua inauguração, em 1998.....	209
Figura 4: Eremi Melo discursa em frente à Intral, por volta de 2008.....	232
Figura 5: Sindicalistas são presos em manifestação	243
Figura 6: Sindicalistas feridos após repressão	247
Figura 7: Assis Melo retratado em charge.....	249

Lista de Siglas e Abreviaturas:

ACCS: Associação Comercial de Caxias do Sul
ALCA: Área de Livre-Comércio das Américas
ARS: Aliança Republicana e Socialista
AV: Ala Vermelha
BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAD/CAM: Computer Aided Design/Computer Aided Manufacturing
CC: Comitê Central
CCQ: Círculo de Controle de Qualidade
CGT: Central Geral dos Trabalhadores
CGTB: Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros
CIPA: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
COLINA: Coletivo de Libertação Nacional
CNOP: Comissão Nacional de Organização Provisória
CONCLAT: Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
Conclat: Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
Concut: Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares
CR: Comitê Regional
CSB: Central dos Sindicatos Brasileiros
CSC: Corrente Sindical Classista
CSP-Conlutas: Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas
CTB: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DOI/CODI: Destacamento de Operações de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna
FDLN: Frente Democrática de Libertação Nacional
FMI: Fundo Monetário Internacional
FS: Força Sindical
GPP: Guerra Popular Prolongada
GPU: Administração Política do Estado
IPC-r: Índice de Preços ao Consumidor em real

KPD: Kommunistische Partei Deutschlands [Partido Comunista da Alemanha]
LIT-QI: Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MR-8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro
NCSB: Nova Central Sindical do Brasil
NCT: Nova Central Sindical dos Trabalhadores
NPND: Novo Plano Nacional de Desenvolvimento
ORM-POLOP: Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
P&D: Pesquisa e Desenvolvimento
PC: Partido Comunista
PCC: Partido Comunista Chinês
PCB: Partido Comunista do Brasil [até 1961]; Partido Comunista Brasileiro [desde então]
PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PCR: Partido Comunista Revolucionário
PCUS: Partido Comunista da União Soviética
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PLR: Participação nos Lucros e Resultados
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POSDR: Partido Operário Social Democrata Russo
PPR: Programa de Participação nos Resultados
PRC: Partido Revolucionário Comunista
PRP: Partido da Representação Popular
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT: Partido dos Trabalhadores
PTA: Partido dos Trabalhadores da Albânia
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PV: Partido Verde
RCI: Região de Colonização Italiana
SIMECS: Sindicato das Indústrias Metalúrgicas de Caxias do Sul
SLP: Sistema Local de Produção
SSB: Sindicalismo Socialista Brasileiro
TRT: Tribunal Regional do Trabalho

TST: Tribunal Superior do trabalho

UGT: União Geral dos Trabalhadores

URV: Unidade Real de Valor

VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

APRESENTAÇÃO	16
1: O ENSINO DE HISTÓRIA E A ATIVIDADE SINDICAL.....	31
2: O SINDICATO E A CATEGORIA.....	37
2.1: A Indústria em Caxias do Sul.....	38
<i>2.1.1: A formação da indústria caxiense (1875-1920).....</i>	<i>39</i>
<i>2.1.2: Os anos de prosperidade (1920-1950).....</i>	<i>45</i>
<i>2.1.3: A indústria automotiva (1950-).....</i>	<i>49</i>
2.2: A Classe Operária de Caxias do Sul.....	61
<i>2.2.1: A força de trabalho inicial (1875-1920).....</i>	<i>62</i>
<i>2.2.2: A consolidação do operariado: rotatividade, migrações e lutas de classes (1920-1950).....</i>	<i>68</i>
<i>2.2.3: Tempos de repressão (1950-).....</i>	<i>77</i>
2.3: O Sindicato dos Metalúrgicos.....	88
3: O SINDICATO E O PARTIDO.....	96
3.1: O Fenômeno do Stalinismo.....	101
<i>3.1.1: O stalinismo como fenômeno material.....</i>	<i>102</i>
<i>3.1.2: Os fundamentos teóricos do stalinismo.....</i>	<i>118</i>
<i>3.1.3: O stalinismo para além de Stalin.....</i>	<i>129</i>
3.2: O PCdoB: das Origens à Legalização.....	135
<i>3.2.1: A grande crise do stalinismo no Brasil.....</i>	<i>136</i>
<i>3.2.2: O PCdoB sob os anos de chumbo da ditadura.....</i>	<i>146</i>
<i>3.2.3: Entre Stalin e Bernstein: o PCdoB em seu período de legalidade.....</i>	<i>155</i>
3.3: A Política Sindical do PCdoB.....	164
4: O SINDICATO E A AÇÃO.....	174
4.1: Ética e Luta: O Sindicato vai ao Enfrentamento.....	176
<i>4.1.1: A luta sob o impacto do Plano Real.....</i>	<i>180</i>
<i>4.1.2: O Sindicato no mar revolto da reestruturação produtiva.....</i>	<i>191</i>
<i>4.1.3: A luta contra o neoliberalismo: FHC e ALCA.....</i>	<i>201</i>
4.2: Adeus, Lenin!: o Economicismo agora é a Regra.....	213
<i>4.2.1: O canto do cisne da Força Sindical.....</i>	<i>215</i>
<i>4.2.2: A adaptação à ordem.....</i>	<i>220</i>
<i>4.2.3: A crise de 2008: a patronal endurece o jogo.....</i>	<i>235</i>

4.3: Abre-se um Novo Momento.....	252
5: O PRODUTO.....	255
6: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	257
REFERÊNCIAS.....	261
FONTES.....	273

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa aborda o fenômeno do stalinismo em sua manifestação no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Caxias do Sul e Região (ou, simplesmente “Sindicato”, com letra maiúscula, como será referido ao longo desta exposição). No atual momento histórico, em que após muitos anos de desmoralização, com o colapso da URSS e o avanço do neoliberalismo, o marxismo lentamente volta a adquirir certa amplitude política e cultural, a discussão acerca das diferentes vertentes que compõem a esquerda se faz fundamental. O stalinismo, absolutamente hegemônico, durante boa parte do século passado, no interior da esquerda que reivindica a revolução, deve ser estudado, debatido, problematizado e criticado. Assumindo as mais diferentes formas ao redor do globo, a burocratização dos Estados operários surgidos de revoluções proletárias, camponesas, ou mesmo de grupos militarizados, conduziu todas as rupturas com o capitalismo a ditaduras que, mais dia, menos dia, pavimentaram o caminho do retorno da burguesia ao poder econômico-político. A análise profunda do fenômeno stalinista é urgente, se almejarmos uma esquerda capaz de responder à barbárie posta pelo capital.

Diferente de países como França, México ou Argentina, onde as organizações trotskistas alcançaram grande influência, oferecendo um contraponto aos Partidos Comunistas, no Brasil a preponderância do “marxismo-leninismo” dentro da esquerda que reivindica a revolução, sempre foi inconteste. Até hoje, não há nenhuma explicação historiográfica razoável que dê conta de entender o porquê de tamanha ressonância do fenômeno stalinista em nosso país. Sem dúvidas, a compreensão das origens dessa importante marca política seria de grande valor. Por um lado, poderia ajudar a explicar alguns elementos singulares da crise da esquerda no Brasil; por outro, certamente elucidaria características políticas da própria cultura política brasileira.

Caxias do Sul, por motivos ainda pouco pesquisados, possui uma ampla penetração da ideologia stalinista. Boa parte dos sindicatos da cidade são controlados pelo Partido Comunista do Brasil, organização que, como veremos adiante, carrega desde sua origem as concepções stalinistas. O mesmo partido também domina grêmios estudantis, centros acadêmicos, além do próprio Diretório Central da Universidade de Caxias do Sul. Assim como no caso nacional, também aqui não temos uma explicação: nenhum historiador se debruçou sobre a análise do stalinismo na cidade, não obstante a arrasadora força política dessa ideologia entre a esquerda caxiense.

Esta pesquisa se debruça na análise de apenas uma, dentre as várias entidades controladas pelo PCdoB na cidade. Mas não se trata de uma entidade escolhida ao acaso. Trata-se daquela que, certamente, é a mais importante e influente dentre todas. O Sindicato, às vésperas de seu centenário, representa uma categoria historicamente combativa, concentrada e economicamente importante, uma vez que se localiza no segundo maior polo metalomecânico do país. Dada a centralidade do operário fabril no processo de superação do capitalismo, bem como a importância econômica considerável da metalurgia em Caxias, não há dúvidas de que, dentre todas as entidades dirigidas pelo PCdoB na cidade, esta é a mais relevante.

O metalúrgico, frequentemente atuando em empresas de elevada composição orgânica, muitas vezes com altíssimas taxas de lucratividade e que integram inúmeros setores fundamentais do capital (inclusive daquele pertencente à burguesia imperialista), provavelmente seja o mais central trabalhador das fileiras proletárias. A classe operária, em um modo de produção que transmuta todo trabalho objetificado em valor, ao ser responsável pela produção da riqueza, é o grande epicentro do capitalismo. É da exploração a que é submetida que brotará o excedente social, convertido em capital, em um mundo em que tudo assume a forma-mercadoria. Marx, como sabemos, já destacava que a exploração do operariado é um pressuposto para a existência do capital na sociedade:

Como o trabalho excedente, ou tempo excedente, é o pressuposto do capital, o capital se baseia, por conseguinte, num pressuposto fundamental de que existe um excedente para além do tempo de trabalho necessário para o sustento e a reprodução do indivíduo; no fato de que o indivíduo possa trabalhar só seis horas para viver um dia, ou um dia para viver dois [...] Se, de um lado, o capital cria o trabalho excedente, de outro, o trabalho excedente é igualmente pressuposto para a existência do capital. Todo o desenvolvimento da riqueza está baseado na criação de tempo disponível (Marx, 2011, p. 321-322).

E mais adiante:

O valor é apenas trabalho objetivado, e valor excedente (valorização do capital) é somente o excedente para além da parte do trabalho objetivado que é necessária para a reprodução da capacidade de trabalho. Mas o trabalho é, e continua sendo, o pressuposto, e o trabalho excedente só existe em relação ao necessário, portanto, só à medida em que este existe (*Ibid.*, p. 323).

Portanto, o proletário não foi eleito como a classe revolucionária por algum motivo místico ou por mera opção teórica dos marxistas. Ele é a classe que gera a riqueza, o valor, o capital. A classe cuja atividade sustenta o modo de produção capitalista e sem a qual o capital ruiria. Mas isso não significa que, por ser *potencialmente* revolucionário, o proletariado compreenda a si mesmo como *efetivamente* revolucionário. Ainda que qualquer operário saiba que é explorado e que seu patrão lucra a partir de seu trabalho, isso não quer dizer que os

trabalhadores, automaticamente, se apercebiam capazes de revolucionar a sociedade, muito menos que estejam dispostos a isso. Entender-se como classe em si, não é o mesmo que entender-se como classe para si. Isso leva à possibilidade de penetração de ideologias burguesas no interior da classe operária. Em um contexto em que o proletariado, muitas vezes, não eleva sua consciência a um nível que lhe permita construir enfrentamentos, de qualquer ordem, contra o burguês, nada impede que setores da classe assumam posturas tendentes à passividade. Mas mesmo aí paira certa inquietação:

É somente quando se faz referência à sociedade como uma totalidade em movimento que a consciência dos operários aparece em seus diversos modos de ser. Inicialmente, mesmo quando totalmente presa às tendências reificantes, ela já apresenta uma inquietude e um inconformismo difuso proveniente de sua situação de classe dominada. Como “consciência falsa”, a consciência operária é “falsa” em relação ao desenvolvimento social a que ela não consegue imprimir uma direção consciente, e ao qual reage opondo-se somente aos seus efeitos mais imediatos. Mas ela também pode ser “verdadeira”, na medida em que age sobre os momentos de uma totalidade, modificando-a. O limite da “falsa consciência” está na possibilidade de o operário conhecer todo o seu objeto: a sociedade capitalista (Frederico, 1979, p 29-30).

Assim, por mais passivo que seja o operariado de uma fábrica qualquer, sua consciência contém elementos da compreensão da totalidade histórica, da compreensão de si como sujeito revolucionário. A consciência de classe não é algo estanque, fora do tempo e do espaço, mas algo inserido no cotidiano e no dinamismo das relações conflitantes entre classes sociais. Dessa forma, a falsa consciência, a classe em si, o operário que não enxerga sua classe como capaz de revolucionar a sociedade e abolir a exploração, não representa um sintoma de que a classe trabalhadora deixou de ser revolucionária. Ao contrário, representa um momento incontornável da evolução de sua consciência na direção da classe para si.

O operário, intuitivamente, se compreende como classe em oposição ao patrão. Em uma passagem bastante hegeliana, Frederico (1979, p. 94) afirma que o trabalhador enxerga a si mesmo a partir da “relação de oposição que o mantém ‘unido’ ao outro (o patrão). A sua autoconsciência passa pela mediação desse outro, que lhe possibilita ver-se a si próprio”. Assim, por mais avesso à combatividade que seja, um operário sabe que é definido, socialmente, em contraposição a um patrão que lhe explora, que lhe é oposto. Isso torna possível a evolução de sua consciência, portanto.

Com isso, uma organização de esquerda que, almeja o socialismo, ao atuar em meio aos trabalhadores, deve ter, como objetivo central, impulsionar esse salto na consciência proletária. Em um mundo dominado pelo fetichismo da mercadoria, em que aquilo que consumimos

aparece como formado magicamente e não como resultado da ação operária, a totalidade é cada vez mais substituída pelo imediatismo. Esse imediatismo (fetichismo, reificação, etc.) frequentemente penetra na classe revolucionária. “A reificação, engendrada no mesmo processo de trabalho dominado pelo caráter de fetiche da mercadoria, acaba justamente esmagando, por sua vez, a inteira totalidade da sociedade burguesa” (Infranca, 2023, p. 254). Um sindicato pode combatê-la ou reforçá-la; pode induzir os trabalhadores à passividade ou à luta; pode impulsionar a categoria a lutas econômicas (presas ao fetichismo) ou políticas.

O juízo de Lenin acerca dos sindicatos, de que seriam uma força constitutiva do capitalismo, parte da concepção, acertada, de que a função natural do instrumento sindical é representar o trabalhador na esfera econômica, não na esfera política. Trata-se de uma ferramenta necessária para “lutar contra os patrões, cobrar do governo a promulgação de umas ou outras leis necessárias aos operários, etc” (Lenin, 2010, p. 89). Caso os sindicatos fossem suficientes para a organização política da classe trabalhadora, o partido seria desnecessário. Contudo, isso não significa, de maneira nenhuma, que um sindicato seja uma ferramenta inútil na luta de classes. Ao contrário, o mesmo Lenin afirma que, através do sindicato, o operário pode fazer avançar sua consciência, em direção a um salto de qualidade que lhe permita atingir a consciência política.

Agora, a atividade dentro dos sindicatos adquire, sem dúvidas, enorme importância. [...] devemos desencadear essa atividade com o espírito de aproximar os operários do Partido, de desenvolvimento das tarefas socialistas e da compreensão da consciência revolucionária do proletariado. [...] O trabalho revolucionário nos sindicatos, a passagem do centro de gravidade dos truques parlamentares para a educação do proletariado, para a coesão de organizações puramente de classe e para a luta extraparlamentar, a capacidade de utilizar a greve geral [...], tudo isso é colocado com força extraordinária como tarefa da orientação bolchevique (Lenin, 1979, p. 121-122).

O que o dirigente bolchevique quis expressar é que, enquanto um *fim* em si mesmo, um sindicato não tem como deixar de ser conservador, uma vez que não é capaz de promover mais do que os ajustes necessários para que haja harmonia entre capital e trabalho. Contudo, se entendido como um *meio* que possibilite a superação do economicismo¹, trata-se de uma ferramenta fundamental para a transformação social.

¹ Esse termo pode aparecer traduzido para o português também como “economismo”. De qualquer forma, segundo Lenin, a atividade economicista significaria uma atuação que não supere as reivindicações imediatas do proletariado, ou seja, aquelas que surgem espontaneamente, relacionadas a questões como salário ou jornada de trabalho. Seria distinta da linha de atuação *política*, que giraria em torno da superação do capitalismo pela via revolucionária e que não surge naturalmente das relações cotidianas entre operários e patrões (Lenin, 2010, p. 173).

Trotsky, no bojo dos debates sobre estratégia e tática que foram centrais nos primeiros congressos da Terceira Internacional, entende os sindicatos como uma *fortaleza*. A ideia de *fortaleza* (ou “fortificação”) foi tomada, por Trotsky, do general prussiano Carl von Clausewitz, amplamente estudado pelos bolcheviques a partir da fundação da Terceira Internacional. Segundo Trotsky, a fortificação proletária, na luta de classes, seria o conjunto de instituições operárias, “sindicatos, partidos, clubes, organizações esportivas, cooperativas, etc” (Trotsky, 1979, p. 154). O general do Exército Vermelho desenvolve a ideia de que tais fortalezas seriam fundamentais para a revolução, único modo do proletariado atingir o poder. Para avançar em sua luta revolucionária, a classe operária necessita de pontos de apoio, de bases em meio à sociedade burguesa, de suas fortalezas (*Ibid*, p. 154).

Para Trotsky, o fundamental é entender que uma fortaleza não deve ser necessariamente um instrumento de defesa, mas deve, assim que a conjuntura lhe permitir, servir para organizar a passagem para a ofensiva. Em sua análise da Alemanha pouco antes da ascensão do fascismo, defendia que, sob a democracia, após conquistar posições nas fortificações, era necessário passar à guerra de manobra, ou seja, construir a estratégia de ofensiva, antes que a extrema-direita assumisse o controle do país. Em um contexto de chegada do nazi-fascismo ao poder, essa possibilidade estaria interdita, uma vez que a razão de ser do fascismo é mobilizar amplas camadas da pequena-burguesia para o aniquilamento de toda e qualquer instituição operária, reduzindo “o proletariado a um estado amorfo, [criando] um sistema de organismos que penetre profundamente nas massas, destinado a impedir a cristalização independente do proletariado” (*Ibid*, p. 151).

A mesma insistência de passagem do defensivo para o ofensivo, da posição para a manobra, pode ser notada em sua análise da revolução espanhola. Em 1937, quando anarquistas e comunistas dominavam os bastiões operários da Catalunha, com comitês de fábricas e formação de um exército popular, eclode o levante espontâneo de maio, contra as Guardas de Assalto stalinistas, abrindo uma semana de violentos confrontos em Barcelona, principal centro operário da Espanha. Naquele momento, segundo Trotsky, os comitês de fábricas tinham plenas condições de armados, mobilizados e sob hegemonia da CNT e do POUM, iniciar um levante revolucionário. “Se o proletariado da Catalunha tivesse assumido o poder em 1937, teria encontrado apoio em toda a Espanha. A reação burguesa-stalinista não teria encontrado sequer dois regimentos para atacar os operários catalães” (Trotsky, 2014, p. 216). Novamente aqui fica clara a posição clássica dos bolcheviques: a importância das fortalezas para transformar a guerra de posição em guerra de manobra.

Daí se depreende que, não interessa qual categoria represente, um sindicato que reivindica a tradição marxista deve estar em constante contato com o trabalhador. Se levarmos em conta a necessidade tática de construção de fortalezas na luta operária contra o capitalismo, o sindicato aparece como uma ferramenta essencial para a solidificação de um bastião, que permita a consolidação da posição e sua subsequente passagem à manobra. Mais do que uma função assistencialista ou de confraternização, o instrumento deve impulsionar o avanço da consciência da categoria que representa. Assim, não há como compreender a atuação de um sindicato sem que compreendamos, pelo menos em linhas gerais, a categoria que representa e a relação entre ambos.

É comum a reprodução de ideia de que Caxias do Sul seria uma cidade dominada pelo conservadorismo. É evidente que há setores conservadores muito influentes na cidade. Mas usar essa constatação de forma generalizante é uma falsificação da formação histórica da cidade. Ainda que de maneira inicialmente incipiente, Caxias registra, desde a década de 1910, movimentos de organização dos trabalhadores. A história da cidade é de grande combatividade. É de organizações espontâneas de tanoeiros lusos no início do século passado; é de dirigentes comunistas assumindo o comando do Sindicato, na metade do século XX; de Bruno Segalla e Percy Vargas, comunistas eleitos para o legislativo; da vitoriosa “greve dos 8 mil” às vésperas da grande noite iniciada com o golpe de 1964; de João Ruaro Filho, que pegou em armas para enfrentar a ditadura empresarial-militar; da marcante vitória da oposição a esta ditadura, em 1974, para o executivo e legislativo municipais; de uma impressionante ebulição social nos anos 1980, envolvendo operários, setores médios e estudantes; de 35 mil pessoas nas ruas, durante as Jornadas de Junho de 2013².

À categoria metalúrgica, no crucial polo metalomecânico que é Caxias do Sul, se aplica o mesmo histórico. Trata-se de uma categoria combativa, com uma rica história de mobilizações e enfrentamentos contra o capital. Como veremos a seguir, até 1980, essa categoria deu exemplos de grandes enfrentamentos, por vezes espontâneos, inclusive. A partir de 1993, o Partido Comunista do Brasil assume a direção da entidade, onde se mantém até hoje. Nos primeiros anos de gestão peucedobista, as lutas seguirão, ainda que em um gradual processo de

²Conforme reportagem disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/12/retrospectiva-2013-manifestacao-vira-cenario-de-guerra-em-caxias-do-sul-cj5vg0ygd09rzxbj0o5qdy6ki.html>

despolitização. Contudo, no século XXI, ocorre uma perceptível transformação: as lutas metalúrgicas se tornam menos intensas, menos frequentes e mais fragmentárias.

Não ignoramos, e analisamos na terceira parte deste estudo, os impactos da reestruturação produtiva, fenômeno geral do capitalismo brasileiro (e mundial) a partir de meados dos anos 1980. Mas as lutas, em seu caráter mais ou menos ativo, mais ou menos radical, não se explicam apenas pelas condições objetivas. O fator subjetivo opera, também, de forma decisiva sobre elas. A partir disso, nosso objetivo central é responder às questões que então se colocam: até que ponto esse refluxo, muito perceptível no século XXI, está relacionado com a direção do Sindicato, ocupada pelo PCdoB, reproduzindo sua tradição e prática stalinistas? Seria o partido responsável, ou corresponsável, por esse contexto de refluxo? O que teria levado a gestão pecedobista do Sindicato a assumir, a partir do início deste século, uma posição sensivelmente menos combativa? E, caso o PCdoB não tenha atuado conscientemente no sentido de conter a quantidade e qualidade das lutas metalúrgicas, fez algo de significativo para romper essa conjuntura?

Independentemente de quais forem as respostas, nosso objeto de investigação é a relação entre o Sindicato, o partido que o domina e a categoria metalúrgica. Mas para entender uma entidade sindical, é necessário entender a categoria à qual representa. Ora, compreender o desenvolvimento histórico do trabalhador fabril de Caxias do Sul passa pela compreensão da formação da indústria na região. É nas fábricas onde o operário não apenas produz, mas também é concentrado, sente a exploração e toma contato com o sindicato. É, portanto, a partir da formação industrial da cidade que nossa exposição deve começar.

A presente pesquisa está dividida em três momentos. Na primeira parte, buscamos reconstruir a história do proletariado caxiense. Partimos da análise da industrialização da cidade, realizando uma síntese das pesquisas, muitas já clássicas, a respeito da formação das grandes metalúrgicas locais até o fim da Segunda Guerra. O período posterior, de 1950 até os dias atuais, é, contudo, pouquíssimo estudado pelos historiadores. A partir de um levantamento de dados econômicos e sociais da cidade em seus últimos setenta anos, bem como analisando a história das grandes empresas do setor automotivo, procuramos trazer alguma contribuição para o estudo desse mais recente período da história econômica de Caxias. Nosso desafio aqui será entender como, em um contexto de refluxo da indústria nacional e crescente penetração do capital imperialista, foi possível que a cidade desenvolvesse um significativo *cluster* de grandes fábricas ligadas ao setor automotivo. Também buscaremos reconstruir a caminhada de formação do proletariado caxiense, procurando entender as características peculiares da

exploração da força de trabalho na cidade e desconstruir qualquer mito que possa afirmar que seu proletariado não possui um histórico de combatividade. Como procuramos demonstrar, Caxias do Sul é marcada, desde os anos 1920, por um significativo histórico de resistência operária e de lutas de classes.

O segundo momento da pesquisa se detém na análise do fenômeno stalinista, tanto em suas características mais universais, quanto a respeito da forma singular que adquire no Brasil. É bastante perceptível o fato de que, frequentemente, o conceito de *stalinismo*, bem como as bases ideológicas e materiais de tal vertente teórica, não costumam ser, por muitos estudiosos, apreendidos em sua integralidade. Paira uma enorme confusão a respeito desse fenômeno. Muitos analisam o stalinismo desde um prisma idealista, reduzindo-o a conceitos que, supostamente, estariam já presentes no pensamento de Lenin; outros buscam reduzir o stalinismo à figura de Stalin, como se ele tivesse sido o criador de tal fenômeno e, com sua morte, o tivesse levado junto à tumba. Contra essas duas concepções, tão frequentes, é preciso afirmar: o stalinismo é um fenômeno *material*, fruto de condições econômico-políticas específicas, e não a obra de um indivíduo, motivo pelo qual deve-se entendê-lo como indo muito além da figura de Stalin. A compreensão um tanto precária desse fenômeno que paira entre alguns historiadores brasileiros, faz com que, muitas vezes, não se perceba a presença da ideologia stalinista quando ela efetivamente se faz presente. Como afirma Anderson (2019, p. 120), “o marxismo ocidental sempre foi magneticamente atraído para o comunismo oficial [stalinismo] como única encarnação histórica do proletariado internacional”.

No segundo momento, também buscamos elucidar a história do PCdoB. Não é possível entender uma entidade política sem que se compreenda a tradição do grupo político que a hegemoniza. Defendemos, e buscamos provar isso, que o PCdoB jamais abandonou o stalinismo, reproduzindo-o, contudo, à sua maneira. Diferente do PCB, seu irmão ideológico, o partido manifesta, hoje, um “marxismo-leninismo” bastante adaptado às condicionantes da estrutura política burguesa. Ou, se quisermos, um stalinismo reformista (algo plenamente possível, dado o caráter centrista dessa ideologia). Uma vez salientadas as bases de funcionamento do stalinismo pecedobista, se tornará mais evidente a compreensão das motivações políticas por detrás das escolhas da direção do Sindicato, a partir de 1993. Como veremos, as organizações stalinistas brasileiras sempre atuaram a partir de um rígido verticalismo, altamente burocrático, sendo os movimentos sociais por elas controlados um irradiador dos pontos de vista das direções partidárias. Portanto, na terceira parte desta pesquisa,

já estaremos *pressupondo* que a gestão do Sindicato, no período aqui estudado, é essencialmente stalinista.

A terceira parte desta pesquisa se concentra na atuação do Sindicato entre os anos 1993 e 2010. O marco inicial da investigação é definido pelo início da administração hegemônica pelo Partido Comunista do Brasil na instituição metalúrgica. De lá para cá, jamais o PCdoB deixou sua direção – a partir de 2002, inclusive, nem mesmo passou a enfrentar uma oposição consistente nos pleitos eleitorais. Nossa investigação cessa no ano de 2010, uma vez que acreditamos que se abre, a partir desse ano, um novo momento na conjuntura brasileira. O governo Lula II chega ao fim e o país mergulharia em uma crise econômica violentíssima, que resultaria em um desgaste dos governos petistas e nas Jornadas de Junho de 2013, sintomas de uma profunda inflexão na correlação de forças entre os principais partidos políticos brasileiros. Não só o fato de avançar nos problemas políticos e sociais da década passada inflariam demais a pesquisa, tornando-a cansativa e enfadonha para o leitor, mas acreditamos que a análise da história do Sindicato até 2010 já é suficiente para apreendermos a essência da gestão pecedobista na entidade metalúrgica. Desse ano para cá não houve nenhum salto de qualidade na forma de atuação do Sindicato.

A parte dedicada à análise do Sindicato a partir de 1993 foi designada como “O Sindicato e a Ação”. Identificando na atuação da entidade junto à categoria os traços típicos do stalinismo pecedobista, procuramos explicar os motivos que levaram a uma *extremamente nítida* despolitização (ou burocratização) do instrumento sindical e à sua relativa adaptação à ordem capitalista. A análise das fontes disponíveis não nos permite, como veremos, concluir que a direção do Sindicato, após 2003, mantém uma postura marxista em sua ação. Chama a atenção o contraste entre os primeiros anos de gestão pecedobista, em que o Sindicato mantinha uma postura consideravelmente combativa e relativamente politizada (no sentido leninista do termo), e sua atuação a partir de 2003, onde paira uma quase completa despolitização, uma crescente burocratização e uma relativa escassez de lutas operárias mais agudas. A “ação”, presente no título dessa terceira parte, retrocede do plano político para o plano meramente econômico. As grandes preocupações do Sindicato deixam de ser o avanço do capitalismo para se concentrarem nas negociações salariais, em um primeiro momento, e nas negociações em torno da Participação nos Lucros e Resultados, em um segundo momento. O objetivo, portanto, não será provar *que* esse processo de involução ocorreu, o que é absolutamente evidente, mas sim tentar explicar *por que* ele ocorreu. Como veremos, a explicação está fundamentada, por um lado, nas transformações objetivas que o capitalismo brasileiro enfrentou ao longo desse

período, e, por outro, no fato de que a essência stalinista do PCdoB não permitiu que a direção do Sindicato se municiasse para enfrentar tais transformações, acabando por fazer coro com elas.

Antes de iniciarmos a exposição dos resultados da pesquisa, é necessário tecer algumas explicações metodológicas. Em primeiro lugar, referente às fontes utilizadas, em especial para produzir a terceira parte. A diretoria do Sindicato me permitiu um amplo e irrestrito acesso aos arquivos (os quais me propus a organizar, ao menos superficialmente), demonstrando que não tem problema algum no confronto com o passado, algo, sem sombra de dúvidas, elogiável. Nesses arquivos, a maioria dispostos de maneira desorganizada e irracional, o que atrasou e dificultou demais minha pesquisa, há uma boa parte (a grande maioria, para falar a verdade), que não se encontra catalogada, e muitos nem mesmo se encontram em alguma pasta. Portanto, a forma de referenciar tais fontes me obrigou a abrir uma subseção de “Fontes não-catalogadas”, na qual não me resta mais do que citar apenas o nome do arquivo. Como, durante a pesquisa, não pude encontrar uma segunda vez muitas dessas fontes (o mais provável é que, em um esforço bem-intencionado por organizar as duas salas de arquivos, algum funcionário do Sindicato tenha movido esses papéis para locais aleatórios, que não pude encontrar), tive o cuidado de fotografar *absolutamente tudo* o que foi citado neste trabalho. De modo que, estando essas imagens já salvas em rede (o link para seu acesso consta na seção de fontes, ao final do texto), é impossível que a ausência da possibilidade de se conferir algum dos documentos que eu cito possa ser utilizada para desqualificar esta pesquisa.

As fontes utilizadas na terceira parte foram dos mais variados tipos. Uma boa parte delas são jornais, sejam digitalizados (encontráveis na internet), sejam exemplares físicos, disponíveis no acervo do Sindicato. Muitos desses jornais lá armazenados eram, na verdade, apenas recortes de partes das páginas, o que impossibilitava, em tais casos, de se saber o dia exato da edição. Me servi, também, de jornais conservados integralmente no acervo do sindicato, em especial os jornais *O Metalúrgico* (publicado pela entidade desde final dos anos 1990 até 2010) e *12 de Fevereiro* (como o periódico passou a se chamar a partir de março de 2010). Como os jornais comportavam uma quantidade maior de informações do que os panfletos, é perceptível, nos periódicos do Sindicato, que havia um esforço para se ir além da mera agitação, atingindo-se certo nível de propaganda através deles.

O interessante da utilização de jornais pelo historiador é que, mais do que trazerem informações específicas acerca da pesquisa que o cientista empreende, nos permitem certa imersão no contexto social da época de sua publicação. Importante notar que, se a utilização de

jornais impressos como fonte historiográfica ocorre desde inícios do século XX no Brasil, é apenas recentemente (desde os anos 1970) que os historiadores passaram a refletir sobre a metodologia mais adequada acerca da utilização de tais fontes. Até então, os historiadores ou desprezavam a mídia impressa (por considerá-la pouco confiável) ou a viam como um repositório de verdades sobre uma época³.

Por um lado, esse tipo de fonte fornece informações, mais ou menos precisas, de um determinado contexto. Por outro lado, por estarem longe de serem imparciais, tal qual a escrita historiográfica, os jornais também revelam uma visão (que, em seu contexto de publicação, possui algum grau de influência social) acerca de determinados eventos, a partir de sua linha editorial. Os jornais “não apenas podem oferecer dados sobre as sociedades do passado, mas também comentam e participam da História, dos processos e da conjuntura na qual estão inseridos” (*Ibid.*, p. 8), tornando-se um testemunho involuntário de uma certa linha de pensamento. Isso será perceptível nesta pesquisa quando analisarmos os jornais do PCB de Caxias do Sul nos anos 1950 (abertamente stalinistas), ou a análise tendenciosa dos jornais locais sobre a greve da Randon em 2010, ou mesmo algumas mídias digitais, ao construírem uma narrativa fantasiosa sobre a crise mundial iniciada em 2008. Como não podia deixar de ser, as mídias (impressas ou digitais) são parte importante desta pesquisa.

Outros tipos de fontes incluíram os panfletos que o Sindicato utilizava para manter a categoria informada. Esses panfletos aparecem ora referidos como *Boletim Operário*, ora como *Informativo Metalúrgico*. São abundantes até o fim dos anos 1990, quando não havia um jornal regular a serviço da instituição metalúrgica. No período entre 1999 e 2003, quando o jornal *O Metalúrgico* ainda não tinha uma regularidade mais rígida, seguem aparecendo com relativa frequência, ainda que em quantidade já menor. Após 2003, quando o periódico se estabelece como principal forma de manter a categoria informada, os panfletos se tornam muito mais escassos (muitas vezes deixando de serem apresentados como “boletins” ou “informativos”), aparecendo apenas quando o Sindicato precisava comunicar algo urgente à categoria, quase sempre uma informação relacionada à rotina específica de uma unidade produtiva particular.

Em seu clássico e seminal estudo sobre a classe operária inglesa, Thompson faz amplo uso de panfletos políticos, das mais variadas vertentes, a todo momento. Se as informações trazidas na obra pelo autor são fundamentais para entendermos a aurora do movimento operário, igualmente relevante é referenciarmos na forma de trato que ele dispensa aos panfletos

³ Leite, 2015, p.6.

políticos. Diferente da maioria dos jornais, os panfletos políticos (de partidos, sindicatos, agremiações, etc.) não têm nenhuma pretensão de sustentarem um discurso de neutralidade. O desafio no trato com esse tipo de fonte é separarmos aquilo que é fruto da necessária dramatização destinada à agitação política (e que é fundamental ao revelar o temperamento da luta de classes) das informações efetivamente precisas.

Ao analisar uma “declaração extraordinária” (panfleto) do movimento ludista, escrita em tom altamente dramático, Thompson afirma que o ludismo parecia “uma violenta eclosão de sentimentos contra o capitalismo industrial desenfreado” (Thompson, 2022b, p. 164), ou seja, algo muito mais passional do que racional, como é comum que tal movimento seja taxado. Mas, logo em seguida, entendendo que a passionalidade faz parte da linguagem do movimento, afirma que “foram os quebradores de máquinas, e não os autores de ensaios, que fizeram a análise mais realista” (*Ibid.*, p. 165), uma vez que o tom dramático de panfletos operários não pode ser tomado como um reflexo exato da linguagem e da forma de atuação do movimento em questão. Da mesma forma, o autor destaca que os elementos burgueses inseridos no movimento operário, tendiam a escrever de modo muito sensacionalista sobre a conjuntura imediata, exagerando suas informações (*Ibid.*, p. 71).

Se, como veremos, os panfletos políticos produzidos pelo Sindicato no período aqui analisado, muitas vezes caíam na dramatização (ao afirmar, como veremos, que as medidas do governo FHC levavam a uma espécie de escravismo, por exemplo), de outro lado, nos revelam algo sobre o temperamento da luta sindical na cidade. Se, nos anos 1990, muitos panfletos continham erros de ortografia (denotando, talvez, certa escrita apressada, movida por um sentimento de combatividade) ou adjetivações pesadas contra adversários, no século XXI a linguagem mais amena, trabalhando termos como “negociação”, “colaboradores” e “diálogo”, não deixam de ser igualmente reveladores.

Por fim, há documentos de outros tipos, como panfletos de divulgação de atividades, fotografias, atas de comissões eleitorais, atas de reunião, balanços econômicos, etc. Destacam-se aqui alguns documentos internos, como balanços das atividades, da gestão ou de formações políticas, planos de lutas e até anotações manuais. Quase nenhum dos documentos desse tipo se encontra catalogado no acervo, mas todos foram fotografados por mim.

Coloca-se em questão também o fato de o período investigado na última parte ser extremamente recente. Por muito tempo pairou uma dificuldade entre os historiadores no que diz respeito à sua relação com o presente. Essa dimensão era arrancada da historiografia,

cabendo a outros cientistas sociais preocuparem-se com ela. Aróstegui (2004, p. 37) afirma que a Segunda Guerra Mundial forçou os historiadores a se confrontarem com essa dimensão do tempo, levando, a partir dos anos 1970, a uma busca por refletir acerca da relação entre o historiador e o presente que o circunda. Ainda assim, a definição tácita que perdura até os anos 1970 acerca dessa relação, a resume a um “simples comentário da atualidade” (*Ibid.*, p. 46). Indo além dessa visão superficial, o autor destaca que o presente compõe a temporalidade histórica de maneira determinante, uma vez que é ele a dimensão temporal em que a história efetivamente se desenvolve (*Ibid.*, p. 60). A dimensão do presente é definida pelo autor não apenas como o *agora*, mas de maneira mais ampla. A história do tempo presente se confunde, de certo modo, com a história oral (mais pelo seu objeto do que pelo seu método), no sentido de que o agora, do ponto de vista historiográfico, é aquela dimensão temporal acerca da qual há uma geração de testemunhas vivas (*Ibid.*, p. 53).

Uma vez que a terceira parte dessa pesquisa engloba uma memória social ativa (no sentido de uma memória de quem viveu o contexto em questão e carrega impressões a seu respeito) e testemunhas vivas, trata-se de uma pesquisa inserida na história do tempo presente. A grande dificuldade apresentada por Aróstegui nesse tipo de caso é que, por se tratar de um tempo ainda vivido, da perspectiva das gerações que testemunharam os eventos estudados, as interpretações sempre são objeto de disputa. A memória muitas vezes “se converte em uma formidável arma de combate teórico e político” (*Ibid.*, p. 166), compondo, de modo inevitável, uma dimensão de confrontos de narrativas e impressões.

Portanto, o velho e batido discurso da neutralidade do historiador não tem como funcionar nestes casos (se é que funciona em algum outro). Além da disputa em torno do presente, esta pesquisa trata de temas como stalinismo, Partidos Comunistas, movimento sindical, superação do capitalismo. É, portanto, também um trabalho de história política. Uma vez que os debates abertos com a Revolução Russa estão longe de se terem esgotado, ainda levando a disputas intensas entre historiadores, há aqui “o problema do envolvimento direto com posturas e posições que interferem nos processos do tempo vivido” (Ribeiro, 2024, p. 35), um envolvimento permeado por opções políticas e posição de classe (*Ibid.*, p. 36). A única saída para manter o rigor científico aqui é a isenção, a manutenção da honestidade intelectual, em respeito à ciência da história.

Antes do início dessa pesquisa, minhas memórias, impressões e idiossincrasias, trazidas desde minha época de metalúrgico, se confundiam com a busca por uma explicação científica acerca do comportamento da entidade. Meu primeiro contato com o Sindicato, por exemplo, foi

diante da Mundial S.A., em 2010, quando houve um ato à frente do portão da fábrica, antes do início do expediente. Do alto do carro de som, as lideranças sindicais bradavam que o expediente não seria iniciado enquanto a empresa não se comprometesse em aumentar o valor da participação nos lucros. Diante de uma categoria inflamada momentaneamente, os líderes sindicais desceram do carro de som e se reuniram, brevemente, com os administradores da empresa. Minutos depois, voltaram ao carro e afirmaram que o ato estava encerrado. Sem qualquer tipo de integração daquela massa operária na discussão, a manifestação chegava ao fim. A atitude, inquestionavelmente burocrática, condicionou durante muito tempo minha opinião sobre a entidade metalúrgica. Ao iniciar a pesquisa, esperava confirmar a atuação *pelega* do Sindicato. Não foi, contudo, o que as fontes indicaram. Diante do que encontrei, era forçoso admitir a combatividade dos sindicalistas ao longo desses 18 anos pesquisados. A questão do *peleguismo* estava fora de cogitação. O que se colocava, ao contrário, não era a ausência de lutas, mas a mudança de seu caráter, de sua intensidade e de seus métodos, principalmente a partir de 2003.

Assim, o essencial ao historiador político não é buscar a neutralidade, mas a honestidade. Nunca pode ser um problema a crítica a um trabalho historiográfico, quando direcionada às opções teórico-metodológicas do autor ou às suas interpretações de fenômenos políticos complexos. A crítica que o historiador deve se concentrar em evitar é aquela direcionada à sua isenção. Eric Hobsbawm (1997, p. 148) afirma categoricamente que o engajamento político do pesquisador costuma ser saudável à pesquisa científica, já que sua paixão o leva a desbravar novos territórios. Mas adverte: tendo como exemplo precisamente o stalinismo, que com sua submissão da ciência ao compromisso político, pode ser excluído do discurso científico (*Ibid.*, p. 145), reafirma a necessidade de utilizar a pesquisa como investigação e não com viés de confirmação. Essa tradição historiográfica “marxista-leninista”, que supunha “uma congruência total entre as declarações científicas e políticas em todos os momentos” escondia, em última instância, “a superioridade da autoridade política (sendo esta, por definição, o repositório da ciência) em relação à proposição científica” (*Ibid.*, p. 143). Não existe uma fórmula a respeito de como conduzir a história política ou a história do tempo presente. Mas devemos saber que o que não deve ser feito é submeter a dinâmica da investigação às idiossincrasias do investigador.

Ponto importante a ser aviltado é o objetivo educacional desta pesquisa. Não apenas pelo fato de que o programa de pesquisa da instituição que me permitiu desenvolver o estudo é relacionado ao ensino de história, mas principalmente porque o processo educacional não pode

ser reduzido a uma educação institucionalizada, sendo o movimento operário um espaço fundamental para o processo de aprendizagem da história. É evidente que a preocupação central desta pesquisa é a compreensão da evolução da gestão pecebobista à frente do Sindicato. Mas, por outro lado, em um contexto de crescente negacionismo histórico em nosso país, é mister que qualquer pesquisa historiográfica se dedique, em alguma medida, a pensar o ensino da história.

A presente pesquisa também tem como um de seus resultados a elaboração de um *produto*, um dos objetivos centrais de um programa de pós-graduação *stricto sensu*. Durante o processo de qualificação deste trabalho, a banca sugeriu a elaboração de um seminário de extensão com o escopo de se trabalhar as bases essenciais do marxismo, fundamento metodológico deste estudo. A crise do marxismo no meio acadêmico brasileiro é um fato amplamente conhecido⁴, associado ao colapso da URSS em 1991, essencialmente. Nesse sentido, a realização de um seminário que contribua, em alguma medida, para a manutenção do pensamento marxista no ambiente acadêmico, pareceu ser um produto devidamente coerente com o conteúdo geral desta pesquisa.

Por fim, uma observação sobre a forma de escrita. A tradição marxista raramente abre espaço para a escrita em primeira pessoa. Na maior parte do texto, procuro respeitar essa regra não-explicita da investigação histórica materialista. Contudo, acredito que, em alguns momentos da exposição, meus anos de vivência no interior das fábricas podem ajudar a ilustrar certas afirmações mais abstratas, o que me levou a utilizar a primeira pessoa do singular em certos pontos do texto. Sei que não é de bom tom transitar, em um trabalho científico, entre a escrita pessoal e a impessoal. Mas em alguns momentos, o conteúdo clamou por submeter a forma.

⁴ Jesus (2020, p. 368), por exemplo, afirma que não apenas há uma sensível diminuição de pesquisas historiográficas marxistas na academia, mas até mesmo entre os poucos historiadores que se mantêm sob a bandeira do materialismo dialético é possível perceber um amplo movimento de adaptação à ordem, de esterilização e domesticação desse marxismo pelo capital.

1: O ENSINO DE HISTÓRIA E O MOVIMENTO SINDICAL

*O indivíduo é em si e para si.
É em si, e tem nele mesmo um determinado ser originário.
Mas também é para si: um agir livre.*

G.W.F. Hegel
Fenomenologia do Espírito

Nossa formação educativa ocorre o tempo todo, ao longo de toda a vida, das mais diversas formas. Vigotski, autor frequentemente fagocitado pelo capitalismo e reduzido a fórmulas grosseiras, tem como uma de suas descobertas mais revolucionárias o fato de que a aprendizagem é, desde a infância, ligada ao trabalho (entendido como uma interação com o mundo no sentido de modifica-lo conscientemente). O início do desenvolvimento da fala já é um processo de apropriação do mundo, já que “antes de controlar o próprio comportamento, a criança começa a controlar o ambiente com ajuda da fala, [o que] produz novas relações com o ambiente e uma nova organização do próprio comportamento” (Vigotski, 2003, p. 33). Ao falar para si mesma, a criança, ao contrário da afirmação do idealismo piagetiano que supõe um egocentrismo inato que resiste ao ambiente social (Duarte, 2004, p. 222), está criando formas caracteristicamente humanas, que lhe permitem se apropriar do ambiente e agir premeditadamente sobre ele, o que “constitui a base do trabalho produtivo: a forma especificamente humana do uso de instrumentos” (Vigotski, *Op. cit.*, p. 33).

A aprendizagem ocorre, assim, a partir da busca por solucionar problemas complexos. Entre o problema e a resposta vai sempre se interpor o signo (a linguagem), enraizado em uma cultura, que permite a realização do trabalho, ou seja, a efetivação de um plano premeditado (*Ibid.*, p. 53-54). Ainda que a formação da linguagem ocorra na infância, o processo de aprendizagem é contínuo, histórico e responde aos mais diferentes estímulos. Contudo, se o trabalho é a forma essencial pela qual o ser humano se apropria do mundo e constitui sua linguagem, o trabalho alienado e repetitivo das fábricas faz o contrário:

Somente no capitalismo o trabalho pode existir em sua forma mais abstrata, como indiferença em relação aos tipos particulares de trabalho e aos produtos particulares do trabalho, tornando-se importante apenas o trabalho em geral, tanto o acumulado, objetivado no capital, como o trabalho vivo [...] Esse é também um processo de esvaziamento do trabalhador, na medida em que essa indiferença, existente na prática, do trabalhador em relação ao conteúdo particular da atividade de trabalho acaba por resultar na separação alienada entre o indivíduo e o trabalhador, ou melhor, na redução do indivíduo a um trabalhador em geral, a alguém que se caracteriza apenas por possuir força de trabalho em geral. (Duarte, 2004, p. 150).

Assim, sob o capital, o trabalho aparece em sua forma mais alienante e embrutecedora possível, deixando de fazer avançar a aprendizagem humana e a sufocando. Não é de seu trabalho diário, mas de outras atividades relacionadas à sua condição de classe que o operário pode fazer avançar seu pensamento e sua aprendizagem. Se Gadotti (2016, p. 3) afirma que a educação e a aprendizagem ocorrem continuamente, em qualquer fase da vida, e que os espaços em que ocorrem vão muito além dos espaços formais de ensino, a possibilidade de que o movimento operário seja um veículo fundamental para a aprendizagem do trabalhador deve ser sempre um norteador do sindicalismo. Schmidt (2012, p. 9), ancorada em Jörn Rüsen, sustenta que a consciência histórica não é simples processo de aquisição de informações, sendo fundamental o aprendizado histórico através da vida prática. Isso abre a possibilidade, que exploraremos adiante, de que a prática da luta de classes permita ao operário fazer avançar sua consciência histórica, fazendo com que se situe com cada vez maior precisão como sujeito histórico e como indivíduo consciente de sua inserção em uma classe social específica.

Portanto, participar do movimento operário ou conhecer seu desdobramento histórico, pode ser parte do ensino e da aprendizagem de história. Já mencionamos, anteriormente, que a educação não se resume à institucionalidade. Os espaços de aprendizagem são múltiplos, e os movimentos sociais conformam uma parte importante nesse processo. A institucionalização da educação, como destaca Mészáros (2008, p. 25), está intimamente ligada à reprodução da sociedade burguesa, de forma que um ensino institucional que se liberte das amarras limitadoras do capitalismo somente seria pensável em uma sociedade que suprasse o capital. Por mais que inúmeros educadores mantenham uma postura crítica em seu fazer educacional, buscando trabalhar um ensino libertador, o sistema educacional é criado e mantido pelo Estado burguês. Obra da burguesia, no início da era contemporânea, permanece com suas bases fundamentais inalteradas, seguindo seu objetivo principal de “produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio de seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados” (*Ibid.*, p. 45). Atestado recente disso é a reforma do Ensino Médio, instituindo disciplinas voltadas ao mercado de trabalho (como “Empreender com Responsabilidade Social”), em detrimento, principalmente, das Ciências Humanas, e procurando manter o mito meritocrático, um mito fundacional que está no livro da *Genesis* da burguesia. Daí que pouquíssimos autores clássicos do marxismo tenham dado grande peso à educação institucional como elemento transformador da sociedade.

Ao longo das últimas décadas, o neoliberalismo impactou profundamente a educação brasileira (não à toa, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira é promulgada

justamente no auge das medidas neoliberais tucanas). Como observa Enguita (1995, p. 95), a partir do início dos anos 1990 passa a haver um rígido monitoramento da qualidade da educação brasileira, instituindo-se índices quantificáveis para auferir o nível do ensino público, de modo que a palavra “qualidade” se converte no motor da educação na era neoliberal. Como observa o autor, “o que a expressão *qualidade* conota é que algo distingue um bem ou serviço dos demais que o mercado oferece para satisfazer as mesmas ou análogas necessidades” (*Ibid.*, p. 106). E “qualidade” se refere, basicamente, aos aspectos quantitativos (como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), mas jamais aos qualitativos (como inclusão, criticidade, envolvimento com a comunidade, projetos educacionais, etc.).

Esse avanço neoliberal sobre a educação pública, por vezes se manifesta de modo bastante sutil, mas sem deixar de ser um ácido corrosivo que dissolve a educação libertadora. Nos últimos trinta anos acompanhamos um avanço de teorias pedagógicas *pós-modernas*, direcionadas à formação de indivíduos fragmentários, com “o foco do nível micro como um local do político” e a rejeição de concepções pedagógicas totalizantes e direcionadas à formação de mentes críticas ao capital (Apple, 1995, p. 190). De fato, a moda construtivista dos últimos trinta anos, dissolve a ideia de totalidade na pedagogia, partindo do pressuposto de que o conhecimento é a construção individual da adaptação ao ambiente (Duarte, 2004, p. 91). Não há mais um sentido histórico de uma época, já que o conhecimento é construído singularmente de maneira “livre” (como se houvesse liberdade em um mundo neoliberal), sem estar relacionado a problemas sociais totalizantes, como a superação do capital (*Ibid.*, p. 94). Nada mais afinado com as conhecidas ideias de um Hayek, por exemplo, que parte da dissolução de qualquer traço totalizante para defender a liberdade empreendedora de cada indivíduo no “livre” mundo do “livre” mercado.

Nesse contexto, brutalmente adverso, o professor ou a professora que busca sustentar uma educação crítica, libertadora e comprometida em desconstruir o discurso “fatalista, neoliberal, pragmático e reacionário” (Freire, 2009, p. 54), empreende um esforço hercúleo, minoritário e, de certa forma, heroico. Diante de todas as adversidades sociais, financeiras, infraestruturais, legais, institucionais, políticas e pedagógicas, ensinar criticamente pode não ser a Revolução, mas não deixa de ser um ato revolucionário.

Por isso, a educação não pode se encerrar nos estreitos limites da institucionalidade estatal (ou privada, onde os limites são ainda mais estreitos). Como já discutimos, os movimentos sociais fazem parte da construção de uma educação libertadora, podendo contribuir para ela, ou travancar seu avanço. É por demais evidente que um sindicato dirigido

pela patronal travestida de operária Força Sindical apresenta um retrocesso completo e absoluto na formação educacional da classe. Mas, quando se trata de sindicatos reformistas, isso é muito menos evidente.

Em se tratando da aprendizagem de história, em particular, é interessante partirmos da conhecida frase de Marx e Engels n’*A Ideologia Alemã*, quando os autores afirmam que a única ciência que reconhecem é a história. Não estão, com isso, querendo menosprezar outras áreas do conhecimento – o próprio Marx, como se sabe, era um entusiasta dos avanços científicos da biologia, por exemplo. O sentido real dessa afirmação é a constatação de que tudo aquilo que existe relacionado ao ser humano (como é o caso de toda e qualquer ciência) somente pode ser corretamente apreendido a partir de seu sentido histórico. Dessa forma, a história permeia absolutamente todas as ciências. Na mais importante obra da tradição marxista sobre teoria do conhecimento, Lenin destaca que o ser humano compreende absolutamente tudo a seu redor, constituindo reflexos da realidade material, a partir das ferramentas que o contexto histórico disponibiliza para ele (Lenin, 1974, p. 32). Nessa direção, a compreensão do sentido histórico de uma época é fator fundamental para se entender a realidade em sua totalidade.

Compreender o sentido histórico de uma época parte da necessidade de nos vermos como sujeitos históricos. Freire (*Op. cit.*, p. 54) destaca que não nos achamos, enquanto indivíduos, assimilados ao mundo, mas *inseridos* nele, quase sempre em uma relação conturbada. Portanto, segundo o autor, perceber-se no mundo e entender-se como um sujeito inserido *historicamente* nele significa lutar para não ser mero objeto, mas sim ser um sujeito ativo da história. Na mesma esteira, a tão repetida (e mal compreendida) décima primeira tese de Marx sobre Feuerbach não está simplesmente criticando os filósofos que “apenas observaram o mundo”, mas, de modo muito mais profundo, está insinuando que nós somente podemos compreender de modo efetivo a realidade material que nos cerca se agirmos sobre ela.

Assim, a ação sindical é uma forma de compreensão do mundo a partir do prisma essencial que é a luta entre as classes sociais. Mais do que isso, permite a compreensão da história enquanto *processo*, enquanto totalidade, de forma muito mais efetiva do que qualquer livro didático pode permitir. Essa relação, entre o agir no mundo, a totalidade histórica e a compreensão de si como sujeito ativo da história, sempre foi enfatizada por Jörn Rüsen, em praticamente todas as suas obras:

“Totalidade” é uma qualidade do uso do saber, que corresponde a um determinado direcionamento da orientação do agir. O agir é orientado quando os agentes dominam o contexto de suas circunstâncias e condições. O agir realiza-se, então, em um horizonte de interpretações,

nas quais os agentes podem formular os problemas com que lidam no agir, abordar as possibilidades de sua solução, estimar as chances de êxito e se entender sobre suas relações mútuas. Pertencem a esse horizonte a apreensão abrangente da situação, a interpretação do mundo, e a autocompreensão dos agentes, além da linguagem com que lidam com as circunstâncias do mundo, consigo mesmos e com os demais. A apreensão mencionada é de cunho radical, pois de outra maneira não se poderia pensar um agir significativo (Rüsen, 2007, p. 52).

É da ação que emana a possibilidade de compreensão da totalidade histórica. Isso engloba, na educação institucional, metodologias ativas, projetos culturais, etc. Mas vai para muito além da sala de aula, uma vez que o agir sobre o mundo ocorre através da arte, da democracia, das discussões de mesa bar, da militância partidária, do movimento estudantil, do movimento sindical, etc. Como bom hegeliano, Rüsen tem plena noção de que a totalidade só pode ser desvelada pelo devir dela mesma, processo que só pode ser empreendido pelo agir do sujeito histórico. Essa ação, como destacado no trecho acima, ocorre através do enfrentamento com problemas complexos.

Como destaca Sá Avelar (2012, p. 66-67), os historiadores britânicos ligados ao (extremamente incipiente) Partido Comunista Britânico, ao consolidarem a “história vista de baixo” abrem o problema de definir o que seria o “popular” e de qual seria a relação mais adequada entre a historiografia acadêmica produzida a esse respeito e as massas populares. Até certo ponto, a atividade sindical possibilita uma solução, já que permite, através de cursos de formação política, que o operariado tenha contato com a elaboração acadêmica e, o mais importante, que a academia tenha contato com o proletariado *real*, ao mesmo tempo em que proporciona a ação histórica daqueles que estão “embaixo”.

Rüsen destaca que o ato de dar sentido ao passado, de organizá-lo (atividade sem a qual é impossível que haja um presente) pode ocorrer através da tradição, do exemplo ou da atividade crítica e autônoma do sujeito. Neste caso, onde a construção do saber histórico é a mais profunda possível, ocorre uma ação de “ruptura com a continuidade” (Rüsen, *Op. cit.*, p. 56), de contestação do discurso hegemônico. O exemplo (que dificulta a efetiva compreensão do sujeito no mundo, uma vez que parte do pressuposto de que há regras atemporais de como se posicionar no desenvolvimento histórico⁵) geralmente não é suficiente para gerar a contestação do discurso hegemônico. É aqui que se mostra toda a importância da atividade sindical.

Como destaca Almeida (2023, p. 26), no momento histórico atual, em que é visível um avanço da exploração e da precarização do trabalho, “com perdas de direitos já conquistados

⁵ *Ibid.*, p. 55.

pelos trabalhadores e incentivos ao individualismo, é imprescindível uma aprendizagem que seja experienciada de forma coletiva e baseada em trocas de experiências entre os sujeitos”. Destaca a autora que o movimento sindical pode ser um espaço de educação coletiva, um processo que promove o “acesso ao conhecimento produzido socialmente e acumulado ao longo dos anos, que busca promover o despertar da consciência humana e que está alinhado ao compromisso político de não realizar uma educação excludente” (*Ibid.*, p. 74). Contudo, para que isso ocorra de modo efetivo, a autora destaca que as direções sindicais “devem compreender os valores, as angústias, os projetos de vida [dos operários], para que haja uma interação de fato, um diálogo real” com a base, algo impossível quando temos uma instituição operária burocratizada.

Portanto, o avanço da consciência histórica do proletariado, passando a enxergar-se não como classe *em si*, mas como classe *para si*, como um agente histórico fundamental, é um dos objetivos centrais de qualquer sindicato. Não apenas uma tarefa política, esse processo é também uma tarefa educacional. Compreender a si mesmo como um agente histórico é compreender o sentido da história de uma época. Portanto, uma atividade sindical autêntica é inseparável do ensino de história. A pergunta que fica, por agora, é: o Sindicato dos Metalúrgicos caminhou na direção de fazer avançar a consciência histórica da categoria?

2: O SINDICATO E A CATEGORIA

–Esse tipo de valorização de gente sem a menor qualificação, esse negócio de enfatizar o papel dos peões no desenvolvimento, na produção, esse negócio já está indo longe demais. Pergunte a quem lida com metalúrgicos. Você precisa ver a arrogância dos caras. Parece que os donos das fábricas são eles! O que eles querem mais? Já têm as leis trabalhistas mais incríveis do mundo, que só no Brasil se pode admitir.

Dr. Eulálio, em *Viva o Povo Brasileiro*,
de João Ubaldo Ribeiro.

Marx foi enfático ao demonstrar a centralidade do operário fabril, do qual o metalúrgico é parte fundamental, na produção capitalista. Toda a riqueza apesar de parecer ser mercadoria, é, primeiramente, “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (Marx, 2013, p. 113). É o *valor de uso*, distinto do valor em geral (e em contradição permanente com ele). Quem produz essa riqueza é a classe social que “por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza, [...] põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, [...] agindo sobre a natureza externa e modificando-a” (*Ibid*, p. 255), ou seja, a classe trabalhadora.

O capitalismo atual não pode prescindir das fábricas, das indústrias, nas quais o operariado é concentrado e se constitui como classe social. Nelas, o trabalhador é reduzido a um apêndice de máquina, a virtuosidade da produção “é transferida do trabalhador para a máquina” (*Ibid*, p. 491). A criatividade, a inventividade, a personalidade do trabalhador, devem ser suprimidas em todo o processo, para que não atrapalhem a racionalidade produtiva previamente calculada, reduzindo, assim, o operário a um autômato, tornando o trabalho pura abstração e plasmando a personalidade do proletário em uma postura puramente contemplativa (Löwy, 2023, p. 261)⁶. Ainda assim, é o trabalho humano que adiciona valor à mercadoria produzida, a máquina “jamais adiciona um valor maior do que aquele que perde” (*Ibid*, p. 460). O trabalho humano é ineliminável da indústria, ao mesmo tempo em que ocorre eminentemente nela. Portanto, entender a formação da classe operária passa por compreender a formação da indústria.

É nesse sentido que se desenvolve esta primeira seção. Buscamos aqui entender as características gerais da indústria caxiense, que lhe permitiram um crescimento singular. Investigamos a formação da classe trabalhadora na cidade, buscando salientar as condições que formaram, e continuam formando, sua existência e desenvolvimento. Por fim, analisamos a

⁶ In. Paulo Netto (org.), 2023.

formação e trajetória do Sindicato⁷ em Caxias e nas demais cidades da serra que fazem parte de sua área de atuação, a partir de sua relação com a indústria e com a categoria locais, até o início dos anos 1990, momento a partir do qual a investigação aprofundada de sua trajetória se faz objeto central deste estudo.

2.1 A Indústria em Caxias do Sul

Muito já foi escrito sobre a industrialização da serra gaúcha. Contudo, como veremos, tais estudos concentram-se na análise de determinados momentos históricos, em detrimento de outros. Para tornar a presente exposição mais organizada e compreensível, dividiremos o estudo da indústria caxiense em três partes. Não buscaremos aqui tão somente sintetizar os estudos produzidos a respeito da indústria da cidade. Procuraremos demonstrar, o que será central para compreendermos as características do proletariado de Caxias, que houve quatro fatores iniciais que possibilitaram a industrialização: sua localização em uma importante rota comercial; a formação de um mercado interno vigoroso, desde seu início, aliado à disposição de braços à indústria; a rápida acumulação de capital comercial pela elite, de modo igualmente rápido convertido em capital industrial; e os conhecimentos técnicos e o capital trazidos pelas famílias que se converteriam em capitães da indústria local.

A isso soma-se um quinto fator, fundamental não apenas para a consolidação da indústria, mas principalmente para sua expansão, manutenção e desenvolvimento: a *alta rotatividade*, mantida permanentemente a partir da década de 1920 em quase todas as grandes empresas, como um projeto consciente, racional e do qual a indústria local sempre foi dependente. A rotatividade, como veremos, permitiu (e permite) uma elevada extração de mais-valia absoluta, uma vez que, através dela, os salários são mantidos em níveis muito baixos. Como será também exposto, em Caxias essa rotatividade foi possível graças a um permanente processo de migrações, iniciado em meados da década de 1920.

Os níveis de exploração muito elevados a que o proletariado caxiense esteve exposto durante absolutamente toda a história da cidade, são, portanto, um fator fundamental para o desenvolvimento da indústria local. Não há, nunca houve e jamais haverá, sob o capitalismo, uma empresa sem operários, uma vez que é apenas o tempo de trabalho do proletário que agrega valor à mercadoria, que, ao fim e ao cabo, é “trabalho social realizado, fixado ou, se se quiser,

⁷ Ao longo deste trabalho o termo “Sindicato”, com letra maiúscula, será empregado quando se referir ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Caxias do Sul e Região.

cristalizado” (Marx, 2005, p. 43). Nesse sentido, como veremos, a relação capital-trabalho jamais pode ser ignorada para a correta apreensão do processo de formação industrial de qualquer região do planeta, seja de Caxias do Sul, seja de Manchester.

2.1.1 A formação da indústria caxiense (1875-1920)

Dos três momentos nos quais optamos por dividir o estudo da industrialização da cidade, sem dúvida alguma, este é o que mais mereceu atenção dos historiadores. Procurou-se entender como foi possível a uma região cujo processo de ocupação definitiva era tão recente, atingir níveis de industrialização tão elevados para os padrões brasileiros, em tão pouco tempo. De fato, trata-se de uma questão complexa, instigante e que não encontra apenas uma, mas várias respostas que se concatenam para explicar o fenômeno. Se encontra nesse período a chave para entender o desenvolvimento industrial posterior da região.

Ainda que saibamos, conforme Giron, que o povoamento da colônia dos Fundos de Nova Palmira tenha começado em 1872, com o avanço dos alemães sobre a região de Forqueta (Giron, 1977, p. 16), a colonização italiana, iniciada em 1875, é muito diversa, sendo as condições em que ocorreu condicionantes para a industrialização. Se a colonização alemã tem início um quarto de século antes da Lei de Terras, os italianos afluem à região da serra um quarto de século após a promulgação da Lei. Assim, o colono italiano “historicamente se acha integrado a um processo de penetração e reprodução do capital no Brasil, que se dá a partir da segunda metade do século XIX” (Pesavento, 1983, p. 22). Conforme Giron (*Op. cit.*, p. 26), isso significa que desde o início a terra foi uma mercadoria para os italianos: teve de ser paga por financiamento (o mesmo se aplicando a suas ferramentas e às sementes). Além disso, as terras improdutivas estavam sujeitas ao resgate por parte do governo. Essas condições obrigaram o colono a uma produção incessante.

É dessa produção, ainda de subsistência, que surgirão as primeiras indústrias da cidade. Segundo Pesavento (*Op. cit.*, p. 22), tais atividades agrícolas iniciais dos colonos não são suficientes para caracterizar uma atividade econômica capitalista⁸. Contudo, há aqui uma relação entre a produção rudimentar e pré-capitalista do colono e as relações de capital estabelecidas no Brasil.

⁸ A autora afirma, com base em Marx, que a circulação não é capaz de determinar o caráter da produção no capitalismo. Assim, ainda que estivesse cercada por relações capitalistas em seu entorno, o minifúndio dos colonos italianos levava ao mercado somente aquilo que não era consumido, não obedecendo a uma lógica de mercado (Pesavento, 1983, p. 22).

Entra aqui um fenômeno típico do capitalismo em sua fase imperialista. Novack observa que o capitalismo condiciona a existência de relações de produção pré-capitalistas e rudimentares ao lado das relações mais modernas possíveis, com a penetração de elementos tais como técnica avançada, relações de produção capitalistas bem determinadas e capital financeiro, uma “mescla de elementos atrasados com o que há de mais moderno” (Novack, 1974, p. 19). Isso leva a uma rápida integração das relações pré-capitalistas ao sistema global, resultando em um capitalismo no qual convivem relações modernas com elementos arcaicos, um sendo a condição de existência do outro. O desenvolvimento desigual e combinado leva a contextos em que “desenvolvimento técnico e social e a combinação fortuita de elementos [...] pertencentes a diferentes etapas de organização social, dão base para o surgimento de algo novo, de um salto de qualidade⁹” (*Ibid.*, p. 17). Basicamente, o capitalismo de toda a América Latina é resultado desse desenvolvimento desigual e combinado do capital. Caxias não foi exceção.

As relações pré-capitalistas da produção de subsistência dos colonos desde muito cedo foram condicionadas pelo capitalismo de seu entorno. O excedente produzido no minifúndio logo será absorvido pelo lucrativo comércio capitalista. Aqui entra uma primeira condição fundamental para o desenvolvimento de Caxias do Sul: *sua localização em meio a uma imbricação de rotas comerciais importantes*. Segundo Pesavento:

[Os italianos] encontraram, na sua chegada, uma rede comercial alemã que se encarregou de colocar de imediato o excedente da produção italiana no principal mercado consumidor da época, Porto Alegre. Do interior da área colonial italiana, a produção seguia até a sede do núcleo (Caxias), descendo até o porto fluvial de São João de Montenegro, para daí seguir pelo rio Caí até a capital da província. Portanto os italianos, ao chegarem já se depararam com canais de comercialização que, se propiciaram de imediato a colocação do excedente econômico produzido no mercado, também representaram uma fonte de acumulação sobre o trabalho dos pequenos agricultores (Pesavento, *Op. cit.*, p. 26).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Stormowski defende que, vencido o período inicial de estabelecimento dos colonos, a localização da colônia se mostraria muito vantajosa. O comércio seria facilitado, uma vez que Caxias ficava “a meio caminho entre as ex-colônias alemãs e as colônias italianas novas, criadas à margem direita do rio das Antas, durante as décadas de [18]90 e a primeira de 1900” (Stormowski, 2010, p.137).

Esse comércio será a primeira atividade genuinamente capitalista da região. Inserido na lógica de um desenvolvimento desigual e combinado, o capital comercial vai inserir o colono,

⁹ Em livre-tradução.

com todas as suas limitações técnicas¹⁰, na lógica inexorável do capitalismo. Assim, as primeiras indústrias da região serão indústrias de beneficiamento do excedente do colono:

Em Caxias do Sul a indústria teve origem a partir do beneficiamento de produtos vindos do setor agropecuário produzidos na região pelo imigrante italiano, após vencida sua primeira fase de fixação, que se caracterizou por atividades de subsistência. Esse primeiro período não foi longo, porque a urgência em atender as suas necessidades básicas [...] obrigou artesãos e artífices a trabalharem na produção de artigos considerados indispensáveis à sobrevivência [...] (Machado, 1993, p. 51).

Para além da constatação de que os produtos da colônia (vinho, madeira, trigo, banha), em seu processo de beneficiamento, geraram as primeiras indústrias da região, a autora também percebe que, a inserção do colono numa lógica de produtividade capitalista, que necessitava ser cada vez maior, vai gerar uma grande procura por ferramentas e acessórios necessários para aumentar a produtividade (ferramentas de metal, fertilizantes, venenos, etc). Essa procura por ferramentas impulsiona o surgimento de novos ramos industriais e manufatureiros, ligados à química e à metalurgia, bem como casas de comércio. Em 1899, logo após a fase de fixação do colono, temos o seguinte quadro de estabelecimentos comerciais na cidade:

Quadro 1: Estabelecimentos comerciais em Caxias do Sul, 1899:

<i>Espécie</i>	<i>Nº</i>
Moinhos	65
Serrarias	41
Alambiques	35
Ferrarias	27
Engenhos de Cana	17
Cortumes	9
Funilarias	2
Marcenarias	4
Olarias	5

Fonte: *Caxias do Sul: evolução histórica*. Giron, 1977, p. 74 (adaptado).

Além disso, temos um total de 103 casas de comércio e 54 botequins (Giron, 1977, p. 75). Vemos assim que uma segunda condição fundamental para o surgimento da indústria na região foi *a existência de um mercado consumidor expressivo*. Aliás, logo na primeira leva de colonos nós tivemos a chegada de mais de 4 mil indivíduos (Giron, 2017, p. 52), o que significa um número bastante expressivo (quase 1% da população do estado à época). Se tivermos em conta que nos anos seguintes continuou a ocorrer a afluência de imigrantes, houve também a

¹⁰ Com pouco ou nenhum incremento técnico, o início da produção rural em Caxias era baseado em uma produção meramente extensiva. A mais sofisticada forma de racionalizar a agricultura era o sistema de rotação de terras que, devido aos tamanhos reduzidos dos lotes, logo levava a um desgaste do solo (Herédia, 2017, p. 61).

afluência de migrantes de regiões próximas e havia uma alta taxa de fertilidade, devido à necessidade de braços para a lavoura, não surpreende o rápido crescimento demográfico, ampliando o mercado consumidor e chegando a cifra de 16 mil habitantes na virada de século (Bergamaschi; Giron, 2001, p. 85). Em 1910, quando a Vila de Santa Teresa de Caxias é elevada à cidade, o município já contava com cerca de oito mil edificações (545 apenas na Sede Dante) e 150 “casas comerciais de fazenda, miudezas e louças; 160 alambiques; 10 engenhos de cana; 71 moinhos; 15 cortumes; 38 serrarias; 173 oficinas; 6 olarias; uma fábrica de pólvora; duas de inseticida; uma de tecido de seda; uma de tecidos de lã e algodão” (Chies, 1999, p. 34). Importante observar que, se comparado ao ano de 1899, apenas o número de engenhos diminuiu, sinalizando que o clima serrano não era capaz de produzir cana de grande qualidade.

Mas é a atividade comercial que se faz central nesse momento inicial. São os comerciantes que vão inserir o colono no capitalismo e é o capital comercial que comandará, efetivamente, a industrialização de Caxias. Os primeiros grandes comerciantes da cidade são nomes marcantes na história de sua burguesia, tais como Rossato, Eberle, Pieruccini e Germani. Tais figuras possuem dois pontos centrais em comum: não fazem parte da primeira leva de imigrantes, aqueles que chegaram em condições de pobreza e se dedicaram a trabalhar a terra; além disso, suas famílias trazem consigo, da Itália, algum capital (Baldisserotto, 1995, p. 69).

Inicialmente, se dedicarão ao comércio, por ser essa uma atividade altamente lucrativa naquele contexto. Vale ressaltar que, sim, era necessário algum investimento de capital para tornar-se um comerciante bem-sucedido. Abramo Eberle, por mais que realizasse viagens a São Paulo, onde venderia os produtos da serra (em especial o vinho), possuía funcionários, carretas, contadores e, claro, um estabelecimento comercial. Os comerciantes, com isso, formaram a primeira burguesia da cidade. Aos poucos, vão enredando os colonos em um complexo esquema de dependência.

O colono depende, agora, da demanda do comerciante: é ele quem determinará a produção do minifúndio. Também é o comerciante quem vai fornecer as manufaturas necessárias para o igualmente necessário incremento da produtividade do colono (Giron, 2017, p. 59-60). Dependendo dos produtos, da demanda e dos preços fixados pelo comerciante, o produtor também confiará a ele seus lucros e seu crédito: as casas de negócio logo se tornam, também, centros bancários, exercendo função de poupança e de empréstimo a juros para o colono (Heberle, 2014, p. 38).

Com um poder econômico cada vez menor, com uma influência cada vez menor, com uma produtividade que mesmo com o incremento técnico não podia solucionar a questão do desgaste do minifúndio, a própria produção colonial vai sendo absorvida pelo comerciante (Pesavento, *Op. cit.*, p. 23).

Via de regra, vai ocorrer aquilo que é observado por Baldisserotto (1995): a produção artesanal do colono vai sendo engolida pela produção industrial nascente, com capital proveniente do comércio. Ainda que seja um exagero afirmar, com a autora, que a destruição da produção artesanal e colonial tenha sido condição *sine qua non* para a industrialização¹¹, o capital comercial, ao afluir para a indústria, bloqueará qualquer chance de crescimento expressivo da indústria artesanal doméstica, tornando o produtor rural um apêndice, um mero fornecedor de matéria-prima para a indústria nascente (Pesavento, *Op. cit.*, p. 24).

Temos com isso que *a acumulação de capital comercial, impulsionada pelos fatores acima expostos, reinvestido em atividades industriais* é uma terceira explicação para a industrialização caxiense. Giron (2017, p. 65) identifica duas origens para a indústria: ou a acumulação de capital comercial reinvestido, ou as cooperativas¹². Essas últimas serão, como afirma Heberle (2014, p. 38), uma reação dos colonos à perda de gerência sobre sua própria produção. O “Sindicato do Vinho”, fundado em 1929, será a contraofensiva industrial às cooperativas.

As associações da elite caxiense, com o intuito de fortalecer-se perante a concorrência e de pressionar o poder público por investimentos infraestruturais e incentivos, ocorrem desde muito cedo. Em 1901 é fundada a Associação dos Comerciantes, demonstrando a força desse setor na cidade. Bergamaschi e Giron (2001, p. 88-89) destacam a influência da associação em decisões políticas, citando como exemplo seja o número de intendentes que eram ligados à

¹¹ Stormowski defende, de maneira bastante convincente, que o surgimento das casas de comércio e, posteriormente, da indústria, ocorrerá concomitantemente à existência da pequena produção rural e artesanal (Stormowski, 2010, p. 137).

¹² A autora afirma que a empresa Eberle seria uma peculiaridade, uma vez que, além do capital comercial, teria também resultado da evolução do artesanato. Na verdade, essa fórmula é um pouco confusa. Várias pesquisas, sim, apontam para um crescimento da funilaria Eberle, a partir de suas vendas, que não pode ser chamado de inexpressivo. Contudo, é muito difícil, senão impossível, rastrear, historicamente, qual parte do capital da empresa foi proveniente do comércio e qual parte proveio da atividade artesanal da própria funilaria. É sabido que Abramo investiu constantemente seu capital adquirido no comércio no crescimento do empreendimento. Parece mais plausível, assim, acreditar que o essencial para o desenvolvimento da empresa tenha sido, de fato, o capital comercial acumulado por Abramo no início do século passado.

Associação, seja a influência decisiva da instituição para a construção da estrada de ferro, em 1910¹³, fundamental para intensificar o desenvolvimento econômico da região.

Não podemos desprezar, também, um quarto fator importante, ainda que menos determinante que os anteriores, para a industrialização da cidade: *o conhecimento técnico e o capital trazido pelos italianos*. Evidentemente, uma empresa não tem como se estabelecer sem capital. Mas é igualmente verdadeiro que, diante de uma administração incompetente, uma empresa pode ir à falência. Num contexto de empresas paternalistas (Machado, p. 126), a intervenção do administrador tende a ter algum impacto no crescimento (ou na decadência) da empresa. Sabemos que Galló, por exemplo, trouxe, além de seu capital, conhecimentos da área têxtil (Herédia, 2017, p. 130); da mesma forma, Giuseppe Eberle havia trazido já algum capital da Itália, o que lhe havia permitido adquirir mais terras do que a maioria dos demais colonos (Baldiasserotto, 1995, p. 71). Herédia (*Op. cit.*, p. 177) também cita a presença constante de técnicos estrangeiros no Lanifício São Pedro, em um esforço administrativo por trazer conhecimentos da indústria europeia.

Mas, não obstante todos esses fatores singulares que ajudam a explicar a gênese da indústria caxiense, há também características universais tão importantes quanto. Sabemos que, formada a economia mundial, todos os países se encontram interligados. Nas palavras de Bukharin:

O trabalho social do mundo divide-se entre países. O trabalho de cada país isolado torna-se parte do trabalho social total, por intermédio da troca que se efetua no plano mundial. A interdependência entre os países no terreno da troca não é, de maneira alguma, acidental, mas a condição necessária da evolução social ulterior, constituindo-se por isso, o comércio internacional um fenômeno regular da vida social e econômica. Esta ficaria totalmente desequilibrada se a América do Norte e a Austrália deixassem de exportar seu trigo e seu gado, a Inglaterra e a Bélgica o seu carvão, a Rússia o seu trigo e suas matérias-primas, a Alemanha suas máquinas e seus produtos químicos industriais [...] Em compensação, os países exportadores de produtos agrícolas se veriam totalmente voltados à paralisia se os mercados viessem repentinamente a se fechar – e isso é particularmente válido para os países de monocultura, que cultivam, por assim dizer, um único produto (o café no Brasil, o algodão no Egito) (Bukharin, 1969, p. 26).

Nenhum país, na era imperialista do capitalismo, é uma ilha, portanto. Isso significa que, mesmo na longínqua Caxias do Sul, inexpressiva à época, em termos mundiais, as relações típicas do imperialismo se fazem presentes. Com isso temos que a Grande Guerra será decisiva

¹³ Baldiasserotto (1995, p. 132) ressalta que, ainda que a Estrada de Ferro tenha, claro, ajudado a impulsionar o comércio na região, ela foi muito mais um resultado da força dos comerciantes do que uma causa de seu fortalecimento.

para a região. Brum identifica tal período como propício ao desenvolvimento industrial da América Latina e do Brasil, uma vez que possibilita algum nível de substituição de importações. Segundo o autor:

A Primeira Guerra Mundial teve influência na criação de condições favoráveis para a decolagem do processo de industrialização do país. O bloqueio econômico no Atlântico dificultou as exportações e as importações. Houve também a suspensão da entrada de capitais estrangeiros. As economias dos países beligerantes foram orientadas para atender prioritariamente às necessidades do conflito. Assim o mercado interno brasileiro ficava livre para a iniciativa nacional – quase sem a concorrência dos produtos importados. Com a escassez, os preços subiram. E a demanda do mercado interno impulsionou um surto próprio de industrialização no país. A indústria mostrava-se uma atividade econômica promissora (Brum, 2009, p. 174).

Podemos dizer que os quatro fatores anteriormente citados se concatenam durante a ocorrência do conflito para formar as bases de uma indústria na região. As primeiras empresas da cidade se estabelecem efetivamente durante a guerra, impelidas pelo favorável momento econômico. Podemos destacar empresas como Germani, Sassi, Andreazza e Luis Anthunes. Mas certamente há duas que serão centrais nos anos seguintes: a grande metalúrgica Eberle (que chegará a ser a maior do estado) e o Lanifício São Pedro. Ambas farão amplo uso de um quinto fator, central para o subsequente desenvolvimento industrial da cidade, e talvez o fator mais importante de todos: as condições da força de trabalho disponível. Mais adiante analisaremos, em separado, esse fator determinante para a indústria local.

2.1.2 Os anos de prosperidade (1920-1950)

O período compreendido entre o fim da Primeira Guerra e o fim da Segunda Guerra é de grande desenvolvimento da indústria brasileira. Esse período, na história de Caxias, recebeu considerável atenção dos historiadores no que diz respeito ao estudo das maiores empresas da cidade. A Primeira Guerra possibilita a decolagem da industrialização no país, a partir de uma série de condições favoráveis:

Como a exportação também estava dificultada, operou-se relativa transferência de recursos financeiros, do setor agroexportador para o setor urbano-industrial. As dificuldades de importação levaram também um número crescente de comerciantes a direcionarem parcelas de suas disponibilidades financeiras para as atividades industriais, com vistas ao atendimento da demanda (Brum, 2009, p.174).

Em Caxias, como dito acima, as mesmas condições são sentidas. Todo o capital que havia sido acumulado pelo comércio estava, agora, pronto para migrar, de maneira massiva, para a indústria. Bergamaschi e Giron destacam o crescimento industrial de Caxias no período:

A indústria que estivera ligada à empresa familiar e manufatureira amplia-se com a adoção de novas técnicas de produção. Surgem novos estabelecimentos industriais e outros já existentes se modernizam. Este é o caso da Metalúrgica Abramo Eberle que em 1915 compra um gerador de 8 HP e amplia seu capital, participando do esforço de guerra. São criadas então a Sociedade Vinícola Riograndense, a Industrial Madeireira, a Indústria de Trilhadeiras de Evaristo de Antoni e a Fábrica de Produtos Químicos Luiz Veronese (Bergamaschi; Giron, 2001, p. 27).

A Eberle encontrará rápido desenvolvimento. Seu faturamento anual será quatro vezes maior no período 1916-1919 do que nos anos anteriores (Lazzarotto, 1981, p. 33). Com isso a empresa ampliará sua planta, trará máquinas da Europa e chegará a abrir uma filial em São Paulo (que será desativada posteriormente). Em 1925 a empresa passa a produzir produtos sacros, que exigem uma técnica e um cuidado muito maiores (o que é um indicativo do aumento de seu capital constante). Ao fim da década de 1920, estamos falando de uma empresa com capital de Rs 2.000.000.000, ou seja, dois mil contos de réis (Lazzarotto, *Op. cit.*, p. 35).

Outra empresa que encontra um desenvolvimento acelerado após a eclosão da Grande Guerra é o Lanifício São Pedro. Inicialmente uma cooperativa constituída pelo capital de imigrantes provenientes da região de Vicenza, na Itália (imigrantes com experiência e conhecimento técnico na indústria têxtil), a empresa é comprada por Hércules Galló em 1908 (Herédia, 2017, p. 122). Às vésperas da guerra, Galló abrirá uma sociedade com a firma Chaves & Almeida, ampliando o capital para Rs 700.000.

Assim como no caso da Eberle, é o conflito mundial que será o momento agudo para o desenvolvimento do Lanifício. Em 1916 seu maquinário já é orçado em 500 contos de réis e a empresa emprega 180 funcionários (ao menos entre os fichados), sendo a metade deles formada por estrangeiros. É também nesse período que ocorre a construção de casas para os operários, nas proximidades da empresa, pelas quais será cobrado um aluguel de valor simbólico, originando a vila operária de Galópolis (*Ibid.*, p. 135).

Diante de seu rápido crescimento, ocorre a democratização das ações do Lanifício, em 1928. Trata-se do único meio possível, diante das relações postas pelo capitalismo em sua fase definitiva, de ampliação do capital de giro em escala significativa. Após a formação da S.A., o Lanifício atinge um capital de 4,5 mil contos de réis (*Ibid.*, p. 140). No caso da Eberle a democratização do capital é um pouco posterior, datando de 1943 (em meio à Segunda Guerra), atingindo a soma de seis milhões e oitocentos mil cruzeiros (Lazzarotto, *Op. cit.*, p. 36).

Sintoma de que era, agora, a indústria que se tornava o centro econômico da cidade, é a transformação no interior da Associação dos Comerciantes. Surgida, como exposto acima, em

1901 para atender aos interesses das casas de comércio, a entidade se vê ameaçada pela União Comercial Caxiense, de 1927, que, apesar do nome, representava abertamente os interesses dos industriais. Buscando neutralizar a instituição rival, a tradicional ACCS¹⁴ organiza uma reunião entre representantes de ambas as entidades. Como resultado, ocorre o ingresso da burguesia industrial na Associação dos Comerciantes. Se, em teoria, a extinção da União Comercial Caxiense, ainda em 1927, parecia uma vitória dos comerciantes, na prática marcava o início da colonização da ACCS pelos industriais¹⁵ (Bergamaschi; Giron, *Op. cit.*, p. 28).

A realização da primeira Festa da Uva, em 1932, logo após o colapso da Bolsa de Nova Iorque, já revela a primazia dos industriais sobre o comércio. Em 1935, em reunião da ACCS, a entidade delibera a redação de uma petição de apoio ao governo estadual para a promoção da festa. A festividade, que homenageia a uva e o vinho, já era comandada pela indústria. O documento encaminhado ao governo estadual é disso revelador, quando afirma que a uva foi “o marco inicial dessa nova fase de prosperidade e de adiantamento em que hoje se encontra a novel *indústria* de que Caxias foi o berço” (Gardelin, 1995, p. 74).

A indústria do vinho, embora menos técnica e com menos capital de giro, também registra grande crescimento nesse período. Segundo Pesavento (1983, p. 42), a cantina de Antônio Pieruccini já era, desde 1916, a maior do país. Além disso a autora destaca a força da associação patronal Sindicato do Vinho, formada em 1929, ao influenciar o governo estadual seja no combate às cooperativas (que representavam um aumento na produção do líquido, fazendo seu valor de mercado diminuir), quanto no que toca ao combate às adulterações das quais o produto era vítima ao chegar ao mercado consumidor, em São Paulo:

Em última análise, a formação do Sindicato e da Sociedade [do Vinho] representavam um mecanismo para pôr em prática um princípio de racionalidade capitalista: aqueles que tinham condição de melhor produzir e distribuir o vinho assumiam, de forma institucionalizada, a direção do processo. Concentravam-se os meios de produção e os capitais comerciais, afirmando a supremacia da indústria do vinho sobre o artesanato doméstico (Pesavento, 1983, p. 48).

A Segunda Guerra Mundial dará novo impulso à economia brasileira. Novamente, isso se reflete em Caxias. A Eberle inicia a produção de motores elétricos em 1942 e incorpora o

¹⁴ Associação Comercial de Caxias do Sul.

¹⁵ Para se ter uma ideia do peso dos industriais no interior da Associação dos Comerciantes, Gardelin destaca que, em janeiro de 1930, ocorre a mais importante reunião do ano, reunindo todos os comerciantes e industriais membros da entidade. Seu tema gira em torno da decisão de Abramo Eberle de transferir sua empresa para Montenegro, devido aos problemas envolvendo o fornecimento de energia em Caxias. Praticamente toda a burguesia local se reúne para impedir o industrial de deixar a cidade. Abramo lista todas as suas reclamações, às quais os membros da entidade se comprometem em tentar sanar. (Gardelin, 1995, pp. 58-59). Os associados, buscando manter a Eberle na cidade, dão uma grande mostra de submissão aos interesses do industrial.

primeiro forno de fundição de ferro gusa do estado, em 1944 (Lazzarotto, 1981, p. 36-37). Após a guerra, a empresa ultrapassa a marca de mil funcionários fichados. Vale lembrar que tanto a Eberle quanto a Gazola foram consideradas empresas “de interesse nacional”, passando a ser geridas pelo exército durante o conflito. Seu faturamento aumenta consideravelmente¹⁶.

Menos lembrado é o fato de que o Lanificio também foi considerado “empresa de interesse nacional”. Sua produção de cobertores e fardamentos para o exército brasileiro (do qual foi, durante anos, um dos principais fornecedores de tecidos) levou a empresa a obter uma série de subsídios e incentivos do Estado Novo. Durante o conflito, seu capital saltará de cinco para quase dez milhões de cruzeiros (Herédia, *Op. cit.*, p. 143). As políticas do governo favoreciam as indústrias de maior capital:

Nessa fase o governo, preocupado com a reposição do equipamento industrial, utilizado em excesso nesse período de guerra, criou um certificado de equipamento, que era nominativo e rendia juro de 3% ao ano; era possível aos mesmo serem utilizados em moeda estrangeira, caso seu portador quisesse comprar máquinas para reequipar sua indústria. Ao mesmo tempo, criou um imposto sobre lucros extraordinários que “a empresa poderia deixar de pagar, caso aplicasse uma importância igual ao dobro do imposto devido em *certificados de equipamentos*”, o que era conveniente para as grandes empresas (*Ibid.*, p. 144).

Com a aquisição de novos equipamentos devido à política do Estado Novo, a empresa adquire máquinas estadunidenses, aumentando tanto seu capital quanto sua produtividade. Os anos imediatamente posteriores ao fim da Segunda Guerra confirmam o auge da indústria têxtil nacional, que não tinham concorrência estrangeira (*Ibid.*, p. 146).

Nesse contexto de impulso à indústria caxiense (e brasileira) devido à guerra, temos um acontecimento fundamental para a vida econômica ulterior da cidade. O projeto da BR-2 (atual BR-116), que cortaria o país de norte a sul, não incluía Caxias na sua rota, já que tal traçado encontraria muitos obstáculos naturais (os vales de Galópolis e São Marcos, por exemplo) e a opção de construí-lo por Nova Petrópolis resultaria em um caminho mais curto e menos dispendioso de ser pavimentado. Um grande *lobby* foi organizado em torno de Vargas, que foi atraído para uma visita a Caxias do Sul. Em 1941, entendendo a relevância econômica da indústria local, Getúlio Vargas confirmava ao prefeito Dante Marcucci, durante um banquete, a passagem da via pela cidade (Chies, *Op. cit.*, p. 106). As grandes indústrias do setor

¹⁶ Em 1941, no início do conflito mundial, a Eberle atinge o maior lucro líquido de sua história (1.112.073\$610) (Lazzarotto, 1981, p. 42).

automotivo que se desenvolverão após a Segunda Guerra (Marcopolo, Guerra, Randon, Agrale) crescerão umbilicalmente ligadas à rodovia mais longa do país.

Com isso, como Silva (2016, p. 34) observa com precisão, as duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão são eventos fundamentais para explicar o avanço da industrialização em Caxias do Sul. Em geral, em boa parte da América Latina, esse período permite um avanço das indústrias nacionais. Claro, para que tal avanço ocorresse, era necessária a existência prévia de capital passível de ser convertido para a indústria. Nesse ponto, os anos iniciais da formação econômica da cidade foram fundamentais, preparando o cenário para uma rápida expansão entre 1920 e 1950. Como veremos, somar-se-á a isso o fator essencial ligado à força de trabalho disponível. Mas a utopia latinoamericana de libertar-se do jugo imperialista duraria pouco. A euforia do crescimento industrial na “era da guerra total” daria lugar à dura realidade semicolonial no pós-guerra.

2.1.3 A indústria automotiva (1950-)

Dos três períodos nos quais dividimos o estudo do desenvolvimento industrial de Caxias do Sul, o período pós-1950 é, de longe, o menos estudado de todos. A produção historiográfica, aqui, é bastante insuficiente, havendo muito ainda a ser escrito sobre tal período. É possível conjecturar acerca dessa negligência: talvez o fato do que início do século XX ofereça a compreensão da gênese industrial da cidade tenha tornado o estudo dos últimos 70 anos menos atraente; talvez a decadência total de empresas tradicionais da cidade, ocorrida nesse período, tenha afastado alguns historiadores de seu estudo. O fato é que esse importante período começa apenas muito recentemente a ser abordado com mais rigor, tornando difícil a construção de uma visão geral a seu respeito.

A Segunda Guerra marca uma profunda modificação no rearranjo das forças produtivas mundiais. A divisão internacional do trabalho sofre profundas modificações que, em sua essência, perduram até os dias de hoje. A colonização clássica, baseada na ocupação militar, se esfacela diante da ampla mobilidade de capital. Lenin havia percebido como uma das características mais fundamentais do capitalismo em sua forma definitiva, a imperialista, a colonização de países menos avançados justamente através da transferência de grandes remessas de capital. Segundo ele, o capital financeiro é uma força tão decisiva que “é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa” (Lenin, 2008, p. 80).

Esse fenômeno, inerente ao capitalismo do século XX em diante, como sua forma *necessária* de existência, adquire suas proporções mais significativas após o rearranjo da ordem mundial com o fim do mais impactante conflito da história humana. Hobsbawm sintetiza o contexto mundial pós-Segunda Guerra como uma Era de Ouro. Mas enfatiza que essa era somente foi mágica para os países desenvolvidos. Nessa época, ocorre a recuperação econômica da Europa e a expansão da economia estadunidense. Nesse processo, enquanto ocorria a descolonização na Ásia e na África, o capital financeiro estrangulava o proletariado dos países semicoloniais com a transferência massiva de capital em busca de força de trabalho barata.

Era natural que a indústria se transferisse de locais de mão de obra cara para outros, onde ela era barata assim que isso se tornasse possível e economicamente viável, e a (previsível) descoberta de que mão de obra não-branca era tão qualificada e educada quanto a branca iria ser um bônus extra para as indústrias de alta tecnologia (Hobsbawm, 2009, p. 276).

A Segunda Guerra Mundial marca, entre outras inflexões profundas na economia política mundial, uma expansão dos bens de capital acumulados pelos países centrais em direção aos países periféricos. Para além dos bens industriais de consumo, historicamente escoados das nações imperialistas para a América Latina, há, agora, a necessidade de escoar, também, bens de capital acumulados. Com observa Marini:

Até 1950, esta [a economia internacional capitalista] tinha superado a crise que a afetara, a partir da década de 1910, e encontrava-se já reorganizada sob a égide norte-americana. O avanço logrado pela concentração do capital à escala mundial põe então nas mãos das grandes corporações imperialistas uma abundância de recursos que necessitam procurar aplicação no exterior. O traço significativo do período é que esse fluxo de capital para a periferia se orienta preferentemente para o setor industrial [...] Na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu, nos países centrais, o prazo de reposição do capital fixo¹⁷ praticamente à metade, pôs-se a esses países a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinaria que já eram obsoletos antes de se terem totalmente amortizado (Marini, 1976, p. 49-50).

De fato, o conflito terá consequências profundas até nos mais isolados rincões do planeta, independente do envolvimento direto com a guerra ou não por parte do país em questão. À América Latina, o conflito volta a evidenciar sua realidade de submissão às potências imperialistas estrangeiras, através da grande afluência de capital europeu e estadunidense, combinado a uma evasão de divisas rápida e quase automática às potências dominantes. Brum (*Op. cit.*, p. 212) adota a posição de que, diante das divisas internacionais acumuladas pelo período de industrialização do país, o Brasil poderia ter reinvestido esse capital para buscar

¹⁷ Ou seja, “capital constante”, no léxico marxista, as máquinas, ferramentas, materiais.

alicerçar-se ao posto de potência industrial. Contudo, essa chance teria sido “desperdiçada”, uma vez que o governo do general Dutra *resolveu* dilapidar esses recursos em produtos obsoletos das potências imperialistas.

O autor se vale da concepção nacional-desenvolvimentista para analisar a história econômica do Brasil, o que não lhe permite compreender, aqui, nem as condições necessárias de existência da divisão internacional do trabalho na era do capital em sua forma definitiva, nem as condições *essencialmente materialistas* em que opera a economia capitalista. Tornar-se ou não uma grande potência industrial não é, nunca foi e jamais será uma opção, uma escolha passível de ser tomada por uma política econômica capitalista bem planejada. Isso equivaleria a afirmar que são as ideias, o espírito, a abstração, que determinariam a realidade concreta¹⁸.

O atraso econômico é uma condição imposta à América Latina para sua existência dentro do capitalismo global. Isso independe da vontade de qualquer governante, seja ele um nacional-desenvolvimentista, seja um *entreguista*. Evidentemente que a administração de tal condição vai variar de governo para governo; mas a existência da *condição* semicolonial, dependente, é parte da forma como o capitalismo, quando adentra em sua fase definitiva, integra a América Latina à economia mundial.

Florestan Fernandes chama a atenção para a forma impiedosa como as ilusões nacional-desenvolvimentistas são demolidas pela dura realidade do imperialismo, que existe submetendo as nações latinoamericanas a uma condição de dependência. Segundo o sociólogo, nesse período “às euforias das ‘vias próprias’ de superação do subdesenvolvimento sucede a certeza de que a lógica do capitalismo dependente é inflexível¹⁹”. Para o autor, apenas Cuba escaparia a essa lógica, uma vez que somente através da ruptura com o capitalismo é que seria possível superar a condição de economia dependente. A penetração das empresas e do capital imperialista, em larga escala, a partir de 1950, ainda que blindada sob o discurso de que contribuíam para o desenvolvimentismo, revelariam “sua natureza como uma influência estrutural e dinâmica interna” (Fernandes, 1975, p. 22), cujas consequências foram um sólido controle interno (não apenas econômico, mas também na cultura, educação e hábitos de

¹⁸ Brum (*Op. cit.*, p. 244), na esteira da teoria furtadiana nacional-desenvolvimentista, chega a afirmar que o desenvolvimento independente do Brasil não foi atingido devido, por um lado, às estratégias do capital internacional e, por outro, a algumas razões de ordem interna, tais como a escassez de capital nacional próprio (aquele mesmo que Dutra *resolveu* investir equivocadamente), a restrição de acesso ao crédito e a fraqueza do empresariado brasileiro. Ou seja, tivessem os capitalistas internacionais *resolvido* adotar outra estratégia, ou tivesse havido mais crédito no Brasil, nosso país seria economicamente independente hoje em dia...

¹⁹ Fernandes, 1973, p. 222. In. Castells; Cardoso; Fernandes; et. al.

consumo) e a completa ausência de bases nacionais para o avanço tecnológico, feito com capital e pessoal técnico de fora (*Ibid.*, p. 18).

A análise da inserção da América Latina na economia mundial encontrou seu ponto mais profundo na *teoria da dependência*, elaborada por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Gunder Frank, Vânia Bambirra, etc. Entender a condição de nosso continente como sendo de *dependência* é central para apreendermos corretamente sua realidade econômica, evitando cair nos mitos desenvolvimentistas (que serviram de base teórica, por exemplo, para a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso²⁰). O fenômeno da industrialização latinoamericana cria a ilusão de que a economia mundial é uma linearidade: seria possível ao Brasil passar por todos os estágios de desenvolvimento econômico que a Europa passou, atingindo, em um futuro mais ou menos distante, seu mesmo patamar de desenvolvimento industrial. Destruir esse mito é fundamental para entendermos a condição de capitalismo subordinado que se impôs à América Latina.

Como observa Marini, desde o “século XVI a América Latina desenvolve-se em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional, [como] produtora de metais preciosos e gêneros exóticos”, fundamentais para a expansão do capital comercial e bancário na Europa (*Op. cit.*, p. 10). No momento em que se consolida a divisão internacional do trabalho, após a Revolução Industrial, os processos de independência irão vincular diretamente as novas nações com a Inglaterra, numa posição de total sujeição, seja através de uma balança comercial quase sempre desfavorável, seja (nos raros momentos em que a balança se inverte) através do endividamento externo (*Ibid.*, p. 11). Portanto a forma de sua integração ao mercado mundial (seja como colônias, seja como nações independentes) condicionou a América Latina aos interesses do capitalismo dos países centrais.

Essa reflexão é, como dito acima, imprescindível para uma correta apreensão da dinâmica industrial, latinoamericana e caxiense. Se o período do *entreguerras* possibilitou a industrialização, em alguma medida, de nosso país, foi devido a um contexto de rearranjo internacional, de reorganização, entre as potências imperialistas, da dominação global. Tão logo esse rearranjo se cristalizou, a economia de nosso continente voltou a uma condição de

²⁰ Para Carlos Eduardo Martins (2011, p. 249), FHC parte da ideia de que, nos países dependentes, o capitalismo “está baseado na mais-valia relativa e na produtividade e pode expandir-se ilimitadamente enquanto as estruturas de dominação político-sociais o permitirem”, sendo essa visão uma mescla de teoria da dependência com nacional-desenvolvimentismo, o que resulta em problemas teóricos insolúveis. Só para citar um desses problemas levantados pelo autor, segundo Martins o ex-presidente perde de vista o fato de que a incremento da mais-valia relativa não é capaz de deter a queda da taxa de lucro (antes, a impulsiona), levando a um aumento progressivo da exploração do proletário de forma absoluta.

submissão, de *dependência*. Conforme Dos Santos, será agora o imperialismo estadunidense, através do modelo fordista, que lançará seu jugo sobre a América Latina:

Restabelecia-se depois da Segunda Guerra, por intermédio da hegemonia norte-americana, a integração da economia mundial. O capital, concentrado então nos EUA, expandiu-se para o resto do mundo, em busca de oportunidades de investimento *que se orientavam para o setor industrial* [...] A oportunidade de um novo ciclo expansivo da economia mundial exigia a extensão dessas características econômicas [do fordismo] ao nível planetário. Era esta a tarefa que o capital internacional assumia, tendo como base de operação a enorme economia norte-americana e seu poderoso Estado nacional, além de um sistema de instituições internacionais e multilaterais estabelecido em Bretton Woods (Dos Santos, 2000, p. 25).

O conflito ocorrido entre 1939 e 1945 consolidara, sem nenhuma margem para questionamento, os Estados Unidos como o grande império mundial. As conferências geopolíticas de Potsdam, Ialta e Teerã, bem como a conferência burguesa de Bretton Woods, sacramentaram o domínio ianque sobre o mundo ocidental. A criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, além da padronização do dólar como moeda para as transações internacionais, não só consolidam o domínio dos EUA de uma vez por todas, como criam mecanismos político-econômicos de submissão dos países do “terceiro mundo” aos países desenvolvidos. Segundo Gorender:

Os Estados Unidos, como potência hegemônica, criaram, em particular, duas organizações, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, ambos com sede também nos Estados Unidos, aliás, o principal financiador de ambas as organizações. [...] O FMI surgiu com a incumbência de regular o comércio internacional, o câmbio e as moedas de cada Estado. Estabeleceu-se um sistema internacional em que o dólar tomou o papel de moeda mundial, ou seja, a própria decadência da Inglaterra já não permitia que a libra fosse a moeda de reserva mundial. [...] O Banco Mundial viria a auxiliar projetos e financiar países em dificuldades, um papel que vem desempenhando até hoje, dentro de princípios que são convenientes às potências capitalistas, em especial aos Estados Unidos (Gorender, 1995, p. 434-435. *In*. Coggiola, org.).

Com relação à situação específica da América Latina, como dito acima, esse novo ordenamento mundial serve como um freio à industrialização independente e ao nacional-desenvolvimentismo. Segundo Barbosa

Enquanto que a tendência foi, nos países do Primeiro Mundo, para o gradual controle do padrão cíclico de flutuação, através das políticas anticíclicas, na América Latina, no pós-guerra, foi, inversamente, para o abandono das políticas de industrialização substitutiva centradas no mercado interno e a implementação de ulteriores medidas de liberalização econômica, desvinculadas de estratégias próprias de crescimento. [...] Vemos, daí, que as políticas econômicas do Primeiro Mundo, haviam de compeli-lo para a gradual integração mundial; por outro lado, incapaz de resistir ao impacto desagregador das mudanças, a América Latina iria optar pela reintegração subalterna e atomizada, no

quadro da divisão internacional do trabalho (Barbosa, 1995, p. 483-483. In. Coggiola, org.).

A indústria que se estabelecerá a partir de então em nosso país, é marcada pela dependência com relação às potências centrais. Como afirma Dos Santos, o projeto nacional-desenvolvimentista não tinha meios de sustentar-se diante da expansão das multinacionais imperialistas, com suas vantagens tecnológicas definitivas. O governo JK consolidaria o compromisso da burguesia brasileira com o imperialismo, evidentemente que numa situação de dependência: “o Brasil abria suas portas ao capital internacional, garantindo, contudo, suas pretensões estratégicas ao exigir um alto grau de integração de seu parque industrial, que deveria expandir-se até a montagem de uma indústria de base” (Dos Santos, *Op. cit.*, p. 33). A vantagem à burguesia nacional, que a leva a aceitar o compromisso da dependência, garante a ela a possibilidade de auferir *superlucro*, ao combinar uma superexploração do proletariado com uma maior composição orgânica, fruto da importação do capital constante, obsoleto para os países centrais, mas avançado em relação aos periféricos, acumulado pelas potências imperialistas. Carlos Eduardo Martins, outro teórico da dependência, questiona a respeito das vantagens concretas que levariam a burguesia dos países dependentes a aceitar tal compromisso:

[A resposta é] que o capital e as forças sociais que historicamente a ele se articulam têm por objetivo o superlucro, ou a mais-valia extraordinária. É isto que dá dinamismo à acumulação de capital e que responde pela introdução do progresso técnico. Dessa forma, cristaliza-se entre as classes dominantes dos países periféricos uma busca de superlucros que se realiza pela associação às bases tecnológicas, financeiras, comerciais e institucionais do capital internacional (Martins, 2011, p. 240).

Em Caxias, cidade muito beneficiada pelo processo de industrialização ocorrido no entreguerras, os efeitos do novo ordenamento mundial seriam profundos. A metalúrgica Gazola, que assim como a Eberle, dependia de maquinários mais sofisticados, entrará em franca decadência. Os anos 1980 seriam de endividamento e falta de capital de giro.

A Eberle, por sua vez, vai gradualmente perdendo força. Em 1967, ocorre a maior democratização da história do capital da empresa, na qual mais de 500 acionistas são integrados (Lazzarotto, *Op. cit.*, p. 40). Mais do que um indício de crescimento, tal fato indica as dificuldades de obtenção de capital de giro. Isso ficará mais nítido com a perda do controle da empresa pela família Eberle, em 1973, quando chega ao fim o sistema presidencialista (*Ibid.*, p. 40). Consequência dessa decadência será a venda da empresa para o grupo Zivi/Hércules, em 1985, originando o Grupo Eberle Mundial (Metz, 2003, p. 151). Mesmo com a fusão a empresa seguirá em decadência nos anos seguintes, passando por uma intensa crise em meados dos anos

1990, inclusive com pesados débitos fiscais. Buscando superar o contexto crise, a direção da empresa (já sem a presença de nenhum Eberle) realiza uma demissão massiva de operários em 1997. No ano seguinte uma nova diretoria assumirá, tendo como principal objetivo a quitação de um enorme passivo trabalhista, indicando novamente o total endividamento do grupo²¹. No fim da década de 90, a empresa respondia mais de 1300 processos de funcionários e ex-funcionários (*Ibid.*, p. 69). Ainda que, posteriormente, após uma grande reestruturação interna, unida ao afluxo de capital oriundo de outras empresas do Grupo, a Eberle Mundial tenha se reerguido *parcialmente* (uma vez que jamais voltou a ter o peso que possuía até os anos 1960 na cidade), é um fato que, na prática, deixou de ser uma empresa caxiense.

O Lanifício São Pedro S.A. passará, *grosso modo*, por uma trajetória de decadência semelhante. Em 1961 a empresa sofre uma reestruturação política, buscando obter mais capital de giro, ainda com recursos próprios (Herédia, *Op. cit.*, p. 150). O aumento do preço da lã no mercado mundial será mais um choque para a empresa²². Sem mais saída, a empresa recorre a uma série de empréstimos no início dos anos 1970, buscando ampliar seu maquinário. As dívidas aí contraídas, jamais serão sanadas (*Ibid.*, p. 152-153). Nem mesmo a aquisição dessa nova leva de capital constante, mais moderno, pôde solucionar a situação dramática da empresa: em 1978 o balanço é de um brutal prejuízo de mais de quinze milhões de cruzeiros. Às portas da falência, o Lanifício contrai um empréstimo cujo valor equivalia ao dobro do valor total de seu capital. A história da empresa, então, praticamente se encerra quando é adquirida, à beira do colapso, por um novo grupo, em 1979 (*Ibid.*, p. 154).

As trajetórias desses três gigantes da economia caxiense do século XX se encerram de maneira parecida. Ainda que, evidentemente, cada uma tenha suas peculiaridades, todas sofrem com a impossibilidade de afirmação de uma indústria de ponta, independente, na periférica América Latina, após 1945. A produção de motores, tecidos e outros gêneros metalúrgicos encontra a concorrência do capital imperialista. Não há como competir. Como lembra Lenin

²¹ Para se ter uma ideia do caos em que o Grupo Eberle Mundial estava mergulhado, vejamos o que relata Metz (2003, p. 70) que, em sua pesquisa, teve acesso a importantes documentos da empresa: “Várias situações prejudiciais às empresas [do grupo] foram apuradas na verificação do [seu] passado. Fichas comprobatórias de entregas de Equipamentos de Proteção Individual haviam sido deixadas sob responsabilidade da própria fábrica e ali rasgadas, sem possibilidade de recuperação. Fatos alegados pelas empresas do Grupo, em processos trabalhistas, não eram comprovados. Gestores desconsideravam as normas trabalhistas [...] Os supervisores tinham medo dos sindicalistas”.

²² Dentre os vários fatores que provocaram o aumento, Herédia (*Op. cit.*, p. 151) cita o aumento demográfico, a queda na produção nacional e a alta procura por parte de outros Estados. Esse último motivo é importante, uma vez que se deve ao que expusemos anteriormente: a volta de Estados imperialistas a uma produção industrial massiva para o mercado mundial após a Segunda Guerra.

(2008, p. 62), o capital imperialista é muito mais avançado, “excessivamente maduro”, sendo uma necessidade a sua exportação contínua para países semicoloniais.

Contudo, isso não significa o fim da indústria caxiense. Ao contrário, marcou muito mais sua reestruturação. Por um lado, desde um ponto de vista universal, a cidade se insere na absorção de capital dos países centrais (na forma de bens de consumo e de bens de capital), como ocorre, em geral, na América Latina. Contudo, a singularidade de sua formação histórica fará com que a cidade dê início a uma nova era de sua indústria, uma vez que setores de sua burguesia terão força suficiente para se beneficiar do compromisso imposto pela dependência, como veremos. Silva (2016, p. 37) observa que as empresas que surgem nesse período são aquelas que, de certo modo, tornar-se-ão símbolos da cidade. O que todas terão em comum é o fato de serem do mesmo ramo: o setor automotivo.

A industrialização da cidade deixara marcas. Caxias possuía, agora, características importantes enquanto cidade. Heberle (2014, p. 74) destaca algumas dessas transformações, como uma rede viária eficiente para o escoamento e abastecimento. O espaço geográfico da cidade teria, assim, se transformado para atender aos interesses da industrialização. A autora afirma que as transformações geográficas a partir de interesses do capital geram a concentração de riqueza e poder econômico em certos pontos do espaço, em contraste com outros.

Essas relações assimétricas de trocas são a expressão de processos desiguais de troca no espaço e levam a uma configuração espacial que se molda, a fim de gerar vantagens competitivas na concorrência entre os capitais. A estrutura espacial é identificada por apresentar fluxos que estão interligados na esfera do território, e produzem certa estabilidade em termos de produção, distribuição, troca e consumo. A necessidade de minimizar o tempo e os custos do transporte na conexão entre as indústrias, de oferta de mão de obra e acesso ao mercado consumidor leva à geração [...] de uma coerência estruturada, entendida como um padrão geográfico relativamente estável que opera dentro de um perímetro espacial (*Ibid.*, p. 74).

Caxias se tornara uma cidade industrial. Segundo o censo de 1970, a cidade possuía 144.871 habitantes, com 114.008 na zona urbana²³, o que já indica a tendência à consolidação da industrialização. Isso significa que, apesar da falência das indústrias “tradicionais” (aquelas consolidadas no início do século XX), as modificações no espaço urbano, o surgimento de empresas complementares, a consolidação de uma infraestrutura apropriada e a existência de uma força de trabalho propícia, são fatores consolidados na cidade e que não são elimináveis simplesmente pela decadência de uma ou outra empresa. Calandro e Campos identificam, na

²³ Trindade, 1978, p. 147. In. Wanderley Reis. org.

cidade, a formação de um SLP (Sistema Local de Produção), que teria como uma de suas características centrais a formação de redes flexíveis entre fornecedores e clientes em um determinado local, aproveitando “sinergias geradas pelas interações das empresas de todo o tamanho [...] com seu entorno institucional e organizacional” (Calandro; Campos, s/d., p. 1).

Esses fatores todos são favoráveis ao desenvolvimento de novos empreendimentos. Assim, concomitantemente ao processo de decadência das empresas “tradicionais” (Gazola, Eberle, Lanifício São Pedro) surgem novas empresas, valendo-se dessas condições favoráveis, e todas ligadas ao setor automotivo (Agrale, Randon, Guerra, Frase-Le, Marcopolo), formando um *cluster* do setor na região, garantindo às empresas “um desempenho diferenciado, superior à atuação individual” (*Ibid.*, p. 12).

Tais empresas surgem todas em um período mais ou menos próximo, a partir da década de 1950. Ainda que a ideologia dominante na região costume glorificar o trabalho, defendendo a ideia de que o árduo suor dos empresários foi capaz de construir²⁴, no ato divino da *creatio ex nihilo*, grandes impérios empresariais, não há dúvidas de que uma grande quantia de capital foi necessária para possibilitar o início e o desenvolvimento bem-sucedido de tais empresas. A Marcopolo, com sua primeira planta, no bairro Planalto, de 39.952 m², (Fischer; Nunes; Rossi, 2011, p. 9) não parece ter surgido sem capital. Embora a revista comemorativa de 50 anos da empresa afirme que o sucesso se faz com trabalho e dedicação²⁵ (estampando um operário na imagem), também reconhece que a empresa iniciou com um capital de 240 mil cruzeiros²⁶ (numa época em que o salário mínimo era de cerca de 900 cruzeiros), cifra provavelmente menor do que a real, mas, ainda assim, vultuosa.

De qualquer forma, é necessário que expliquemos a característica geral do crescimento do setor automotivo em Caxias, ainda que cada empresa tenha, claro, suas singularidades. Isso nos permitirá compreender, mais adiante, as condições de atuação do Sindicato sobre a região. À primeira vista, o rápido crescimento de tais indústrias iria de encontro ao que afirmamos

²⁴ Azevedo (2020, p. 51) faz uma excelente análise antropológica da cultura empresarial de Caxias do Sul e de como a visão dos empresários acabou se tornando hegemônica na cultura da serra. Segundo ele “de fato, a memória coletiva da italianidade passa pela construção de um mitológico *self-made man* colono, que desbravou e domou as terras, onde a principal razão para este sucesso foi um esforço, uma vontade de trabalhar que é oriunda da “raça”. O raciocínio era reforçado pela manutenção cultural promovida pela Igreja, sempre fortalecendo a comunidade”. Da mesma forma, Heberle, ao entrevistar empresários da cidade, constata o mesmo tipo de pensamento. Ao questionar a um empresário por que Caxias teria atingido um bom nível de desenvolvimento industrial, este responde: “Porque tem uma qualidade excepcional de gente. Eu acho que esse é o nosso grande ativo. Isso vem de gerações, talvez tenha tudo a ver com o processo de colonização, de desenvolvimento e de crescimento de Caxias” (Heberle, *Op. cit.*, p.115).

²⁵ Marcopolo, 1999, p. 103.

²⁶ *Ibid.*, p. 23.

anteriormente (o sufocamento, pelo imperialismo, da grande indústria independente na América Latina). Contudo, antes de contrapor nossas afirmações, o desenvolvimento do setor automotivo em Caxias, ao contrário, as corrobora. Antes de mais nada, temos de dividir o setor automotivo em dois grupos: a produção de motores, chassis e automóveis (que requer altíssimo nível técnico, necessita constantes investimentos em P&D e possui, por consequência, uma taxa de lucros elevada) e a produção de carrocerias, reboques e implementos (muito mais grosseira, requer técnicas menos modernas e possui menores taxas de lucro). É evidente que o setor automotivo caxiense está no segundo grupo, ao passo em que o primeiro grupo é controlado por multinacionais imperialistas, no Brasil e no mundo.

Quadro 2: Indústria Automobilística: número de empresas, receita líquida de vendas (RLV) e pessoal ocupado (PO) – Brasil, 2010:

Descrição	Nº de Empresas	%	RLV (R\$ milhões)	%	PO	%	Produtividade do trabalho (RLV/PO, R\$ mil/PO)
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	3.868	100	239.894	100	524.921	100	457,01
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	20	0,52	116.774	48,68	97.821	18,64	1.193,75
Fabricações de caminhões e ônibus	17	0,44	37.824	15,77	28.974	5,52	1.305,45
Fabricação de cabines, carrocerias, reboques para veículos automotores	861	22,26	11.635	4,85	63.621	12,12	182,88
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	2050	53	72.998	30,43	320.988	61,15	227,42
Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	920	23,78	663	0,28	13.517	2,58	49,05

Fonte: *Liderança de Mercado na Indústria Automobilística Brasileira: o caso da Marcopolo*. (Araújo; Cavalcante, 2013, p. 17). Adaptado.

O quadro acima revela como as empresas do segundo tipo (reboques e carrocerias) são maioria no Brasil (praticamente nenhuma, como veremos, de setores imperialistas da burguesia): 3.868 empresas, em 2010, obtinham, juntas, uma receita de R\$ 239.894.000.000,

com uma taxa de produtividade (receita líquida dividida pelo pessoal empregado) de R\$ 457.010. Em contrapartida, a fabricação de automóveis (que engloba chassi e motor e é toda controlada por oligopólios imperialistas) constava com apenas 20 empresas no país. No entanto, sua receita equivalia a quase a metade da receita das três mil e seiscentas indústrias de carrocerias e implementos. Sua produtividade chegava a R\$ 1.193.750, cifra consideravelmente superior às empresas do primeiro grupo. Sobre as empresas de carrocerias e implementos, Araújo & Cavalcante afirmam:

Neste setor há claramente um nicho em que algumas empresas brasileiras têm um papel importante. Na verdade, estas tendem a ser nacionais e, em geral, são consideradas tipicamente familiares. Em comparação com o setor de automóveis, camionetes e utilitários – bem como o de produção de caminhões e ônibus – o setor de fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores é claramente *mais intensivo em mão de obra* [grifos meus] (Araújo; Cavalcante, 2013, p. 17).

Ou seja, as empresas que se constituíram em Caxias do Sul nesse ramo, formando um *cluster*, possuem baixos índices de lucratividade e dependem de uma intensa exploração da força de trabalho. Por tais motivos, geram quase um completo desinteresse por parte do grande capital estrangeiro. Os mesmos autores, com a sinceridade ingênua que apenas as crianças e os economistas liberais possuem, reafirmam a brutal exploração de força de trabalho como base dessas indústrias: trata-se de um setor muito pobre em P&D (*Ibid.*, p. 17), com poucos requisitos tecnológicos para a produção, onde “o controle rigoroso da produção é essencial para a competitividade [...]” (*Ibid.* p. 14) e “a reduzida intensidade tecnológica e a *maior intensidade em mão de obra* do segmento [...] abriram espaço para mais presença dos países em desenvolvimento” no setor (grifos meus) (*Ibid.* p. 14).

Os autores concluem afirmando que a Marcopolo somente pôde crescer devido a um completo desinteresse do capital estrangeiro no setor. O baixo nível de investimento tecnológico aliado ao “uso intensivo de mão de obra” foram a tônica do crescimento da empresa na região (*Ibid.* p. 37). Evidentemente que tal lógica pode ser estendida às demais empresas, à exceção da Agrale (que é muito pouco competitiva a nível internacional), que também produzem no mesmo segmento.

Ainda assim, tal setor precisa de algum incremento técnico. Como praticamente não há investimentos em P&D, há dois caminhos para isso: a aquisição de maquinário dos países imperialistas pela compra (o que, além do alto custo devido a conversão da moeda, não garante que tais equipamentos serão efetivamente os mais modernos que existem) ou a formação de *joint ventures*. Mais recorrente será a segunda opção.

Em 1976 a Randon forma uma *joint venture* com a empresa francesa Nicolas. Ainda que a parceria não tenha durado muitos anos, será a estratégia da empresa nos anos seguintes: a associação com empresas de técnica mais avançadas e de países centrais, na busca por algum avanço técnico significativo. Segundo Dalla Costa e Souza-Santos:

Na década de 1980 as *joint ventures* se tornam estratégia da Randon para repartir investimentos, incorporar tecnologias de ponta consagradas no cenário internacional, agregar novos mercados e fortalecer a posição da firma nos mercados já conquistados. Seguindo essa estratégia [...] surgiu a Freios Master Equipamentos Automotivos Ltda., fruto da associação entre a Randon e a Meritor Automotive Incorporated, fabricante dos produtos da marca Rockwell (Dalla Costa; Souza-Santos, 2009, p.5).

Mais tarde, outras empresas formarão *joint ventures* com a Randon, como a alemã JOST-Werke. Novamente o objetivo é “o acesso à tecnologia e à própria utilização de componentes JOST nos produtos desenvolvidos pela Randon” (Bernardi, 2011, p. 111). O mesmo ocorre com a Marcopolo. Em 1991, no bojo da reestruturação produtiva no Brasil, consolida sua primeira *joint venture*, com a portuguesa Evicar. Através desse grupo luso, atrelado ao grupo holandês DAF, a empresa terá algum acesso a certas tecnologias da Europa²⁷. Segue-se a essa primeira experiência o estabelecimento inúmeras *joint ventures* nos últimos anos, com o objetivo central de incorporar alguma tecnologia²⁸.

Com isso, temos a tônica da indústria caxiense no pós-Segunda Guerra: a cidade, graças a uma infraestrutura e acúmulo de capital peculiares, explicáveis por sua formação histórica, vê o ramo automotivo despontar como epicentro de sua economia industrial. Contudo, inserida, como todo o resto da América Latina, na condição de dependência, vai desenvolver esse ramo através da absorção de bens de capital, oriundos dos países centrais, por meio das *joint-ventures*. Esse processo, que condiciona o aumento do capital constante das empresas da cidade aos interesses do capital imperialista, permite a essas empresas combinar mais-valia relativa e mais-valia absoluta, resultando em uma altíssima taxa de exploração, uma vez que o ramo da produção de implementos e carrocerias depende, como vimos, de uma exploração intensa do trabalhador. Em outras palavras, o maquinário trazido pelas parceiras imperialistas contribui para aumentar a exploração do metalúrgico caxiense.

Importante notar que o *cluster* automotivo da região provoca consideráveis transformações na economia da cidade. Não só a vinda de empresas imperialistas parceiras (Master, JOST, Castertech, etc), mas também as empresas “acessórias” a essas grandes

²⁷ Marcopolo, 1999, p. 28.

²⁸ Destacamos as *joint ventures* com a Tata Motors (2006), GB Auto (2008), OJSC Kamaz (2011) e Volgren Australian (2012) (Heberle, 2014, p. 95).

metalúrgicas acabam movimentando a economia caxiense. A Vidroforte e a Fortaleza, por exemplo, foram empresas surgidas para suprir necessidades da Marcopolo (Heberle, 2014, p. 100), assim como a Caxiense, empresa que se sustenta fortemente através do transporte diário de força de trabalho para a Randon.

2.2 A Classe Operária de Caxias do Sul

Delineadas as características principais da indústria na cidade, podemos nos dedicar à análise da trajetória da classe operária, em linhas gerais. Como afirmado acima, as características da força de trabalho disponível e sua relação com a indústria, foram um fator central para o desenvolvimento econômico da cidade. Conforme afirma Thompson, no início de sua clássica obra sobre a classe operária inglesa, o estudo da formação da classe operária não pode se deter apenas a seu aspecto físico, concreto, devendo também contemplar seus aspectos espirituais, a saber, sua consciência:

[...] é possível passar de uma visão dinâmica para uma visão estática de classe: “Ela” – a classe operária – existe e pode ser definida, com alguma precisão, como componente da estrutura social. A consciência de classe, porém, é algo daninho, inventado por intelectuais deslocados, visto que tudo o que perturba a coexistência harmoniosa de grupos que desempenham diferentes papéis sociais (assim retardando o crescimento econômico) deve ser lamentado como um “sintoma de motim injustificado”. [...] Se lembrarmos que a classe é uma relação, e não uma coisa, não podemos pensar dessa maneira. [...] Se detemos a história em um determinado ponto, não há classes, mas só uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos mudanças em suas relações, suas ideias e suas instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, essa é sua única definição (Thompson, 2022, p. 11-12).

Uma vez que não podemos compreender a ação sindical, seja em Caxias do Sul, seja em qualquer outra parte do globo, sem entendermos, ao menos em linhas gerais, a particularidade da classe operária, é em torno de sua formação histórica que refletiremos agora. Procuramos salientar, a seguir, não apenas os aspectos em que o operariado caxiense, ao longo de sua história, possui em comum com a formação da classe operária brasileira, mas também seus aspectos singulares.

Para tal estudo, dividiremos a formação da classe operária em três fases, obedecendo a mesma divisão da subseção anterior deste estudo. Trata-se de uma divisão, claro, arbitrária, mas necessária para que tal reflexão seja apreensível.

2.2.1 A Força de trabalho inicial (1875-1920)

Não há dúvidas de que a força de trabalho que afluirá em direção à indústria caxiense será, inicialmente, de italianos ou de seus filhos nascidos no Brasil. Trata-se de indivíduos provenientes do campo, num processo de êxodo rural. Lazzarotto (1981, p. 75) observou muito bem que, de uma maneira geral, os fatores de repulsão atuam com mais contundência que os fatores de atração nas migrações internas. Levando em conta as condições históricas de precarização em que vive o proletário brasileiro o autor afirma que “não há justificativa para um homem vir morar na cidade, ganhar um salário mínimo, pagar aluguel, viver em condições subumanas” (*Ibid.* p. 75), a não ser que as condições de vida em seu ambiente de origem sejam insustentáveis.

Desde muito cedo essas condições insustentáveis são colocadas aos camponeses da colônia na região. Uma das várias diferenças da colonização italiana em relação aos colonos alemães dos Sinos é o tamanho das propriedades. Segundo Giron (1977, p. 24) a área dos lotes raramente ultrapassava os 35 hectares. A mesma autora chama a atenção, também, para o fato de que as propriedades eram contíguas umas às outras, o que impedia o aumento de seus tamanhos. Alia-se a isso o fato de que o italiano, uma vez mais diferenciando-se do alemão de 50 anos antes, era obrigado a pagar pelas sementes, ferramentas e pela terra, e nós teremos um quadro de desgaste extremamente rápido do solo, já que esse quadro o induzia a manter uma produção exaustiva.

Herédia (2017, p. 185) destaca o fato de que a partir da segunda geração, já não havia mais terra. O desgaste do solo havia sido tão rápido, devido a uma produção extensiva desesperada, e as terras eram tão pequenas, que se tornava, de um lado, impossível prover o sustento da família apenas com a agricultura e, de outro, impossível fracionar o loteamento entre os herdeiros. Destaca a autora que a tendência foi um rápido empobrecimento do colono, levando-o a migrar para a cidade.

Vale ressaltar o contingente populacional considerável da cidade à época. Num estado cuja população total era, no fim do século XIX, de 434 mil habitantes, a rápida distribuição de 7.500 lotes indica um povoamento muito acelerado da região²⁹. Segundo Giron (2017, p. 52), em 1886 havia 4.127 colonos em Caxias (quase 1% da população do Rio Grande do Sul). Uma vez que os censos posteriores da cidade são muito pouco confiáveis, se excetuarmos pessoas

²⁹ Essa quantidade de lotes diz respeito a toda a RCI (Região de Colonização Italiana), não apenas a Caxias do Sul.

nascidas após a colonização (não inclusas entre os “colonos”) e migrações de outras regiões, a população certamente seria muito considerável no fim do século XIX.

Anteriormente foi destacado o fato de que o volumoso contingente populacional foi fundamental para a industrialização, uma vez que possibilitou a formação de um mercado interno permanente, levando a uma acumulação do capital comercial. Mas há outro fator fundamental para o desenvolvimento ulterior da região, ligado à questão demográfica: a formação da classe trabalhadora. Caxias não teve, no início de sua industrialização, carência de força de trabalho. Segundo Giron (*Ibid.*, p. 58), a proletarização de amplas camadas dessa massa camponesa empobrecida foi, ao lado da acumulação do capital comercial, um dos fatores que possibilitou a formação industrial caxiense.

Já falamos que a indústria provém do comércio em Caxias. Da mesma forma, os primeiros funcionários das casas de comércio serão os primeiros proletários da cidade. Uma vez que as indústrias eram inicialmente negócios de família, dois aspectos contribuem para seu desenvolvimento. Por um lado, havia isenção fiscal às empresas familiares no país (*Ibid.*, p. 66). Por outro, os empregadores conheciam os empregados e seus parentes, envolvendo-os não apenas através da relação profissional, mas também por meio da afetividade (*Ibid.* p. 60). Impelidos pela insustentabilidade da vida no campo, muitos colonos partem para a cidade. Primeiro para as casas de comércio, depois para a indústria.

Essa grande afluência de colonos, em situação de pobreza e sem outra condição de sobrevivência além do emprego que lhes é oferecido (e que, ademais, seria um trabalho mais leve que a lavoura), faz com que os salários inicialmente pagos ao proletariado sejam muito baixos. Mesmo diante dessa exploração muito intensa, chama a atenção o fato de que não há, nesse período inicial, uma grande quantidade de movimentos de enfrentamentos entre patrões e operários nas principais fábricas da cidade (o que, por outro lado, não deve ser entendido como uma completa *ausência* de enfrentamentos desta natureza).

Mencionamos, anteriormente, a condição de capitalismo dependente na qual se insere a América Latina. São conhecidas as características que a burguesia latinoamericana carrega, como a concentração no ramo da exportação de commodities, a dependência de capital estrangeiro para incrementar a produtividade ou a impossibilidade de vender a preços iguais ou menores que a burguesia imperialista, quando no mesmo ramo. Mas a dependência também lança consequências sobre o proletariado, não apenas por ele se achar submetido às condições daquilo que Marini chamou de “superexploração”, mas também com relação à sua consciência.

Em países onde a industrialização é recente e muito menos intensa do que nas economias centrais, trabalhar na indústria pode significar certo status social. Além disso, diante de uma miséria generalizada entre muitos trabalhadores do campo, do comércio ou de pequenas firmas, um salário um pouco maior do que a média, vantagens assistencialistas mínimas ou possibilidade de promoção no interior de uma empresa podem se apresentar como fatores desagregadores da unidade da classe.

Assim, as classes ‘baixas’ estão cronicamente debilitadas em sua potencialidade de atuar como classes, pelos próprios dinamismos que determinam a configuração e a evolução da ordem social de competitividade sob o capitalismo dependente. Tais dinamismos convertem a classificação pelo trabalho (e suas implicações socioeconômicas, culturais e políticas) em uma espécie de privilégio degradado, de ‘segunda grandeza’, que induzem os assalariados reais ou potenciais a absorver as ilusões inerentes à ‘condição burguesa’. A proletarianização, a mobilidade profissional horizontal ou vertical e a profissionalização assumem a aparência de alternativas viáveis e eficientes de solução em escala individual [...] Os mesmos dinamismos dão origem a atitudes, comportamentos e orientações de valor reativos, de tom conformista, que anulam ou restringem as motivações favoráveis ao emprego do conflito nas relações das classes ‘baixas’ para com as classes privilegiadas (Fernandes, Op. cit., p. 238³⁰).

Isso não significa que a classe operária de nosso continente não seja propensa ao enfrentamento e à mobilização, como a história do Brasil demonstra, mas que há desafios específicos para o avanço da consciência proletária em nosso continente. Esses traços se expressam com vigor no início da formação da classe operária no Brasil, período em que há certa dificuldade de organização das demandas proletárias e da continuidade de uma luta, após iniciada. Esse menor vigor das lutas operárias em Caxias, nas primeiras décadas do século passado, em grande parte irá representar essa dificuldade de aglutinação, de avanço da consciência e de organização da classe operária no Brasil e na América Latina.

Se no período inicial da industrialização caxiense há uma perceptível dificuldade de organização do movimento operário, isso apenas reflete uma tendência nacional. Sob hegemonia do anarquismo, predominava sobre o movimento operário “uma organização sindical baseada numa estrutura federativa, onde cada sindicato mantinha sua autonomia, com a federação funcionando inteiramente solta” (Ozaí, s./d., p. 29), o que dificultava não apenas a organização de ações coordenadas, como a própria comunicação do movimento. Além disso, o operariado ainda não ocupava um papel central na economia brasileira, já que o processo de industrialização ainda dava seus primeiros passos no país. Assim, o proletariado não era, ainda, um agente político de primeira monta. Por conseguinte, o operário possuía poucos direitos,

³⁰ Em livre-tradução.

fazendo com que a luta trabalhista, com todas as suas dificuldades de organização, se limitasse à conquista de direitos elementares, sem poder assumir pautas mais profundas.

Se, por um lado, imigrantes europeus politizados assumiram a liderança da classe operária brasileira, imprimindo seu background ideológico ao movimento operário, por outro lado a situação da classe operária nativa não permitia uma prática puramente anarquista. O movimento operário no Brasil não podia dirigir seus esforços exclusivamente para os arrojados objetivos políticos anarquistas, como tomar o poder, pois carente dos mais elementares direitos de classe, gozando de importância secundária dentro do sistema global, o operário no Brasil necessitava antes se impor como classe e adquirir alguns direitos humanos básicos, quesitos que o anarquismo não atendia, por ser a eles posterior. Uma vez que uma das principais reivindicações da época – uma legislação do trabalho – dependia da iniciativa do governo, grande parte das atividades anarco-sindicalistas brasileiras tinha um caráter institucional, o que contrariava as bases filosóficas do movimento (Alves, 1984, p. 68).

Ao contrário do movimento operário, com as dificuldades de organização apresentadas acima, a burguesia industrial encontrava-se muito melhor organizada para a luta de classes. Em 1912 já ocorria o Quarto Congresso Operário³¹, sob iniciativa de Mario Hermes da Fonseca (filho do presidente) e tendo o luxuoso Palácio Monroe, no Rio, como sede. Era um congresso “amarelo³²”, com a bênção e chancela da patronal, que buscava cooptar para si o pulsar do movimento operário nascente. Ainda que não tenha resultado em nada muito relevante (destacava-se apenas a fundação da Confederação Brasileira do Trabalho, um instrumento “operário” patronal), o congresso mostra que a burguesia estava em um estágio de organização bastante coeso e avançado. O congresso sugeria uma série de pautas reformistas (fundação de um partido operário nacional, redução da jornada, habitação aos operários, legislação trabalhista, regulamentação do trabalho feminino, etc³³) que, sem dúvidas, seriam extremamente progressistas para o proletariado da década de 1910, mas que jamais sairiam do papel, uma vez que o interesse dos envolvidos não era realizá-las de fato.

Nesse contexto, em que os industriais já se movimentavam, conscientemente, no sentido de construir instrumentos de hegemonia, o modelo inicial da indústria caxiense, inserido numa lógica de relações pessoais entre patrão e operário, foi o da empresa paternalista. Para Machado (1993, p. 126), a empresa paternalista tem como características centrais a presença do patrão, visto como um pai, no local de trabalho, relacionando-se com os empregados, e uma espécie de integração, na qual o funcionário deve sentir-se em casa no local de trabalho, sentir como se fosse parte fundamental da empresa. Hall e Pinheiro acentuam que o paternalismo era uma

³¹ Os três anteriores haviam sido os congressos socialistas de 1892, 1902 e 1906.

³² Termo que, à época, designava os “pelegos”.

³³ Hall; Pinheiro, 1981, p. 255 – 256.

tática consciente usada pela burguesia na luta de classes do início do século passado. Para os autores, além das medidas mais óbvias, baseadas em pura repressão, “algumas empresas tentavam afirmar a imagem da fábrica como uma família e a personalidade do patrão como um pai para os operários” (Pinheiro; Hall, 1981, p. 208). Em uma circular do Centro de Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo, de 1924, trazida pelos pesquisadores, vemos uma exaltação do paternalismo de Rodolfo Crespi e Conde Materazzo, dois dos mais proeminentes burgueses ligados aos primórdios da indústria paulistana. Os industriais haviam concedido, aos operários, uma bonificação anual de 5% sobre os salários daqueles que permaneceram até o fim do ano nas respectivas empresas. O valor praticamente irrisório pago aos trabalhadores, foi apresentado como “gesto de munificência” e “grande generosidade” pela imprensa, que salientava que “o patrão é mais alguma coisa que patrão – é amigo e, digamos, um pouco pai dos que trabalham ao seu lado” (Ibid., p. 208).

Se levarmos em conta as duas grandes empresas que marcaram essa época, a Eberle e o Lanificio São Pedro, notamos uma forte presença do paternalismo em ambas, em sua fase inicial. No caso desta última, trata-se de um fenômeno mais visível, mais profundo e muito mais duradouro. O Lanificio é um exemplo interessante na região, uma vez que escapa à regra da rotatividade permanente que, como veremos, vai marcar a classe operária caxiense.

Na fábrica de Galló, o operariado foi envolvido por uma realidade na qual a empresa era o centro de tudo. Toda a comunidade do entorno, que seria o tradicional bairro de Galópolis, é construída a partir do Lanificio. As casas, as praças e os bares foram pensados para conter a força de trabalho no local. Segundo Herédia:

A fábrica investiu na força de trabalho por meio de benefícios oferecidos aos operários, seja através da moradia com água e luz, seja com a cooperativa de consumo, com ambulatório e com as atividades recreativas, tendo sempre a certeza da continuidade da força de trabalho na vila pela geração seguinte. Os filhos dos velhos operários foram os novos operários, pois a história de vida da família desses operários começava na fábrica e terminava na fábrica (Herédia, 2017, p. 181).

Assim, toda a vida da comunidade gravitava em torno da empresa. O projeto de vida dos operários era obter uma promoção na fábrica. “Ser mestre era a meta da maioria dos operários pelo fato de representar *status* social” (Ibid., p. 180). Assim, o perfil do trabalhador da empresa é de total “passividade em relação à política adotada pela fábrica” (Ibid, p. 184). Claro, devemos ter em mente que o foco da pesquisadora, em seu trabalho sobre o Lanificio, é entender a formação da empresa, em 1898, como uma forma de união e sentimento de pertencimento dos imigrantes vindos de Vicenza. É relevante, nesse sentido, o fato de a empresa

ter sido fundada como cooperativa. Com isso, perdurou em torno dos operários da fábrica, durante algumas décadas, um certo sentimento de orgulho, ao verem a fábrica “como ponto de referência, como modelo de uma indústria bem-sucedida” (*Ibid.*, p. 176). Assim, a vila de Galópolis não teve um proletariado politicamente ativo, organizado, e não ocorreu a penetração de ideias comunistas ou anarquistas na comunidade, havendo, ao contrário, seu rechaço (*Ibid.* p. 25).

Diante de um operariado que foi historicamente dócil, o nível de exploração sempre foi muito elevado. Até a regulamentação de Vargas, no Estado Novo, a jornada no Lanifício era de 10 horas por dia. Apesar de haver ruídos e manipulação de produtos químicos, somente nos anos 1960 passa a ser paga a insalubridade, sem nunca ter havido contestação operária por tal direito (*Ibid.* p. 188). Isso permitia à empresa abrir mão da estratégia da rotatividade: o livro de registro de 1971 indica que, impressionantemente, 65% da força de trabalho permanecia na firma por mais de uma década (*Ibid.*, p. 195). Com essa segurança de passividade da classe produtora, a empresa pôde manter os salários a níveis muito baixos (chegando a 800 réis para os homens e 600 réis para as mulheres na década de 1910 e raramente, após a instituição do salário mínimo, se distanciando muito deste, em média, nos anos seguintes).

Mas o Lanifício foi uma exceção que confirmará a regra do emprego da força de trabalho local: em Caxias a alta rotatividade foi sempre utilizada como um fator fundamental para a manutenção dos salários em cifras muito baixas. A Eberle ainda foge um pouco a essa regra em seus anos iniciais, devido à lógica patriarcal da empresa no período. Os funcionários mantêm certa estabilidade. Além disso, são recrutados eminentemente em Caxias do Sul: dos 48 operários fichados nesse período, apenas 8 provém de fora (Lazzarotto, 1981, p. 62), não ocorrendo a ampla contratação de migrantes. Essas características vão mudar muito a partir de 1920, quando a rotatividade e as migrações, centrais na relação capital-trabalho em Caxias, serão a regra, primeiro na Eberle, depois nas demais grandes indústrias.

Mas não há, evidentemente, uma total submissão da classe trabalhadora à burguesia local. Em nenhum momento da história e em nenhum local, a classe produtora foi explorada sem reação. No Brasil já sopravam os ventos da resistência, fosse o vento negro do anarquismo, fosse o vento vermelho socialista. Em 1892 fora realizado o I Congresso Operário do Brasil, com um programa que afirmava que apenas a revolução social seria capaz de libertar o operário (Rezende, 1986, p. 9-10), algo óbvio, porém raríssimo de vermos constar em um programa de central sindical nos dias de hoje. Em 1908 é fundada a Confederação Operária, fortemente

influenciada pelos anarquistas (*Ibid.*, p. 13), refletindo esta ideologia, que aliás é de fácil assimilação, trazida pelos imigrantes italianos de São Paulo.

Em 1917³⁴, fruto de um contexto de formação da classe operária no país, sob o jugo de um Estado altamente repressor e de uma burguesia grosseiramente inflexível, explode a grande greve, em São Paulo. Suas pautas giravam em torno da jornada de 8 horas, redução dos aluguéis, respeito ao direito de organização, regulamentação do trabalho feminino e de menores e aumento salarial (*Ibid.*, p. 17). Parcialmente vitorioso, o movimento mostrava que a mobilização era um caminho viável, impulsionando a greve dos cinquenta mil, de São Paulo, em 1919. O momento era de ebulição, e logo o Partido Comunista Brasileiro surgiria como força política que buscava representar a classe.

O proletariado caxiense também começa a dar seus primeiros passos na arena da luta de classes nessa época. É de 1913 a primeira tentativa de organização dos tanoeiros em um sindicato³⁵, a época com 30 sócios. Em 1920, quando ocorre o II Congresso Operário do Rio Grande do Sul, o Sindicato de Ofícios Vários de Caxias envia delegados. O movimento operário estava criado, uma vez que havia operários na cidade e não há operário sem consciência (Wünsch, 2007, p. 41).

2.2.2 A consolidação do operariado: rotatividade, migrações e luta de classes (1920-1950)

A década de 1920 marca o estabelecimento definitivo de dois traços fundamentais do aproveitamento capitalista da força de trabalho na cidade: a superexploração de determinados setores e a alta rotatividade do trabalhador. Também terá início um processo que marcará profundamente não só a classe operária da cidade, mas toda a cultura local: as migrações de outras regiões para Caxias

A utilização de força de trabalho feminina ocorre desde o início da industrialização caxiense. Contudo, é a partir dos anos 1920 que esse fenômeno se intensifica. Em 1949 a presença feminina no Lanifício São Pedro era de 47% em relação aos homens. “Esse aspecto reflete os efeitos da introdução de novos maquinários, racionalizando o trabalho e substituindo uma parcela da mão de obra, antes utilizada como braçal” (Herédia, *Op. cit.*, p. 186). Desde o

³⁴ A afirmação comum de que a Revolução Russa teria sido uma força impulsionadora da greve não tem nenhum respaldo documental. Além disso, carece de sentido, uma vez que eram os anarquistas, não os marxistas, que estavam à frente do movimento. Por fim, a greve ocorre em julho daquele ano, quando nem mesmo o soviete de Petrogrado havia sido ganho pelos bolcheviques, o que dirá a Rússia.

³⁵ Dispomos de praticamente nenhuma informação sobre essa primeira tentativa, absolutamente histórica, de organização da classe trabalhadora na cidade. O Sindicato dos Tanoeiros será refundado mais tarde, o que indica que a primeira instituição minguou.

início da história do Lanifício, as mulheres receberam menos que os homens (que, como vimos, já recebiam pouco).

Se no Lanifício, com todas as suas peculiaridades, a força de trabalho feminina passou a ser mais amplamente utilizada após a introdução de maquinários modernos, o mesmo não se aplica à Eberle. Na maior empresa da cidade à época, as mulheres eram contratadas amplamente, mesmo muito antes de haver maquinário mais moderno (Lazzarotto, *Op. cit.*, p. 111). Na verdade, a mulher era procurada por ser considerada “mais dócil” pelos empresários, bem como pelo fato de que seu salário podia ser muito mais arrochado, já que era visto como mero complemento ao salário do homem, o provedor:

Os próprios empregados, seus colegas portanto, os mestres de seção, assim se manifestam explicando o trabalho da mulher: A mulher tem, em geral, pouca ambição; enquanto que o homem pensa no progresso dentro de seu emprego, a mulher está satisfeita com o preço e as condições oferecidas pelo seu trabalho, aceitando pacificamente. Ela considera seu salário como apenas um complemento do salário familiar, enquanto que o homem faz do seu salário o salário da família (Lazzarotto, *Op. cit.*, p. 111).

A tabela abaixo dá uma dimensão do nível de exploração ao qual as mulheres eram submetidas na Eberle, quase sempre (salvo nos momentos de inflação galopante, que obrigava um reajuste salarial brusco) inferior aos salários mínimos. Nela, os percentuais são calculados com base no salário mínimo vigente à época.

Tabela 1: Salário da força de Trabalho Feminina na Eberle (em relação ao salário mínimo):

Ano	Média	Ano	Média
1942	68%	1948	89%
1943	67%	1949	116%
1944	61%	1950	111%
1945	78%	1951	1226%
1946	79%	1952	60%
1947	82%	1953	62%

Fonte: *Pobres Construtores de Riqueza*. (Lazzarotto, 1981, p. 119). Adaptado.

Como ocorre até hoje, as mulheres recebiam salários inferiores aos dos homens para exercer as mesmas funções. Além disso, havia uma lentidão muito maior na promoção das mulheres no interior da empresa. Dessa forma, à força de trabalho feminina eram destinados os piores cargos.

Ocupando as posições mais baixas na escala de tarefas dentro da fábrica, [as mulheres] recebiam também salários inferiores aos dos trabalhadores do sexo masculino. Na eventualidade de executarem as mesmas tarefas, os salários continuavam desiguais. [...] Na década de 40 a Eberle contratou 24 polidores, em cujo grupo havia uma mulher, que passou a receber o menor salário do grupo (Machado, 1993, p. 172).

Outro grupo marcado pela superexploração era o dos menores. Amplamente utilizados desde os primórdios da industrialização caxiense, seus salários baixíssimos (frequentemente o menor nem mesmo era remunerado) permitia uma taxa de exploração elevadíssima. Herédia (2017, p.216) mostra que, no Lanificio São Pedro, até 1949, a utilização de menores sempre representou, no mínimo, 10% de toda a força de trabalho empregada na empresa³⁶. Segundo a autora, analisando a fábrica de tecidos, “pode-se constatar que o pagamento do trabalho do menor era praticamente a metade do que se pagava pelo trabalho adulto masculino, *isto a partir da implementação das leis sociais*”³⁷ (Ibid, p. 215).

A utilização de mulheres e crianças é tão antiga quanto a própria indústria maquinofatureira. A introdução da máquina no processo produtivo, diminuindo muito a necessidade de uso da força física para a produção, leva os capitalistas a introduzir mulheres e crianças no processo produtivo, diminuindo assim o custo da força de trabalho.

O valor da força de trabalho estava determinado pelo tempo de trabalho necessário à manutenção não só do trabalhador adulto individual, mas do núcleo familiar. Ao lançar no mercado de trabalho todos os membros da família do trabalhador, a maquinaria reparte o valor da força de trabalho do homem entre sua família inteira (Marx, 2013, p. 468).

Isso ajuda a explicar por que o salário feminino era visto como meramente complementar ao masculino. Também ajuda a entender por que os salários sempre foram mantidos em um nível tão baixo na cidade, onde as mulheres sempre foram amplamente empregadas na indústria. Algo semelhante se aplica ao trabalho de menores, força de trabalho submetida à mais brutal exploração. Como veremos a seguir, as crianças eram amplamente utilizadas nos primórdios da indústria caxiense, muitas vezes sem perceber remuneração. A exploração de menores prossegue, através do sistema de menor-aprendiz, onde o jovem recebe salários inferiores ao mínimo. De fato, a indústria muitas vezes obriga a família proletária a ser completamente inserida no processo produtivo para sobreviver, convertendo o chefe de família, como lembra Marx, um tanto dramaticamente, em um “mercador de escravos” (Ibid., p. 469).

³⁶ As exceções são apenas os anos de 1945 e 1947, quando o número de menores ficou em torno de 9 e 8%, respectivamente. Ao longo dos anos 1930, a média de presença de menores era superior aos 20% (Herédia, 2017, p. 216).

³⁷ Grifos meus.

Na Eberle, onde os menores sempre se fizeram presentes, uma vez que o empresário esperava transformá-los em operários treinados (Lazzarotto, *Op. cit.*, p. 125), eram comuns, no início da consolidação da empresa, “contratos” em que o jovem trabalhava 2 ou 3 anos sem perceber salário, uma vez que estaria aprendendo a um ofício, sendo o poder paterno transferido ao dono da empresa (*Ibid.*, p. 129-130). Até 1963 *nenhum* jovem entrou na Eberle percebendo salários iguais ou superiores ao mínimo (*Ibid.*, p. 134).

Até a regulamentação feita no Estado Novo, a força de trabalho de menores era amplamente utilizada de modo indiscriminado. Em Caxias, onde os menores eram acostumados a trabalhar na lavoura desde muito cedo, não foi surpresa alguma sua incorporação às fábricas. Até mesmo entre os tanoeiros portugueses havia menores, a partir dos 13 anos, com o intuito de adquirir o conhecimento técnico da produção dos barris (Tissot, 2007, p. 73).

Até aqui buscamos demonstrar que mulheres e crianças foram parte fundamental da construção da riqueza industrial da cidade, devido à enorme exploração a que estavam submetidos. O árduo trabalho a partir do qual os grandes empresários caxienses ergueram seus impérios não é um mito: é apenas uma fórmula confusa, uma vez que não aponta que esse árduo trabalho foi o dos proletários: homens, mulheres, colonos, menores, migrantes. Na indústria, coração do capitalismo, absolutamente nada além do trabalho humano é capaz de gerar o lucro. Ao burguês industrial, “nenhuma outra mercadoria propicia a mágica conversão de dinheiro em mais dinheiro, já que somente o trabalho permite que o capitalista repasse sua mercadoria por um valor [...] acima do pago por ela” (Santos Neto, 2013, p. 113). Em Caxias, o fator mais importante de todos para explicar a industrialização progressiva é a *intensa exploração da classe trabalhadora*. Às mulheres e menores, amplamente utilizados e profundamente explorados, somam-se, nesse período, duas outras estratégias que se farão presentes, até hoje, como *partes essenciais do funcionamento da relação capital-trabalho na cidade*: a alta rotatividade dos operários e a ampla utilização de migrantes.

Já vimos que o Lanifício São Pedro é parcialmente *sui generis*: a peculiaridade de ser o epicentro gravitacional de uma comunidade, bem como seu caráter profundamente patriarcal, gerou um proletariado dócil e apegado à empresa. Mas isso não se aplica à maior empresa da cidade no período em questão. Na Eberle teremos a aplicação racional da rotatividade, como meio de manter os salários extremamente baixos, possibilitando assim uma grande extração de mais-valia absoluta. Essa estratégia será amplamente replicada pelo setor automotivo, posteriormente.

Na Eberle, apenas 1,2% dos operários atingiam mais de uma década de permanência, indicando a alta rotatividade. Esse quadro ocorre devido aos salários baixíssimos pagos pela empresa, frequentemente até abaixo do mínimo nacional, forçando a saída frequente de operários em busca de maiores salários (Lazzarotto, *Op. cit.*, p. 140). Se no início da empresa, devido a seu caráter patriarcal, a permanência era alta, já nos anos 1920 esse quadro começa a se reverter muito rapidamente. No período entre 1930 e 1945, a maioria dos operários já não ultrapassará 2 anos de empresa (*Ibid.*, p. 143). Os trabalhos braçais, pesados e insalubres, aliados a uma remuneração pífia, provocam (intencionalmente) uma alta rotação, que impede o crescimento salarial. Quase sempre houve um exército industrial de reserva muito bem constituído em Caxias, permitindo às empresas o uso racional da rotatividade como mecanismo de exploração (*Ibid.*, p. 163).

Para que fosse possível a manutenção desse grande contingente de reserva, as migrações cumprem um papel importante a partir de meados dos anos 1920, continuando a ocorrer regularmente até hoje. Primeiro temos o afluxo de indivíduos oriundos dos Campos de Cima da Serra; a partir da década de 1940, somam-se a esses contingentes, os migrantes da região central do estado e do litoral norte, mais destacadamente (*Ibid.*, p. 63-65). A Eberle sempre se preocupou em recrutar contingentes de fora da cidade, organizando conferências pelo Rio Grande do Sul para apresentar as vantagens de se trabalhar na maior metalúrgica do estado.

A assistência médica, a ideia de férias remuneradas e um salário mínimo que nem sempre chegava a tal, eram outros fatores que, juntos ao pagamento, formavam um conjunto de fatores que prendiam essa mão de obra habilmente iludida. Se analisarmos a expulsão do homem do campo, o relacionamento patrão-peão, vivendo de magras colheitas, nós observamos que aliados a estes fatores expulsivos está a imagem da indústria moderna, com o oferecimento de condições que supririam todas as agruras. Daí a importância da atração da empresa e seus mitos (Lazzarotto, 1981, p. 151).

Mas não é apenas por uma exploração altíssima que o operário caxiense será marcado nesse período. Há, também, a resistência. Podemos citar casos isolados, como operários que manifestavam opiniões rebeldes ou que pichavam a cidade com dizeres contra a burguesia (*Ibid.*, p. 174), mas há também a organização consciente da classe nesse período. Enquanto o capital se organizava racionalmente para explorar, o trabalho respondia com mobilização e resistência, também a partir de uma organização planejada.

Singer (1986, p. 58-59) destaca que entre os anos 1920 e 1940 ocorre um significativo crescimento industrial, e conseqüentemente, proletário, no Brasil. A classe operária passa de 293 mil indivíduos em 1920, para 721 mil em 1940. Ainda que a grande indústria somente tenha

se consolidado no país a partir de 1940, sendo provavelmente a maior parte do proletariado no período em questão formada por trabalhadores da manufatura, já ocorrem significativas experiências de organização operária nessa época.

Ao longo dos anos 1920 nós já temos uma significativa atuação do Partido Comunista Brasileiro³⁸, o PCB, em meio ao proletariado. Ocorre um aumento no número de sindicatos pelo país, a ponto de acontecer a formação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, em 1929, com mais de cinquenta sindicatos participando do organismo (Rezende, *Op. cit.*, p. 31). O golpe de 1930 vai não apenas reorganizar a relação entre as elites do país, como também a relação entre capital e trabalho, entre Estado e movimento operário. Temos agora uma clara política de atrelamento dos sindicatos ao Estado. A Lei da Sindicalização³⁹ pode ser resumida em quatro pontos principais:

- 1: vincula o reconhecimento do sindicato à aprovação do estatuto pelo ministério do trabalho;
- 2: faculta “aos sindicatos de patrões, de empregados e de operários celebrar acordos entre si”;
- 3: proíbe as organizações sindicais de se vincularem a organizações internacionais, sem aprovação do Ministério do Trabalho;
- 4: estabelece que os sindicatos, as federações e as confederações deverão mandar anualmente um relatório para o Ministério do Trabalho (Rezende, 1986, p. 34).

Esse atrelamento influenciará no movimento operário em Caxias, como em qualquer lugar do país. Não impedirá, contudo, o desenvolvimento das lutas operárias na cidade. Nesse sentido, há uma primeira tentativa de organização operária com o Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, em 1928 (Wünsch, 2007, p. 41). Assim como a primeira organização dos tanoeiros, de 1913, aquela também, deixará de existir em pouco tempo.

Enfrentando as consequências da Grande Depressão, a cidade entra os anos 1930 em crise. Em 1931, numa população de cerca de 32 mil pessoas, havia mil e oitocentos desempregados. Em meio à crise, as agitações são inevitáveis. Em junho de 1930 é fundada a União Operária dos Tanoeiros. Pouco depois, ocorre a histórica greve da categoria, em novembro do mesmo ano (Giron, 2012).

A serra gaúcha era o epicentro da produção vinícola brasileira⁴⁰. Assim, a tanoagem era uma atividade central para a economia da região. Os tanoeiros realizavam um trabalho que não envolvia grandes investimentos tecnológicos, mas requeria altos conhecimentos técnicos.

³⁸ Então “Partido Comunista do Brasil”.

³⁹ Decreto nº 19.970/1931.

⁴⁰ Em meados da década de 1930 o Rio Grande do Sul produzia 90% de todo o vinho brasileiro, sendo que Caxias respondia por 25% de toda a produção gaúcha (Pesavento, *Op. cit.*, p. 55).

Como tais conhecimentos eram escassos no Brasil, os tanoeiros eram trazidos da Europa, sendo quase todos italianos ou portugueses.

Com uma tradição de organização operária mais antiga, os tanoeiros europeus traziam também suas ideias políticas. Se os colonos italianos eram marcados pelos traços da “imobilidade comum” da Itália do século XIX, apegando-se a valores “tais como estabilidade social, continuidade, tradições, submissão, obediência e respeito” (Herédia, *Op. cit.*, p. 179), isso não se aplicava aos tanoeiros. Frequentemente prejudicados pelos produtores de vinho, que lhes pagavam valores abaixo do requerido pelas pipas ou recusavam-se a pagar pela tarefa de rebater os barris (Giron, 2012), uma espécie de “manutenção” das pipas, não tardou para que, provavelmente aguçados pela crise econômica, demonstrassem resistência.

A greve de 1930 saiu parcialmente vitoriosa. Utilizando a Intendência Municipal como mediadora, os tanoeiros obtêm a jornada de trabalho de oito horas por dia. Além disso, garantem o pagamento pelo trabalho em “obras velhas”, o reparo das pipas (Giron, 2012). Segundo o relato do tanoeiro Ernesto Gobato⁴¹, envolvido na greve, as palavras de ordem eram anarquistas: “sem pátria, nem patrão”. Com dificuldades financeiras, a União dos Tanoeiros quase deixa de existir no ano seguinte. Seguirá existindo, mas enquadrada às condições impostas pelo governo Vargas, a partir de 1931.

Já em 1932, na esteira da política varguista de controle do movimento operário, é possível notar traços de domesticação da União. Na comemoração de dois anos da greve constará a presença de autoridades civis e militares na solenidade. No dia do trabalhador daquele ano, é o intendente Miguel Muratore quem preside o evento, enquanto as falas dos representantes da entidade dos tanoeiros vão reforçar a necessidade de manter-se a paz e a harmonia (Giron, 2012). Ocorrerá mais uma greve, em 1933, mas a Intendência intervém para paralisá-la (*Ibid.*).

Mas é também dessa época a organização da Sociedade União Operária de Caxias do Sul, buscando congregar a todos os operários em um único movimento. Entre 200 e 300 operários comparecem na assembleia de fundação, demonstrando que não se tratava de um movimento sem base real. Será criada, nessa mesma assembleia, a União Sindical de Caxias, buscando funcionar como um grande sindicato de toda a classe trabalhadora municipal. Ainda que jamais tenha sido oficializada, a União Sindical seguirá existindo até 1940, de maneira não-

⁴¹ Entrevista concedida a Loraine Giron, nos anos 1980.

oficial. Em sua sede, vários sindicatos da cidade serão congregados em um único organismo (Velasco; Wünsch, 2022, p. 39-40).

Em 1933, no bojo desses movimentos de agitação ante a crise econômica, surgirá na cidade o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Caxias do Sul. Simultaneamente a isso, o governo Vargas, reforçando a ideia de que não era apenas através da repressão, mas também do convencimento da classe que o controle social era exercido (Rezende, *Op. cit.*, p. 13), promulga uma série de leis que garantirá certos direitos elementares ao trabalhador. Destacam-se as 8 horas de trabalho, as férias remuneradas e a proteção ao trabalho feminino⁴² (Wünsch 2007, p. 48). Konrad (2004, p. 54), em seu robusto estudo sobre a repressão na Segunda República, identifica três posições centrais da classe operária brasileira diante das novas leis trabalhistas:

Ao mesmo tempo, entre os trabalhadores, desenvolviam-se diferentes visões sobre a legislação trabalhista: uma primeira, que via o direito do trabalho destinado a superar as tensões de classe; uma segunda, como um direito reivindicatório dos trabalhadores; e uma terceira, que assim como os patrões, viam nela tutela e proteção sobre os trabalhadores. Desta forma, o direito do trabalho, em uma conjuntura permeada pela luta de classes, terá no Brasil, na década de 1930, um contraditório estabelecido: por um lado, foi gerador de um “código de limites”; por outro, estabelecia um “código de conquistas” (Konrad, 2004, p. 54).

De fato, a cooptação do movimento tanoeiro, com seus líderes na cidade pedindo paz e harmonia, exemplifica bem a visão de que as novas leis seriam conquistas operárias (e não uma tentativa de limitar a luta de classes). Para conter o avanço do movimento operário, num contexto de instabilidade econômica e política do país, além de uma legislação que regulava a relação capital-trabalho, de forma a garantir vantagens para o primeiro, mas com um mínimo de direitos para o segundo, outras medidas institucionais tiveram lugar. Destacamos a instituição da “representação classista⁴³”, a partir de 1933, aumentando o atrelamento sindical ao Estado (Wünsch, *Op. cit.*, p. 49).

Também se intensifica nesse período a ação da Igreja entre os trabalhadores, o que, no contexto caxiense, de um catolicismo profundamente arraigado na população, teria consequências bastante significativas. O Círculo Operário de Caxias do Sul surge em 1932, expressando as ideias de “um clero conservador, que exercia *forte influência* sobre a

⁴² Respectivamente, Decreto-lei nº19.808/1931, Decreto-lei nº 21.186/1931 e Decreto-lei nº21.417/1932.

⁴³ A ideia era reservar um quinto das cadeiras da Câmara para “Deputados Classistas”, aqueles ligados ao movimento sindical. Para que os sindicalistas ocupassem as cadeiras, seu sindicato deveria estar regulamentado, cumprindo todas as exigências impostas pela legislação sindical varguista (Wünsch, 2007, p. 49). Trata-se, claro, de um modo de deslocar as lutas sindicais da arena da luta de classes para o jogo da institucionalidade burguesa.

comunidade local, e as palavras divulgadas nas missas eram antagônicas aos ideais propagados pelos comunistas e pelos sindicatos mais combativos” (Zanandrea, 2008, p. 108).

É importante lembrar que a consolidação do Sindicato e do movimento operário em Caxias, nos anos 1930, ocorre em meio ao processo de implementação das políticas varguistas de cooptação do movimento operário, que têm como ponto de partida o decreto no 19.770, de 1931, que criava o sindicato oficial (cuja estrutura de funcionamento deveria ser definida pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio). Mas isso, de maneira alguma, significou uma total cooptação do movimento operário brasileiro. Durante todo o processo de implementação da legislação trabalhista de Vargas houve resistências de vários grupos, já que “os trabalhadores organizados não pareciam estar dispostos a trocar suas tradicionais entidades de classe pelos sindicatos oficiais” (Badaró, 2008, p. 65). Assim, houve denúncias das medidas do governo por parte de entidades encabeçadas por pecebistas, trotskistas e anarquistas (Ibid., p. 66-67). As inúmeras greves ocorridas na capital no início dos anos 1930, a fundação da Frente Única Sindical (1934), a formação da Aliança Nacional Libertadora (1935), com forte participação de entidades sindicais, e os gigantescos comícios antifascistas ocorridos em São Paulo (ao longo de 1935) mostram que havia disposição de resistir às medidas do governo, que se veria obrigado a lançar mão de medidas cada vez mais autoritárias para poder sufocar o movimento operário (Ibid., p.67-68).

Portanto, o clima não era de total conciliação de classes no país. Ao contrário, estavam abertos enfrentamentos políticos entre o movimento operário e as entidades governistas ou patronais. Havia, quando do surgimento do Sindicato dos Metalúrgicos, uma grande superestrutura conservadora ou conciliadora em atuação na cidade, procurando dividir a luta operária. Mas a consciência proletária não é nem monolítica, nem estanque: é permeada por contradições, por avanços e retrocessos, por posições políticas das mais diversas. Ainda que tenham ocorrido desvios no sentido de cooptação da luta de classes na cidade, como o já referido caso dos tanoeiros ou o fato de que as primeiras gestões do Sindicato tenham sido muito despolitizadas (Wünsch, *Op. cit.*, p. 49), já nos referimos acima ao surgimento da União Sindicalista e da Frente Única Sindical. De certa forma essas instituições, surgidas em Caxias em meados da década de 30, podem ser encaradas como uma reação operária ao avanço da cooptação⁴⁴.

⁴⁴ Konrad informa acerca do impacto enorme que a fundação da FORGS (Federação Operária do Rio Grande do Sul), em 1933, teve sobre a política estadual. A Inspeção Regional do Trabalho (IRT) mobilizou ampla máquina de propaganda contra a instituição. A FORGS, dirigida pelo PCB, levantava em seu congresso de 1934 pautas que

Houve resistência, também, entre as mulheres caxienses. Na fundação do Sindicato dos Operários de Fábricas de tecidos de Caxias do Sul, em 1935, ainda que não constassem mulheres na direção, a ata de sua revelação revela a presença de três mulheres⁴⁵. Até 1950, 168 mulheres estarão associadas ao sindicato (Machado, 1983, p. 183). O sindicato em questão tinha uma prática machista, o que de forma alguma é algo surpreendente. Em 1946, em assembleia, a instituição aprova a proposta da fábrica Matteo Gianella de instituir uma discriminação salarial de gênero, em favor do homem (*Ibid*, p. 184). O fato de que as mulheres tenham permanecido como parte do movimento sindical da categoria indica, mesmo diante do sexismo da entidade, que provavelmente elas possuíam um bom nível de consciência de classe.

2.2.3 Tempos de repressão (1950-)

O pós-Segunda Guerra, como indicamos acima, provoca mudanças profundas na América Latina, sepultando o sonho de uma industrialização autônoma sob a era do capital financeiro. Esse processo, que fez as empresas “tradicionais” de Caxias, que dependiam de uma tecnologia um pouco mais avançada, entrarem em decadência, levou à sua substituição por empresas automotivas no comando industrial da cidade. Já referimos que o período iniciado a partir de 1950 foi, até o momento, muito pouco investigado pelos historiadores que se debruçaram sobre a Região de Colonização Italiana do estado. Evidentemente que o mesmo se aplica à classe trabalhadora: também dispomos de pouquíssimo referencial teórico a respeito do proletariado caxiense nesse período.

Ainda assim, podemos identificar algumas características na relação capital-trabalho do período em questão que nos dão o mínimo de segurança para construir uma investigação sobre a política sindical dos últimos trinta anos. Entre essas características temos a manutenção da rotatividade como forma de manter uma alta taxa de extração de mais-valia absoluta; as migrações permanentes em direção a Caxias, permitindo uma precarização constante do operariado; uma grande concentração operária em poucas indústrias; o desenvolvimento de bairros operários pela cidade; uma cultura de mobilização entre o proletariado. De todos esses fatores, apenas o último não seguirá existindo até a atualidade.

revelavam os limites da política trabalhista de Vargas: a direção das cooperativas deveria caber apenas a elementos operários, a jornada de 8 horas deveria ser efetivamente cumprida, melhoria das condições de higiene e segurança, salário mínimo e aposentadoria geral por invalidez estavam entre as pautas centrais do congresso (KONRAD, *Op. cit.*, p. 75). A instituição caracterizaria as políticas trabalhistas de Vargas não como uma conquista operária, mas como tentativa de “destruição completa das organizações de classe” (*Ibid*, p. 78).

⁴⁵ Inhes Boscardin, Angelina Boscardin e Ramuela Cassina (Machado, 1993, p. 183).

Já analisamos a rotatividade da Eberle, ressaltando como ela foi utilizada como forma de manutenção dos salários a um nível muito baixo. Como as empresas caxienses do setor automotivo dependem demais da “produção enxuta”, que visa explorar o máximo possível a força de trabalho, a rotatividade seguirá uma regra da cidade.

Para manter essa alta rotatividade, essencial para o setor automotivo, as migrações cumprem um papel central. Herédia (2011, p. 69, In: Herédia; Gonçalves; Mocellin) constata que entre os anos de 1998 e 2000, mais de 75% dos indivíduos que procuraram empregos em Caxias eram nascidos em outros municípios. Claro que não é uma tendência recente. Se levarmos em conta a Eberle nos anos 60, já em decadência, nós veremos mais de 450 operários contratados que provinham de três regiões: Encosta da Serra, litoral norte e Vale do Taquari (Lazzarotto, 1981, p. 67).

A partir dos anos 1990 nós teremos uma primeira mudança significativa na origem dos migrantes: são provenientes, majoritariamente, da região da campanha. Também se torna frequente a presença de indivíduos de outros estados, em especial Santa Catarina, Paraná e Bahia (Mocellin, 2011, p. 83, In: Herédia; Mocellin; Gonçalves). Em pesquisa feita sobre os migrantes do início do século XXI, temos que a maioria (quase 85%) migrou devido à escassez de empregos em sua região de origem, aliada ao fato de que Caxias abriria possibilidades de trabalho (*Ibid.*, p. 84). A mesma pesquisa revelou que a maioria desses migrantes se dirige à indústria, onde ocupa cargos de parca remuneração, *não permanecendo no emprego por muito tempo* (*Ibid.*, p. 87).

Mais recentemente (últimos 20 anos) vai ocorrer uma mudança importante nas migrações: os fluxos migratórios internacionais se tornam comuns. Desnecessário pontuar que, novamente aqui, atuam primeiro os fatores de repulsão: crise político-econômica (Venezuela), econômica (Senegal), crise econômica e social agravada por desastres naturais (Haiti)⁴⁶. Vamos

⁴⁶ O caso haitiano é bastante complexo. Se tivermos em conta aquilo que Lazzarotto afirma (e que já citamos anteriormente), nos processos migratórios os fatores de repulsão atuam com mais vigor do que os fatores de atração. No Haiti, país cuja história sempre foi marcada por uma violenta dominação e exploração por parte de potências estrangeiras, a presença dos interesses estadunidenses na região sempre atuou como um dos principais, se não o principal, fatores de repulsão. Joseph (2017, p. 5-11) destaca que, nos séculos XX e XXI, houve quatro grandes ciclos migratórios internacionais emanados do Haiti: durante a ocupação armada dos EUA (entre 1915 e 1934); durante a ditadura de Duvalier, sustentada pelos EUA (1957-1971); durante o golpe de Estado do gal. Cédras, abrindo as portas para mais uma intervenção ianque, em meados dos anos 1990; a partir de 2010, “diante dos diversos tipos de insegurança: pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, todas elas em decorrência do quadro empobrecido e precário do Haiti, agravado pela tragédia provocada pelo terremoto” (*Ibid.*, p. 11). É nesse último circuito migratório que, dentre os mais de 350 mil haitianos que deixaram o país, uma parcela significativa se estabeleceu no Brasil (temporária ou permanentemente) a partir da região Norte. Em 2017, havia entre 60 e 65 mil haitianos no país (*Ibid.*, p. 13). Daí, podemos concluir que, apesar da influência inegável do terremoto de 2010 como fator de repulsão sobre a população haitiana, os fluxos de (e)migração fazem parte da

nos reter aqui apenas ao caso específico dos senegaleses, cuja marca na cidade ainda está sendo deixada.

Segundo Herédia e Pandolfi (2015, p. 96, 97. *In*: Herédia, 2015, org.) a migração senegalesa direcionada a Caxias ocorre a partir de 2012, tendo razões eminentemente laborais. As autoras constataam que, em 2015, pouco mais da metade dos indivíduos não possuía renda fixa e, entre aqueles que possuíam trabalho, a imensa maioria recebia, no máximo, três salários mínimos (*Ibid.* p. 105).

A inserção do migrante senegalês, negro, distante de sua família e, muitas vezes, sem o conhecimento das leis trabalhistas do país, o torna alvo da mais brutal exploração capitalista.

[...] o imigrante que vem de outro país muitas vezes desconhece a cultura elementar da sociedade que o recebe; espera que a inserção ocorra gradativamente pelo fato de aceitar ou colaborar com o que lhe é oferecido, sem dimensionar as diferenças culturais que norteiam as relações de trabalho do próprio país. Constata-se que, na chegada, muitos senegaleses desconheciam as normas legais do trabalho e aceitavam as condições oferecidas pelas instituições que os abrigavam. O desconhecimento da legislação trabalhista fez com que muitos se colocassem num lugar de subalternidade, marcada pela precariedade, devido à necessidade de conseguir o primeiro emprego fora do país de origem (Herédia; Tedesco, 2015, p. 142, 143. *In*: Herédia, org).

Vemos que os postos de trabalho reservados aos senegaleses são os mesmos que, durante os fluxos migratórios anteriores, eram reservados às pessoas de regiões distantes: os mais precários, mais parcamente remunerados e com menor exigência de qualificação (mesmo que, o que ocorre com frequência, o migrante senegalês possua qualificação). Também se mantém a lógica de enviar parte de seus rendimentos para os familiares, na pátria de origem. Os autores chamam a atenção para o fato de que, com frequência, o migrante tem consciência de sua situação de superexplorado. Contudo, evita qualquer reclamação, temendo perder o emprego (*Ibid.* p. 149-150).

A migração, contínua nos últimos cem anos da história caxiense, será um fator que contribuirá para a manutenção da lógica de rotatividade. A alta rotatividade, que vimos ser parte fundamental da consolidação da indústria caxiense, é perceptível, também, durante o regime militar. Acompanhada dela, temos a manutenção de um vigoroso exército industrial de reserva, pressionando os salários para baixo. As tabelas a seguir, referentes ao ano de 1965, mostram a

história do país nos últimos 120 anos, atendendo, essencialmente, a uma permanente instabilidade política e social associada a uma dominação estrangeira, truculenta e exploratória, promovida pelos Estados Unidos, principalmente.

grande concentração operária em poucas indústrias, a alta rotatividade e a má remuneração, em geral pouco superior ao salário mínimo, como características da grande indústria local.

Tabela 2: Rotatividade por classe de empresas, segundo número de funcionários (em 1965):

Classes de Empresas Segundo N° de Empregados	Admitidos (N°)	Admitidos (%)	Desligados (N°)	Desligados (%)	Diferença
1 a 5	391	10,3	300	8,8	91
6 a 10	360	9,4	263	7,7	97
11 a 20	327	8,5	291	8,6	36
21 a 50	634	16,6	586	17,2	48
51 a 100	698	18,2	607	17,9	91
101 a 200	264	6,9	296	8,7	-32
201 a 500	431	11,2	405	11,9	26
Mais de 500	723	18,9	649	19,2	74
SOMA	3.828	100,0	3.397	100,0	431

Fonte: *Estrutura e nível de emprego no estado do Rio Grande do Sul*: município de Caxias do Sul, 1965 (Moraes, 2002, p. 35). Adaptado.

Em um momento de amplo crescimento econômico das indústrias locais, que vão se expandir com vigor nos 15 anos iniciais do regime militar, o saldo de aumento real no quadro funcional das maiores empresas da cidade é de apenas 74 indivíduos (100 indivíduos, se incluirmos as empresas com mais de 200 funcionários). Um número contundentemente pequeno. Já a tabela a seguir mostra a média de remuneração dos trabalhadores caxienses no início do regime militar. Levemos em conta que, à época, o salário mínimo era de Cr\$ 60.000.

Tabela 3: Distribuição da força de trabalho industrial por classe de salário (em 1965):

Indústrias segundo n° de Empregados	Classes de Salários (Cr\$ 1.000)						Total
	Até 60	60-70	71-80	81-90	91-100	Mais de 100	
1 a 10	29	734	51	36	-	7	857
11 a 20	55	297	143	62	30	-	587
21 a 50	64	1.007	159	212	-	-	1.442
51 a 100	224	1.153	679	-	-	-	2.056
101 a 200	-	806	240	291	-	-	1.337
201 a 500	-	593	-	779	242	-	1.614
Mais de 500	-	982	2.708	-	-	-	3.690
TOTAL	372	5.572		1.380	272	7	11.583

Fonte: *Estrutura e nível de emprego no estado do Rio Grande do Sul*: município de Caxias do Sul, 1965 (Moraes, 2002, p. 63). Adaptado.

Se dermos um salto temporal, é possível perceber que a alta rotatividade é mantida no século XXI.

Tabela 4: Rotatividade na Indústria de Caxias do Sul (2007-2010):

	2007	2008	2009	2010
Estoque de Empregos	72.052	76.196	72.552	83.707
Admitidos	34.282	38.487	28.227	46.243
Desligados	26.840	34.983	30.827	37.185
Rotatividade	59,2%	47,2%	38%	47,6%

Fonte: *A rotatividade no mercado formal de trabalho em Caxias do Sul entre 2006 e 2010*. (Dornelles Filho, 2012, p. 5). Adaptado.

Quadro 3: Rotatividade em Caxias do Sul em comparação com os índices estadual e nacional:

		2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	Estoque:	33.238.617	35.155.249	37.607.430	39.441.566	41.207.546	44.068.355
	Admitidos:		12.831.149	14.341.289	16.659.332	16.187.640	19.204.847
	Desligados:		11.537.073	12.663.760	15.143.706	15.130.615	17.005.334
	Rotatividade:		33,7%	34,8%	39,3%	37,5%	39,9%
Rio Grande do Sul	Estoque:	2.235.473	2.320.747	2.425.844	2.521.311	2.602.320	2.804.162
	Admitidos:		881.310	986.199	1.161.486	1.112.226	1.382.470
	Desligados:		824.735	887.573	1.066.721	1.043.756	1.214.964
	Rotatividade:		36,2%	37,4%	43,1%	40,7%	44,9%
Caxias do Sul	Estoque:	127.182	134.994	147.156	156.983	157.311	171.472
	Admitidos:		61.811	75.211	87.272	75.674	102.435
	Desligados:		55.632	63.307	79.174	75.013	89.208
	Rotatividade:		42,4%	44,9%	52,1%	47,7%	54,3%

Fonte: *A rotatividade no mercado formal de trabalho em Caxias do Sul entre 2006 e 2010* (Dornelles Filho, 2012, p. 5). Adaptado.

A rotatividade permite não apenas uma redução salarial do migrante, mas de toda a classe operária da região. Não há nenhuma novidade em seu uso pela indústria. Conforme Thompson, desde o início da formação do proletariado ela já se faz presente, refletindo as péssimas condições de trabalho e de remuneração:

A rotatividade da mão de obra nas primeiras oficinas mecânicas era prodigiosa. Galloway, que empregava entre oitenta e noventa homens, em 1824, queixava-se de que haviam passado entre mil e 1500 homens por sua oficina, nos doze anos anteriores, representando uma rotatividade anual maior que o total da mão de obra empregada (Thompson, 2012, p. 108)⁴⁷.

Outra característica de Caxias do Sul no pós-Segunda Guerra é a constituição de loteamentos destinados a conter a força de trabalho das fábricas próximas, evitando assim os custos da empresa com o transporte de funcionários. A formação de bairros operários, a

⁴⁷ Thompson relata que, nesse caso específico, a rotatividade acabou gerando um aumento na média salarial, uma vez que resultava na atração de mecânicos londrinos para outras nações, diminuindo a força de trabalho disponível. Para além do fato de que isso é impensável atualmente, na era imperialista, mesmo o exemplo de Thompson é importante para demonstrar como os baixos salários impelem o operário a evadir das empresas. Em Caxias, a rotatividade, como vimos, opera no sentido de achatar os salários, gerando concorrência e impedindo os aumentos de salário comuns a operários de carreira. Trata-se de um círculo vicioso: o operário evade da empresa devido à baixa remuneração, de modo que tal evasão reforça a baixa remuneração.

exemplo da tradicional vila de Galópolis, vai se intensificar com a reestruturação da indústria caxiense a partir da metade do século passado. Entre 1950 e 1970 a cidade sofrerá o maior *boom* demográfico de sua história, com um aumento de 167% em sua população (Fischer; Nunes; Rossi, 2011, p. 6). Atraídos pela indústria, milhares de migrantes afluirão à cidade, modificando sensivelmente seu espaço urbano.

Exemplo de tais modificações são os bairros Planalto e Ana Rech. O primeiro surge a partir da inauguração da planta da Marcopolo, em 1957. Vai encontrar rápido crescimento a partir dos operários da empresa, que buscavam habitar seu entorno em uma época na qual o transporte urbano era bastante precário (*Ibid.*, p. 9). O caso de Ana Rech é um pouco distinto, uma vez que a região era já habitada desde 1875. Contudo, seu caráter de cultura fechada, católica e ligada ao campo vai rapidamente se modificar a partir de 1981, com a inauguração de uma planta da Marcopolo na comunidade. A partir daí temos uma profunda (e rápida) transformação no caráter do bairro, que se tornará um bairro operário e industrial (outras empresas serão atraídas ao local posteriormente) (*Ibid.*, p. 14-15).

Os bairros operários que surgiam sofriam a negligência do Poder Executivo Municipal na solução de suas questões estruturais. A esmagadora maioria dos lotes ocupados por operários e pessoas de baixa renda era irregular e precária. Nos anos 70 surgiram “256 loteamentos clandestinos, totalizando 22 mil lotes nestas regiões. [...] Foram poucas as iniciativas da prefeitura de construção de loteamentos populares para os tais *operários e pessoas de parcas condições*” (Silva, 2016, p. 118). Sobre a concentração operária em bairros e loteamentos clandestinos, Silva afirma:

No estudo específico de Caxias do Sul e, mais ainda, no processo de surgimento de loteamentos clandestinos entre 1972 a 1988, a indústria tem o papel de principal ordenadora do espaço, no sentido, que sua construção, logo era seguida da abertura de loteamentos, que ela própria não tinha responsabilidade sobre estes, porém dado ao fato da valorização das terras pela sua presença no local, impulsionava a especulação imobiliária. Logicamente, devemos ressaltar que ao mesmo tempo essa indústria não era culpada pelo processo, mas, ao mesmo tempo, se beneficiava dele, tendo mão de obra próxima e barata, já que estes operários tinham seu terreno, sua moradia, a preços bem menores do que o praticado no loteamento regular e por isso se sujeitavam a trabalhar com salários ainda mais oprimidos, que muito possivelmente não garantiriam sobras salariais caso estes vivessem de aluguel em um bairro regular (Silva, *Op. cit.*, p. 187).

Portanto, uma série de condições tornava a vida do operariado caxiense bastante precária a partir da segunda metade do século XX. Os migrantes, distantes da família, não tinham nenhum ponto de apoio na cidade, sujeitando-se a empregos pouco atrativos; os salários eram

bastante baixos; a grande rotatividade, impulsionada pelos e impulsionadora dos salários baixos, prejudicava o avanço da consciência de classe; a repressão política durante o regime militar impedia a organização de lutas significativas.

Temos nessa situação pouco confortável do operariado caxiense mais uma confirmação do caráter dependente da indústria brasileira. Martins salienta que a superexploração é um ponto comum ao capitalismo dependente, uma vez que é a forma encontrada para contrabalançar uma balança comercial deficitária com relação aos países centrais (Martins, *Op. cit.*, p. 250). Marini vai além, afirmando (algo muito perceptível na indústria automotiva caxiense) que a própria elevação da composição orgânica das indústrias dependentes gera a superexploração, como forma de tentar diminuir a queda na taxa de lucro (Marini, *Op. cit.*, p. 67)⁴⁸.

Ainda assim, há uma história bastante intensa de mobilizações de trabalhadores em geral ao longo dos últimos 70 anos em Caxias do Sul. A partir do governo de Juscelino Kubitschek temos uma grande afluência de capital estrangeiro para o país, como até então não se havia visto. Em um primeiro momento, isso levará a um avanço rápido da industrialização, a um aumento numérico da classe operária e a uma modernização da indústria.

No período de 1955 a 1961 entraram no Brasil US\$ 2,8 bilhões, sendo que mais de 95% desses recursos foram aplicadas nas áreas prioritárias do governo. Por outro lado, mais de 80% do capital estrangeiro, no referido período, entrou sob a forma de empréstimos e financiamentos. No quinquênio JK a entrada de capital estrangeiro para investimento direto no setor produtivo alcançou a média anual de US\$ 113 milhões, uma cifra relativamente elevada quando comparada à média anual dos quinquênios anterior e posterior, de apenas US\$ 16 milhões e US\$ 63 milhões, respectivamente (Brum, 1997, P. 244).

⁴⁸ A argumentação de Marini, clássica na economia política latinoamericana, é bastante sofisticada. É conhecida a análise de Marx, no livro III de *O Capital*, acerca da queda tendencial da taxa de lucro: se é somente o trabalho o que agrega valor, o aumento de tecnologia em um ramo tende a baratear a mercadoria, já que implica em menos trabalho nela contido. Isso leva a um lucro cada vez menor, pela constante desvalorização do produto fabricado (resultado da constante ampliação da composição orgânica). Nos países centrais, segundo Marini, isso é compensado pela diminuição do valor dos meios de subsistência do operário, diminuindo assim o valor de sua força de trabalho como mercadoria sem diminuir seus meios de subsistir. Esse barateamento do operário, sem levar a uma degradação tão intensa de seu nível de vida, é possível porque seus meios de subsistência são importados dos países dependentes, sendo, portanto, barateados. Para produzir produtos primários a um valor tão baixo, é necessário, aos países dependentes, superexplorar os seus trabalhadores do setor primário. No setor secundário, também ocorre a superexploração, uma vez que a indústria da América Latina é focada em produtos suntuários, não consumidos pelo operário que os faz: ele não é determinante, enquanto consumidor, para manter a realização do ciclo do capital. Além disso, a penetração de bens de capital importados, a partir de 1950, leva a uma queda tendencial na taxa de lucro entre a burguesia latinoamericana, uma vez que ela também aumentará sua composição orgânica em alguma medida. Se, na Europa e EUA, é possível aumentar a mais-valia absoluta sem superexplorar (já que a superexploração é transferida ao trabalhador da periferia), o mesmo não ocorre na América Latina: não há para onde transferir a deterioração do trabalho. Em resumo: a superexploração, que é necessária para compensar a balança deficitária, é também uma transferência da superexploração do imperialismo para a periferia: o operário das economias dependentes é sangrado para que o operário dos países centrais não chegue a um nível extremo de deterioração de suas condições de vida.

Esse grande afluxo de capital imperialista irá, em um primeiro momento, aumentar o nível de emprego e renda do brasileiro. Há, em Caxias, um aumento de 32% no salário dos empregados industriais em 1960, fruto de uma intensa campanha sindical e que será amplamente comemorado pelas ruas da cidade (Velasco; Wünsch, *Op. cit.*, p. 57). Mas as contradições da enxurrada de capital estrangeiro logo apareceriam: inflação, crise cambial, dependência de insumos importados, concentração industrial (Brum, *Op. cit.*, p. 254). Tudo isso viria à tona no início dos anos 1960, uma época que seria de ebulição social no país.

Logo em 1960 ocorre uma greve de estudantes universitários na cidade, chamada pela União Nacional dos Estudantes (UNE)⁴⁹. Em 1961, pouco antes do processo da Legalidade, Brizola realiza um discurso inflamado em Caxias, a convite dos sindicatos. No mesmo ano, Prestes, a convite do então presidente do sindicato dos metalúrgicos, Bruno Segalla, tenta realizar uma conferência na cidade. O papel reacionário da Igreja local, ao qual já aludimos anteriormente, fica em relevo aqui: nos dias que antecederam a chegada do líder stalinista, há uma intensa campanha da diocese contra sua vinda. Nas escolas particulares católicas, a campanha centra-se em incitar os jovens contra o comunismo. No dia da conferência, as igrejas dobram seus sinos efusivamente, em protesto. Os estudantes, que haviam sido inflamados pelos sacerdotes e professores, invadem o Cine Central, onde ocorre um verdadeiro quebra-quebra entre apoiadores de Prestes e católicos fervorosos. A situação é tão caótica que tem um fim que quase beira o hilário: a polícia é chamada ao local *pelos comunistas* para reprimir os setores reacionários. Ao fim da pancadaria, a conferência de Prestes acabou efetivamente impedida de ocorrer (Velasco; Wünsch, *Op. cit.*, p. 58).

De todo modo, a conjuntura era de ascenso. A crise inflacionária, ligada ao clima de maior liberdade sindical do governo Jango, impulsiona movimentos como a greve metalúrgica de 1963. Poucos meses depois, os bancários paralisariam na cidade. Desnecessário afirmar que essa efervescência acaba após o golpe de 1º de abril de 1964, quando, inclusive, alguns sindicatos são vítimas do processo de intervenção. Mas, se a conjuntura mudara, isso não quer dizer que não tenha havido resistência ao regime militar.

Em 1967, 1308 operários reúnem-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos para falar a respeito da questão salarial. Debate-se a possibilidade de uma greve, que acaba não ocorrendo, uma vez que a patronal aceita negociar um aumento salarial (*Ibid.*, p. 66). No mesmo ano, após

⁴⁹ Após anos sob hegemonia da direita conservadora da União Democrática Nacional (UDN), em 1959 a direção da entidade era recuperada por grupos progressistas, mas dessa vez, ligados à Igreja (Paiva, 2013, p. 44).

uma ação judicial movida pelo Sindicato, é conquistado o direito ao pagamento de adicional por insalubridade nas empresas da região (*Ibid.*, p. 67).

Na longínqua Caxias do Sul, distante dos núcleos em que ocorria a formação dos grupos de guerrilha urbana, também há atuação de grupos insurgentes contra o regime ditatorial. O militante comunista João Ruaro, no fim dos anos 1960, reúne-se com integrantes da VAR-Palmares no intuito de avançar na construção de um exército popular. Em 1970, a mesma organização planejara uma ação armada na agência do Banco do Brasil de Caxias, que acabou não sendo executada apenas pelo fato de que os militares prenderam os integrantes antes da ação (Radaelli, 2017, p. 57).

Ao contrário do que pode versar a opinião ordinária, Caxias, em 1970, não era uma cidade conservadora. Se observarmos dados colhidos nesse ano, quando já vigorava o modelo bipartidário, sobre a preferência política do eleitorado caxiense (levando-se em conta partidos extintos pelo AI-2), eles apontam o PTB como principal força⁵⁰. Em contrapartida, a cidade é uma das únicas, dentre as dez maiores do estado, a ter o PRP, de cunho fascista, como a segunda força pela preferência popular⁵¹. Se havia um setor reacionário na cidade, base para o regime ditatorial, havia também, portanto, um forte setor de resistência. Em 1974, por exemplo, é o MDB que se sagra vitorioso, tanto para o executivo, quanto como força majoritária no legislativo municipal⁵². Mais ainda, uma pesquisa realizada nesse mesmo ano mostra que 48% da população da cidade pode ser considerada como sendo de esquerda⁵³, contra apenas 21% de eleitores da direita (os demais formariam a base do “centro”)⁵⁴.

O clima de ascenso, contudo, volta a se colocar na ordem do dia com o início do processo de abertura democrática, no fim dos 1970. O “novo sindicalismo”⁵⁵ impulsiona as lutas históricas do ABC, mas também inspira um ressurgimento sindical em todos os cantos do país. A situação da classe operária no Brasil era de grande pauperização, uma vez que seu poder de

⁵⁰ Às vésperas do golpe empresarial-militar de 1964, a Câmara Municipal era composta por uma maioria petebista. De um total de 16 vereadores, 6 eram do PTB, além de Percy Vargas, comunista, eleito pelo PSP (o PCB estava na ilegalidade). Percy Vargas, inclusive, havia sido o terceiro vereador mais votado, com 1064 votos (Chies, *Op. cit.*, p. 60).

⁵¹ Trindade, *Op. cit.*, p. 155.

⁵² *Ibid.* p. 156.

⁵³ Os critérios da pesquisa para o “ser de esquerda” eram: rejeitar o bipartidarismo e o AI-5, defender direitos trabalhistas, rejeitar o domínio das empresas estrangeiras sobre a economia brasileira.

⁵⁴ De Cew, 1978, p. 193-195. In. Wanderley Reis, org.

⁵⁵ Zanetti identifica o “novo sindicalismo” como uma espécie de rejeição ao sindicalismo até então praticado no país. Os grupos que surgiam hegemonizando os sindicatos no fim do regime militar (rachas do PCB e do PCdoB, trotskistas, Igreja Católica) tendiam a negar a tradição sindical brasileira, até então hegemonizada pelo PCB ou pelos sindicatos “oficiais”. O autor salienta, ainda, que não há uma característica positiva central ao novo sindicalismo, uma vez que o movimento se constrói continuamente na luta de classes. (Zanetti, 1993, pp. 15-16).

compra havia sido corroído durante os anos do “milagre econômico”. Já a partir de 1977 começa a haver agitações, culminando na grande greve de 78:

Esta luta em 78, se transforma numa explosão de greves, que a partir do ABC Paulista, chega até a Capital, espalhando-se em seguida, por outras cidades dos estados de São Paulo, Rio e Minas Gerais. As greves de 78, em sua maioria, são, inicialmente, greves de metalúrgicos das grandes empresas; posteriormente, se alastram e atingem setores tradicionais como a construção civil envolvendo, inclusive, trabalhadores não sindicalizados: os funcionários públicos. Esta luta, sobretudo as greves, marcam o início daquele que veio a ser chamado pelos próprios sindicalistas e muitos estudiosos de Novo Sindicalismo. Representa também, o reaparecimento do movimento sindical na cena política do país (Zanetti, 1993, pp. 12-13).

Claro, o movimento não surgiu do nada. Ao contrário, foi fruto de um processo permanente de atuação de grupos progressistas durante o regime militar. A Igreja, entidades de educação popular, oposições sindicais e uma nova aristocracia operária, jamais deixaram de atuar em meio à classe durante o regime militar (*Ibid.*, p. 13). Quando a conjuntura deu sinais de maior liberdade, esse movimento, gestado ao longo dos anos 70, explodiu.

Acerca dessa chamada “aristocracia operária” brasileira, é necessário fazermos uma breve observação. Lenin, analisando a aristocracia operária inglesa, caracterizava tal setor não apenas como o mais bem remunerado entre os proletários, como também como o setor que reproduzia as ideologias burguesas no interior da classe. Alves (1984, p. 13) afirma que a reestruturação da indústria brasileira após a Segunda Guerra gerou, gradualmente, um novo setor operário, que integrava a indústria imperialista “moderna”, possuindo um maior grau de escolarização e qualificação, necessários para operar maquinários mais complexos. Contudo, a autora salienta que, ao invés de cindir a classe (como o fenômeno observado por Lenin na Inglaterra), isso potencializou o movimento operário, “através da preparação de uma vanguarda operária esclarecida e consciente do seu poder político, dada a própria condição de avanço do processo de produção de que participa” (*Ibid.*, p. 129). Rodrigues já havia identificado, em seu rigoroso estudo de campo realizado no fim dos anos 1950, em uma grande indústria do setor automotivo em São Paulo, que a aristocracia operária (no caso específico, formada pelos ferramenteiros, com maior grau de instrução, maior exigência de conhecimento técnico, hábitos regulares de leitura de jornais e uma voz frequentemente mais ativa no interior da empresa) possuía um grau mais elevado de politização em seu envolvimento com o sindicato (Rodrigues, 1970, p. 113). Lessa, ao analisar as greves do ABC, identifica o papel da aristocracia operária como sendo o mais central, chegando a afirmar que, em essência, as greves de 78-80 foram puxadas por tal setor, com base nos peões de fábrica. Segundo o autor, a diferença entre a

aristocracia operária e os peões de menor remuneração seria, historicamente, muito pouco significativa em termos de salário no Brasil. Essa proximidade teria feito com que todas as camadas do operariado do ABC tivessem marchado em conjunto nas greves do fim dos anos 70, atingidos pelos mesmos problemas (em especial, a deterioração do poder de compra) (Lessa, 2014, p. 45).

É, portanto, tendo esse setor operário mais instruído à frente, que explodirão as grandes greves no fim dos anos 1970. Na esteira de seu movimento incendiário, em Caxias terá início uma nova etapa de ebulição social, ao longo dos anos 1980. No início da década ocorrem importantes mobilizações na Madal e, na segunda metade, as lutas aumentam, com greves na Dambroz, Marcopolo, Lavral, Fras-Le e Triches (Velasco; Wunsch, *Op. cit.*, p. 77-79). Em 1986 ocorre uma grande greve metalúrgica na cidade, marcada pelo confronto entre operários e a polícia às portas da Randon (*Ibid.*, p. 80). Nesse mesmo ano, a Universidade de Caxias do Sul realiza uma histórica paralisação⁵⁶, exigindo a federalização da instituição, uma maior democratização de sua gestão e o aumento salarial dos professores (Xerri, 2018, p. 161-163). Em 1991 ocorrem grandes mobilizações operárias, culminando numa paralisação de diversos setores por dois dias, contra as políticas de Collor. Em 1992 acontece uma greve histórica na Hércules Inox⁵⁷, contra a demissão de 200 operários.

A partir de 1993 o movimento começa a refluir. As greves seguirão ocorrendo, mas, em geral, serão esporádicas, isoladas e de curta duração. Ainda que tenham ocorrido ações memoráveis, como a greve da Randon em fevereiro de 2010 e uma ampla mobilização durante as Jornadas de Junho de 2013, nota-se um esfriamento muito nítido das lutas na cidade. Não podemos deixar de apontar as consequências de reestruturação produtiva dos anos 1990. De fato, a redução da combatividade operária no período não é um fenômeno restrito ao Sindicato, mas um reflexo da nova conjuntura nacional, aberta com o início do avanço das medidas neoliberais. Assim, “a escalada do movimento grevista dos anos 1980 foi interrompida logo no início da nova década (Badaró, *Op. cit.*, p. 126)”, com redução quantitativa e qualitativa das greves (ocorrem em menor número, com menor envolvimento de trabalhadores e com menor radicalidade em suas pautas de exigências⁵⁸).

⁵⁶ O movimento teve início a partir da pauta de federalização da Universidade, cuja proposta fora enviada ao secretário de Ensino Superior do MEC, Gamaliel Herval, que rejeitou de antemão o projeto. Atingidos pela perda do poder de compra dos anos anteriores e após um processo eleitoral, para a reitoria, acusado de ter sido antidemocrático, a rejeição do projeto de federalização foi um estopim para que os docentes iniciassem uma paralisação, logo apoiada massivamente pelos estudantes (Xerri, 2018, pp. 161-168).

⁵⁷ Antiga Eberle.

⁵⁸ Badaró, *Op. cit.*, p. 126.

No interior das entidades, a queda nos índices de sindicalização (e, em muitas categorias, no tamanho das bases), as dificuldades das direções em mobilizarem essas bases, problemas de sustentação financeira e as indefinições quanto às posições políticas das lideranças são alguns dos indicadores de uma situação de refluxo que, com ênfase variada, passou a ser vivenciada por diversas categorias, muitas das quais na ponta das lutas da década anterior. Os motivos do refluxo são vários, e têm diversas origens. Entre eles, destacam-se três níveis de problemas: a experiência dos trabalhadores com as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da chamada reestruturação produtiva; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista [...]; e as opções políticas das lideranças da CUT em um quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores (Badaró, Op. cit., p. 126).

Portanto, ainda que haja de fato uma nova realidade material posta diante do movimento sindical brasileiro (e mundial), é importante notar que o autor menciona fatores subjetivos, referentes às posturas políticas das forças que hegemonizavam o sindicalismo brasileiro, como igualmente responsáveis pelo refluxo das lutas. Essa visão é, também, defendida por Alves (2006, p. 463), que afirma que a burocratização da CUT e seu completo abandono de qualquer práxis socialista são fatores decisivos para o enfraquecimento das lutas operárias a partir do início dos anos 1990. O contexto de reestruturação, com uma nova crise do capital, “serviu de pretexto para a disseminação da nova ideologia (e prática) reformista do concertamento social”, levando a uma postura de “não-confronto com a política (e cultura) do capital” por parte das centrais⁵⁹. Corroborando essas colocações, como veremos posteriormente nesta pesquisa, a política adotada pela direção que assumirá o principal sindicato da cidade, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias do Sul e Região, se afastará, cada vez mais, da mobilização política da base da categoria.

2.3 O Sindicato dos Metalúrgicos (1933-1993)

Vimos que a luta sindical em Caxias tem início em 1913, quando os tanoeiros, trazendo de Portugal uma cultura de maior mobilização, fundam seu sindicato, que logo deixará de existir, por motivos desconhecidos. Em 1920, sabemos também que já existia o Sindicato dos Ofícios Vários de Caxias. Já aludimos, também, a uma primeira tentativa de fundar um Sindicato dos Metalúrgicos em 1928. Mas é em 1933 que a instituição surgirá definitivamente. À época, chamava-se Sindicato dos Operários Metalúrgicos e Classes Anexas de Caxias. Adelino Lucatelli é seu primeiro presidente.

⁵⁹ Alves, 2006, p. 463. In.: Antunes (org.).

Seus primeiros anos são marcados por uma intensa disputa com setores da Igreja Católica, que buscavam cooptar o operariado. Zanandrea (2008, p. 109) chama a atenção para os intensos debates entre os jornais *A Voz de Povo* (ligado ao PCB) e o *Correio Riograndense* (ligado à Igreja). O Círculo Operário de Caxias do Sul, fundado pelos setores eclesiásticos em 1934, era amplamente apoiado pela burguesia local, possuindo cunho assistencialista e atraindo muitos operários para uma proposta despolitizada (Velasco; Wunsch, *Op. cit.*, pp. 45-46).

Contudo, não foi apenas da Igreja que o surgimento efetivo do Sindicato arrancou reações. A patronal logo reagiu. O jornal *O Momento*, do dia 10 de maio de 1933, noticia a formação de uma Comissão de Conciliação Mista, formada por industriais e líderes sindicais, com o objetivo de resolver as desavenças sem luta. Estava em sintonia com a política de cooptação varguista, implementada a partir de 1931. O órgão englobava membros da alta burguesia da cidade, como Abramo Eberle, Vitorio Cesa, Orestes Manfro e Julio Ungaretti. Em contrapartida, contava com elementos proletários, dentre os quais o próprio Lucatelli.⁶⁰

Em 1937, José Piovan é eleito o segundo presidente do sindicato, durante o Estado Novo. Sucedem-se vários presidentes em um curto intervalo de tempo, mostrando uma provável instabilidade na instituição. Francisco Abel assume a direção em 1938 e, no mesmo ano, é substituído por Arlindo Zuanazzi.⁶¹ Ambos eram funcionários da Eberle e sofrem intensas perseguições profissionais devido a suas ligações com o movimento operário. Zuanazzi será demitido, sendo obrigado, assim, a deixar a entidade em 1939 (Velasco; Wunsch, *Op. cit.*, p. 49). Em geral, a política do sindicato durante o Estado Novo foi bastante modesta, uma vez que suas atas indicam reuniões pautadas sobre finanças, número de associados e revisão salarial (*Ibid.*, p. 48). A pressão exercida pela Eberle, à época a maior empresa da cidade, bem como a política de domesticação sindical de Vargas, são fatores que provavelmente contribuíram para esse quadro.

A partir da metade dos anos 1940 a entidade volta a ser um pouco mais combativa. Digno de nota é a mudança de nome, em 1943, quando se torna “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Caxias do Sul”, buscando adequar-se à legislação sindical estadonovista (*Ibid.*, p. 50). O fim do governo Vargas gerava uma reestruturação do movimento operário, com a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, fruto do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, de 1946.

⁶⁰ *O Momento*, 10 de março de 1933, p. 2.

⁶¹ Metalúrgicoscaxias, 2022?. Disponível em: <https://metalurgicoscaxias.com.br/o-sindicato/>

Mas a reação do governo Dutra seria imediata. De encontro ao liberalismo que seu governo apregoava, a partir de 1947 ocorrerão uma série de medidas repressivas não muito distantes das que Vargas aplicava durante o Estado Novo (Rezende, 1986, p. 47). “Proíbe-se a atividade da União da Juventude Comunista, dissolve-se a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil e o PCB é posto na ilegalidade” (*Ibid.*, p. 48). Em Caxias a repressão se fará sentir no Sindicato: em 1948 ocorre uma intervenção federal na entidade. Seu presidente, Clodomiro Baptista (funcionário da Eberle), é destituído e substituído por uma junta nomeada pelo governo. Somente em 1950 a intervenção chegará ao fim (junto com o fim do governo Dutra), sendo possível a realização de eleições no Sindicato, nas quais Etelvino Zorzi é eleito presidente (Velasco; Wunsch, *Op. cit.*, p.54).

Mesmo com o Sindicato sob o domínio de interventores nomeados, a categoria metalúrgica segue lutando nesse período. Em 1949 ocorre uma paralisação histórica na Eberle, empresa onde, tradicionalmente, era muito difícil gerar mobilização. Segundo o jornal *A Voz do Povo*, de 13 de novembro de 1949, diante dos baixos salários, comuns a todos os metalúrgicos caxienses, os torneiros da Eberle “paralisaram o serviço às 10 da manhã, indo todos pedir aumento e discutir com o chefe de seção e daí foram até a direção da MAESA, a qual prometeu que breve iria sair o aumento”⁶². O jornal ainda lamenta ter sido uma ação isolada, uma vez que os operários deveriam ter ido buscar apoio nos colegas de outros setores. “Nas discussões com a direção limitaram-se a pedir o aumento e não especificaram quanto precisavam e nem tampouco os patrões disseram quanto iam dar”. E a matéria é concluída: “Toda luta, seja pelo que for, feita isolada, está destinada ao fracasso”⁶³.

Vale ressaltar que, nessa época, já havia uma militância comunista bem articulada em Caxias do Sul. O jornal *A Voz do Povo* era um veículo do PCB, quase sempre publicando matérias sobre Prestes, além de debates teóricos sobre a Guerra Fria e o socialismo científico. O impresso circulou entre 1945 e 1953, sempre com grande ênfase no movimento operário local. Evidentemente que, no Sindicato, já havia, também, elementos ligados ao PCB. Em 1946, por exemplo, é publicada uma duríssima crítica ao presidente do Sindicato, Clodomiro Baptista, chamado de “traidor da classe operária”⁶⁴. O periódico também revela algo importante sobre a

⁶² *A Voz do Povo*, de 13/11/49, p. 3.

⁶³ *Ibid*, p. 3.

⁶⁴ *A Voz do Povo*, de 28/04/1946, p.1. Na matéria, Baptista é acusado de ter paralisado uma sessão de reunião do Sindicato, onde seria votada a nova tabela de pagamentos da Eberle, para poder, assim, ganhar tempo. Quando a reunião voltou a ocorrer, a tabela da Eberle, proposta pela patronal, foi aprovada. Segundo o jornal, o aumento não beneficiava o trabalhador. Acidamente, o periódico conclui a matéria: “Este fato constituiu revolta geral dos

história de Caxias: como o stalinismo possui uma tradição antiga na região. A edição de 8 de março de 1953 exhibe, na primeira página, uma grande matéria sobre a morte de Stálin. O homem que torturou e exterminou a velha guarda bolchevique, afogou as revoluções do pós-guerra e retirou todos os direitos que as mulheres haviam conquistado em 1917, é apresentado como “um dos maiores Homens que a humanidade produziu⁶⁵”.

Em 1952 o PTB, então fortalecido nacionalmente, assume o comando da entidade na figura de Pedro Hoffmann. A disputa partidária é bastante intensa no interior da entidade. Em 1957, Bruno Segalla, funcionário da Eberle, inicia sua direção histórica no Sindicato. Apesar de originalmente ligado ao PCB, se encontrava no Partido Socialista Brasileiro (PSB) à época, uma vez que o PCB estava na ilegalidade. Nacionalmente, o PSB e o Partido Republicano formavam uma coligação chamada “Aliança Republicana e Socialista” (ARS). Segalla havia sido eleito à Câmara de Vereadores em 1960, junto com Percy Vargas, pela mesma coligação (este conseguiria ainda ser reeleito em 1964) (Velasco; Wünsch, *Op. cit.*, p. 56). Provavelmente, ao lado de Assis Melo, Segalla pode ser considerado o mais icônico presidente da história do Sindicato, tendo sido eleito para comandar a entidade em 1959, 1961 e 1963. (Duarte, 2017, p. 52). Vale destacar que, nas eleições para o executivo municipal, em 1962, a ARS obteve 11,2% dos votos⁶⁶, o que indica que havia significativa penetração do discurso comunista na cidade.

Em 1963 o nome de Segalla é levado a concorrer à prefeitura de Caxias, pela coligação ARS, reconhecida pelo jornal *Caxias Magazine* como “partido das chamadas forças de esquerda de Caxias do Sul⁶⁷”. Evidentemente tais políticos serão perseguidos após o golpe de 1964. Em outubro daquele ano, Percy Vargas é cassado⁶⁸. O mesmo já havia acontecido com Segalla, que era deputado estadual desde março de 1963 (Duarte, *Op. cit.*, p. 52).

Já aludimos à visita de Prestes à cidade, tendo ela sido organizada por Segalla, durante sua gestão no Sindicato. O resultado, uma pancadaria generalizada, mostra o clima de tensão política que ocorria em Caxias, e em todo o Brasil, às vésperas do golpe de 64, mas também mostra muito sobre o nível de politização do Sindicato à época. É também na gestão de Segalla que ocorre a primeira expansão de área política da entidade: Carlos Barbosa e Garibaldi são incluídas em sua base territorial (Velasco; Wünsch, *Op. cit.*, p. 57). Outro momento marcante

trabalhadores que agora estão vendo como foram traídos e, indiscutivelmente, as suas privações, as suas dificuldades cruciais, não de pesar na consciência do traidor Clodomiro”.

⁶⁵ *A Voz do Povo*, de 08/03/1953, p.1.

⁶⁶ Trindade, *Op. cit.*, p. 159.

⁶⁷ *Caxias Magazine*, de 03/1963, p. 3.

⁶⁸ *Caxias Magazine*, de 31/10/1964, p. 1.

de sua gestão à frente da entidade foi a grande greve de 1963. A manifestação, de cunho salarial, obteve adesão de mais de 90% da categoria, mobilizando mais de oito mil operários. Terminou com uma vitória retumbante: a categoria conquistara 80% de reajuste (Duarte, *Op. cit.*, p. 59).

Figura 1. Segalla discursa na histórica greve de 1963, que paralisou mais de 90% da categoria.



Fonte: Carvalho, 2003, p. 27.

Em 1964 os militares realizam nova intervenção no Sindicato. Segundo Velasco e Wünsch:

O golpe civil-militar de 1964 reprimiu mobilizações, destituiu diretorias de sindicatos e prendeu lideranças, entre as quais as operárias. Esse fato também aconteceu no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, com base territorial nos municípios de Carlos Barbosa, Garibaldi e Veranópolis. Na ata de intervenção [...] que extingue o mandato da diretoria consta: “Às dezesseis (16) horas do dia nove (9) de abril de 1964, na sede do sindicato, sita à rua Pinheiro Machado, nº 1653, o Ministério da Guerra empossa o general Itacyr Rosa Cruz para interventor da entidade” (Velasco; Wünsch, *Op. cit.*, p.63).

Conforme Machado (1993, p. 185-186) lembra, a intervenção foi não apenas um golpe na gestão da entidade, bastante combativa, mas também à historiografia. Os militares removeram boa parte dos arquivos do local, transportando-os para o Rio de Janeiro e, posteriormente, destruindo parte deles. Com isso, uma parcela da história da instituição se perdeu.

Os anos da ditadura empresarial-militar foram, claro, de atuação muito pouco intensa no Sindicato, devido à brutal repressão sobre os movimentos sociais em todo o país. Em abril de 1964, dia da intervenção, foram presos Bruno Segalla, Armin Damian (secretário), Alcides

Zatera (tesoureiro), Percy Vargas (advogado do Sindicato e vereador), Henrique Ordovás (médico) e Júlio Furlán (operário e ex-membro da direção) (Velasco; Wünsch, *Op. cit.*, p. 63). A diretoria nomeada é autorizada a organizar novas eleições e, em 1965, Antonio Frigeri é eleito presidente. Mesmo sob repressão, há espaço para alguma mobilização: em 1967 ocorre uma assembleia visando uma greve da categoria, caso o pedido de aumento salarial não fosse atendido. O jornal *Pioneiro* dedica a principal manchete da primeira página a noticiar: “Se não houver outra solução, greve dos metalúrgicos dia 22”⁶⁹. Na matéria consta que a assembleia reuniu 1308 associados, número expressivo, ainda mais em uma época de forte repressão. A situação terminará com uma conciliação, cinco dias antes da data estipulada para a greve, com o reajuste de 28% da categoria⁷⁰.

Em 1980, diante do clima que já apontava para uma reabertura política e para a volta de grandes mobilizações, Flores da Cunha é incorporada à base territorial da entidade. No mesmo ano, diante da dificuldade em negociar o dissídio, ocorre uma série de “operações tartaruga”, articulada em várias empresas do ramo na cidade e região (Velasco; Wünsch, *Op. cit.*, p. 69). Pouco tempo depois, a categoria, em assembleia, aceita a proposta patronal. Segundo o *Pioneiro* “essa foi a assembleia que menor número de metalúrgicos conseguiu reunir, onde se constatou a presença de mais ou menos mil pessoas, das mais de 12 mil associadas”⁷¹. Provavelmente os anos de chumbo da ditadura haviam dificultado a adesão da categoria às atividades sindicais. Além disso, o presidente, Ivo Antônio Sartor, não parece dos mais engajados em mobilizar os trabalhadores quando afirma que estes deviam estar “contentes com o que ganham, não necessitando de dar sua aprovação em Assembleia”⁷².

Algo digno de nota ocorre em 1982. Após a troca de presidência, na qual Sartor dá lugar a Romeu Pieruccini, a nova gestão manifesta sua preocupação com algo central: a alta rotatividade do setor automotivo. Ainda em janeiro, a entidade se articulava para exigir, pela via jurídica, o pagamento do seguro-desemprego aos operários demitidos. Ressaltamos com veemência, anteriormente, como a rotatividade é fundamental para manter os lucros na produção enxuta da indústria automotiva brasileira, essencialmente dependente de uma intensa extração de mais-valia absoluta. Diante disso, o quadro de incessantes demissões começa a ser questionado pelo Sindicato. Pieruccini, em entrevista ao *Pioneiro*, publicada em 15 de janeiro de 1982, afirma que diariamente o Sindicato recebia dezenas de operários desempregados em

⁶⁹ *Pioneiro*, de 17/06/1967, p.1.

⁷⁰ *Pioneiro*, de 24/06/1967, p.1.

⁷¹ *Pioneiro*, de 16/07/1980, p.1.

⁷² *Ibid.*, p. 1,

condições de grande precariedade. Segundo ele, os operários chegavam “todos os dias reclamando que não [tinham] mais dinheiro para manter a família”⁷³. A matéria conclui afirmando que, nas duas primeiras semanas do ano, “havia sido homologadas cerca de 107 demissões, [...] sendo que as indústrias que mais têm dispensado funcionários são a Marcopolo e a Randon”⁷⁴. A principal política da gestão de Pieruccini parece ter sido o combate à alta rotatividade.

A onda de greves que atingia o país desde 1978 chega, com um certo atraso, em 1985, a Caxias. Já citamos anteriormente que inúmeras grandes metalúrgicas da cidade e da região anotam greves ao longo desse ano. Em 1986, mesmo ano da histórica mobilização da UCS, ocorre uma das mais importantes ondas grevistas da história caxiense. Segundo o jornal *Pioneiro* de 18 de junho daquele ano:

Mais de dois mil metalúrgicos, reunidos em assembleia em frente ao Ginásio de Esportes Pedro Carneiro Pereira, decidiram deflagrar greve geral [...] depois de rejeitarem a nova proposta patronal para o dissídio da categoria [...]. Após a assembleia, os metalúrgicos dirigiram-se em passeata pelo centro da cidade até a sede do sindicato, onde começaram a organizar o movimento e definiram a formação de piquetes em todas as indústrias metalúrgicas já nesta madrugada, inclusive nas cidades de Garibaldi, Farroupilha, São Marcos, Flores da Cunha e Antônio Prado. Entre as principais reivindicações da categoria estão o piso salarial de Cz\$ 2010, 00; 20% de produtividade; quinquênio de Cz\$ 350, 00 e jornada de trabalho de 40 horas semanais (*Pioneiro*, 18 de junho de 1986, p.1).

No dia seguinte houve confronto entre operários e a polícia, em frente à Randon, deixando 30 feridos. O movimento já havia atingido 11 indústrias de Caxias, além de três unidades da Tramontina.⁷⁵ A greve perde força ao longo dos dias seguintes, sendo encerrada no dia 23 de junho. Os trabalhadores conseguem alguns avanços. O presidente do Sindicato, Ênio Marques, declara ao *Pioneiro* que, após 22 anos de represália “os trabalhadores agora se libertaram e defendem seus interesses, coisa que nem seus pais poderiam fazer”⁷⁶. Na mesma edição, consta entrevista do presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas (SIMECS), Mário Polesso, que declara: “Aqueles trabalhadores que não se excederam durante o

⁷³ *Pioneiro*, de 15/01/1982, p. 3.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 3.

⁷⁵ Segundo o *Pioneiro* de 19 de junho de 1986, a adesão seria massiva: estaria parada 95% da Marcopolo, da Dambroz e da Randon.; 100% da Hidrover, da Carbin, da Betton e da Tramontina de Garibaldi; 90% da Engemaq; 85% da Tramontina de Farroupilha; 75% da Gazola; 66% da Eberle; 40% da Robertshaw. (*Pioneiro*, 19 de junho de 1986, p. 11).

⁷⁶ *Pioneiro*, de 24/06/1985, p.13.

movimento não sofrerão punição. Por outro lado, não podemos afirmar que igual tratamento será dado àqueles que só tumultuaram o processo”.⁷⁷

Não há nenhuma pesquisa historiográfica substancial a respeito do movimento operário em Caxias nessa época, muito menos da greve de 1986 em particular. Mas é possível perceber, em meio ao clima de ebulição política no Brasil, a presença de vários setores político-partidários buscando disputar a cabeça do movimento. Mário Polesso expõe a visão de que os operários teriam sido usados por determinadas forças políticas no decorrer do movimento. Já Ênio Marques, agradece ao PMDB por seu apoio ao longo da greve.⁷⁸ É muito provável que o Partido Comunista do Brasil estivesse, também, inserido na construção da greve de 1986. Mas não há elementos mais concretos para afirmar isso como um fato.

No ano seguinte, a nova gestão, encabeçada por Zecão, conta com a primeira operária a integrar a direção em toda a história do Sindicato: Claraci Severo (Velasco; Wunsch, *Op. cit.*, p. 79). A partir de então, não haverá mais nenhuma gestão sem a presença feminina. Além disso, com a nova política sindical estabelecida a partir da Constituição Cidadã, o Sindicato ampliará consideravelmente o número de dirigentes sindicais: de 24, passará a ter 169 (*Ibid.*, p. 83).

O ano de 1993 é marcado por uma inflexão histórica: a chapa “Ética e Luta” assume o controle da instituição. O PCdoB passava a dominar o mais importante sindicato da região. Não é nosso objetivo aqui analisar a “ética” das gestões seguintes. Mas, como veremos, a “luta” será muito peculiar: o partido político que reivindica, estridentemente, o legado de Lenin, transformará o Sindicato em um instrumento de lutas que jamais extrapolam o âmbito econômico, indo na contramão dos elementos mais básicos do pensamento e da militância leninistas. A partir de 1993 teremos um marcado período de refluxo nas lutas de Caxias do Sul. Greves e mobilizações metalúrgicas seguem ocorrendo, mas com menor frequência e pautas relativamente modestas. Não ignoramos, claro, os impactos da reestruturação toyotista, como um fator objetivo fundamental que contribuirá para tal refluxo, e os analisaremos na terceira parte deste trabalho. Mas, como veremos, o fator subjetivo também será central: o Partido Comunista do Brasil adotará uma linha cada vez menos combativa e adaptada ao *establishment* burguês e a direção do Sindicato não só fará ressonar, em sua ação, essa linha, como apresentará uma rápida involução em suas formas de luta, regredindo de pautas políticas para pautas exclusivamente econômicas.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 13.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 13.

3 - O SINDICATO E O PARTIDO

*Prefeito: o inspetor vai querer averiguar as instituições
sob sua responsabilidade. Faça tudo parecer bem decente.
Os gorros devem parecer gorros, e não os chapéus de ferreiro de sempre.
Filipovitch: isso é o de menos. Posso fazer com que
pareçam limpos.*

*O Inspetor Geral,
de Nikolai Gogol.*

Como exposto anteriormente, a partir da clássica teoria organizativa de Lenin, que revolucionou a concepção de partido político para sempre, os sindicatos, ao atuarem em torno dos interesses salariais ou jurídicos da categoria representada, deslocam-se dentro da esfera econômica. Trata-se, evidentemente, de um processo legítimo de luta de classes. Contudo, Lenin sublinha que tal processo se encontra ainda em um nível elementar enquanto não superar os limites da esfera econômica, ou seja, enquanto não forem direcionadas para a esfera política: a superação do modo de produção capitalista. As lutas de classes no capitalismo são, portanto, anteriores ao surgimento de leninismo, e mesmo do marxismo. Mas é apenas a partir do surgimento do socialismo científico que tais lutas vão adquirir um caráter efetivamente político. Segundo Mandel (1984, p. 61-62) a grande descoberta dos marxistas na esfera da organização operária foi o papel da vanguarda revolucionária em trazer essa consciência política.

Lutas de classe proletárias foram efetuadas muito antes que existisse um movimento socialista, e, com maioria da razão, o socialismo científico. A luta de classes elementar – greves, paragens de trabalho por reivindicações salariais, reduções do tempo de trabalho e outros melhoramentos das condições de trabalho – deu origem à organização elementar da classe (as caixas de solidariedade, forma inicial de sindicato) [...] A vanguarda distingue-se da maioria pelo fato de não abandonar [...] o terreno da luta das classes, e por continuar de qualquer maneira a luta “com outros meios”. Procura consolidar as caixas de resistência, surgidas durante a luta, em fundos de greve permanentes, quer dizer, em sindicatos. Esforça-se por cristalizar e reforçar a consciência de classe elementar, nascida no conflito [...] Constitui, por esses fatos, o momento de continuidade face à ação de massas, necessariamente descontínua, o momento de consciência face ao movimento de massas, que é em si espontâneo (Mandel, 1984, pp. 62-64).

É necessária a atuação permanente de uma vanguarda, a parte mais avançada do proletariado, em termos de consciência política, para que ocorra o salto de qualidade na consciência da classe, do campo econômico para o político. Essa vanguarda, como afirma Mandel, deve manter a bandeira da luta de classes erguida permanentemente, mesmo em momentos de arrefecimentos da luta da classe ou de uma categoria. Mas, e será em torno disso que Lenin edificará, na teoria e na prática, a construção de um partido de novo tipo, a vanguarda

não deve apenas manter-se na luta permanentemente, mas também trazer aos elementos operários a consciência política. Aqui reside o nódulo da grande polêmica que marcará as discussões entre Lenin e Rosa Luxemburgo no interior da II Internacional.

Rosa via a concepção leninista de partido como um “vigia noturno”, ou seja, como burocrática e impositiva. Para a revolucionária polonesa a própria imersão do proletariado nas lutas econômicas, colocadas necessariamente no cotidiano pelas insolúveis contradições entre capital e trabalho, seria suficiente para que a classe elevasse sua consciência em direção ao choque político com a burguesia. Segundo ela, um comitê central de quadros não seria capaz de guiar a luta das massas através de seus “princípios gerais”, uma vez que a luta real e concreta das massas se apresenta de modo imprevisível, colocando questões táticas que nenhum princípio mecânico pode resolver através de uma fórmula mágica.

Porém, o ultracentralismo preconizado por Lenin parece-nos, em toda a sua essência, ser portador, não de um espírito positivo e criador, mas do espírito estéril do guarda-noturno. Sua preocupação consiste, sobretudo, em *controlar* a atividade partidária e não em *fecunda-la*, em restringir o movimento, e não em desenvolvê-lo, em importuná-lo, e não em *unificá-lo* (Luxemburgo, *In*. Loureiro, 2011).

Rosa, em 1904 (quando se abriam, na Segunda Internacional, as discussões sobre a concepção leninista de partido), via a disciplina, reivindicada por Lenin, como a “ausência de pensamento e de vontade num corpo com mil pés e com mil mãos, executando movimentos mecânicos segundo uma batuta⁷⁹”. Para ela, o servilismo a um comitê central e a disciplina cega deveriam ser extirpados do proletariado. O centralismo não poderia ser imposto pelo partido, mas deveria resultar da evolução da práxis do operariado, através do constante processo de luta⁸⁰. Essas condições, contudo, ainda não estariam postas na Rússia: Lenin, por acreditar que o proletariado de seu país poderia se organizar sob o centralismo, estaria em um “ímpeto de otimismo⁸¹”. Rosa via os comunistas russos como inseridos em um contexto único e extremamente peculiar: estavam diante da “tarefa de definir uma tática social-democrata [...] num Estado absolutista⁸²”. Nesse contexto, em que nem mesmo a democracia liberal-burguesa havia sido posta como realidade política, era ilusório crer que o centralismo seria a forma de organização do proletariado. Nesse momento histórico, é importante notar, ela estava presa à lógica mecanicista, que se tornaria a grande bandeira do menchevismo nos anos seguintes, baseada em um etapismo revolucionário na Rússia:

⁷⁹ Luxemburgo, 1979, p. 43.

⁸⁰ *Ibid.*

⁸¹ *Ibid.*, p. 42.

⁸² *Ibid.*, p. 34.

Não esqueçamos que a revolução, às vésperas da qual estamos na Rússia, não é uma revolução proletária, mas burguesa: a qual transformará grandemente todo o campo da luta social-democrata. Nesse momento, a *intelligentsia* russa assumirá um conteúdo de classe burguês, nitidamente pronunciado. Se hoje a social-democracia é o único *leader* da massa operária russa, após a revolução a burguesia [...] tentará decisivamente influenciar as massas para construir o pedestal de seu domínio parlamentar. Quando menos libertarmos, no atual período de lutas, a auto-atividade, a livre iniciativa, o sentido político do setor mais consciente dos operários, quanto mais estes últimos sejam conduzidos (como carneiros) e instruídos politicamente por um comitê central social-democrata, mais fácil será o jogo dos demagogos burgueses na Rússia renovada (Luxemburgo, Op. cit., p. 56).

Lenin, contudo, não buscava um centralismo burocrático plenipotenciário, como ocorrerá com o partido por ele fundado a partir do momento em que Stalin dominar, de forma autoritária, o bolchevismo. Rosa não havia aqui, ainda, percebido que a preocupação do fundador do bolchevismo não era o controle rígido e autoritário da organização, mas o salto de qualidade da consciência proletária. Como observa Lukács, Lenin estava, nesse ponto, um passo adiante de Rosa, uma vez que era o primeiro líder comunista a ter compreendido que a luta econômica diária é insuficiente para que o operário adquira consciência revolucionária:

Mesmo que nessa perspectiva histórica sobre o caminho que o proletariado deve percorrer para sua libertação se sustentasse o ponto de vista [de Rosa] de que uma autoinstrução espontâneo-revolucionária das massas proletárias (por meio de ações de massas e das experiências que delas resultam), devidamente apoiada por agitação, propaganda, etc. teoricamente corretas do partido, seria suficiente para garantir o desenvolvimento necessário, nem por isso se ultrapassou a visão de que o proletariado alcança sua missão revolucionária mediante uma progressão ideológica natural. Lenin foi o primeiro, e por muito tempo o único, líder e teórico importante a considerar esse problema em seu aspecto teoricamente central e, por isso, decisivo na prática: o aspecto da organização (Lukács, 2012, p. 46).

Lukács chama, corretamente, atenção para o fato de que o famoso racha de 1903, que origina a divisão entre bolcheviques e mencheviques (oficializada somente em 1912), se dá em torno da busca de Lenin por um partido cujos militantes estivessem totalmente empenhados na manutenção da luta permanente e no estudo científico (materialista dialético, portanto) da sociedade capitalista, objetivando atuar na luta de classes a partir da mais rigorosa práxis marxista possível. De maneira nenhuma essa concepção escondia uma tendência autoritária, como veremos adiante.

O que está em jogo aqui é a constatação feita pelos bolcheviques de que a esfera econômica pode produzir saltos de *quantidade* na consciência operária, no sentido de tornar a classe mais combativa, mas não é suficiente para que se produza um salto de *qualidade*, no sentido de torna-la revolucionária. A concepção revolucionária deve ser introduzida nas lutas

cotidianas desde o *exterior*, por uma vanguarda de militantes marxistas profissionais. Lukács identifica, perfeitamente, essa consciência revolucionária como a busca pela realização dos interesses históricos do proletariado (a saber, a superação do capitalismo), e não pela realização de seus interesses meramente econômicos. Os problemas econômicos colocados diariamente diante da classe trabalhadora são problemas *imediatos*, que, uma vez resolvidos, não solucionam sua condição de *ser-reificado*, transformado em mercadoria. A esfera do imediato é, ainda, a esfera burguesa:

Em termos de método, essa concepção [burguesa] faz de todo objeto histórico tratado uma mônada imutável, excluída de todo processo de interação com as outras mônadas, e à qual as características que ela possui em sua existência imediata parecem estar ligadas como propriedades essenciais simplesmente insuperáveis [...] No entanto, a realidade imediata não pode, nem para o homem que a vive, nem para o historiador, ser dada imediatamente em suas formas estruturais verdadeiras. Estas devem ser primeiro buscadas e encontradas – e o caminho que leva à sua descoberta é o caminho do conhecimento do processo de desenvolvimento histórico como totalidade (Lukács, 2003, p. 315-16).

Se a esfera econômica é a esfera do imediato, que absolutiza o presente, a consciência de classe do proletariado é a superação do imediatismo. Logo, é a superação dos limites econômicos. Lukács afirma que superar o imediato é se tornar consciente da totalidade histórica, do imediato como apenas uma manifestação de parte da materialidade do processo histórico (*Ibid.*, p. 349). Nesse processo, o operário é uma coisa, uma vez que transformado em mercadoria. Independentemente de seu salário ser maior ou menor, a condição de ter sido feito mercadoria permanece. A única maneira de superar sua condição histórica de existência no capitalismo é superando justamente o capitalismo. Para isso é necessário que a consciência seja trazida desde fora da esfera imediata, cotidiana, *econômica*, do proletário. Para isso é necessário o partido revolucionário.

Mas como essa consciência chega ao operariado? Aqui entra a atuação do partido revolucionário nas mais diferentes frentes de combate. Lenin afirma categoricamente: o sindicato é um instrumento imprescindível para essa luta:

Os sindicatos representaram um progresso gigantesco da classe operária nos primeiros tempos do desenvolvimento nos primeiros tempos do capitalismo, visto que significavam a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos *rudimentos* da união de classe. Quando começou a se desenvolver a forma *superior* de união da classe dos proletários, o *partido revolucionário do proletariado*, os sindicatos começaram a manifestar inevitavelmente *certos* aspectos reacionários, certa estreiteza grupal, certa tendência para o apoliticismo, certo espírito de rotina, etc. O desenvolvimento do proletariado, porém, não se realizou nem podia realizar-se, em nenhum país, de outra maneira, senão

por intermédio dos sindicatos e por sua ação conjunta com o partido da classe operária (Lenin, 1981, p. 50).

Para o fundador do bolchevismo, ainda que muitos sindicatos (seja na sua direção, seja na sua base) manifestem aspectos reacionários⁸³, o instrumento sindical é um espaço fundamental e uma conquista histórica do proletariado como instrumento de aglutinação. É nos sindicatos que os trabalhadores têm contato (ou deveriam ter) com a solidariedade de classe, as disputas de ideias, os planejamentos de greves ou paralisações, os problemas enfrentados por sua categoria, etc.

A preocupação central de Lenin é, aqui, sobre como essa ferramenta poderosa pode ser utilizada. Debatendo com os camaradas do Partido Comunista Alemão (KPD) ele rejeita, no II Congresso da Comintern, categoricamente a tática de retirar-se dos sindicatos. O KPD argumentava que, diante do domínio dos reformistas sobre o movimento sindical do país, após o refluxo social que se seguiu ao assassinato de Rosa e Liebknecht, era necessário procurar outras formas de atuação. Lenin responde categoricamente:

Não atuar dentro dos sindicatos reacionários significa abandonar as massas operárias, insuficientemente desenvolvidas ou atrasadas, à influência dos líderes reacionários, dos agentes da burguesia, dos operários aristocratas, dos “operários aburguesados” (*Ibid.*, p. 53).

A vanguarda, para operar o salto de consciência necessário à revolução, não deve se isolar, mas deve “trabalhar, obrigatoriamente, onde estejam as massas” (*Ibid.*, p. 54). A tarefa de um comunista consiste em convencer precisamente os elementos atrasados do proletariado, “e não em isolar-se deles através de palavras de ordem tiradas subjetivamente da nossa cabeça e infantilmente esquerdistas” (*Ibid.*, p. 55).

Para o leninismo a função dos sindicatos está clara, portanto. Não é um espaço para ser boicotado pelo fato de possuir uma direção (ou mesmo uma base) conservadora ou *pelega*. Tampouco é um espaço cujas políticas devam ser sempre saudadas como corretas, do ponto de vista da categoria e de seus reais interesses. É um espaço de disputa, onde o partido revolucionário buscará fazer triunfar sobre o maior número possível de elementos a sua linha, a linha de superação radical do capitalismo. Para aqueles que, como o PCdoB, reivindicam a tradição de Lenin, não deve haver dúvidas ou vacilações: o sindicato deve servir como catalisador do marxismo revolucionário, nada mais. Deve servir ao avanço da consciência

⁸³ O “reacionário” aqui não deve, de maneira alguma, ser compreendido em termos *absolutos*, como por exemplo um indivíduo fascista é um indivíduo reacionário com relação ao conjunto da sociedade. Ao contrário, o que Lenin tem em mente é destacar o caráter reacionário, típico no meio sindical, *relativo* à concepção radical e revolucionária do partido, como por exemplo o burocratismo (a “estreiteza grupal” da qual fala) ou o apoliticismo (a resistência em ir além da esfera econômica).

política do operário; à aglutinação do trabalhador em torno da causa socialista; ao avanço sobre a aristocracia operária, o reformismo e os elementos burgueses. Cabe aqui a pergunta: como será que esse partido, que reivindica Marx, Lenin, Engels, o comunismo, a União Soviética, a foice, e até o martelo, utiliza o Sindicato? Como um impulsionador da consciência política do operariado, ou como um instrumento de reforço de sua manutenção na esfera do imediatismo econômico, tido por Lenin como “reacionário” em relação ao socialismo?

Sabemos que um partido ou sindicato não opera no vazio: há condições objetivas, históricas e conjunturais, que influenciam no processo, impulsionando-o ou retraindo-o. Na última parte deste estudo, analisamos com maior profundidade a elas. Contudo, o escopo desta seção é analisar o fator subjetivo, em seus limites e potencialidades. Se as condições objetivas impõem os limites à ação subjetiva, também delineiam suas possibilidades. O contexto histórico e social não é um determinante, portanto: é uma realidade passível de ser compreendida e transformada pelos sujeitos. Não há, assim, um subjetivismo idealista, tampouco um objetivismo mecânico, mas uma relação de interpenetração dialética entre sujeito e objeto.

Aqui surge a possibilidade da introdução de um “ponto de vista” sem que estejamos condenados ao “relativismo”, ao meramente “subjetivo”. O capital pode ser o sujeito do processo econômico, mas não é o sujeito da história: a história é “história das formas de objetividade” de que os homens buscam se assenhorar teórica e praticamente, e, nesse processo, o tornar consciente altera a própria forma de objetividade do objeto. E esse movimento, que destrói a fixidez e a imobilidade da realidade, destrói também qualquer possibilidade de se postular um Absoluto: assim como não se pode postular um “homem” fora da história (para então compará-lo à sua realidade presente) também não é possível pretender um “ser fixo das coisas particulares” por trás de um rio no qual não se entra duas vezes (Nobre, 2023, p. 131-132)⁸⁴.

3.1 – O Fenômeno do Stalinismo

Não há como compreendermos com profundidade a atuação de um partido, ou de uma entidade por ele controlada, se não nos debruçamos sobre sua formação histórica. Isso compreende a necessidade não só de traçarmos uma reconstrução de sua trajetória, mas também de conhecermos os fundamentos ideológicos que lhe servem de base. O objetivo desta pesquisa é identificar os traços políticos principais da atuação do Sindicato sob hegemonia do PCdoB o que, inevitavelmente, passa pela análise da formação histórica e ideológica do partido.

⁸⁴ In. Paulo Netto (org.), 2023.

O stalinismo, que, como veremos nesta seção, sempre foi parte essencial da ideologia e da práxis pecedobistas, não é uma teorização projetada conscientemente por Stalin ou por qualquer outro indivíduo. É, ao contrário, um fenômeno histórico, uma realidade material engendrada por condições históricas específicas, que vai desenvolver, ao longo de sua existência, uma ideologia política que lhe sirva como base de justificação e como forma de luta na acirrada arena política das classes sociais.

Para apreendermos sua essência, não há outra alternativa que não mergulharmos nas intensas lutas políticas ocorridas na URSS, em seus primeiros anos. É nesse contexto, onde não apenas se definem as posições, históricas no interior do marxismo, entre trotskismo e stalinismo, mas onde também ocorre a vitória decisiva deste último, tornando-o hegemônico entre a esquerda mundial, pelo menos até meados dos anos 1960. Mais do que meras disputas pessoais no interior de um partido, os embates entre a direção do PCUS e a Oposição de Esquerda representam disputas entre realidades materiais e projetos políticos distintos: aquele que se havia consolidado na URSS a partir do início dos anos 1920, e aquele que cultivava a utopia de substituí-lo.

Assim, por mais distintas de nós que estejam, no tempo e no espaço, as posições da direção e da oposição do partido soviético, elas são, ao fim e ao cabo, nossas contemporâneas: seguem representando dois projetos políticos distintos para a esquerda, duas formas de atuação diferentes, dois balanços históricos profundamente discrepantes. Não à toa, as disputas entre trotskistas e stalinistas seguem intensas, abertas e atuais, como atesta a grande profusão de organizações políticas, no Brasil e no mundo, que buscam representar as duas vertentes, essencialmente irreconciliáveis. Stalin e Trotski, se morreram enquanto indivíduos, permanecem absolutamente vivos como referências ideológicas. E assim permanecerão, enquanto o capitalismo não for definitivamente superado por algum projeto revolucionário.

3.1.1 – O stalinismo como fenômeno material

É lugar-comum entre alguns estudiosos, como veremos abaixo, a tentativa de buscar uma continuidade entre a concepção de partido de Lenin e a ditadura de Stalin, como se esta decorresse, quase que naturalmente, daquela. Alguns, adotando uma linha mais agressiva, cravam de maneira peremptória que o partido de Lenin desembocaria, necessariamente, em uma ditadura. Os mais tímidos entusiastas dessa visão, assumem outra linha e afirmam que os elementos do stalinismo estavam contidos na concepção leninista de organização, presentes,

portanto, desde a gênese do partido bolchevique, em 1903. Ainda que, sem dúvidas, mais comedida, essa segunda linha padece do mesmo defeito da anterior: o idealismo.

Dentre os principais fundamentos teóricos dessa visão, destaca-se a clássica elaboração feita pelo “renegado” Karl Kautsky, nos anos 1930, acerca da ditadura de Stalin. Conforme Salvadori (1986, p. 290) “Stalin parecia a Kautsky como o herdeiro lógico de Lenin”, uma vez que Lenin “destruíra a possibilidade de desenvolvimento democrático aberta na Rússia em fevereiro de 1917 e forçara as condições econômico-sociais não-maduras para o socialismo”. A ideia de Lenin era, desde o início, a ditadura do proletariado na Rússia. Para Kautsky, a realidade material russa não permitia que essa ditadura da classe ocorresse, uma vez que se tratava de um país muito atrasado, eminentemente agrário e com um operariado urbano pouco numeroso.

Como o contexto, segundo Kautsky, não continha as possibilidades objetivas de uma legítima ditadura proletária, o projeto leninista estava fadado, de antemão, a desembocar na ditadura de uma minoria. Sem uma classe operária consistente para se apoiar e sem condições econômicas suficientes para impulsionar a superação do capitalismo, o Partido teria de assumir uma postura necessariamente autoritária para manter-se no poder. A extrema brutalidade com que Stalin levaria adiante sua virada econômica (a partir da aplicação do I Plano Quinquenal, em 1928) apenas refletiria a necessidade de, assim como ocorreu no capitalismo em sua gênese, realizar uma “acumulação primitiva”. Segundo Salvadori:

Kautsky reconhecia a importância do processo de modernização e de industrialização realizado na URSS sob a liderança de Stalin. Isso era um dado indubitável. Contudo, em relação ao socialismo, a modernização stalinista se colocava em uma situação de negação aberta. Ela se dava tal como a acumulação capitalista, mediante a exploração indiscriminada e violenta das massas trabalhadoras, operárias e camponesas; tal como a capitalista em suas origens, ela correspondia às exigências de realizar uma acumulação primitiva do capital em detrimento, em primeiro lugar, das massas camponesas; tal como na capitalista, ocorria sob a direção de uma minoria aristocrática que, porém, no caso da URSS, fundava seu próprio poder em meios de produção não-privados. Portanto, a soviética é uma nova aristocracia que controla esses novos meios de produção e os explora para seus próprios fins: uma aristocracia da qual Stalin é o produto e o chefe (Salvadori, 1986, p. 291).

A análise feita por Kautsky contém pontos muito robustos, que sem dúvidas correspondem ao processo histórico ocorrido na URSS. A consolidação da burocracia stalinista como uma camada aristocrática com interesses próprios; o controle dessa burocracia sobre os meios de produção, administrados de acordo com seus interesses; o fato de que essa camada não é proprietária, mas apenas administradora, dos meios de produção; a exploração brutal à

qual o camponês tem de ser submetido para sustentar uma industrialização: todos esses pontos são fruto de uma análise aguda e precisa do fenômeno da burocracia. O grande problema das elaborações de Kautsky não está na caracterização do aparato soviético, mas na tentativa de explicar sua origem.

Suas elaborações ignoram todos os acontecimentos históricos que acossaram a primeira revolução proletária vitoriosa, partindo de um esquema rígido: a revolução, independente do que fosse ou deixasse de ser feito, necessariamente desembocaria em uma ditadura na Rússia. Por isso, as ideias de Lenin, de um partido disposto a realizar uma revolução proletária, só poderiam dar em um Stalin. Sobre a meditação de Kautsky a respeito da URSS, Salvadori completa:

Um dos aspectos centrais, aliás, o aspecto central, dessa meditação era a tese segundo a qual a relação entre a obra de Lenin e a de Stalin estava indissociavelmente marcada pela lógica de desenvolvimento dos mecanismos de dominação política e social do partido único e da aristocracia burocrática: não é que Kautsky considerasse a Rússia de Lenin como idêntica à Rússia de Stalin, mas a segunda tinha suas sólidas raízes na primeira (*Ibid.*, p. 292).

Como exposto acima, a análise de Kautsky é completamente determinista, uma vez que vê o contexto político e social da URSS como inevitável a partir das concepções de Lenin. Se este havia construído um partido estruturado para realizar uma revolução proletária na Rússia, logo o resultado seria uma ditadura burocrática. Stalin, desde o início, estava contido nas concepções leninistas. Foram as *ideias* de Lenin que geraram o fenômeno do stalinismo.

Já em 1919, Kautsky procurava identificar, nas medidas de exceção tomadas em meio à Guerra Civil, os elementos de uma ditadura que, diante de um suposto baixo nível cultural do proletariado russo, seriam inevitáveis:

Para que nessas circunstâncias [de atraso econômico] a produção funcionasse com êxito, teria sido necessária a existência de operários muito bem organizados e altamente inteligentes, que se dessem conta, claramente, de até que ponto a propriedade da sociedade, e, portanto, a sua própria [propriedade] dependiam de seu trabalho. E mesmo que se contasse com tais operários, para que a produção fosse eficaz deveriam ser tomadas medidas de organização necessárias para assegurar ao Estado a influência conveniente nos diversos estabelecimentos e ramos industriais, buscando estímulos que pudessem substituir os estímulos típicos do capitalismo. Mas na Rússia, não apenas faltava essa organização, como os operários careciam da inteligência necessária [...] (Kautsky, 1977, p. 111-112)⁸⁵.

⁸⁵ Em livre-tradução.

Assim, o atraso técnico da economia russa, e o atraso cultural de seu proletariado, teriam resultado na ditadura bolchevique, responsável pela Guerra Civil:

A guerra sempre foi a tumba da democracia; inclusive a guerra civil, se continuar se prolongando. O bolchevismo produziu, necessariamente, a Guerra Civil, e, por conseguinte, também necessariamente, a dissolução dos Conselhos de soldados. A ditadura bolchevique se converteu em mera sombra dos Conselhos Operários (Ibid., p. 134)⁸⁶.

Portanto, por mais bem-intencionados que estivessem os bolcheviques, o resultado não seria outro que não ditadura, dissolução dos soviets e terrorismo de Estado.

As motivações dos bolcheviques eram, seguramente, as melhores. No início de seu governo, mostraram-se cheios dos ideais humanistas, próprios da situação da classe proletária. Seu primeiro decreto foi a abolição da pena de morte. E, sem dúvida, se eles possuem alguma culpa, deve-se buscá-la nessa época, quando se dedicaram a abandonar os princípios da democracia e do materialismo econômico para conquistar o Poder. Sua culpa data do momento em que proclamaram a emancipação “plena e imediata da classe trabalhadora”, apesar do atraso da Rússia. E com esse objetivo, tendo em vista a ideia de que a democracia não servia, decretaram a própria ditadura, sob o disfarce de ditadura do proletariado. Aqui é que podemos localizar sua culpa. Uma vez escolhido esse caminho, não podiam escapar ao terrorismo [...] Os defensores do bolchevismo apelam ao argumento de que seus adversários, os guardas brancos dos finlandeses, os barões bálticos, os generais e almirantes, não fazem melhor. Mas é possível justificar um roubo pelo fato de que outros roubam? (Ibid., p. 136-137)⁸⁷.

Assim, Kautsky está preso, em sua lógica de pensamento, a um esquematismo determinista, no qual as relações reais, as tensões e tomadas de decisões da luta de classes, os enfrentamentos entre burgueses e proletários, não têm grande importância. O que realmente importa é um esquematismo, apartado da realidade concreta, uma ideia pré-determinada, dentro da qual a realidade deveria ser encaixada, mesmo que tivesse de ser distorcida para isso. A última frase da citação acima é bastante sintomática desse idealismo determinista: o erro dos brancos (o uso da violência) não justificaria o erro dos bolcheviques (uma resposta proporcional). Uma vez que o destino da Rússia soviética já estava determinado de antemão, os revolucionários deveriam ter sido demolidos sem reagir, cruzando os braços diante de um inimigo que lhes buscava arrancar as cabeças...

Mais recentemente Faria, em seu estudo sobre a crise do stalinismo no Brasil nos anos 1960, adota essa linha em que um elo de continuidade é buscado entre Lenin e Stalin. Usando as afirmações retiradas de uma entrevista com Apolônio de Carvalho, procura identificar em Lenin um líder autoritário e centralizador:

⁸⁶ Em livre-tradução.

⁸⁷ Em livre-tradução.

O autoritarismo não é patrimônio do stalinismo. Precisamos ter consciência de que o leninismo tem uma tendência muito grande a este mal. Segundo Apolônio de Carvalho: “O partido leninista é um partido profundamente elitista, uma distância muito grande entre a direção e as bases”. Reconhecer isso não significa igualar leninismo e stalinismo, mas saber que existe uma relação entre um e outro, que o segundo deriva do primeiro, e que a preocupação com uma prática tolerante e democrática, bem como o reforço da autoridade coletiva, deveria ser uma constante para os militantes comunistas. Única saída para escapar a essa “tentação autoritária” (Faria, 2008, p. 51).

Quando trabalhamos com história política temos de ter sempre em mente que não há nenhuma fonte isenta de intenções. Tudo, na política, se encontra inserido em determinado espectro ideológico, fazendo ressonar seus ecos e buscando expandi-los e perpetuá-los. Se o historiador deve sempre desconfiar de sua fonte, quando se trata de história política esse cuidado deve ser decuplicado. Apolônio de Carvalho foi militante do PCB por anos e, posteriormente, do PCBR (que, ainda que tenha rompido com as práticas do “partidão”, manteve as mesmas bases ideológicas fundamentais). Apolônio, que sofreu com os horrores da tortura, resistindo a delatar qualquer companheiro, e que jamais deixou de militar contra a ditadura empresarial-militar, certamente é uma das figuras mais corajosas da política brasileira no século XX. Mas isso não faz dele, automaticamente, um militante coerente com o marxismo: trata-se de um dirigente político que sempre fez ressonar a ideologia stalinista, com maior ou menor intensidade. Um militante cuja maior parte da vida foi dedicada a construir e expandir organizações stalinistas não pode ser tomado, ingenuamente, como fonte segura para se tratar a questão do stalinismo. Como qualquer stalinista, Apolônio buscou sempre projetar em Lenin uma figura autoritária. Isso é central para os Partidos Comunistas, uma vez que permite justificar o regime de Stalin, já que seria uma derivação (como Faria faz ressonar), uma continuidade, com os fundamentos originais (e, portanto, legítimos) do bolchevismo.

A afirmação de que o partido de Lenin era autoritário, como seria o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) de Stalin, não encontra nenhum fundamento sério, não resistindo a uma análise historiográfica mais rigorosa. Segundo Fröhlich:

Numa visão panorâmica de todo o processo a partir de 1903 [ano do Congresso de Bruxelas], pode-se dizer o seguinte: as antigas concepções ultracentralistas de Lenin naturalmente tiveram influência sobre a práxis dos bolcheviques, na medida em que ajudaram a esclarecer dúvidas e quebrar resistências quanto ao centralismo exacerbado. No entanto, essas concepções foram modificadas constantemente e em várias direções pelas tarefas e condições de luta. Também neste ponto, a realidade se mostrou mais forte que a teoria. E as grotescas formas de vida das atuais organizações comunistas [ou seja, em seu processo de burocratização] têm sua origem menos em uma teoria criada a mais de uma geração e mais no declínio da Revolução Russa, cuja característica mais importante é a

formação de uma burocracia partidária que domina irrestritamente o Estado e que é guiada por interesses e ideias sociais específicos. Superestima-se e deturpa-se, portanto, o papel sintomático das concepções organizacionais de Lenin, quando simplesmente se vincula os escritos de 1902 e 1904 aos resultados de três décadas de desenvolvimento (Fröhlich, 2019, p. 100).

Longe do idealismo de Kautsky ou Faria, Paul Fröhlich percebe que a burocratização de um Estado operário gigantesco como o soviético não é resultado das ideias de Lenin ou de qualquer outro ser humano. Aqui, para ressaltar que jamais uma ideia pode, por si mesma, recriar a realidade material, nunca é demais voltarmos a formulações elementares do marxismo:

Bem ao contrário do que acontece com a filosofia alemã [idealismo] que desce do céu para a terra, aqui se sobe da terra para o céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam, ou engendram mentalmente, tampouco do homem dito, pensado, imaginado ou engendrado mentalmente, para daí chegar ao homem em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e de seu processo de vida real para daí chegar ao desenvolvimento dos reflexos ideológicos e aos ecos desse processo de vida. [...] Não é a consciência quem determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Já no primeiro ponto de vista [o idealista], parte-se da consciência como se fosse um indivíduo vivo; a partir do segundo ponto de vista [materialista], que é o correspondente à vida real, parte-se do mesmo indivíduo real e vivo e se considera a consciência como sendo somente a sua consciência (Engels; Marx, 2007, pp. 48-9).

A consciência de Lenin, ao que pese sua enorme contribuição intelectual, não era capaz criar uma nova realidade *material*, muito menos com as proporções políticas mastodônticas do Estado soviético. Uma realidade material só pode surgir da própria matéria, a partir de suas possibilidades e condições. O stalinismo, como forma de governo, não foi engendrado mentalmente por Lenin, Stalin ou Apolônio de Carvalho: foi a expressão de uma realidade material permeada por contradições. É evidente que os seres humanos influenciam na construção dessa realidade: mas atuam a partir de determinadas possibilidades, contudo. São capazes de influenciar, por vezes decisivamente, nos rumos dos acontecimentos. Mas não são capazes de criar as condições nas quais atuarão. Podem concretizar uma ou outra possibilidade, dentre aquelas colocadas pela realidade; mas não são, jamais, capazes de criar possibilidades a partir de suas consciências.

Em seu clássico estudo sobre a situação da mulher na URSS, Wendy Goldman destaca a impotência dos bolcheviques de, por meio de decretos, leis ou deliberações, alterarem as condições materiais que se haviam consolidado após a guerra civil. O Código da Família, de 1917, à época a mais avançada legislação sobre gênero no planeta, havia desenvolvido uma série de proteções trabalhistas às mulheres. Diante da demolição dos soviets, do refluxo revolucionário, do extermínio da vanguarda e da crise econômica, gerados pela guerra, os

administradores de fábricas passaram a boicotar a contratação de mulheres, uma vez que respeitar os direitos trabalhistas femininos parecia representar uma desvantagem produtiva, num contexto de busca pela reconstrução material e econômica⁸⁸. Nesse contexto, no interior do *Zhenotdel*⁸⁹, muitas mulheres passam a se posicionar contra a legislação que as protegia, entendendo que ela representaria uma barreira para sua integração plena no mercado de trabalho. Outro exemplo sintomático foi a proibição da adoção, presente no Código de 1917 (com o objetivo não apenas de minar o conceito de família nuclear e de compartilhar socialmente os cuidados aos órfãos, mas também de impedir as adoções de crianças por camponeses, que as utilizavam, com frequência, em trabalhos pesados). A quantidade enorme de órfãos no pós-guerra civil e a impossibilidade de o Estado lhes dar um suporte material digno, fez com que a adoção não só fosse novamente permitida, em 1922, como a adoção *no campo* fosse amplamente incentivada pelo Estado, a partir de 1925⁹⁰. Seja como for, os dois exemplos deixam claro que havia uma nova *realidade material* na pátria do socialismo, imposta pela guerra e pelo isolamento da Revolução. As medidas legais e políticas dos bolcheviques, adotadas em 1917, dissolviam-se ao chocarem-se contra esse novo contexto. A burocratização era fruto de uma nova realidade, não o resultado das elucubrações mentais de alguma liderança do partido.

Se buscarmos defender a tese de que a burocratização da URSS resulta das concepções de Lenin temos de ter consciência de um fato: somos obrigados a abrir mão do marxismo em sua essencialidade para analisar o fenômeno, uma vez que estaríamos rejeitando o materialismo, base fundamental da práxis marxista, por um idealismo. Nada impede que façamos isso, claro. Mas temos de estar conscientes que essa tese é estranha às concepções marxistas. Ademais, afirmar que havia uma tendência autoritária em Lenin é algo que se esfacela diante de um exame mais crítico do assunto.

O funcionamento do PCUS (e de praticamente todos os Partidos Comunistas atuantes em nosso país) após o advento do stalinismo é, não a decorrência ou o aprofundamento, mas a negação mais profunda dos fundamentos organizacionais de Lenin, como veremos a seguir. A partir de 1923, o PCUS não terá mais espaço para debates: tudo será decidido pelo Comitê Central (e, se quisermos ser mais precisos, pelo minúsculo Politburo), e qualquer contestação será taxada de fracionalismo.

⁸⁸ Goldman, 2014, p. 155.

⁸⁹ Departamento de Mulheres do Partido Bolchevique, surgido em 1919.

⁹⁰ Goldman, *Op. Cit.*, p. 244.

Em junho de 1923, Christian Rakovski abre as críticas contra a burocracia stalinista ao publicar a brochura “Nova Etapa do Desenvolvimento Soviético”, em que caracteriza a casta burocrática como a negação do poder soviético (Broué, 2021, p. 37); será imediatamente removido para Londres pelo secretário-geral do partido, Iosif Stalin. Pouco depois, o brilhante economista Evgueni Preobrazhenski redige a “Declaração dos 46”, documento assinado pela nata dos quadros bolcheviques⁹¹, onde denuncia o poder do aparato ao nomear previamente os delegados dos congressos e caracteriza os *aparatchik*⁹², que tanto acusavam os críticos de serem frações, de terem eles mesmos se constituído em uma fração no seio do partido (*Ibid.*, p. 39). Sob a acusação de fracionalismo, apoiado nas resoluções do X Congresso⁹³, a burocracia impede, a todo custo, a circulação dos textos dessa oposição⁹⁴. Após o início da onda de execuções dos anos 1930, dentre os 46 signatários, apenas Karl Radek teria a vida poupada pela sombra mortal do stalinismo, como prêmio por ter elaborado acusações falsas a 767 ex-camaradas da oposição (Broué, 2012, p. 169)⁹⁵.

Em dezembro de 1923, Trotski publica, no *Pravda* (jornal oficial do partido), um texto que ficaria conhecido como “Novo Curso”. Pela primeira vez a burocracia, já conhecida e

⁹¹ Além do próprio Preobrazhenski e de Trotski, assinam a declaração nomes como Serebriakov (ex-secretário-geral), Smirnov (ministro das comunicações, conhecido como “Lenin da Sibéria”), Sapranov (líder do grupo que defendia o centralismo democrático), Chliapnikov (dirigente da Oposição Operária), Smirnov (ministro das comunicações e correios), Krestinski (ex-secretário-geral), Radek (diplomata), Muralov (comandante-em-chefe da guarnição do Exército Vermelho de Moscou), Antonov-Ovseenko (comandante do Exército Vermelho), dentre outros.

⁹² Literalmente “homens do aparato”, como eram chamados os burocratas do partido.

⁹³ O X Congresso do Partido Bolchevique fora realizado em 1921, em um contexto caótico: a inflação havia saído do controle, a economia estava paralisada, a fome assolava mais de 20 milhões de pessoas (Marie, 2011, p. 208) e a isso somavam-se atentados de opositores contra os líderes bolcheviques. Durante a realização do Congresso, a fortaleza de Kronstadt, impulsionada pelas ideias da Oposição Operária (grupo do Partido Bolchevique dirigido por Kollontai e Chliapnikov) e dos Socialistas-Revolucionários (antigo partido reformista, de base camponesa, no qual Kerenski havia militado), pega em armas exigindo melhores condições de vida para os camponeses (algo impossível devido ao contexto pós-guerra), aumento salarial (igualmente impossível em um contexto em que o dinheiro não valia nada) e liberdade para a oposição (que, financiada pela burguesia, movia uma série de atentados contra soviets e órgãos do Partido) (Broué, 2014, p. 149). Não podendo perder o controle da base naval que defendia Petrogrado, o Congresso vota a repressão à revolta e a proibição da existência de frações no Partido (vendo o desastre que sua aventura ultraesquerdista havia gerado, até mesmo Chliapnikov e Kollontai, arrependidos, votam a favor da repressão) (*Ibid.*, 151).

⁹⁴ Vale ressaltar que as resoluções do X Congresso referente à proibição de frações, não eram arbitrárias: apenas regulavam o que já estava exposto no artigo 4 do Programa do Partido, que proibia a constituição de grupos paralelos a seu programa. O artigo, contudo, não falava em expulsar esses membros, nem em caracterizar como fração qualquer oposição ao Comitê Central ou à linha da maioria. A resolução do X Congresso confere o direito de expulsar as frações (se opor a linha da maioria ou do CC continuava sendo permitido, ao contrário da interpretação que Stalin dará a essa resolução), mas sua exclusão tinha de ser aprovada em votação, por dois terços dos votantes, com amplo direito de defesa e liberdade de debate (nada disso ocorrerá a partir de 1924). Lenin também deixa claro, em seu informe sobre a resolução, que se trata de uma medida circunstancial e excepcional, portanto, temporária (Broué, 2014, pp. 157-8).

⁹⁵ Ainda assim Radek será condenado a dez anos de prisão em um gulag, onde será morto por outro preso em circunstâncias até hoje misteriosas.

criticada pelos quadros, e até por setores da base do partido, é analisada como fenômeno material:

De fato, para Trotski, essa discussão marca uma etapa do desenvolvimento do partido, sua transição para uma “etapa histórica superior”. Em sua opinião, tudo transcorre como se a massa dos comunistas dissesse aos dirigentes:

Vocês, camaradas, têm a experiência anterior a Outubro, que falta à maioria de nós; mas sob sua direção adquirimos depois de Outubro uma grande experiência que se torna cada vez mais importante. E não queremos apenas ser dirigidos por vocês, mas também participar com vocês na direção da classe. Queremos isso não apenas porque é nosso direito como membros do partido, mas também porque é absolutamente necessário à classe operária como um todo. A explosão do descontentamento que comove o partido provém de uma longa evolução anterior, acelerada pela crise econômica e pela espera da revolução alemã, que fizeram aparecer “com particular nitidez o fato de que o partido vive, de certo modo, em dois níveis: o nível superior, onde se tomam as decisões, e o inferior, onde se limitam a conhecer as decisões” (Broué, 2014, p. 185).

Essa crítica, que se soma aos ataques teóricos direcionados pela oposição ao aparato do partido, é ferozmente rejeitada por Zinoviev (à época, um dos membros da *troika*, com Stalin e Kamenev), uma vez que atingia o âmago da burocracia. Não apenas denunciava seu caráter de casta distinta dos interesses operários, mas começava a desvelar seu caráter de manifestação política das condições materiais de refreamento do socialismo, ao associá-la à crise econômica (gerada pela Guerra Civil) e à derrota da revolução mundial, na Alemanha.

O ano de 1924 marca a consolidação da burocracia, através do XIII Congresso, sendo por isso visto por muitos historiadores como o momento de consolidação, também, da ditadura de Stalin. A Conferência de preparação para o congresso já havia, por fraudes monumentais, esmagado qualquer chance da oposição. Para Broué:

A Oposição foi derrotada graças à fraude [...] Em Moscou, a Oposição conseguiu maioria em 40 células (6.954 membros) contra 32 (2.790), a maioria das células do Exército Vermelho, 30% das células operárias, a maioria em 22.000 e... *três delegados* no total. Vítima de um assalto, foi caluniada na conferência, na qual os delegados eram funcionários mal escolhidos, arrogantes e grosseiros, e condenada por desvio menchevique (Broué, 2021, p. 43).”

Até mesmo Isaac Deutscher, historiador reconhecidamente simpático a Stalin, é obrigado a reconhecer:

O debate [aberto pela Oposição] só seria encerrado pela XIII Conferência partidária. Os seus preparativos também estavam confiados aos secretários. A eleição dos delegados foi indireta, e procedeu-se através de várias fases. Em cada uma delas os secretários conferiam quantos simpatizantes da Oposição foram eleitos e faziam com que fossem eliminados na fase seguinte. Jamais se revelou quantos votos

foram dados à Oposição nas células primárias de Moscou⁹⁶. Os 46 alegaram, sem serem contraditados, que obtiveram não menos que 36% dos votos [...] A Oposição concluiu que sua representação fora “aparada” dessa forma desde as eleições primárias até a final, então tinha a seu favor a maioria da organização de Moscou. Isso era quase certo, mas os secretários estavam acima da maioria (Deutscher, 2005b, p. 160).

Em janeiro de 1924, após a Conferência fraudada, Lenin morre, fortalecendo ainda mais o poder do secretário-geral. Aproveitando a situação, e tendo em vista o Congresso que se avizinhava, o aparato promove uma massiva entrada de novos militantes no partido, conhecida como “leva Lenin” ou “chamado de Lenin”, na qual, segundo Marie (2011, p. 265) aderem ao partido “em dois meses, 240.000 novos membros, quase iletrados, massa maleável e dócil, precipitadamente formada pela difusão das fórmulas contidas em *Os Princípios do Leninismo*⁹⁷”. Essa massa amorfa é facilmente moldada pela *troika*, que controlava nomeações, remoções, imprensa, circulares, etc. Conforme Broué:

Nas mãos do aparato, se convertem em uma dócil massa de manobra, sempre obediente aos dirigentes, consideravelmente afastada do espírito revolucionário do operário bolchevique, e que vai sufocar, com seus números, os militantes mais rebeldes [...] os recém chegados exercem plenamente seus direitos de militante, votam e ocupam cargos importantes, podendo inclusive ser delegados dos congressos, sem ter de passar pelos períodos de prova que eram exigidos anteriormente. Compreende-se muito melhor a função desempenhada por esse influxo de novos membros na manipulação das células e organismos dirigentes por parte do aparato e do secretário-geral quando se percebe que o recrutamento, realizado sob a consigna do “chamado de Lenin”, ocorre paralelamente a uma depuração que, nesta ocasião, tem como alvos os militantes vinculados à Oposição dos 46. Em tais condições compreende-se perfeitamente que Molotov afirme: “O futuro desenvolvimento do Partido se baseará, sem dúvidas, no chamado de Lenin” (Broué, 2014, p. 194).

Portanto, no XIII Congresso, as cartas já estão marcadas. Não importa os argumentos, como na época do partido de Lenin; importa a influência dentro do aparato. O número de delegados já havia sido manipulado para massacrar a Oposição. Os militantes acríticos e dóceis aos *aparatchiks*, ávidos por ascenderem no Partido, inundam as sessões, ovacionando obedientemente as falas da direção, malhando agressivamente, sem nem entender o porquê, as falas da Oposição. Demolida, a esquerda do partido, formada por homens e mulheres apaixonados pelo debate teórico, pela análise política e pelas disputas inflamadas de posições, mas que ainda não haviam percebido que fora dos períodos revolucionários as palavras não têm poder (Marie, 2011, p. 311), ficará cada vez mais isolada.

⁹⁶ Broué, como vimos, com um pouco mais de esforço investigativo em sua pesquisa, obteve de forma precisa esses dados.

⁹⁷ Obra de Stalin, de fins de 1923, na qual é exposta a ideia de “socialismo em um só país”.

Uma onda de desligamentos de funções dos membros da Oposição tomará conta do Partido. O aparato “enche de inimigos de Trotski o Comissariado da Guerra e o Comitê Militar Revolucionário” (*Ibid.*, p. 266), o que permitirá votar ao fim do ano, com a segurança de que não haverá levantes significativos da base militar, a expulsão de Trotski do Comissariado da Guerra, para o início de 1925. O principal líder proletário da Revolução Russa era, assim, definitivamente expulso do governo.

Imediatamente após o Congresso, tem início uma violenta censura às ideias da Oposição, impedida de fazer circular seus textos. Espionada e monitorada pela GPU, tem seus membros expulsos aos montes, por se reunirem para discutir ou por ousarem travar uma batalha de ideias contra a burocracia (Broué, 2014, p. 76-77). Após o desastre da linha stalinista que conduz aos massacres de Xangai e do Cantão, na China, Trotski alerta aos membros da Oposição: desmoralizado, Stalin não lutará mais para dissolver o grupo, mas se prepara para a eliminação física de seus membros (Broué, 2021, p. 89). No final do ano, durante as manifestações pelos dez anos da Revolução, a Oposição tentará, uma última vez, se fazer ouvir livremente: buscando intervir no ato com palavras de ordem contra a burocracia, sofre violenta repressão. Descoberta pela GPU, a manifestação resulta em agressão física pelas ruas, além da invasão do apartamento de Smilga e Preobrazhenski (revirados e destruídos pelos homens da GPU) e do covarde espancamento violento de Natália Sedova, esposa de Trotski, pela polícia política (Broué, 2021, p. 113). Agora, sem dúvidas, contestar a direção significava pôr em risco a própria vida e a de pessoas próximas.

Finalmente, em 1929 temos o caso Blumkin. Colaborador da Oposição, se encontrava, ao que parece, com Liova Sedova (filho de Trotski) regularmente, para entregar-lhe artigos e documentos sobre a situação na URSS, aos quais Trotski, já expulso do país, não conseguiria acessar de outra maneira. Descoberto por uma agente da GPU que se fez passar por sua amante, Blumkin é levado a Moscou e executado. Não houve julgamento público. Não houve direito à defesa. Não houve qualquer menção oficial à sua morte, apenas conhecida pela falha de dois agentes da GPU em guardar segredo (Broué, 2021, p. 184-185). Era a primeira das centenas de milhares de execuções políticas que se seguiriam nos anos seguintes. O terror stalinista começara.

Essa análise a respeito do crescimento gradual, porém rápido, da supressão do contraditório, é necessária para que tenhamos uma dimensão do que era o Partido sob o punho de Stalin. Primeiro as remoções; depois as tentativas de censura, as manipulações políticas e o isolamento dos opositores; depois seus desligamentos, seu monitoramento, a censura oficial e

as espionagens, colocando um clima de medo entre seus membros; por fim, o perigo físico: as agressões e, em seguida, execuções. A questão que aqui se coloca é: estavam todos esses fatores contidos, pouco importa se explicitamente ou em gérmen, no Partido de Lenin?

Não há nada que nos permita responder afirmativamente a essa questão. Há, contudo, elementos que nos permitem, com robustez, concluir pelo contrário. Lenin inaugura um novo tipo de organização política. Seu modelo de partido, através do qual o bolchevismo funcionou por muito tempo, tinha duas bases principais, distintas de qualquer burocratização stalinista.

Por um lado, conforme identifica com precisão Ernest Mandel (1984, p. 28), o partido de vanguarda se baseia em uma ligação estreita entre a coluna organizada de quadros e a classe operária, em seu movimento mais ou menos espontâneo na luta de classes. Ao contrário da afirmação de Apolônio de Carvalho, acima citada, que, procurando encontrar Stalin em Lenin, afirma que o leninismo opera por uma separação entre direção e base, Lenin sempre deixou claro a necessidade de um contato permanente e estreito com o proletariado. Isso pode ser facilmente percebido não apenas em seus escritos⁹⁸, mas pela prática dos bolcheviques desde muito antes de chegarem ao poder. Lenin sempre concebeu o Partido em ligação estreita com o operariado, entendendo que seu desenvolvimento, sua prática e seu regime interno não poderiam ser concebidos de maneira “independente das condições políticas gerais, do grau de liberdades políticas existentes e da correlação de forças entre a classe operária, o Estado e as classes possuidoras” (Broué, 2014, p. 53). Diante disso, o primeiro grande momento de crescimento do Partido ocorre em 1905, quando Lenin, não sem encontrar alguma resistência interna, abre as portas da organização para o ingresso de jovens operários inflamados pelo ascenso. E é justamente nos momentos de ascenso da classe que o Partido, buscando estreitar o contato com o operariado, encontrará seus momentos crescimento (*Ibid.*, p. 63), visando não à integração de indivíduos estéreis e carreiristas, como fará Stalin, mas de operários combativos e críticos.

Mas a principal acusação contra Lenin é a de ausência de democracia. Aqui, os reformistas (como Kautsky) usam esse argumento para deslegitimar a possibilidade de existência de um partido revolucionário de quadros; os stalinistas (como Apolônio) fazem, a seu modo, ressonar essa linha, buscando com isso omitir que Stalin opera uma ruptura com a

⁹⁸ “Nosso dever é ajudar todo operário que se distinga pelas suas capacidades a tornar-se agitador, organizador, propagandista, etc., etc., profissional” (Lenin, 2010, p. 203); ou: “Obtém-se, no conjunto, um dispositivo proletário, formalmente não comunista [a União dos Sindicatos de Toda Rússia], flexível e relativamente amplo, poderosíssimo, por meio do qual o Partido está estreitamente ligado à classe e às massas, e através do qual se exerce, sob sua direção, a ditadura do proletariado” (Lenin, 1981, p. 47).

tradição do bolchevismo. Claro, o centralismo é uma das bases do pensamento organizacional de Lenin. Como aponta Mandel, além da relação permanente da vanguarda com a classe trabalhadora, a outra base do bolchevismo é a organização da vanguarda “com disciplina e centralização orientadas para o objetivo revolucionário” (Mandel, *Op. cit.*, p. 29): para o combate revolucionário o partido deve ser coeso e fechado às influências ideológicas oriundas do pensamento burguês ou pequeno-burguês.

Porém, há um salto de qualidade entre o centralismo *burocrático* stalinista, cuja trajetória de consolidação foi acima descrita, e o centralismo *democrático* leninista, com ampla liberdade para crítica, divergências, constituição de grupos internos e transparência:

Critica-se a teoria leninista de organização de impedir, por uma centralização exagerada, o desenvolvimento da democracia interna do partido. Esta crítica repousa num mal-entendido. Logo que Lenin concentra a organização em torno de membros ativos, agindo sob controle coletivo, alarga, mais do que reduz, a margem de democracia no interior do partido (Mandel, *Op. cit.* p. 88).

Aqui, comparando a organização revolucionária leninista, composta por membros conscientes, críticos e ativos, com uma organização focada em filiar ou aproximar eleitores, sem nenhuma preocupação com sua consciência crítica, Mandel lança uma pertinente provocação: em qual das duas é mais fácil que ocorra a constituição de burocratas carreiristas separados da base? Nas próprias palavras de Lenin:

É preciso recrutar novos membros entre os jovens e com os critérios mais amplos possíveis, sem medo, e esquecer todas as práticas complicadas, o respeito à hierarquia, etc. [...] Devemos dar a cada comitê de base, sem colocar muitos empecilhos, o direito de escrever panfletos e distribuí-los. Não é algo grave se eles cometerem algum erro; nós os corrigiremos amavelmente no *Vperiod*. O próprio curso dos acontecimentos vai ensiná-los em nossa concepção (Broué, *Op. Cit.*, p. 54).

De fato, a prática do partido sob direção do Lenin foi de *extrema* flexibilidade e liberdade de crítica, contrastando totalmente com o partido de Stalin. Em 1903, em Bruxelas, quando é votada a resolução bolchevique sobre a concepção de partido, Lenin aprova a reformulação do conselho editorial do *Iskra* (jornal editado pela direção do POSDR). Sua proposta é aprovada mas, na prática, será ignorada: Plekhanov passará por cima da resolução do Congresso e irá restabelecer a direção anterior do jornal, contrariando a decisão do principal dirigente da organização, uma decisão com legitimidade de aprovação em um congresso (Deutscher, 2005a, p. 117). Mesmo compondo o CC, sendo o principal nome do partido e dirigindo seu órgão impresso, em nenhum momento Lenin sequer cogitará deslegitimar, censurar, ou acusar de fracionalismo a Plekhanov. Dará combate, claro: mas pela troca de argumentos e pelo embate de ideias, coisas com as quais Stalin não tinha grande intimidade.

Exemplos como este não faltam. Em 1917, durante o momento mais agudo da Revolução, é conhecido o fato de que Zinoviev e Kamenev, às vésperas da insurreição, temiam o embate contra a burguesia e defendiam que o partido não tinha de tomar o poder naquele momento, mas cresceria infinitamente até conquistar praticamente toda a população. Só então, para os dois dirigentes, seria o momento de tomar o poder (Trotsky, 2007, p. 80). Quando a insurreição era uma questão de tempo e a posição defensista de ambos havia sido derrotada, eles se utilizam do jornal de Máximo Gorki para revelar a todos (inclusive a Kerenski) o plano insurrecional em detalhes, em um claro movimento de sabotagem. Lenin, enfurecido, defende a expulsão dos dois, com o inquestionável argumento de que haviam tentado trair a Revolução: o dirigente máximo do Partido, contudo, é derrotado no Comitê Central, que vota pela permanência de ambos. O dirigente se dobra à maioria: acatará a decisão sem guardar ressentimentos.

Por fim, lembremos do drama de Brest-Litovsk, a longa negociação de paz em separado com os alemães, levada à cabo por Trotsky. As posições do CC bolchevique são bastante conhecidas: Lenin propunha entregar absolutamente tudo para os alemães em troca da paz; Bukharin lidera a posição ultraesquerdista de “guerra revolucionária”; Trotsky, cuja posição prevalecerá, mantém a linha de “nem guerra, nem paz” (Deutscher, 2005a, p. 459). A maioria do CC, inicialmente, atropela a posição de Lenin, aprovando a “guerra santa pelo socialismo” (Marie, 2011, p. 162), o que levaria ao aniquilamento da Revolução. Desesperado, Lenin argumenta, escreve, debate, e até ameaça demitir-se (*Ibid.*, p. 163), mas em momento algum apela para a centralização. Buscará, na livre troca de ideias, convencer o Partido. Um partido, portanto, muito diferente daquele a respeito de cujo funcionamento o sempre irônico Preobrazhenski afirmará, no XVII Congresso: “Compreendi hoje aquilo que não entendi há dez anos; para votar bem, o importante não é procurar entender o texto, mas votar com o chefe, mesmo quando temos reservas e dúvidas” (Marie, 2011, p. 394).

Portanto, o fundador e mais respeitado dirigente que o Partido Bolchevique já conheceu, mesmo nas situações em que já tinha o prestígio de ter conquistado o poder, sempre permitiu o debate, jamais incomodou-se ao ser derrotado ou confrontado, manteve sempre a democracia interna como fator central. Não há, na organização de Lenin, qualquer traço da organização de Stalin. Atribuir a Lenin, ou a seu modelo de partido, a burocratização que ocorreria a partir dos anos 1920 somente é possível se distorcemos, deliberadamente, suas ideias e recriamos a história do bolchevismo em sua época.

A burocratização soviética, tampouco, foi obra de Stalin. Atribuir sua origem às ideias organizacionais de Lenin ou ao apetite de Stalin por concentrar o poder é incorrer no idealismo: um Estado operário burocratizado não é uma ideia, é uma realidade material e somente a matéria é que pode criar as condições para seu desenvolvimento. Stalin não é o pai da burocracia; antes, é seu filho primogênito.

Trotsky, em *A Revolução Permanente*, lembra que na luta política as ideias não costumam ser o fator decisivo: os interesses em jogo e as forças materiais geralmente tem mais peso (Trotsky, 2008, p. 119). Assim foi possível a Stalin, muito mais limitado que a maioria de seus colegas de Comitê Central como quadro marxista, tomar em suas mãos as rédeas do poder. Para Trotsky, um dos fatores centrais para a burocratização do Estado soviético é seu isolamento em meio ao capitalismo, fruto das derrotas das insurreições em outros países.

A derrota da insurreição búlgara e a ingloria retirada dos operários alemães em 1923, o fracasso de uma tentativa de sublevação na Estônia em 1924, a pérfida liquidação da greve geral na Inglaterra, a conduta indigna dos comunistas polacos por ocasião do golpe de força de Pilsudski em 1926, a terrível derrota da revolução chinesa em 1927, as ainda mais graves derrotas que se seguiram na Alemanha e na Áustria – eis as catástrofes históricas que minaram a confiança das massas na revolução mundial e permitiram à burocracia soviética elevar-se cada vez mais alto como um farol indicando o caminho da salvação (Trotsky, 2008, p. 120).

O isolamento soviético, por um lado, reforça cada vez mais a burocracia como referência ideológica e política aos olhos do proletariado mundial. Por outro lado, engendra problemas econômicos profundos ao inserir o único Estado operário do planeta nos ditames do mercado mundial capitalista, levando a uma sensível desigualdade social interna. Formou-se uma aristocracia operária privilegiada e uma ampla gama de carreiristas estatais, impedindo a massa operária de se dedicar à política e diferenciando socialmente aqueles que podiam a ela se dedicar, vivendo das generosas rendas do Estado (*Ibid.*, p. 150).

Em 1927, em um Estado onde o pertencimento ao partido único, se não significava a possibilidade de uma livre militância política, significava a possibilidade de carreirismo político, o PCUS já contava com 1,2 milhão de membros⁹⁹. Marie (*Op. cit.*, p. 392) cita que, somente durante os quatro anos de implementação da coletivização forçada, mais de 1 milhão de novos cargos burocráticos são criados, uma vez que a superfície cultivada por kolkhozes (cooperativas rurais) e sovkhozes (fazendas estatais) saltara de 4,9% do solo soviético para 84,5%, em cinco anos (Fernandes, 1991, p. 96). De fato, o crescimento dessa camada,

⁹⁹ Rosenberg, 1989, p. 233.

amplamente privilegiada, é vertiginoso em um país onde tudo é permeado pelo controle estatal. Assim, enquanto as forças produtivas soviéticas cresciam pomposamente diante de um capitalismo estagnado, seu isolamento levava a métodos de repartição burgueses para toda essa riqueza, cristalizando o poder econômico, social e político da burocracia (Marie, *Op. Cit.*, p. 238).

Ao lado da derrota do movimento operário internacional no pós-Primeira Guerra, o outro fator decisivo para a ascensão de uma casta burocrática foi a Guerra Civil. Provocando cerca de 4,5 milhões de mortes (Marie, 2015, p. 14), eliminando os setores mais avançados do proletariado e jogando o país em uma miséria absoluta, exauriu as forças políticas da população. Os duros anos de conflito levaram o Partido a tomar medidas de exceção, conhecidas como “comunismo de guerra”, conferindo poderes autoritários aos membros do Estado. Tolstoi falava, em seu *Guerra e Paz*, que a vitória de Borodino abriu uma ferida que faria Napoleão sangrar até a morte em sua investida contra a imensa terra dos czares. No caso da Guerra Civil, a vitória sobre os brancos abriu uma ferida na Revolução que, tal qual o imperador da França, sangraria lentamente até a morte, nas décadas seguintes.

Assim, a burocratização do Estado operário era consequência de uma conjuntura material: a combinação do isolamento da URSS com o impacto devastador da Guerra Civil gerava um contexto favorável à ascensão dos elementos mais autoritários do Partido. É sabido que Lenin, pouco antes de sua morte, preparava um violento combate, ao lado de Trotski, contra a burocracia¹⁰⁰. De fato, a guerra e o isolamento, apareciam como um ponto de inflexão: as condições materiais (econômicas, sociais e políticas) haviam passado por um salto de qualidade.

Antes desse salto, o grande problema posto ante os bolcheviques era administrar o excesso de liberdade gerado pela Revolução. O Segundo Congresso Pan-Russo dos Sovietes havia aprovado a transferência do poder aos conselhos e avançava na consolidação de um sistema soviético que permeava todo o país (Broué, 2014, p. 105-106); os camponeses

¹⁰⁰ Os últimos escritos de Lenin, “Melhor Pouco, Porém Bom” e “Problemas da Inspeção Operário-Camponesa”, órgão dirigido por Stalin, bombardeiam a burocratização. Seu “testamento”, que alguns stalinistas ainda insistem em considerar como um documento falso (mesmo com infinitos relatos de membros do CC, incluindo do próprio Stalin, fazendo referência ao conteúdo do texto), fala explicitamente na necessidade de se afastar Stalin do cargo de secretário-geral. Em setembro de 1922 Lenin, acamado, redige um documento em que recomenda a nomeação de Trotski para a presidência do Conselho dos Comissários do Povo (na prática, uma espécie de *premier*), preparando o chefe do Exército Vermelho para sucedê-lo no comando do Partido, ao que Trotski recusará por entender que isso não mudaria as condições materiais da burocratização (Marie, 2011, p. 234). Aliás, pelo mesmo motivo, Trotski recusará a oferta de Muralov e Antonov-Ovseenko de mover um golpe de Estado contra Stalin, em 1924 (Broué, 2021, p. 35). Por fim, o último ato de Lenin é ditar um curto bilhete endereçado ao PC da Geórgia, no qual afirma explicitamente que se comprometerá em uma batalha contra Ordjonikidze e Stalin no CC (Marie, *Op. cit.*, p. 242).

repartiam a terra por conta própria e os comitês de fábrica atuavam de forma tão independente, a ponto de se descoordenarem entre si (Marie, 2011, p. 159); os conselhos municipais tinham, por decreto, liberdade para o confisco de imóveis da burguesia, e “o decreto de 28 de novembro convoca os operários a que controlem, eles próprios, por meio de seus comitês, a produção, os negócios e a situação financeira das empresas” (Serge, 2007, p. 123). Jamais, em toda a história humana, a política operara a partir de tamanha margem de liberdade.

Após a radical inflexão na conjuntura, o contexto é outro. O Partido havia substituído os soviets e o aparato caminhava para substituir o Partido no controle da URSS. Ninguém criou a burocracia, nem Stalin, nem Lenin: ela foi o resultado político de uma conjuntura material nova na história, a saber, a estagnação de um Estado operário. Stalin não a inventou, mas fora por ela escolhido. Nas palavras de Trotsky:

Seria ingenuidade pensar que Stalin, desconhecido das massas, tivesse saído de repente dos bastidores armado com um plano estratégico completo. Não. Antes que ele próprio tivesse antevisto seu caminho, a burocracia já o tinha escolhido. Ele apresentava-lhe todas as garantias desejáveis: o prestígio de um velho bolchevique, o caráter firme, um espírito tacanho, uma indissolúvel ligação com as repartições públicas, fonte única de sua influência pessoal. Stalin foi, no início, surpreendido pelo seu próprio êxito. Era a unânime aprovação de uma nova camada dirigente que procurava libertar-se tanto dos velhos princípios como do controle das massas e que tinha necessidade de um árbitro seguro nos seus assuntos internos. Figura de segundo plano para as massas e para a Revolução, Stalin revelou-se o chefe incontestado da burocracia termidoriana, o primeiro dos termidorianos (Trotsky, 2007, p. 124).

A realidade anterior a 1917 pusera aos bolcheviques, como horizonte material a ser superado, um capitalismo incipiente gerido por uma parafernália estatal absolutista: o Partido cerrou fileiras e, de modo unificado, o destruiu. Após a Guerra Civil a realidade punha outro problema diante dos bolcheviques: a burocratização, como fenômeno material. Um problema novo, a respeito do qual o marxismo jamais havia teorizado e nenhum revolucionário, em parte alguma do tempo e do espaço, acumulava experiência a respeito. Seria necessário, como em 1917, um partido coeso, para superar o novo horizonte trazido pela história. Esse partido, contudo, já não existia.

3.1.2: Os fundamentos teóricos do stalinismo

O coração do stalinismo é a burocracia. Faria (2008, p. 47) observa com precisão que é necessário compreendê-lo de duas formas, evidentemente relacionadas entre si: ao mesmo tempo como um sistema de poder e como um conjunto de ideias. Descrevemos acima suas características materiais enquanto sistema burocrático de governo. Resta-nos, agora, analisar os principais pilares teóricos de sua ideologia. O Partido Comunista do Brasil reivindicará esse

acúmulo teórico stalinista em sua integralidade, adaptando-o sempre a seus interesses táticos de momento. Como veremos na terceira e mais importante parte desta pesquisa, a direção do Sindicato irá catalisar, seja em posições políticas, seja na prática concreta, esse conjunto de ideias. Mas, de antemão, uma coisa deve ficar clara: todo o conjunto teórico desenvolvido pela tradição stalinista gira em torno da busca pela justificação da burocracia.

Como exposto abaixo, os fundamentos ideológicos do stalinismo podem ser resumidos em três eixos principais: um determinismo histórico rígido e antidialético; a defesa de que a experiência soviética foi efetivamente socialista; a absolutização do papel do partido revolucionário como guia do proletariado. A seu modo, cada uma dessas ideias serve como um pilar para justificar a burocracia, seja aquela manifesta nos Estados operários do século XX, seja a própria ação burocrática dos PCs.

Stalin sempre buscou reforçar o peso das “leis do desenvolvimento histórico” que regem a sociedade. É evidente que, uma vez que a história não se desenvolve anarquicamente, ao acaso, há leis, reconhecidas pelo marxismo, que permeiam o desenvolvimento do processo histórico: a contradição entre forças produtivas e modo de produção (nos modos de produção em que houver desigualdade de classe), a transformação da quantidade em qualidade e a irreversibilidade da história são alguns exemplos. Stalin, contudo, se esforça em tentar demonstrar que essas leis determinam não apenas as possibilidades colocadas em um contexto material qualquer, mas a totalidade das relações sociais nesse contexto.

Em sua carta aberta direcionada aos economistas soviéticos Sánina e Vénzher¹⁰¹, Stalin afirma que as leis históricas determinam a totalidade das relações econômicas, sendo impossível para o Partido influenciar no desenvolvimento econômico da sociedade soviética (Mao; Stalin, 1976, p. 202-203). Faz passar por deterministas, assim, as leis que explicam apenas os limites e possibilidades colocados à realidade, como se fossem suficientes para explicar *toda* a realidade.

Em *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*, obra que se propõe a ser uma espécie de manual de introdução ao marxismo, Stalin salienta que as condições materiais “determinam, em última análise, a fisionomia da sociedade, as suas ideias, as suas opiniões, as suas instituições políticas” (Stalin, 1982, p. 33). Essa linha acaba por transformar o processo

¹⁰¹ Ambos defendem uma posição frágil, reacionária e muito parcamente embasada, sendo alvos fáceis a qualquer indivíduo que domine, elementarmente, o materialismo dialético. Em seus textos de polêmica Stalin sempre procurou escolher adversários frágeis, facilmente contraditáveis, onde sua vitória no embate teórico fosse fácil e garantida. Isso explica, também, porque jamais entrou nos debates teóricos com Trotski ou Preobrazhenski.

histórico em um elemento completamente autônomo, em que as ações de homens e mulheres não têm efeito algum. Trata-se de algo muito conveniente para blindar a burocracia de qualquer crítica: não há erros na administração econômica ou política da sociedade soviética se tudo o que nela ocorre é obra da mão invisível da história. Esse determinismo rígido e antidualético leva a um esquematismo do processo histórico:

Por que é que a tal regime social sucede precisamente tal regime social novo, e não outro? Por que é que à comuna primitiva sucede precisamente a escravatura? À escravatura, sucede o regime feudal? Ao regime feudal, o regime burguês e não qualquer outro regime? (*Ibid.*, p. 35).

Essa linha conduz à famosa sucessão de modos de produção: a história se move a partir de uma ordem rígida na qual um modo de produção deve ser sucedido por outro. É impossível saltar etapas: ao feudalismo deve se suceder o capitalismo e, a este, o socialismo. Rejeitando qualquer traço de singularidade, esse tipo de interpretação se assenta apenas no caráter geral de um fenômeno, demolindo assim a base mais nevrálgica da dialética, a saber, a particularização como resultado da interpenetração recíproca entre elementos gerais e singulares.

Essa visão engessada penetrará, inclusive, no meio historiográfico, através de historiadores ligados aos PCs. Citamos aqui os casos de Sérgio Bagú, que afirma a América foi um grande empreendimento feudal e que “as primeiras formas político-econômicas, as primeiras figuras jurídicas que aparecem na conquista da América repetem instituições da história feudal¹⁰²”, em uma clássica e relevante obra na qual busca convencer o leitor de que houve feudalismo em nosso continente; ou o caso de Nelson Werneck Sodré, que (apoiando-se em outro historiador ligado ao stalinismo, Manfred Kossok) se refere ao período de estabelecimento dos dois primeiros vice-reinos como marcado pelo predomínio de uma estrutura feudal (Sodré, 1969, p. 56). Buonicore (2009, p. 49) destaca que, ainda que haja importantes contribuições de Sodré à historiografia brasileira, “não há dúvidas de que o autor alimentou ilusões sobre a capacidade da chamada burguesia nacional – na qual inclui setores da grande burguesia – de aderir à luta revolucionária” contra o imperialismo e os traços feudais do país. A ideia de que houve feudalismo em nosso continente já foi amplamente rechaçada, de forma convincente, por diversos historiadores, de Braudel a Anderson¹⁰³. Corresponde a uma

¹⁰² Bagú, s./d., pp. 98-9. Livre-tradução.

¹⁰³ Perry Anderson, em seu *Linhagens do Estado Absolutista*, uma das mais brilhantes obras já produzidas em toda a tradição historiográfica, afirma que a característica central do feudalismo não é seu caráter de funcionamento produtivo, mas a ampla superestrutura através da qual opera: são as relações jurídicas, a vassalagem, a escolta, as banalidades, etc., que tornam possível a exploração feudal (Anderson, 1985, p. 403). Nenhum desses fatores essenciais se fará presente na América. Hobsbawm, por sua vez, afirma que não há rigorosamente nada nas elaborações de Marx que nos leve a concluir que as contradições internas de um modo de produção levarão,

tentativa de encaixar a realidade no esquematismo stalinista, deformando-a: se há capitalismo hoje, é porque houve feudalismo antes.

Um segundo elemento essencial ao corpo teórico stalinista é a famosa afirmação de que seria possível a existência de socialismo em um único país. Talvez essa seja a ideia mais difundida pela tradição “marxista-leninista” (ainda que em flagrante contradição com Marx e Lenin), uma vez que permitia à burocracia justificar sua existência como gestora de um modo de produção superior, que caminhava em direção ao comunismo. Como criticar um partido que já havia atingido o socialismo?

Stalin apresentou essa ideia pela primeira vez em fins de 1924, em uma reedição da obra *Questões do Leninismo*. Essa ideia foi tida, de imediato, como extremamente vulgar por todos os quadros do partido bolchevique à época (uma época em que ainda havia margem para alguma manifestação de opiniões contra o secretário-geral). Radek afirmou que talvez seria possível construir o socialismo em uma só rua, ou até mesmo em um único urinol. David Riazanov, igualmente zombeteiro, afirmava: “Quero viver para ver como o socialismo será construído num só bairro, numa só cidade, num só distrito” (Marie, 2011, p. 272).

Em praticamente qualquer de seus textos Stalin fará uma menção regozijadora ao suposto fato de que a URSS havia atingido o socialismo. Em *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS* afirma que a Revolução não apenas engendrou o socialismo, mas também acabou com qualquer traço de exploração no país:

O papel especial do poder soviético se deve a duas circunstâncias: em primeiro lugar ao fato de que o poder soviético não teve que substituir uma forma de exploração por outra, como ocorrera nas velhas revoluções, mas suprimir toda a exploração. Em segundo lugar ao fato de que como no país não havia nenhum gérmen de economia socialista, o poder soviético teve que criar um “terreno virgem”, por assim dizer, novas formas de economia, as formas socialistas de economia¹⁰⁴ (Mao; Stalin, 1976, p. 138).

Ou, em outro texto: “No regime socialista que, até este momento só está estabelecido na URSS, é a propriedade social dos meios de produção que forma a base das relações de produção. Aqui já não há exploração” (Stalin, 1982, p. 47). Em *Questões do Leninismo* o

necessariamente, a um modo de produção superior. Além disso, ao menos até a globalização capitalista, houve sempre relações entre modos de produção simultâneos e distintos, incidindo um sobre o outro. Muitas vezes as transformações de um modo de produção são provocadas por fatores externos, pela influência de um outro modo de produção: “Os mecanismos conducentes à transformação de um modo em outro podem não ser exclusivamente internos ao modo, mas podem derivar da conjunção e da interação de sociedades distintamente estruturadas” (Hobsbawm, 1998, p. 181).

¹⁰⁴ Em livre-tradução.

secretário-geral do PCUS desenvolve de maneira mais exaustiva, ainda que sem muito brilho¹⁰⁵, essa questão. Indagando sobre o que seria o “socialismo num só país”, responde:

Significa a possibilidade de resolver as contradições entre o proletariado e os camponeses com as forças internas de nosso país, a possibilidade do proletariado tomar o poder e o utilizar para edificar a sociedade socialista completa em nosso país, contando com a simpatia e o apoio dos proletários dos demais países, mas sem que previamente triunfe, nesses países, a revolução proletária.

Sem essa possibilidade, a construção do socialismo é uma construção sem perspectivas, uma construção sem a segurança de estruturar completamente o socialismo. Não se pode dar forma ao socialismo sem ter a segurança de poder construí-lo até o seu ponto final, sem ter a segurança de que o atraso técnico de nosso país não é um obstáculo insuperável para a construção da sociedade socialista completa. Negar esta possibilidade é não ter fé na causa da construção do socialismo, é separar-se do leninismo¹⁰⁶.

Entende-se a crítica comum ao stalinismo, que imputa um dogmatismo a essa doutrina, a partir do momento em que o rigor científico materialista é substituído pela “fé na causa”. Lenin colocava como central para a construção do comunismo o desaparecimento do Estado: somente após seu definhamento completo é que se poderia falar em liberdade.

A expressão “o Estado definha” é muito feliz porque exprime ao mesmo tempo a lentidão do processo e a sua espontaneidade. Só o hábito pode produzir esse fenômeno e, sem dúvida, há de produzi-lo. Já vemos, em torno de nós, com que facilidade os homens se habituem a observar as regras indispensáveis da vida social, contanto que nelas não haja exploração e que, não havendo nada que provoque a indignação, o protesto e a revolta, nada necessite de repressão” (Lenin, 2007, p. 126-127).

Essa citação de Lenin é muito elucidativa. Ele compreendia, a partir de seu estudo da evolução do conceito de “Estado” na obra de Marx, o socialismo, ou seja, a transição entre capitalismo e comunismo, como um período de definhamento do Estado, um período no qual esse “órgão de dominação de classe” (*Ibid.*, p. 26) deve gradualmente perder sua razão de ser, na medida em que as contradições sociais vão desaparecendo. Portanto, para Lenin, uma primeira marca do socialismo, da transição, é a diminuição gradual do Estado.

¹⁰⁵ Muitos historiadores, bem como muitos intelectuais alinhados ao “marxismo-leninismo”, buscam afirmar que houve um debate entre Stalin e Trotski, opondo “socialismo em um só país” e “revolução permanente”. Essa linha, ao que parece, é um esforço por fazer parecer que Stalin, sabidamente um teórico muito pobre, estaria em pé de igualdade com seu adversário, reconhecidamente o mais brilhante teórico soviético, ao lado de Lenin. Esse debate, contudo, jamais ocorreu. Stalin nunca, em texto algum, desenvolveu alguma argumentação que definisse o que é o socialismo em um só país. Seus textos são apenas uma repetição estéril de fórmulas prontas, procurando vencer o leitor pelo cansaço após infinitas afirmações sucessivas de que “a URSS é socialista”. O próprio Trotski reconhece que “Stalin, aliás, não expôs nem justificou em parte alguma” (Trotsky, 2007, p. 280) essa ideia. Não há elementos sérios, portanto, para acreditarmos que Stalin conseguiu manter um embate teórico com seu suposto adversário.

¹⁰⁶ Stalin, Josif. *Em Torno dos Problemas do Leninismo*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1926/problemas/cap06.htm>.

Já foi mencionado acima que se tivermos em mente apenas o período de aplicação forçada dos *kolkhozes*, entre 1931 e 1933, percebemos o ingresso de mais de um milhão de indivíduos na máquina estatal. De fato, um Estado inflado a tal ponto, que controla a cultura, a arte, a política interna, a economia, a política externa, o esporte, etc., não parece um Estado em processo de definhamento, mas, ao contrário, uma máquina estatal autônoma e poderosa. Só este ponto já bastaria para mostrar que a afirmação de que a URSS era socialista está em contradição com pontos elementares das ideias de Lenin.

Outro ponto importante da citação de Lenin acima exposta é a afirmação de que não deve haver exploração, ou qualquer motivo de revolta (como a pobreza ou a desigualdade), para que haja transição (socialismo). Para além do fato de que o I Plano Quinquenal (1928-1932) resultou numa brutal exploração do camponês, levando a uma crise humanitária sem precedentes no país e à morte, por inanição, de mais de 4 milhões de indivíduos apenas na Ucrânia (Marie, 2011, p. 378), o próprio proletariado soviético, classe que deveria conduzir o Estado, nunca viu uma diminuição gradual da exploração que sofria. É evidente que ela diminuiu se comparada à era de Nicolau II; mas diminuiu até um certo ponto, a partir do qual a contradição da burocracia com as forças produtivas não permitiu mais seu declínio.

Por isso, Lenin tinha o cuidado de jamais caracterizar a economia-política soviética como socialista. Ao contrário, costumava utilizar o termo capitalismo de Estado. Pode-se discutir o rigor de tal termo, mas ele parece mais adequado do que “socialismo” para caracterizar a diretriz econômica aplicada na URSS à época: a exploração do trabalho, sob rígido controle estatal, a fim de reinvestir a riqueza na grande e média indústria pesada (Fernandes, Op. cit., p. 73). Portanto, diante de uma realidade em que, não obstante os vários avanços político-econômicos com relação ao capitalismo, mantinha-se um rígido (e repressivo) poder estatal e uma política de exploração da força de trabalho, a caracterização de socialista, feita por Stalin, se mostrava como palavras jogadas ao vento:

Ao término do segundo plano quinquenal, os últimos setores de produção privada na economia soviética haviam sido eliminados. Evidentemente, isto implicou, também, no cancelamento da concessão de forças produtivas para empresas capitalistas estrangeiras. Das 50 concessões a empresas estrangeiras no final de 1929, nenhuma continuou operando ao final de 1931. Para a liderança soviética da época, isto significava que a URSS havia completado a construção da base econômica do socialismo (Fernandes, Op. cit., p. 97).

Fato é que, os anos 1930, havia uma grande desigualdade social no interior da URSS. Em 1932 são mais de 400 mil empregados domésticos em um país em que a burocracia detém inúmeras vantagens sociais, mais ainda os altos quadros, percebendo não apenas salários muito

maiores que os do operariado, mas também recebendo pagamentos paralelos em espécie, pensões, prêmios, direitos especiais de herança, isenção de imposto de renda, etc. (Broué, 2014, p. 390). O operário, pelos dados do ministério da indústria da URSS, teve seu salário aumentado em 3,2 vezes entre 1925 e 1935. Ainda que esse número comporte o problema de saber como esse aumento fora distribuído, uma vez que se formara uma vasta aristocracia operária (chamada *stakhanovista*, uma das bases sociais da burocracia), revelam que houve sim um crescimento no poder de compra (Trotsky, 2008, p. 147).

Mas a situação do operário era de um intenso enredamento em uma estrutura de exploração. A obrigatoriedade da carteira de trabalho, em 1938, flexibilizando as demissões e possibilitando que o trabalhador seja “marcado”, é um primeiro exemplo disso. Uma série de direitos começam a ser erodidos nesse período: um trabalhador (ou trabalhadora) que tenha rescindido contrato perde direito a seguro-saúde e licença maternidade por seis meses, os atrasos e saídas antecipadas podem ser mais facilmente punidos, o atraso de vinte minutos ou mais equivale a falta injustificada, o seguro-saúde é reduzido a operários com menos de seis anos de firma, etc (Broué, *Op. Cit.*, p. 392-393). O que chama atenção aqui é o contraste entre a situação econômica do proletário, fragilizado pelas leis trabalhistas, e da privilegiada burocracia. A “exploração e os motivos para revolta”, das quais fala Lenin, ao invés de minguarem, se reforçam, em um país com o pesado fardo de sustentar a maior burocracia estatal do planeta¹⁰⁷. Não há diminuição do Estado, da exploração, da desigualdade. Ao contrário, a partir dos anos 1930, há um reforço, cada vez maior, desses elementos, entrando em contradição com as medidas socialistas:

Duas tendências opostas crescem no seio do regime: desenvolvendo as forças produtivas – ao contrário do capitalismo estagnante – são criados os fundamentos econômicos do socialismo; e, levando ao extremo, por complacência em relação aos dirigentes, as normas burguesas de repartição, prepara uma restauração capitalista. A contradição entre a forma de propriedade e as normas de repartição não pode crescer indefinidamente. Ou as normas burguesas se estenderão, de uma ou de outra maneira, aos meios de produção, ou as normas socialistas terão de ser concedidas à propriedade socialista. A burocracia recusa-se a revelar esta alternativa (Trotsky, 2007, pp. 238-9).

Para Trotski, ou a repartição caminha, efetivamente, *pari passu* ao socialismo (o que somente seria possível através de uma revolução política contra a burocracia), ou o capitalismo seria restaurado. A história, como sabemos, lhe deu razão.

¹⁰⁷ Lembrando que aumento salarial de maneira nenhuma equivale a ausência de exploração, ou mesmo à sua diminuição.

De fato, o socialismo, o “definhamento do Estado” não poderia ocorrer em um país isolado, muito menos em um país atrasado como a URSS. Cercada pelo mercado, foi gradualmente estrangulada nas décadas seguintes. O “socialismo em um só país” foi, assim, uma ideia quase verdadeira: se não houvesse nenhum outro país no mundo além da URSS, ela certamente teria correspondido à realidade. Conforme Rosenberg:

Para que a Rússia dos soviets fosse um país efetivamente socialista, tinham que se dar pelo menos três premissas: que a indústria estivesse organizada em grandes complexos empresariais, submetidos à direção autônoma dos produtores; a agricultura deveria estar organizada de modo semelhante; e, finalmente, a produção deveria ser orientada somente de acordo com a demanda e não segundo os interesses do mercado e do comércio. Hoje [em 1932], nenhuma destas três premissas foi concretizada na Rússia. Na indústria, predomina a grande empresa moderna, mas não existe uma direção autônoma dos produtores, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico. O socialismo é inconcebível sem a liberdade de autodecisão das coletividades humanas, pois constitui o reino da liberdade, onde o Estado morre. Um aparelho estatal coercitivo, hiperburocrático, passivamente obedecido pela massa nada tem em comum com a ordem socialista e só pode ser valorizado como uma instituição burguesa (Rosenberg, *Op. cit.*, p. 271).

Por fim, o último ponto central para a tradição “marxista-leninista” é o papel do partido. Essencial para justificar a burocracia de Stalin como farol da revolução, bem como para justificar o domínio dos quadros do CC sobre a base em um PC qualquer, a interpretação mecânica da obra *Que Fazer?*, de Lenin, leva a uma concepção de obediência e confiança absolutas nas diretrizes da vanguarda detentora do saber revolucionário.

Stalin sempre procurou justificar o domínio da burocracia pelo fato de ela estar ocupando o papel de “vanguarda revolucionária”, tendo, portanto, a legitimidade para guiar a classe em direção ao socialismo. Já mencionamos, anteriormente, algumas tentativas teóricas que buscam concluir que o modelo organizativo elaborado por Lenin é autoritário. Stalin, homem entusiasta de manuais de instrução para a ação revolucionária, embora não o caracterize de tal modo, sempre procurou elevar o *Que Fazer?* à categoria de livro sagrado.

Desse modo, a atividade prática do partido do proletariado deve ser baseada, não nos desejos louváveis das “individualidades de elite”, nas exigências da razão, da “moral universal”, etc., mas nas leis do desenvolvimento social, no estudo dessas leis (Stalin, 1982, p. 28).

O partido de vanguarda, que conhece e acessa essas leis, tem o direito de dirigir a massa atrasada do proletariado. Essa interpretação rígida das ideias de Lenin, acreditando que a vanguarda deve ser uma entidade superior e extrínseca ao proletariado, vai guiar todas as tentativas do secretário-geral de justificar a ditadura do PCUS. Assim, no XVII Congresso do Partido, em 1934, Stalin afirma:

Depois que uma linha justa foi estabelecida, depois que uma justa solução do problema foi encontrada, o êxito depende do trabalho de organização, da organização da luta pela aplicação prática da linha do Partido, da escolha judiciosa dos homens, do controle da execução das decisões dos organismos dirigentes. Sem isto a linha justa do Partido e as justas decisões correm o perigo de ficarem seriamente comprometidas. Mais ainda, depois que a política justa foi estabelecida, o trabalho de organização decide de tudo, incluindo o destino da própria linha política, o seu êxito, ou a sua falência¹⁰⁸.

Não só, portanto, o trabalho da organização revolucionária deve a tudo decidir, mas sua linha é, automaticamente, a “linha justa” a ser seguida pela política. Por isso, o Partido tinha o direito de controlar “a execução das decisões dos organismos dirigentes”, o que lhe permite cercear a liberdade de qualquer um que se opusesse a tais decisões. Já argumentamos bastante, acima, acerca das diferenças de funcionamento do Partido entre a época de Lenin e a de Stalin. Aqui, é suficiente lembrar rapidamente de dois pontos.

Em primeiro lugar, quando Lenin afirmava, em sua teoria organizacional, que a linha revolucionária deve ser introduzida no proletariado desde fora, não estava querendo dizer que uma vanguarda não-proletária (portanto, a burocracia, nesse contexto) é que tinha de trazer a iluminação à classe. Está, em verdade, afirmando que a linha é trazida desde fora *da luta econômica*, mas não desde fora da classe: salientamos, anteriormente, como Lenin defendia (ao contrário do que ocorrerá no Partido à época de Stalin) uma permanente e estreita ligação com os operários. O partido revolucionário deve ser o próprio proletariado, organizado em vanguarda, inserido permanentemente nas fábricas, sindicatos e comitês, mas que, pela sua práxis na luta de classes, compreendeu os limites da luta econômica para a emancipação proletária.

Em segundo lugar, o *Que Fazer?*, obra elevada à categoria de livro-sacro do “marxismo-leninismo”, é fruto de um contexto específico: a necessidade de organizar um partido de quadros clandestino diante de uma autocracia absolutista. Devemos ter, portanto, muito cautela ao interpretar as afirmações dessa obra em um contexto distinto. A respeito disso, nos fala Broué:

Para todos os defensores desta tese, o texto de Lenin *Que Fazer?* constitui uma espécie de Bíblia do bolchevismo, onde são apresentadas todas as características da nova corrente. No entanto, uma análise atenciosa nos revela que nenhum fato histórico nos permite supor que esse texto tenha tido tal importância para os bolcheviques e nem mesmo para o próprio pensamento intelectual e teórico de Lenin. Essa obra analisa as condições russas, as tendências da classe operária russa; dessa maneira, apresenta uma solução especificamente russa, sem que suas

¹⁰⁸ Stalin, Josif. *Sobre Problemas de Direção em Matéria de Organização*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/obras/organiza/01.htm>

análises ou conclusões possuam a pretensão, naquela época, de estender sua validade para outros países (Broué, 2014, p. 47-48).

Por isso Lenin afirmará, em 1907, que interpretar a obra como um manual de instruções é um erro que “provém da absoluta dissociação que é estabelecida entre este trabalho e um determinado contexto, superado há tempos, do desenvolvimento do nosso partido” (*In.* Broué, 2013, p. 48). Lenin ainda reforça que a obra não é nada mais que um resumo da tática necessária ao *Iskra*¹⁰⁹ em 1902.

Assim temos a coluna vertebral do stalinismo enquanto corrente ideológica: a justificativa da existência da vanguarda dirigente pela interpretação mecânica da obra de Lenin (que permite justificar a burocratização das organizações stalinistas); o “socialismo em um só país” (que permite concluir que a Revolução se havia concretizado, sob a batuta de Stalin); o determinismo histórico (que permite justificar todos os problemas da URSS, uma vez que estão apenas manifestando o curso invariável da história). Todos esses três pontos se farão sentir na gestão do PCdoB sobre o Sindicato, a partir de 1993.

A combinação dessas bases teóricas resultará em um corpo de ideias ventilado pelos PCs mundo afora com o objetivo de justificar a tendência conciliadora do stalinismo, cuja prática sempre caminhará na direção dos braços da burguesia, a passos mais ou menos ligeiros. Essa tendência, expressão da essência histórica de uma vertente política burocrática e surgida do refluxo de uma revolução (não de seu avanço), se expressa numa ampla gama de fenômenos ao longo dos séculos XX e XXI: da capitulação do PC chinês na revolução de 1927, ao “queremismo” do PCB; do apoio do PC chileno à repressão contra cordão operário de Santiago por Salvador Allende, à atuação do PCE na Revolução Espanhola, buscando transformar uma revolução em curso em uma guerra civil pela democracia¹¹⁰; do apoio decisivo do PC português ao Movimento das Forças Armadas, buscando conter o avanço dos instrumentos de auto-organização na Revolução dos Cravos (Moreno, 2019, p. 118-119), ao apoio de PCdoB e PCB ao governo Lula, no início deste século.

Nosso objetivo aqui não é definir os traços essenciais da atuação do stalinismo na luta de classes (o que vai ficar mais claro com os exemplos particulares das trajetórias de PCB e

¹⁰⁹ Jornal bolchevique que funcionava como núcleo do Partido no início do século XX.

¹¹⁰ “É preciso, antes de tudo, ganhar a guerra, vencer Franco primeiro e, para isso, reforçar o bloco popular, a autoridade do governo da Frente Popular” (Broué, 1992, p. 92). Essa era a linha do PC da Espanha ao iniciar sua atuação em meio a uma revolução em curso. Foram “os únicos a se opor aos comitês, às coletivizações, às apreensões” (*Ibid.*, p. 93). Sob ordens de Stalin, que recomendava que Largo Caballero se unisse a setores burgueses não-fascistas para evitar o socialismo (*Ibid.*, p. 94), o PCE vai reprimir os grupos mais radicais da Catalunha, dissolvendo os instrumentos de auto-organização da região de Barcelona e de Aragão, terminando por construir uma linha frente-populista ao lado de Caballero (*Ibid.*, p. 100).

PCdoB, como veremos adiante), mas apenas definir as bases teóricas dessa vertente política. Contudo, em se tratando da prática stalinista, vale salientar seu caráter *centrista*, tal como definido por Trotski. Segundo ele, o centrismo seria a posição de correntes próximas ao proletariado “que se colocam entre o reformismo e o marxismo, representando, as mais das vezes, etapas diferentes da evolução do reformismo ao marxismo e vice-versa” (Trotsky, 1979, p. 217). Enquanto o centrismo “em geral” (ou seja, o centrismo que não é stalinista) aparece como uma roupagem de esquerda para um grupo político essencialmente reformista (*Ibid.*, p. 218), o centrismo “burocrático” (stalinista) é um fenômeno *sui generis*. Tem suas raízes na burocracia soviética e assume a particularidade de que a linha oportunista, conciliadora, reformista, típica do centrismo, não pode ser levada até as últimas consequências, já que sua base é a burocracia de um Estado *operário*. Enquanto o centrismo “em geral” possui um caráter temporário e transitório, oscilante, já que repousa nas contradições do processo de evolução política da classe operária, o centrismo “burocrático” recebe “uma base bem mais sólida e organizada, na pessoa da numerosa burocracia” (*Ibid.*, p. 222). Assim, sua peculiaridade não é que a burocracia stalinista estaria imune ao oportunismo, mas “no fato de que não tendo ela a opção de tomar posição nacional-reformista acabada, é forçada a descrever ziguezagues entre o marxismo e o reformismo” (*Ibid.*, p. 222-223).

Esses ziguezagues políticos são típicos da trajetória de qualquer organização stalinista. Um exemplo ilustrativo é a evolução da Comintern, após sua stalinização. A capitulação na revolução de 1923, na Alemanha, é respondida com uma “linha da aventuras na Bulgária e Estônia”, com o chamado para um levante armado, neste último país, sem que houvesse condições objetivas para tal (Trotsky, 2012, p. 51). Essa linha ultraesquerdista terminará por afirmar que “a social-democracia é objetivamente a ala moderada do fascismo” (*Ibid.*, p. 157), linha esta que pavimentará a ascensão de Hitler na Alemanha. Após o desastre no contexto alemão, a Comintern adota a guinada para as frentes populares, a partir de meados dos anos 1930. Esse ziguezague é típico do centrismo, como vimos: a prática stalinista repousa na impossibilidade de assumir uma linha revolucionária, terminando por descrever um ziguezague permanente, como afirmado acima. Ao ter a via revolucionária cerrada, resta ao stalinismo a linha de conciliação com setores burgueses.

Parece precisa, portanto, a definição de Coggiola (1990, p. 26-27) acerca do centrismo stalinista. Sua natureza *social* seria “dual”, uma vez que é simultaneamente apoiada no Estado operário e transmissora das pressões do imperialismo. Sua natureza *política*, em contrapartida, seria contrarrevolucionária: antioperária nos países em que domina e um breque à revolução no

mundo capitalista. As revoluções posteriores à Segunda Guerra não teriam sido, portanto, “produto do desenvolvimento do stalinismo, mas de sua crise” (*Ibid.*, p. 27).

3.1.3 – *O stalinismo para além de Stalin*

Para concluirmos a análise da ideologia que serve de base ao PCdoB, se faz necessária uma rápida análise de outras manifestações do stalinismo que não na figura de Stalin. É comum alguns historiadores levantarem a visão de que o stalinismo se manifestou apenas no regime dirigido por Stalin. Como procuramos demonstrar anteriormente, a raiz desse fenômeno está na burocratização de um Estado operário, não na forma de agir ou pensar de um indivíduo. Assim, todos os Estados que, por um processo revolucionário impuseram uma derrota à burguesia de seus países, mas não caminharam na direção de entregar o poder efetivamente ao proletariado, uma vez que o poder político acabou se concentrando nas mãos de um aparato autônomo, são variantes do stalinismo. Dessa forma, conceitos políticos como “castrismo”, “maoísmo”, “titoísmo”, etc., referem-se, no máximo, a variantes de um mesmo fenômeno.

É evidente que há diferenças entre os regimes de Mao e de Stalin. Mas tais diferenças não são suficientes para identificarmos um salto de qualidade entre ambas. Apenas correspondem ao fato de que não existe uma generalidade pura, de que o stalinismo não tem como ser exatamente igual em dois países diferentes, de que a manifestação concreta, particular, de qualquer fenômeno material somente é possível se carregar traços de uma inevitável singularidade.

É sabido que, logo após a Segunda Guerra, ocorre a ruptura das relações diplomáticas entre a Iugoslávia de Tito e a URSS de Stalin. Ainda que, à primeira vista, possa parecer que realmente haja diferenças de essência entre os dois regimes, na verdade trata-se de uma ruptura dentro do bloco stalinista. Não há nenhum motivo de princípio que justifique o rompimento: é apenas uma busca, dos iugoslavos, por libertarem-se da influência de Stalin.

Ideologicamente, o PC iugoslavo era um partido stalinista modelo. O chamado para a formação de um sistema de *partisans*, que permeasse o país todo, era feito, inicialmente, não com o intuito de realizar uma revolução proletária, mas unicamente buscando atrapalhar o domínio nazi, uma vez que o país era um excelente entreposto de abastecimento para os exércitos alemães envolvidos na Barbarossa. Buscando garantir que não haveria agitações revolucionárias proletárias independentes, uma das primeiras medidas do stalinismo iugoslavo foi eliminar todos os indivíduos trotskistas:

Isto foi feito com certo número de homicídios, cujo mais conhecido, em Belgrado, é o do montenegrino Slobodan Marculic. Uma parte daqueles que escapariam foi alcançada um mês mais tarde. Zivojin Pavlovic, dirigente do partido durante anos, escrevera, em Paris, uma obra sobre *O Balanço do Termidor Stalinista*. Denunciado como “policial” foi torturado e executado em Uzice, em novembro de 1941 [...] O principal dirigente do grupo trotskista, Nikolai Popovic, um ex dirigente da JC [Juventude Comunista] na Sérvia, escapou dos seus perseguidores, mas eles acabariam por apanhá-lo e fuzilá-lo em 1945. Tendo garantido sua retaguarda, os dirigentes dispersaram-se, tendo feito assim, nas fileiras comunistas, vítimas que os “conservadores mecânicos” desprezavam tanto (Broué, 2007, p. 979).

A violência, portanto, com que os trotskistas foram perseguidos era a mesma com relação àquela levada a cabo pelo PCUS. Era necessário limpar o partido iugoslavo de todos aqueles elementos que pudessem gerar alguma agitação na base, fora do controle dos burocratas da direção. São, portanto, as circunstâncias, não os princípios, que levarão a um conflito com a Comintern. O surgimento das tropas de Mihailovic, buscando uma libertação “monarquista” do jugo nazista, gerou mais um inimigo interno ao PC: se tornava uma questão de vida ou morte a vitória sobre os monarquistas, que se precipitavam contra os *partisans*. É como uma reação à Mihailovic que Tito desenvolverá as Brigadas Proletárias (Broué, 2007, p. 980).

Visando os acordos com o imperialismo, Stalin ordena a dissolução dos comitês erguidos pelo PC iugoslavo. Dimitrov, porta-voz da URSS na Comintern, lança, então, um aviso aos *partisans*: devem unir-se a Mihailovic (que lhes tentava exterminar), pois era apoiado pelos britânicos e estadunidenses, aliados de Stalin. Dimitrov menciona ainda que o rei da Iugoslávia deveria ser reconduzido ao poder, já que tinha acordos com a União Soviética (*Ibid.*, p. 981).

Os acordos posteriores de Stalin com o imperialismo, em especial a “Declaração dos Quatro¹¹¹” e os acordos de Teerã, o levavam a um esforço por conter a marcha da revolução mundo afora. Aqui se insere a dissolução da Comintern em 1943 (a qual Stalin afirma ser um empecilho para a formação de partidos nacionalistas), a ordem dada ao PC grego de não combater o imperialismo no país, a ordem a Togliatti para suspender a luta revolucionária e se unir ao general Badoglio na Itália (Togliatti vai integrar o governo, inclusive), etc. (Broué, 2014, p. 421-424). A Iugoslávia, que pelo acordo de junho de 1944 deveria estar sob influência compartilhada dos soviéticos e dos britânicos, atrapalhava a busca de Stalin por acordos com o imperialismo enquanto Tito não fosse parado. O PC iugoslavo até buscará, a contragosto, um

¹¹¹ Ratificado em 1º de novembro de 1943, comprometendo França, EUA, URSS e Grã-Bretanha com a manutenção da ordem, o que passava por combater os governos “inimigos da liberdade” e os ascensos revolucionários.

acordo para integrar o governo monarquista, mas logo perceberá ser isso a assinatura de uma sentença de morte.

Assim, Tito é impelido a assumir o poder, contrariando as ordens de Moscou, que preferia ver uma monarquia entreguista triunfar, a uma revolução proletária, mesmo que deformada. As relações serão rompidas: é o primeiro, de uma série de casos, de uma ruptura entre regimes com a mesma ideologia.

O abalo seguinte seria provocado pelo “Relatório Secreto¹¹²”, exposto por Krushev, no XX Congresso do PCUS, em 1956. Esse documento fundamental para a compreensão do século XX é um grande ataque à figura de Stalin. Pode ser dividido em três golpes: um denunciando o culto à personalidade do secretário-geral, morto três anos antes; outro denunciando seus crimes, a saber, o extermínio e a tortura de quadros do Partido; um terceiro, menos lembrado, mas igualmente importante, uma denúncia das ações covardes, tergiversantes e incompetentes de Stalin durante a Segunda Guerra Mundial.

Como veremos, esse documento abrirá fissuras no movimento stalinista brasileiro, como também em outras partes do mundo. O importante aqui é que o que ficaria conhecido como “desestalinização” era, na verdade, uma readaptação de um regime que, sem deixar de ser stalinista (uma característica, insistimos, material, que não dependia da vontade dos membros do Comitê Central), buscava uma maior legitimidade diante das massas. Um partido que, desde 1953, estava marcado por disputas palacianas de sucessão ao trono, não seria capaz de manter o enorme nível de repressão sobre a população. Além disso, a ala de Krushev, favorável ao “degelo”, poderia se apoiar no humor das massas, satisfeitas com o clima de maior liberdade, para sua disputa interna no PCUS.

Até hoje não há muita nitidez a respeito das disputas palacianas que marcaram o Partido entre 1953 e 1956. Ao que parece, o PCUS se havia dividido em três tendências: um stalinismo mais agressivo, formado pelos homens mais próximos de Stalin (como Malenkov e Molotov); uma ala, encabeçada por Béria, que fora o mais brutal dirigente da GPU nos anos mais duros da ditadura de Stalin, favorável a uma liberalização intensa (ao que parece, Béria entendia muito bem que sem coesão no Partido, aquele nível de repressão não podia manter-se); uma ala de

¹¹² O documento elaborado por Krushev deveria ficar restrito apenas aos altos quadros do Partido, tendo sido apresentado a portas fechadas. Seu vazamento foi, contudo, quase instantâneo: poucos dias depois, estava no *New York Times*.

centro, da qual Krushev ocupava o posto de principal representante, que buscava “liberalizar, mas nem tanto” (Broué, 1996, p. 151-162).

O importante, aqui, é compreendermos que o “Relatório Secreto” marcou, não um afastamento com relação ao stalinismo, mas um movimento tático no jogo político, que deslegitimava a ala ligada à memória de Stalin, anunciava às massas maior abertura política e servia para consolidar a ala de Krushev como hegemônica.

Fez-se de Stalin um bode expiatório. Os desestalinizadores – e Krouchtchov em primeiro – tinham sido seus lugar-tenentes, colaboradores e cúmplices, tendo tirado proveito de sua ação. Eles o sabiam muito bem e, ainda, que toda a denúncia que ultrapassasse a sua pessoa e a de Beria corria o risco de atingir muitos deles, inclusive o próprio sistema. Assim, o símbolo era sacrificado *em favor da permanência do regime*¹¹³ (Broué, 1996, p. 165).

Krushev não tinha nenhum interesse em lutar contra a burocracia (como, de fato, não o fez) ou em afastar-se das bases ideológicas do stalinismo (as quais, a seu modo, viria a reforçar). Basta lembrar de algo fundamental no documento, muitas vezes ignorado por historiadores: Krushev louva o combate de Stalin contra a oposição dos anos 1920 e até justifica a violência contra os trotskistas:

Devemos afirmar que o partido levou a cabo uma luta séria contra os trotskistas, direitistas e nacionalistas burgueses e que desarmou ideologicamente a todos os inimigos do leninismo. Essa batalha ideológica terminou de modo feliz, e como consequência, o partido se uniu e se fortaleceu. Nisso Stalin teve um papel positivo [...] Essa foi uma luta tenaz e difícil, mas necessária, pois a linha política, tanto do bloco trotskista-zinovievista, quanto do bloco bukharinista, conduziria realmente à restauração do capitalismo e à capitulação ante a burguesia mundial (Khrushchev, s./d., p. 16).

E mais adiante:

Foi precisamente durante esse período que surgiu a prática de repressão massiva através do aparato governamental, primeiro contra os inimigos do leninismo (trotskistas, zinovievistas, bukharinistas), já politicamente derrotados, e também, subsequentemente, contra muitos comunistas honestos [...] Stalin criou o termo “inimigo do povo”. Esse termo tornava desnecessário que se provassem os erros ideológicos de um ou vários homens comprometidos em uma controvérsia. Esse termo tornou possível a repressão mais cruel, com violação das normas da legalidade revolucionária contra qualquer um que de alguma forma se indispucesse contra Stalin [...] Muitas pessoas inteiramente inocentes, que, no passado, haviam defendido a linha do partido, resultaram vítimas¹¹⁴ (*Ibid.*, p. 17).

¹¹³ Grifos meus.

¹¹⁴ Ambos os trechos em livre-tradução.

Portanto, com o documento a ala de Krushev não apenas mantinha a linha de que o trotskismo era uma linha capitalista, de que a URSS era socialista, de que Stalin fora um grande herói no combate ao trotskismo, mas ainda dava a entender que o problema não tinha sido o uso da violência contra os trotskistas, mas o momento em que ela passou a ser usado contra aqueles que defendiam a linha do Partido. Não há, em Krushev, nenhum distanciamento com relação ao stalinismo, mas apenas com relação à figura e à memória do georgiano, apesar de mudanças políticas e econômicas, certamente periféricas.

Estas mudanças não chegaram a gerar um “modelo” alternativo para a economia soviética, mas removeram um elemento-chave na cadeia de comando no modelo afirmado nos anos 30 (os ministérios centrais). O resultado foi uma febre de localismo na direção econômica, que impedia o movimento articulado da economia como um todo. Os índices de crescimento econômico, por sua vez, caíram [...] Isto foi enfrentado, pela liderança soviética, com o recrudescimento de medidas punitivas e repressivas na economia, chegando ao ponto de introduzir, em maio de 1961, a pena de morte por crimes econômicos (Fernandes, Op. cit., p. 126).

A prova prática definitiva de que se tratava de um regime essencialmente idêntico ao de Stalin (ainda que quantitativamente menos repressor), é a brutal intervenção na Hungria, ainda em 1956. Com apoio de Tito, os soviéticos decidem avançar sobre Budapeste, sob a justificativa de deter a restauração do capitalismo (Sebestyen, 2006, p. 316). Basta uma rápida olhada sobre o programa dos revolucionários húngaros para concluirmos, peremptoriamente, que o levante buscava um socialismo real, sob controle dos conselhos operários e não da burocracia soviética¹¹⁵.

Por fim, mencionamos que tampouco existe um “maoísmo” como linha essencialmente distinta do stalinismo. Trata-se, como nos casos de Krushev e Tito, de apenas mais uma variante do mesmo fenômeno. Diferente da Rússia, onde o processo revolucionário passou por uma burocratização, na China ele já surge deformado. Nas palavras de Coggiola:

A tomada de poder pelos comunistas em 1949 foi bem diferente da Revolução Russa de 1917. Neste último caso, o poder foi assumido por organizações de massa, os soviets, onde os operários exerciam sua hegemonia através do voto privilegiado. Em 1949, o PCC tomou o poder através do Exército, ainda que este fosse eminentemente popular. Os operários foram meros convidados, mantidos fora das decisões e organizados “de cima para baixo” nos sindicatos. Desse processo resultou um Estado burocrático, no sentido de que as decisões não eram tomadas nem controladas pelas organizações de massa (incluindo a nomeação de funcionários estatais), com duas características marcantes:

¹¹⁵ O Sétimo Ponto do programa (chamado de “Dezesseis Pontos”) afirma a necessidade de manter a planificação econômica, mas sob controle do povo húngaro. Seu Nono Ponto afirma a necessidade de um salário mínimo para o operariado, que nem isso possuía naquele momento. O Décimo Segundo ponto exige liberdade de expressão, e o Décimo Terceiro a derrubada das estátuas de Stalin.

a influência que a organização do Exército teve na formação do Estado; o papel preponderante, e muito pessoal, do líder da revolução, Mao Tsetung (Coggiola, 1985, p. 49).

Sem que o proletariado, a única classe capaz de emancipar a toda a sociedade, tivesse participado da tomada de poder, só restava a possibilidade de uma burocratização. Era o Partido Comunista Chinês, elevado à categoria de entidade sagrada, que exerceria o poder total e absoluto, centralizado em torno de Mao. Aliás, a ruptura diplomática entre China e URSS ocorre muito em função de que, pelo fato de a figura do líder da Longa Marcha estar blindada, tal qual Stalin, por um culto à personalidade, seria atingida, de tabela, pelo discurso de Krushev. Em um momento em que o líder chinês precisava de apoio total para começar a empreender o Grande Salto, a bomba explodida no XX Congresso do PCUS lançava seus estilhaços até Pequim:

Na verdade, ele [Mao] já decidira andar um pouco mais rápido, mas, antes de fazê-lo, precisava cortejar os renitentes do Partido, e também assegurar-se do apoio entusiástico dos jornalistas e intelectuais que alimentavam as campanhas de propaganda e o trabalho educacional do Partido. A situação foi complicada por Nikita Krushev, primeiro secretário do Partido Comunista da URSS com sua totalmente inesperada denúncia de Stalin, em 1956, num discurso que não apenas atingia o líder central da União Soviética, aos olhos de Mao, mas também, por implicação, criticava o próprio Mao, pois seu “culto da personalidade” era nessa época bem orquestrado e perfeitamente óbvio para qualquer informado observador externo (Spence, 1999, p. 161).

Em um regime de partido único, onde o PC chegava à marca absurda de mais de cinquenta milhões de filiados (Spence, 1999, p. 158), com uma ampla rede de burocratas monitorando opositores e controlando a arte e a censura e tendo Mao um amplo controle para nomear ou destituir *aparatchiks* de acordo com seus interesses táticos ou pessoais, não é possível afirmar que há algo de essencialmente distinto do stalinismo. A burocratização era tanta que, mesmo diante das evidências infinitas do desastre absoluto provocado pela política do Grande Salto (1957-1961), a burocracia maoísta, baseada não nos relatórios técnicos, mas na mais pura convicção, opta por aprofundar a política de coletivização, demonstrando que a vontade da alta cúpula do Partido estava acima de qualquer coisa (*Ibid.*, p. 179).

É evidente que, a seu modo, todos esses Estados, bem como Cuba, obtiveram êxitos muito significativos, demonstrando a superioridade da economia planificada sobre a disposição anárquica das economias capitalistas. Mas, por passarem por um processo de burocratização (caso soviético) ou já terem surgido deformados (caso chinês, iugoslavo e cubano), descambaram em regimes burocráticos, stalinistas, nos quais o proletariado nunca exerceu efetivamente o poder. Nas palavras de Trotski, se a burocracia “incompatível com as tarefas

internas e internacionais do socialismo, introduziu e continua introduzindo deformações profundas”, devorando qualquer forma de democracia operária, a planificação “sob a base da propriedade estatal dos meios de produção, conservou-se, e continua sendo *uma conquista colossal da humanidade*” (Trotsky, s./d., p. 146). Por isso a derrota da URSS ante o imperialismo seria, como de fato foi, um “debilitamento do proletariado mundial” (*Ibid.*).

3.2 O PCdoB: das origens à legalização

Desde o fim da década de 1920, quando o Partido Comunista Brasileiro expurga os membros trotskistas¹¹⁶ e se converte em pedra angular do stalinismo no Brasil, esta corrente ideológica tornou-se hegemônica em meio à esquerda revolucionária nacional. Esse panorama se altera com o colapso soviético, em 1991, que atinge, indiscriminadamente, a todas as correntes do marxismo, levando a um intenso enfraquecimento das linhas que se reivindicavam revolucionárias, fossem trotskistas, stalinistas ou luxemburguistas.

Contudo, até os anos 1960, o stalinismo se manteve como uma força, em termos numéricos, arrasadora no Brasil. Nunca convertido em uma força real, política, esse número gigantesco de militantes começa a diminuir com a grande crise do stalinismo, aberta em 1956, e que encontraria seu ponto de culminância na implosão do PCB nos anos 1960. É dessa implosão que surgirá o PCdoB, partido que hegemoniza o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica de Caxias do Sul desde 1993.

O PCdoB passou, ao longo de sua história, por vários traumas, derrotas, momentos de crescimento, de declínio, vitórias eleitorais e *rachas*. Sobreviveu, na ilegalidade, aos anos de chumbo da ditadura. Compôs, após a redemocratização, governos em todas as esferas. Mas acima de tudo, transformou-se: mudou seu programa, suas táticas, sua estratégia, seus aliados, seu discurso. Mas jamais abandonou o stalinismo.

Entender qualquer entidade controlada pelo PCdoB, de um sindicato a um grêmio estudantil, não é possível sem que entendamos o próprio partido. Isso significa não apenas compreender suas ideias basilares, mas, o que é sempre mais importante, como essas ideias

¹¹⁶ “Mario Pedrosa, que havia viajado à Europa, é influenciado pelas ideias trotskistas e ao voltar ao Brasil traz consigo as ideias da Oposição de Esquerda. Por defender essas teses, ele e os operários gráficos de sua célula – que eram tidos como operários intelectuais, talvez pelo próprio trabalho que realizavam – são excluídos do Partido Comunista. Os membros do grupo de Pedrosa, e outros intelectuais que foram expulsos do PCB – por razões ‘disciplinares’ – formam o grupo Bolchevique Leninista, que edita o jornal ‘Luta de Classes’, um órgão de divulgação de suas ideias políticas e instrumento de ataque à política do PCB” (Ozaí, s./d., p. 51).

assumiram formas concretas ao serem confrontadas com a realidade. É sempre no processo de confronto com a concretude da luta de classes que a essência de uma organização vai se mostrar.

Nesta seção procuramos analisar como as características da ideologia e da prática stalinistas foram plasmadas no PCdoB ao longo da história da organização. Portanto, não buscamos aqui recontar a história do partido, mas trazer às claras sua essência histórica diante dos principais acontecimentos de sua trajetória. Como a essência de qualquer coisa, ela sofreu modificações ao longo de seu desenvolvimento no tempo, mas sem perder sua continuidade.

E como qualquer fenômeno, o stalinismo, ao se particularizar, carregará suas características universais, mas também assumirá traços singulares. Procuramos mostrar, nesta seção, que o PCdoB *já* deixou de ser stalinista até o presente momento (ou, o que dá no mesmo, “marxista-leninista”). Contudo, assumiu ao longo do tempo um stalinismo muito peculiar, reformista desde seu início (ou até mesmo desde antes do início), mas muito mais fisiológico que o de outras organizações. Esse caráter de atrelamento à ideia de reforma do capital, foi se mostrando com cada vez mais nitidez ao longo do tempo, uma vez que foi permitindo, cada vez mais concretamente, que o partido se consolidasse, em termos de crescimento e institucionalização.

Como veremos, o PCdoB conserva alguns traços essenciais e comuns a qualquer organização marxista-leninista: um burocratismo profundo, uma tendência à conciliação, uma visão mecânica e *etapista* do processo histórico, uma resistência extrema em realizar balanços autocríticos, um frequente zigzague político. Mas chama a atenção a forma como essas características se relacionam, para dar ao partido algumas tonalidades próprias (e pouco avermelhadas), como um fisiologismo extremo, um reformismo exacerbado (e, por vezes, explícito), um caráter profundamente contraditório em relação a boa parte daquilo que afirma defender.

O central aqui é, como procuramos demonstrar abaixo, entendermos que, não obstante todas as mudanças que a organização sofreu ao longo de mais de sessenta anos de existência, seu stalinismo *sempre* manteve duas características: a estratégia reformista de atuação política e a visão etapista da realidade brasileira.

3.2.1 – A grande crise do stalinismo no Brasil

Como um *racha* do PCB, consumado em 1962, a formação ideológica do PCdoB começa antes de seu surgimento enquanto organização. Em outras palavras, é preciso analisar

os posicionamentos que o núcleo fundador da organização manteve durante sua passagem pelo *partidão*. Já no grupo conhecido como Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), que organizou a Conferência da Mantiqueira, em agosto de 1943, temos o núcleo dirigente do que viria a ser o PCdoB: João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois (Falcão, 2012, p. 31).

O evento aprova a defesa da União Nacional com Vargas. Trata-se de um período de guerra, em que o Brasil estava comprometido no processo de sepultamento do nazi-fascismo. A defesa do governo deveria ser *incondicional*, o que significa que assumia caráter estratégico (Falcão, 2012, p. 33). Era o apoio à burguesia local (que deveria compor a União) e ao Estado capitalista, em uma busca para compor uma frente com a classe dominante. Segundo o próprio PCB, a União deveria agregar a todos os patriotas, independentemente de seus matizes ideológicos ou opiniões políticas¹¹⁷.

Essa elevação da frente com a burguesia e do apoio ao Estado capitalista ao nível de estratégia, marcou até uma rusga interna, temporária, no interior do partido. O grupo de pecebistas da Bahia, denominado Comitê Regional (CR), se opôs às resoluções da CNOP. Defendiam que a aliança com Vargas deveria ser apenas *tática*, enquanto durasse a guerra. Ainda que tais debates sejam, ainda hoje, um pouco nebulosos, é fato que esse grupo discordante logo seria convencido das posições majoritárias (Falcão, *Op. cit.*, p. 33).

O que importa reter a respeito dessa política é um fator decisivo para a compreensão histórica do PCdoB e do PCB: a União Nacional com Vargas é a primeira manifestação estratégica vigorosa do etapismo stalinista e reformista que marcará *toda* a história ulterior de ambas as organizações. É fundamental termos em mente que essa linha foi consolidada no VI e no VII congressos da Comintern, em 1928 e 1935 (respectivamente). Neste último evento essa política é definitivamente consolidada através da ideia das *frentes populares*.

O VI Congresso, ainda que tenha trazido a famosa linha ultraesquerdista do “terceiro período”, estipulou uma linha conservadora para os países coloniais e semicoloniais. De acordo com essa linha, tais países necessitariam de uma primeira etapa, que realizasse as tarefas democráticas, para somente em seguida tornar possível a realização de uma revolução socialista. Desde 1928 o PCB havia erigido essas teses ao nível de *sacra scriptura*. Segundo Duarte:

¹¹⁷ Partido Comunista do Brasil. In. CARONE, 1982, pp. 13-14.

Esse período de expansão da influência da Comintern estalinizada sobre os PC's latinoamericanos coincide com a realização do III congresso do Partido Comunista do Brasil (PCB), entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929. No que se refere, estritamente, à caracterização do processo revolucionário brasileiro, neste congresso foi descartada toda a teorização – até então, elaborada de maneira relativamente autônoma pelos pecebistas – sobre a revolução burguesa, vista como democrático-pequeno-burguesa. O PCB passou a adotar o modelo esquemático que previa, inexoravelmente, a realização da etapa democrático-burguesa a partir da formação do “bloco das quatro classes” – aliança proposta pela IC entre a burguesia, a pequena-burguesia, o camponês e o proletariado (Duarte, 2010, p. 90).

Às vésperas do VII congresso da Comintern o secretário-geral do PC francês, Maurice Thorez, com apoio de Stalin, chama a formação de um grande bloco em seu país, envolvendo o Partido Socialista (social-democrata), o PC e o Partido Radical (burguês-liberal)¹¹⁸. É bastante conhecido o fato de que após o VI (penúltimo) congresso da Comintern o stalinismo avançava na ideia de que a social-democracia e o fascismo eram irmãos gêmeos, devendo ser igualmente combatidos. Essa política (à qual Trotski denunciou desesperadamente em seu *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*) pavimentou o caminho do nazismo, que se tornou majoritário, uma vez que a esquerda alemã se dividiu entre comunistas e reformistas. Procurando afastar-se dessa linha desastrosa, Stalin opera um ziguezague de 180 graus, típico da tradição “marxista-leninista”, assumindo, em 1935, a possibilidade de formar frentes com qualquer força burguesa. Para o ditador soviético estava em jogo, além de limpar o nome da Comintern, a busca por alianças contra a previsível invasão alemã sobre a terra da Revolução.

No congresso, Dimitrov (secretário-geral da Comintern e protegido de Stalin) defenderá o rebaixamento da tática da frente única operária, transformando-a, conforme o exemplo do PC francês, em uma frente sem princípios, formada com qualquer força burguesa. A frente popular seria essencial para defender “sob qualquer regime que seja, toda parcela de conquista democrática realizada pela classe operária” (Broué, 2007, p. 841), ignorando o fato de que os setores burgueses quase nunca são simpáticos à manutenção de tais conquistas.

Assim, o último congresso da Comintern consolidava a linha do congresso anterior, que havia afirmado a necessidade da formação dos “blocos das quatro classes” para os países atrasados. Agora, com a ameaça do fascismo pairando no ar, essa lógica frentista era estendida, com suas adaptações, aos países europeus. Estava totalmente chancelada pelo, nas palavras de Prestes, “guia genial, o marechal Stalin” (*In. Carone, Op. cit.*, p. 30), a conformação de alianças com forças burguesas no Brasil.

¹¹⁸ Broué, 2007, p. 836.

Diante disso, a volta do PCB à legalidade, em 1945, leva o partido a um apoio ainda mais intenso a Vargas. A adesão completa e irrestrita ao *queremismo* salienta o extremo fisiologismo que marcará, posteriormente, o PCdoB. Buscando apoiar um governo que lhe proporcionava a condição de partido legal, o PCB abria mão de qualquer perspectiva crítica ou combativa, assumindo um apoio irrestrito da ditadura varguista (Falcão, *Op. cit.*, p. 52). Prestes, recém liberto, rasga elogios ao governo (que lhe havia prendido por uma década, havia torturado camaradas seus, obrigado seu companheiro Ewert a assistir ao estupro da própria esposa e enviado sua companheira à morte pelas mãos do nazismo¹¹⁹), considerando-o o grande artífice da anistia, atribuindo seus defeitos à pressão de sujeitos reacionários que influíam sobre ele e saudando, em honra, os “homens do governo que sabem ficar com o povo e evitar por superior patriotismo o dilaceramento terrível das guerras civis” (*In. Carone, Op. cit.*, p. 26). A linha exposta pelo secretário-geral, a ser adotada pelo PCB, é a de propor mobilizações populares para a construção de comitês de fábrica, de bairros, etc., mas comprometidos com a democracia, pacíficos, ordeiros e sem “nenhuma cor partidária” (*Ibid.*, p. 37). Claro, eram pouco necessários tais comitês, já que, para o partido, os problemas do povo seriam resolvidos por “um governo prestigiado, forte do apoio popular”, composto por “homens de prestígio popular que compreendam o povo, e saibam e possam falar com o povo” (*Ibid.*, p. 39). O “povo” (o partido nem se refere a alguma classe específica) teria um papel passivo, no máximo se fazendo ouvir por aqueles que tomariam as decisões.

Uma vez consumada a queda de Vargas, derrotado o movimento *queremista*, o fisiologismo dá as caras novamente, apenas levemente reciclado. Será, agora, Dutra o alvo dos olhares ternos dos stalinistas. Mesmo às vésperas da cassação, o comitê nacional do partido afirma que o Brasil havia avançado muito na direção da democracia e que o governo não pôde fazer mais em virtude da presença de resquícios do fascismo em seu interior, herdados do Estado Novo. Mas os pecebistas se comprometem em seguir apoiando Dutra, desde que o presidente mantenha o compromisso com a democracia e respeite a Constituição (Falcão, *Op. cit.*, p. 92). Nos atos do dia do trabalhador de 1947, o PCB conclamava o povo a unir-se em torno de Dutra, para dar ao governo o apoio necessário para que este pudesse resistir ao imperialismo (*Ibid.*, p. 93). Nada disso adiantou: o general não retribuiu o olhar doce lançado pelo stalinismo. Uma semana depois, o PCB voltava à ilegalidade.

¹¹⁹ Broué, *Op. cit.*, p. 848.

Há dois documentos basilares do partido, nesse período de reestruturação após o breve momento de legalidade: o *Manifesto de Janeiro*¹²⁰, de 1948, e o *Forjar a Mais Ampla Frente Nacional em Defesa da Paz, da Liberdade e Contra o Imperialismo*, do ano seguinte. Ambos irão confluir no *Manifesto de Agosto*, de 1950, documento que será reivindicado pelo PCdoB após o *racha*.

Sobre o primeiro, representa uma guinada tática: Dutra, antes reivindicado (ainda que com ressalvas), agora é visto como “um governo de traição nacional, que a serviço do imperialismo norte-americano esfomeia nosso povo, liquida a indústria nacional, impede o progresso do país” (*In. Carone, Op. cit., p. 73*), um país visto como possuindo uma estrutura semifeudal¹²¹. O documento faz uma falsa *mea culpa*, atribuindo a passividade dos anos 1943-47 à influência de ideologias estranhas¹²² (sem explicar como elas teriam penetrado a organização, nem o que seriam tais ideologias). Sem refletir sobre de que forma ocorreria (provavelmente por receio de que chamar uma revolução fosse algo muito à esquerda e chamar um governo eleito pelo voto, algo muito à direita), o PCB defende a derrubada de Dutra pelas mãos de “um amplo e sólido bloco das forças democráticas e populares¹²³”. O documento faz questão de deixar claro que o PCB não quer substituir Dutra por um governo socialista, mas por um governo “efetivamente popular, democrático e progressista¹²⁴”.

Esse importante texto, basilar para a política subsequente do partido, revela traços comuns ao stalinismo brasileiro, que serão mantidos pelo PCdoB. O etapismo (instituir um governo que realize as tarefas democráticas, antes de se lutar pelo socialismo) é, claro, o mais óbvio deles. Mas a resistência hercúlea em realizar autocrítica, processo tão necessário a uma organização de esquerda, também faz parte do *modus operandi* dos PCs no Brasil. Note-se, também, o caráter *reformista* do texto (que condiciona a prática de tais organizações): a tarefa considerada como *estratégica* (*Ibid.*, p. 86), não é a demolição do edifício burguês, mas seu melhoramento. A revolução socialista fica para um futuro indeterminado. É preciso ressaltar que todos esses traços, *de raiz na ideologia stalinista e nos dois congressos da Comintern já stalinizada*, se fazem presentes ainda atualmente, em 2026, em ambas os PCs.

¹²⁰ Chama-se, na verdade, “Como enfrentar o problema da revolução agrária e anti-imperialista”, assinado, claro, por Prestes.

¹²¹ *Ibid.*, p. 84.

¹²² *Ibid.*, p. 85.

¹²³ *Ibid.*, p. 87.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 83.

Na mesma linha, o documento de 1949 busca consolidar a chamada “nova linha” do PCB. Foi publicado na revista *Problemas*, importante periódico do partido, em vigência entre 1947 e 1956. Não por coincidência, são exatamente os anos de vigência da Cominform. De fato, a revista servia como um veículo de ligação entre o instrumento de informação do PCUS e o PCB, publicando textos não apenas da direção pecebista, mas também de grandes quadros do stalinismo europeu, de Stalin a Togliatti. O texto de 1949 estava em consonância com o informe de Zhdanov, secretário-geral da Cominform, que afirmava ser necessária a luta pela paz, contra o imperialismo dos EUA. Retoma a caracterização da Cominform de que o mundo estava dividido em dois blocos: “o campo imperialista e antidemocrático, e o anti-imperialista e democrático¹²⁵” (não em Estados operários e capitalistas). A luta do povo brasileiro deve se direcionar contra “o jugo do colonizador imperialista norte-americano”, sem dúvidas algo fundamental, mas também “contra os restos feudais¹²⁶”. Essa insistência em identificar a presença do feudalismo no Brasil é fundamental ao partido, pois lhe abre a possibilidade, dentro da lógica stalinista na qual opera, de colocar uma etapa antifeudal como precondition ao socialismo¹²⁷.

De todo modo, este documento possui um caráter muito mais positivo que o anterior, delineando tarefas concretas a serem realizadas. Dentre elas, temos muitas tarefas democráticas (separação entre Estado e Igreja, liberdade de pensamento, gratuidade do ensino até os 14 anos, etc), anti-imperialistas (confisco das empresas monopolistas, liberdade de iniciativa à indústria nacional, controle – não “expropriação”, importante notar – estatal de grandes bancos e indústrias, etc) e contra o latifúndio (confisco das grandes propriedades e abolição do feudalismo)¹²⁸. Sem sombra de dúvidas, mais à esquerda que o documento anterior. Mas tal qual morar sob uma ponte é melhor que estar sob a chuva, mas nos dois casos se vive na rua, o documento acaba por reforçar o nódulo central do stalinismo brasileiro: não se compromete com uma revolução socialista (protelando-a para um futuro indeterminado) e, ainda que com visível timidez, assume o frentismo. De fato, Falcão (2012, p. 134) chama a atenção para a limitação das propostas, já que o partido é “contra os monopólios, mas não contra o capital, defende o confisco do latifúndio sem nacionalização de terras, formação de um exército anti-

¹²⁵ In. *Problemas*, jun.-jul. de 1949, n° 19, p. 15.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 55.

¹²⁷ Lembrando que, na Rússia, a permanência de traços feudais (que lá realmente existiam) não foi impeditivo algum para a realização da revolução socialista.

¹²⁸ In. *Problemas*, jun.-jul. de 1949, n° 19, p. 59.

imperialista, mas não anticapitalista”. Se o documento, ao contrário do anterior, fala em revolução, esta deve servir para instituir um “governo democrático e popular” (*Ibid.*, p. 63).

Ambos os documentos desaguam no *Manifesto de Agosto*, de 1950, um dos mais importantes da história da organização. Assim como o programa de 1954, será reivindicado pelos peceдобistas, após a ruptura. Sob um olhar pouco atento, parece ser portador de uma estratégia radical, inaugurando uma nova política. Mas a mudança é apenas na esfera tática, uma vez que a estratégia frentista e etapista é mantida.

O manifesto chama a formação de uma frente de luta revolucionária, a Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN). Sua composição é a tradicional miscelânea de origem cominterniana: “todos, democratas, patriotas, acima de quaisquer diferenças”, congregando “operários, camponeses, intelectuais pobres, pequenos funcionários, comerciantes, industriais, soldados e marinheiros, oficiais das Forças Armadas”. O programa da FDLN é a instituição de um governo democrático-popular, que substitua a “atual ditadura feudal-burguesa” e liberte o país do imperialismo. Tudo, claro, sob a direção do proletariado (*In. Carone, Op. cit.*, pp. 108-109).

O documento sobe o tom, sem dúvidas. Se antes tínhamos um reformismo tranquilo, agora temos um reformismo enraivecido. É necessário “o armamento geral do povo”, mas ao mesmo tempo, as Forças Armadas devem não apenas ser conservadas, mas integradas na Frente. A única ressalva é que os militares não podem ser fascistas (*Ibid.*, 111). Há medidas, claro, muito progressistas, como a instituição de uma escala móvel de salários, o controle estatal do comércio externo e a instituição de um imposto progressivo. Mas o governo a ser instaurado pela FDLN é, como dito, democrático: está dentro dos estreitos limites da democracia burguesa. Assim, ele iria “controlar os lucros dos capitalistas” (*Ibid.*, p. 110), o que significa que ambos, os lucros e os capitalistas, seriam mantidos.

A FDLN praticamente não teve existência real. Uma frente que contemple tantos interesses distintos não pode se sustentar, a não ser em texto. Mesmo durante o governo Vargas, com o fortalecimento do trabalhismo e um refluxo do movimento operário, o PCB manteve a linha da FDLN. Típico do stalinismo, o apego aos pressupostos teóricos vem antes da análise da realidade. Segundo Falcão (*Op. cit.*, p. 149) o problema estava no fato de o PCB ter “proposto a criação de uma organização para preparar a luta armada. O partido analisava a conjuntura como de pré-guerra e usava uma fraseologia revolucionária sem base na realidade”.

Essas teses, que com algumas variações táticas sempre mantêm a mesma estratégia, serão plasmadas, em sua forma mais acabada, no *Projeto de Programa*, de 1953. Esse documento, também bastante famoso, não traz grandes novidades com relação aos que já analisamos aqui. Reitera tudo que já foi destacado: caráter feudal do Brasil, etapa democrática, frente ampla com a burguesia nacional e os militares nacionalistas, etc. A única parte digna de nota é a explicitação de que o socialismo não é possível no país naquela etapa histórica.

O Partido Comunista luta pelo socialismo, mas está convencido de que nas atuais condições econômicas, sociais e políticas do Brasil não é possível realizar transformações socialistas. É perfeitamente realizável, no entanto, a tarefa de substituir o atual governo antipopular e antinacional por um governo do povo, que liberte o Brasil do domínio do imperialismo americano, dos latifundiários e dos grandes capitalistas serviais do imperialismo (*In. Carone, Op. cit.*, p. 118).

Muito mais importante do que o conteúdo desse texto, é o que ele representou internamente no PCB. Em torno dele vai girar o IV Congresso, realizado em 1954. Será aprovado, em um congresso tipicamente stalinista: cartas marcadas, com delegados já direcionados e sufocamento da oposição. As intervenções de quaisquer delegados tinham de ser previamente redigidas, enviadas a Arruda, lidas e aprovadas por ele, para somente então terem o direito de ser apresentadas no Congresso¹²⁹. Conforme Falcão:

Basbaum conta sua experiência pessoal de ter sido indicado para uma célula que não existia no dia a dia, só se reuniu para, no mesmo encontro, ler, discutir, aprovar o Programa e eleger um delegado. Tendo protestado, foi designado para outra célula, onde o assistente evitava discussão afirmando ter sido o Programa escrito “[...] por 400 economistas, especialistas de alto gabarito” (Falcão, *Op. cit.*, p. 166).

A aprovação do *Projeto de Programa*, por uma nem um pouco espantosa unanimidade, marcou a última vez em que o núcleo que viria a formar o PCdoB (Arruda, Graboys, Amazonas, Pomar) afirmou sua hegemonia no PCB. O relatório de Krushev teria um efeito demolidor sobre o partido (como sobre o stalinismo mundial). Precisamente por isso, apenas em agosto de 1956 é reunido o CC pecebista, em um Pleno Ampliado, para discutir o relatório. A reunião dos dirigentes confirmaria a autenticidade do documento. O *Relatório Secreto* fora revelado em fevereiro...

Muito antes da confirmação pela direção, a base do partido já se havia incendiado. A denúncia do burocratismo e do culto à direção, criticados por Krushev, havia libertado as manifestações, até então contidas pela base do partido, contra o “mandonismo” de sua direção. A própria imprensa do partido publicava artigos que criticavam o autoritarismo e a

¹²⁹ Falcão, *Op. cit.*, p. 171.

burocratização internos. Posta nas cordas, a burocracia dirigente assume uma postura defensiva. Em um dos raros momentos de autocritica, o CC publica uma circular em que admite seu protelamento no início das discussões: a demora de quase oito meses na abertura da discussão desses problemas é admitida como “injustificável. A delegação de nosso partido, que assistiu como convidada ao XX Congresso do PCUS errou ao retardar demasiadamente sua volta ao Brasil” (*In. Carone, Op. cit.*, p. 143). A direção, de forma surpreendente, chegava até mesmo a admitir que tinha sido acrítica ao tomar os escritos e ideias de Stalin (*Ibid.*, p. 149). Admitindo a hipertrofia dos organismos centrais, que ceifavam a manifestação da base, o CC se comprometia com a livre circulação de ideias: “Serão publicados os trabalhos dos membros do Partido, inclusive daqueles que tenham divergência a apresentar. Que todos falem, discutam, sugiram, fazendo pleno uso da liberdade de opinião” (*Ibid.*, p. 153).

Talvez um recuo tático, talvez um momentâneo lapso de sobriedade, talvez ambos. Não importa. O fato é que esse clima de liberdade durou pouco: um mês depois, Prestes, que segundo Gorender seria o mais stalinista dentre os stalinistas do partido (Gorender, 1999, p. 30), enviava ao CC a *Carta Rolha*¹³⁰, encerrando o debate. O documento repete os passos de Stalin no enfrentamento à Oposição: caracteriza os críticos à burocracia como “inimigo em nossas fileiras¹³¹” e atribui qualquer sombra de burocratismo a um “mandonismo e arbítrio individual¹³²”, ou seja, a atitudes de determinados indivíduos e não ao modo de estruturação da organização. Aliás, a estrutura centralizada e burocrática, sem espaço a debates, que havia encontrado seu ápice no IV Congresso, é reforçada pelo “Cavaleiro da Esperança”:

Nosso partido deve constituir um bloco monolítico em que todos seus membros estejam ligados por uma única vontade, pela unidade de ação e pela disciplina férrea, voluntariamente aceita [...] Na discussão que travamos não se pode, pois, permitir ataques abertos ou velados ao Partido e a seus princípios, ataques que, em essência, visam a liquidação do Partido (*In. Carone, Op. cit.*, p. 158).

Tal qual Stalin, Prestes identifica o partido com a burocracia: criticá-la significaria criticar a própria existência da organização. Querer liquidar a burocracia é querer liquidar o partido. Ambos os secretários-gerais, o do PCUS e o do PCB, partiam da mesma caracterização com relação àqueles que clamavam por democracia: estariam incorrendo em formação de fração e, por isso, deveriam ser expulsos. A carta seria, contudo, um dos últimos momentos em que

¹³⁰ O texto, na verdade, chama-se *Carta de Luis Carlos Prestes ao CC do PCB sobre o Debate Político*.

¹³¹ *In. Carone, Op. cit.*, p. 156.

¹³² *Ibid.*, p. 158.

Prestes e a direção que fundaria o PCdoB estariam de braços dados. Em geral, nada é capaz de unir mais os stalinistas do que a necessidade de se sufocar a democracia da organização.

A direção organizaria uma Comissão de Censura, com poder de vetar artigos que considerasse antipartidários. Falcão (*Op. cit.*, p. 224) lembra que o veto era inexistente nos estatutos do PCB: a burocracia já passava por cima dos próprios documentos fundacionais da organização. Caberia, aqui, a pergunta: quem de fato estava liquidando o partido? De qualquer forma, era impossível conter um movimento que ia além da publicação de artigos. O PCB já se havia dividido em três grupos: uma direita stalinista-ortodoxa (Prestes, Arruda, Amazonas, Graboïs); uma esquerda “renovadora” (em torno de Agildo Barata); um centro, que buscava maior democracia, mas mantinha certa cautela nas críticas ao burocratismo (Mário Alves, Gorender, Giocondo Dias).

Como quase sempre acontece nas disputas internas de organizações stalinistas, o centro triunfará ao final do conflito (vide a vitória do centro stalinista no PCUS, contra a Oposição de Esquerda e a direita bukharinista). Após ter se unido ao núcleo-duro do stalinismo para derrotar o grupo de Barata, o centro cobraria seu preço. Tinha uma posição de credor, diante de uma ala direita desmoralizada, aos olhos da base, por seu visível autoritarismo. Após uma rápida (e desigual) batalha interna, a direita era derrotada: a 27 de julho de 1957, simbolizando a capitulação, Arruda era obrigado a publicar, na imprensa do partido, uma humilhante autocrítica (talvez a única de sua vida), na qual afirmava ter violado os princípios do marxismo-leninismo (Falcão, *Op. cit.*, p. 234). Prestes, demonstrando um fisiologismo medular, abandonaria o grupo derrotado, ligando-se, através de sua proximidade com Giocondo Dias, ao grupo de centro. Segundo Gorender:

Já com um novo homem de confiança [Dias], Prestes se convenceu da necessidade de introduzir modificações na Comissão Executiva que abrissem caminho às inovações na linha política. Dias recorreu a nós, ao Mário e a mim, para redigir o documento justificador das alterações na direção. Numa noite de julho de 1957 levou-nos a uma casa no subúrbio carioca, em que Prestes ainda se encontrava clandestino. Não o via desde o final de 1947. Pouco tinha mudado a aparência física, mas era visível o constrangimento. No dia seguinte, Mário e eu ficamos entregues à redação do documento (Gorender, *Op. cit.*, p. 32).

Arruda, Amazonas e Graboïs saíam da Executiva. Subiam Mário Alves e Giocondo Dias, do grupo de centro. Em segredo, esse grupo trabalharia nas teses programáticas das “inovações na linha política”, das quais fala Gorender. Seu objetivo era construir, em segredo, o documento que conformaria o programa a ser aprovado no V Congresso. Assim surgia a *Declaração de Março*, de 1958.

O V Congresso, em 1960, sacramentaria a vitória do centro. Para o grupo de Arruda “era uma chance (talvez a última) de retomar o controle do Partido” (Falcão, *Op. cit.*, p. 312), o que não aconteceu. Derrotado, o grupo da ortodoxia stalinista começava a preparar a ruptura. A oportunidade veio, como é sabido, em agosto de 1961, quando o PCB, buscando seu registro legal ante o TSE (o que não ocorrerá), muda o nome do partido. Cai a preposição “do”: de Partido Comunista do Brasil, o PCB passa a Partido Comunista Brasileiro. O grupo derrotado publicava, em reação, a *Carta dos 100*¹³³, na qual afirma que a alteração do nome é um “assunto não submetido ao Congresso e que nem consta de suas resoluções. O Comitê Central não apresentou qualquer justificativa.¹³⁴” São manifestos, também, desacordos com o programa aprovado no V Congresso, mas são apontamentos que divergem no campo da tática. De fato, a principal acusação é a eliminação da preposição. Foi em torno dela que se operou o *racha* que daria origem ao PCdoB, abrindo a crise de esfarelamento do stalinismo brasileiro.

É claro, nenhum evento histórico relevante ocorre por motivo tão pequeno (ainda que, de fato, uma alteração no nome de um partido não seja algo desprezível). Seria como afirmar que a Primeira Guerra ocorreu devido à morte de um arquiduque semidesconhecido, a respeito da qual a imprensa mal se preocupou. Mas quando as tensões se acumulam, quando a quantidade já não é mais suportada, a qualidade deve se alterar, e qualquer fagulha provoca esse salto. As tensões vinham em uma crescente no interior do PCB: nenhum PC, nem o soviético, escapou ileso às revelações de Krushev. O PCdoB nascia, assim, de um grupo que, alijado do poder, preferiu construir uma organização sobre a qual mantivesse o controle burocrático a se submeter à direção de outrem. Tal como Stalin, o PCdoB é filho da burocracia.

3.2.2 – O PCdoB sob os anos de chumbo da ditadura

Nenhuma organização de esquerda passou ileso pelo período de ditadura empresarial-militar. Todas elas sofreram alterações profundas em suas acepções teóricas e em sua prática. Todas mudaram inúmeras vezes seu comportamento tático. Em todas, quadros importantes caíram. Todas racharam. Muitas deixaram de existir, ceifadas pela repressão sufocante. O PCdoB sobreviveria, aos trancos e barrancos, como todas as organizações que sobreviveram. Emergiria, durante a redemocratização, com importantes modificações. Mas sua essência, contudo, era mantida.

¹³³ Em verdade, documento intitulado *Em Defesa do Partido*.

¹³⁴ Partido Comunista do Brasil, 2000, p. 24.

Em 1962 o PCdoB publicava seu *Manifesto Programa*, na prática um programa de fundação. Documento muito bem escrito, faz apontamentos relevantes sobre a conjuntura brasileira de época. Identifica, corretamente, que o imperialismo estadunidense se apropria da riqueza gerada pelo trabalho no Brasil, levando os setores nacionais ligados ao latifúndio a uma ampla extração de mais-valia absoluta dos trabalhadores do campo para compensar essa perda¹³⁵. Afirma que as reformas de base, em especial a reforma agrária, são estritamente necessárias, mas são impossíveis de serem realizadas de maneira efetiva nos marcos do regime em vigência. Salienta que a proposta de reforma agrária do governo Jango protegia o latifúndio, uma vez que “as glebas insignificantes que se promete distribuir terão de ser, em grande parte, compradas ao latifúndio por elevadíssimos preços¹³⁶”. Identifica uma parte da burguesia como favorável à instauração de uma ditadura.

A grande questão é, claro, como solucionar tais problemas. No texto *Duas Concepções, Duas Orientações Políticas* (na prática, a tese do grupo stalinista-ortodoxo para o V Congresso) o núcleo que viria a compor o PCdoB havia denunciado os métodos propostos pelo PCB na *Declaração de Março*, aprovada no congresso de 1960, para solucionar tais problemas. De fato, a declaração é um dos documentos mais ecléticos (adjetivo pejorativo quando se refere a uma organização de esquerda) e confusos da história do *partidão*. Não cabe analisa-lo aqui, mas as críticas colocadas por Grabois são bastante duras. Caracterizam a declaração como oportunista, já que ela busca resolver as contradições sociais de forma totalmente pacífica, através da pressão das massas, do apoio a um governo nacionalista e da confiança nos parlamentares anti-imperialistas¹³⁷.

De fato, o *Manifesto Programa*, propõe uma tática muito mais à esquerda. Primeiro, afirma a via revolucionária, já que “só a via decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão poder ao povo”. Além disso, deixa aberta a porta para o uso da violência revolucionária, já que afirma que quando estiver aberta a luta pelo poder, as classes dominantes não hesitarão em lançar a violência contra o povo¹³⁸. Contudo, nem como muita boa vontade é possível localizar alguma ruptura de estratégia, ou seja, uma diferença de essência, entre o *Manifesto Programa* e a *Declaração de Março*. Ambos os documentos são apenas

¹³⁵ Partido Comunista do Brasil, *Op. cit.*, p. 33.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 37.

¹³⁷ *Ibid.*, pp. 21-22.

¹³⁸ *Ibid.*, pp. 40-41.

manifestações táticas diferentes da mesma estratégia reformista e etapista, marcas históricas do stalinismo no Brasil.

Ainda que por meio da revolução, o PCdoB defende, no seu documento fundacional, a formação de um governo democrático revolucionário (não-socialista, portanto), capaz de “abrir caminho para um mais rápido desenvolvimento do país”, impondo uma derrota ao latifúndio e às “forças feudais de exploração¹³⁹”. As medidas do governo democrático revolucionário seriam progressistas: expropriar os terrenos baldios da burguesia (mas não aqueles utilizados por seu capital), reforma agrária radical (pouco desenvolvida no texto), ensino gratuito mantido pelo Estado, não-pagamento da dívida externa, impulso à indústria nacional (privada)¹⁴⁰. Em outras palavras, o partido propunha uma revolução para reformar a democracia capitalista do país. O objetivo final era o mesmo que o da *Declaração*: a reestruturação da democracia burguesa, apenas através de métodos mais radicais. O frentismo, clássico dos dois últimos congressos da Comintern, era mantido, devendo-se agregar, na Frente Única Revolucionária, operários, camponeses, estudantes, intelectuais progressistas, soldados, marinheiros, *oficiais nacionalistas*, comerciantes, sacerdotes, *industriais*... Tudo, claro, sob direção proletária, através de seu partido de vanguarda¹⁴¹.

Não havia, portanto, uma diferença de essência entre os dois PCs, naquele momento. Nenhum dos dois partidos defendia uma estratégia efetivamente socialista, nem uma tática que mantivesse a independência de classe do proletariado, já que a integração da burguesia nacional em uma grande frente policlassista era comum às duas organizações. Como bem destacou Buonicore:

O processo de crescimento da burguesia industrial e o surgimento da consciência de seus interesses não nos deve levar à falsa conclusão de que ela teria se transformado naquilo que no interior do marxismo-leninismo se chamou “burguesia nacional”. O seu projeto não se contrapunha ao latifúndio, nem ao imperialismo. As próprias condições históricas em que ela se formou [...] empurraram-na a uma política de compromisso com o latifúndio e de submissão ao imperialismo. Não houve, no Brasil, qualquer possibilidade de se forjar uma unidade entre a burguesia industrial e o proletariado em torno de um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo (Buonicore, Op. cit., p. 130).

Outro fato capaz de ilustrar isso é a busca do PCdoB pelo reconhecimento internacional. Tão logo o partido é fundado, seus dirigentes dirigem-se ao PCUS, na esperança de serem considerados a legítima seção brasileira do partido-referência, o que mostra que a apreciação

¹³⁹ *Ibid.*, p. 38.

¹⁴⁰ *Ibid.*, pp. 38-39.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 41.

internacional feita por ambas as organizações era a mesma. Mas o fisiologismo pecedobista era tão grande que, conforme demonstra Santos Junior (2004, p. 91-92), ao mesmo tempo em que buscavam reconhecimento do PCUS, Amazonas viajava à China e Lincoln Oest à Cuba, também atrás da chancela internacional. O PCdoB não possuía nenhum princípio e nenhuma posição acerca do imbróglio do comunismo internacional: defenderia a posição do PC que o reconhecesse primeiro. Como observa Reis Filho (1989, p. 91), “as origens do PCdoB são indevidamente vinculadas às divergências sino-soviéticas”. Na verdade, a opção pela China virá posteriormente ao *racha*. Mesmo após o PCUS ter reconhecido o PCB como PC legítimo do Brasil, os pecedobistas seguem apoiando o partido soviético, em um primeiro momento.

Somente após obter o reconhecimento chinês é que o governo soviético, elogiado no *Manifesto Programa*, será caracterizado como revisionista pelo partido. Essa ruptura, como dissemos, totalmente fisiológica, é formalizada em julho de 1963, quando o PCdoB publica o artigo *Resposta a Krushev*. Mais focado em atacar o PCB (legitimado por Krushev), o pequeno artigo afirma que o governo da URSS, após a morte de Stalin, se afastava do socialismo, uma vez que adotava uma postura de coexistência pacífica com as potências imperialistas. Como “os povos da América Latina não podem ficar à espera de que a ‘competição pacífica’ decida sobre sua libertação”, fazia-se necessária a construção de lutas concretas, como nos casos chinês e cubano, para impor uma derrota ao capital imperialista¹⁴².

Ainda assim, o PCdoB manterá grande apreço pelos cubanos, até 1966, quando ficará nítida a aproximação da Ilha com o governo soviético. Como salienta Santos Junior (*Op. cit.*, p. 94), em março desse ano o partido publicará sua *Carta Aberta a Fidel Castro*, lamentando a aproximação de Cuba com a URSS. Além disso, o foquismo, até então considerado uma importante opção tática de luta¹⁴³, uma vez que, segundo o partido, tenderia a levar ao isolamento dos guerrilheiros com relação à massa da população¹⁴⁴. Além disso, a subordinação do fator político ao militar (ou seja, do partido à guerrilha), dificultava a defesa clássica do Partido Comunista como a vanguarda iluminada da revolução.

¹⁴² *Ibid.*, p. 51.

¹⁴³ “Na maior parte das edições do jornal *A Classe Operária*, de 1962 a 64, ocorreram vários artigos sobre a experiência cubana feitas por dirigentes do próprio PCdoB, seja por meio de artigos de Che Guevara e Fidel Castro. À época o Jornal *Classe Operária* (maio de 1962), informava que João Amazonas e Maurício Grabois foram convidados a comparecerem às comemorações do primeiro de Maio. E, numa edição de Agosto do mesmo ano, o mesmo jornal afirmara que João Amazonas assim que retornou ao Brasil, realizou palestras enfocando as realizações da Revolução Cubana” (Santos Junior, *Op. cit.*, p. 93).

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 93.

Assim, nos primeiros anos da ditadura, o PCdoB vai se alinhar com a ideia maoísta de Guerra Popular Prolongada (GPP). Essa ideia se afasta sensivelmente da coexistência pacífica pregada pelo PCUS a partir do XX Congresso, e, menos evidentemente, do foquismo defendido pelos cubanos. Conforme Faria:

Talvez o próprio termo maoísmo só comece a fazer sentido depois da Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários de 1957, quando o PCUS protagonizou a mudança tática em direção ao caminho pacífico da revolução. Deste momento em diante, o PCCh passou a se constituir em alternativa ao PCUS. As diferenças mais acentuadas são: 1) a compreensão da revolução enquanto um processo violento, a ser realizado por um exército popular guiado pelo partido marxista-leninista; 2) a política de centralização do movimento comunista internacional; 3) a luta armada; 4) a rejeição da denúncia contra Stalin; 5) o papel de relevo atribuído ao campesinato (Faria, *Op. cit.*, p.149).

O autor ainda salienta que “o maoísmo guarda muitas semelhanças com o stalinismo, no sentido de uma grande centralização e controle da base por sua direção” (*Ibid.*, p. 150). Para além do fato de que não “guarda” semelhança alguma, uma vez que é o próprio stalinismo em sua versão chinesa, a afirmação do autor é precisa. À diferença do foquismo, o maoísmo subordina o militar ao político, garantindo a primazia do PC. Claro, algo muito mais conveniente a um grupo que evadiu de um partido por ter perdido sua direção.

A GPP, contudo, não foi posta em prática pelo PCdoB nos primeiros anos após o golpe. Reis Filho afirma que o PCdoB, ainda que fosse a única organização que ventilasse a ideia de um golpe da direita, como falamos acima, acreditava que a revolução estava mais próxima do que esse avanço reacionário (Reis Filho, 1989, p. 38). Claro, devemos levar em conta que a experiência recente de Cuba mexia com a imaginação de todos os militantes de esquerda da América Latina. Mas o fato é que, se o partido buscava preparar-se para uma revolução (que seria democrática, portanto, capitalista), “foi o golpe militar e não a revolução que se tornou vitorioso. Em resposta, o PCdoB não teria nada a opor, senão a surpresa e o amargo sentimento da derrota” (*Ibid.*, p. 39).

Se a situação não era fácil, já que o partido contava com poucos militantes à época do *racha*, o golpe dificultou ainda mais. As três principais organizações anteriores ao golpe viam sua militância pressionar contundentemente por uma maior agressividade como resposta à ditadura. O PCB se esfarelava na Corrente e, logo depois, nas Dissidências, na Ação Libertadora Nacional (ALN) e no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A ORM-POLOP, fora da tradição stalinista, também passava por problema semelhante, perdendo sua militância para as iniciativas armadas do COLINA (Comando de Libertação Nacional) e da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

A VI Conferência do partido, realizada em 1966, resultou na resolução *União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista*. Gorender (*Op. cit.*, p. 117) observa bem que o documento unia táticas diametralmente opostas: de um lado a atuação nos marcos da institucionalidade, de outro a preparação da GPP. Por um lado, deveria formar-se “a mais ampla união patriótica, que sob o lema da independência, progresso e liberdade, possa aglutinar em um impetuoso movimento nacional, as correntes democráticas e as forças populares¹⁴⁵”. Por outro, a guerra popular é que era o único meio de libertar o povo. A própria experiência da Revolução Russa era, sem nenhum debate, rejeitada de uma hora para outra:

A guerra popular é o caminho para a libertação dos povos oprimidos nas novas condições do mundo. É a maneira atual de enfrentar e derrotar os opressores. Não é o caminho clássico, da greve geral política e da insurreição nas cidades, tal como ocorreu na antiga Rússia, mas o da luta armada que paulatinamente vai se estendendo até abarcar a esmagadora maioria do povo [...] As forças armadas populares, inicialmente débeis, crescem e tornam-se fortes e superiores às do adversário. Por mais dificuldades que defrontem, por mais derrotas parciais que sofram, sua tendência será a de se ampliar, fortalecer e vencer o inimigo. Sendo parte integrante do povo, têm nele a fonte de sua invencibilidade (Partido Comunista do Brasil, *Op. cit.*, p. 112).

Esse excerto mostra a tentativa de transpor, de maneira mecânica, a experiência chinesa para o Brasil. Apesar de haver poucas informações acerca do debate interno do partido nesse momento, parece sensato supor que o documento reflete uma divisão interna, com parte pendendo para a luta armada, parte buscando manter-se na institucionalidade.

De qualquer modo, o ano de 1966 registraria a primeira crise do partido. Ansioso pela luta armada, um grupo de militantes do Nordeste romperá com a organização. Acusando-a de imobilismo, uma vez que o partido, preso entre duas táticas contraditórias, ficava paralisado, esses militantes romperão em maio daquele ano, formando o PCR (Partido Comunista Revolucionário). Conforme Gorender (*Op. cit.*, p. 119), a nova organização buscava operar um cerco das cidades a partir do campo, começando pela região canavieira de Pernambuco a organização de seu foco. Sua tese mais excêntrica era a afirmação de que, devido à agudização das contradições entre capital e trabalho na região, o Nordeste seria o epicentro da revolução no país.

Mais reveladora da situação caótica do partido à época, foi o *racha* da Ala Vermelha (AV), em 1967. Esse grupo estava impaciente pela aplicação da tática da GPP. O imobilismo

¹⁴⁵ Partido Comunista do Brasil, *Op. cit.*, p. 104.

do partido levou tais militantes a romper. Mas havia outras motivações por detrás do *racha*. A AV identificava que a adesão do PCdoB ao maoísmo havia sido puramente fisiológica. Santos Junior (*Op. cit.*, p. 100) identifica, entre os motivos da cisão, que segundo os dissidentes a adesão ao maoísmo havia se dado “de forma artificial, mecânica e oportunista, sem que tivesse ocorrido um debate aprofundado com as bases partidárias”. Além disso, a AV identificava traços de centralismo burocrático, de verticalismo, no partido. De fato, se levarmos em conta as críticas da Ala Vermelha, apenas constatamos que a direção pecedobista de Arruda, Pomar, Amazonas e Graboís mantinha as práticas stalinistas de sempre.

O imobilismo do PCdoB era tão famoso, que a organização ficaria de fora daquelas contempladas com a libertação de prisioneiros em troca de Charles Burke Ellbrick, em setembro de 1969. Os militantes por detrás do sequestro não demonstraram nenhum apreço por uma organização que, aparentemente, nada tentava fazer de concreto contra a ditadura. Hoje sabemos, contudo, que esse imobilismo a partir de 1967 escondia a preparação ultrassecreta da mais espetacular ação armada realizada contra a ditadura militar, a Guerrilha do Araguaia.

É inegável que o Araguaia foi uma grande façanha: de todas as organizações que defendiam a luta armada no campo (seja pelo foco, seja pela GPP), apenas o PCdoB colocou-a efetivamente em prática. Além disso, os militantes que lutaram às margens do rio demonstraram uma coragem impressionante, além de uma inteligência militar admirável, ao imporem duas derrotas às Forças Armadas, ainda em 1972. Da mesma forma, o modo brutal com que foram massacrados, bem como a tortura dispensada aos moradores da Xambioá pelas forças do Exército, estão entre as maiores violações de direitos humanos provocadas pelos militares em toda a história brasileira.

Contudo, é importante distinguir o reconhecimento do valor dos combatentes do balanço da guerrilha. Gorender (*Op. cit.*, p. 241), em 1987, afirmava que “até hoje, o PCdoB não distingue o valor perene dos combatentes do Araguaia da necessidade autocrítica com relação ao erro político da concepção da guerrilha”. Esse juízo segue hoje, em 2025, perfeitamente válido. A prática demonstrou que tanto o foco (que, ao contrário do que a persistente narrativa stalinista sustenta até hoje, nem mesmo em Cuba foi a forma determinante do processo revolucionário¹⁴⁶) quanto a GPP, transposições mecânicas de experiências muito peculiares de

¹⁴⁶ Vânia Bambirra, em seu clássico estudo sobre a Revolução Cubana, oferece contrapontos muito robustos à ideia, muito difundida, de que um pequeno foco guerrilheiro pôde tomar o poder em Cuba. “A luta revolucionária também contou com um apoio massivo e generalizado das grandes massas populares, incorporando ativamente a ela importantes setores camponeses e trabalhadores agrícolas” (Bambirra, 2024, p. 132). E mais adiante: “De fato, além do amplo apoio das massas camponesas e do proletariado, a revolução contava com a adesão da maioria das

outras realidades¹⁴⁷, não tinham condições de realizar uma revolução no país ou de derrubar o governo da ditadura empresarial-militar. Diferente dos governos de Fulgencio Batista (em dificuldade de sustentação e sem a simpatia ianque) ou de Chiang Kai-shek (igualmente instável, além de desmoralizado pelas capitulações ao invasor nipônico durante a guerra), a ditadura brasileira havia consolidado uma grande frente entre o grande, o médio e o pequeno capital, o capital nacional e o internacional, bancos, indústrias e comércio, federações industriais e agrícolas, a maioria do parlamento e do judiciário, a Igreja e a classe média, a “linha dura” e a “Sorbonne” nas Forças Armadas (Reis Filho, *Op. cit.*, p. 57). Fato é que, além de um grave erro tático, a experiência do Araguaia teve efeitos devastadores para o partido. Segundo Gorender:

A derrota do Araguaia provocou efeitos arrasadores para o PCdoB. Perdeu dirigentes tarimbados, como Maurício Grabois, e dezenas dos melhores dentre os jovens militantes. E se tornou alvo privilegiado da atenção dos DOI/CODI [...] No final de 1972 e princípios de 1973, as garras da repressão se fecharam sobre Luis Gilhardini, Carlos Danielli, Lincoln Oest e Lincoln Bicalho Roque, membros do Comitê Central e os três primeiros da Comissão Executiva. Supliciados com ferocidade, deixaram exemplos de firmeza revolucionária na situação extrema da tortura e morreram sem nada ceder ao inimigo. A repressão penetrou mais fundo, e destruiu organismos inteiros do PCdoB, como sucedeu na Guanabara (Gorender, *Op. cit.*, p. 240).

O PCdoB, até então pouco preocupante aos olhos da polícia política, havia agora entrado no radar dos militares. Para piorar, Geisel, buscando garantir que sua reabertura fosse realmente segura, direcionou os últimos grandes esforços repressivos para os PCs, “deu força à polícia política na destruição dos últimos focos clandestinos, constituídos pelo PCB e pelo PCdoB,

classes médias e da pequena burguesia. Isso se dava porque os objetivos dos revolucionários também correspondiam objetivamente aos interesses dessas classes” (Ibid., p. 138). A guerrilha rural, tão propagada até os dias de hoje, só ocorreu por dois curtos meses como principal forma de luta. A grande forma encontrada para levar adiante a Revolução Cubana foi, em verdade, um levante massivo, nos campos e nas cidades. “É importante insistir no fato de que a ‘invasão de llano’ só poderia ocorrer com sucesso devido ao massivo apoio popular e a generalização da luta e resistência em praticamente todo o território nacional, sob formas que vão da guerrilha até a mais simples sabotagem da produção” (Ibid., p. 141).

¹⁴⁷ A respeito das distinções gritantes entre as realidades brasileira e chinesa, Zão (2011, p. 135), em seu estudo sobre a relação entre os PCs brasileiros e as matrizes do “socialismo real” afirma: “A estrutura econômica e social da China e sua produção havia se desenvolvido de maneira relativamente independente. Desta forma, sua subordinação enquanto colônia, violentando suas tradições, costumes e tendo ainda sua produção local concorrendo com os produtos do mercado mundial, foram elementos que redundaram num setor da burguesia chinesa que se enfrentava, para poder sobreviver sob as novas condições, com essa chamada ‘burguesia compradora’, que enriquecia com as transações comerciais de tipo imperialista a despeito da produção local. Ora, o Brasil desde o início esteve vinculado às necessidades e ditames do mercado internacional, e a burguesia que aqui se desenvolveu sempre a ele esteve vinculada, ainda que de forma subordinada e dependente. Vemos assim como a esquerda brasileira stalinista foi amalgamando em sua trajetória os mais diferentes aspectos para enquadrar a realidade brasileira em seu modelo. As consequências políticas desta teoria foram brutais, terminando por vincular a ação da esquerda aos interesses de um ou outro setor burguês em disputa, não permitindo que as organizações dos trabalhadores surgissem como uma alternativa real, capaz de aglutinar os interesses da maioria do povo brasileiro.”

cujas direções foram impiedosamente torturadas, massacradas” (Reis, 2000, p. 67). Assim, a Chacina da Lapa¹⁴⁸, em dezembro de 1976, possível graças à traição de Jover Telles (à qual, deixando a elegância de lado, Gorender adjetiva como a “mais imunda¹⁴⁹”) terminava de implodir uma organização que já vinha se esfacelando, pelos *rachas* ou pelas derrotas.

Na reconstrução o partido passaria por mudanças profundas, mas não abandonaria os princípios stalinistas. Após a morte de importantes dirigentes pelas mãos da repressão, Amazonas (que não compareceu à reunião da chacina por estar na Albânia), consolida maioria no interior do partido, operando uma volta ao stalinismo mais ortodoxo. Como fizera no PCB, quando dos debates sobre o relatório de Krushev, organiza a expulsão de opositores ou os leva a *rachar*¹⁵⁰ (esses opositores de Amazonas formariam o PRC – Partido Revolucionário Comunista – que entraria no PT posteriormente).

À maneira do stalinismo clássico, tão natural para homens como João Amazonas, as linhas fracassadas da GPP e da aproximação com a China são abandonadas repentinamente e sem nenhuma autocrítica. Serão substituídas por roupagens novas: por um lado a busca por institucionalização (tática reivindicada por Amazonas em vários momentos de sua passagem pelo PCB e nas resoluções da VI Conferência do PCdoB, de 1966), por outro, a busca pelos auspícios da pequenina Albânia de Hoxha. Nas resoluções de sua VII Conferência, 1978, o partido define como central a luta contra o “social-imperialismo¹⁵¹ russo e chinês” e pela defesa da “Albânia socialista como o farol do socialismo na Europa e no mundo¹⁵².”

Igualmente típico do stalinismo pecedobista, o fisiologismo dava as cartas mais uma vez. Diante do espaço para a atuação institucional no seio do Estado burguês, resultante do fim efetivo do AI-2, em 1980, e da impossibilidade de seguir aplicando as táticas maoístas ou de um retorno aos braços do PCUS, era o PTA (Partido do Trabalho da Albânia) que aparecia como o único farol vermelho possível de se seguir. Manobras profundas, feitas burocraticamente e sem justificações políticas. Manobras, portanto, fisiológicas, uma vez mais.

Diante de tamanha incoerência, disfarçada por fiapos de desculpas, não se pode deixar de indagar: como, durante tantos anos, se confundiu um democrata burguês [como Mao era, agora, caracterizado] com um marxista? Não um marxista qualquer, porém aquele proclamado o maior da época atual. Se houve sinceridade na abjuração do culto a Mao Tse-

¹⁴⁸ Nela foram executados no local Ângelo Arroyo, Pedro Pomar e João Baptista Drummond.

¹⁴⁹ Gorender, *Op. cit.*, p. 262.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 241.

¹⁵¹ Termo vago, sem nenhuma definição científica e que não corresponde a nenhum fenômeno existente materialmente.

¹⁵² Partido Comunista Brasileiro, *Op. cit.*, p. 265.

tung, professado pelo PCdoB, conclui-se que o culto se deveu à cegueira de quem ignora ou mal estudou o marxismo. Se não se deveu à cegueira, então não passou de manobra interesseira (Gorender, *Op. cit.*, p. 232-243).

3.2.3 – *Entre Stalin e Bernstein: o PCdoB em seu período de legalidade*

A Conferência de 1978 já preparava o partido para uma guinada tática. Abandonado o princípio da GPP, caracterizado Mao Zedong como oposto “à doutrina operária da classe operária e aos objetivos que persegue o socialismo¹⁵³”, o partido se voltava agora para o programa democrático-popular, típico da social-democracia (que sempre será criticada pelos pecedobistas) e materialização prática do reformismo. Isso se mostra de maneira absolutamente clara no documento: o PCdoB caracteriza (erroneamente) a conjuntura brasileira como de gestação de uma situação revolucionária. Por outro lado, em meio à “gestação da situação revolucionária”, as palavras de ordem propostas pela organização são a abolição das leis arbitrárias, a anistia geral e irrestrita e a formação de um *governo provisório democrático* que convoque a Constituinte¹⁵⁴. Curiosamente, enquanto supostamente se gestava uma situação revolucionária, o vapor do ascenso deveria ser canalizado para o fortalecimento da democracia burguesa, não para sua superação¹⁵⁵. Deveria, assim, se formar uma ampla frente democrática (mantendo-se a velha tática frentista) em torno da conquista da democracia popular¹⁵⁶.

O etapismo era, assim, reciclado. Estava nítido para qualquer observador que o “feudalismo” não existia no Brasil e o capitalismo já se havia plenamente realizado. Era impossível, portanto, seguir distorcendo a realidade a tal nível, em especial depois do crescimento industrial e urbano gerado pelo chamado “milagre econômico”. A transição do partido para a “nova” realidade, que lhe permitisse continuar sustentando o socialismo no discurso, mas sem se comprometer com sua realização na prática, era o governo democrático popular. Da ditadura, o Brasil devia transitar para a etapa democrática, não para o socialismo, sempre um horizonte distante, quase como uma miragem no deserto político do ecletismo

¹⁵³ *Ibid.*, p. 266.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 267.

¹⁵⁵ Lembremos que, diante de uma autocracia czarista brutalmente repressiva e antidemocrática, a proposta de Lenin, tão reivindicado pelo PCdoB, ciente como estava o dirigente bolchevique do caráter burguês da democracia, era de combater o governo provisório, “saltando” da fase ditatorial-autocrática diretamente para a expropriação, garantindo ao proletariado o controle da produção e distribuição da riqueza. O ponto 2 das *Teses de Abril* deixa claro que, mesmo diante do alto nível democrático atingido pelo governo provisório, este deve ser arrancado do poder pelo proletariado. O ponto 3 salientava (contra Stalin e Kamenev, que sustentavam “apoio crítico”) que nenhum tipo de apoio deveria ser dado ao governo democrático. O ponto 5 rejeitava qualquer compromisso com uma república democrática parlamentar burguesa (*In. Zizek*, 2011, pp.64-66).

¹⁵⁶ Partido Comunista do Brasil, *Op. cit.*, pp. 267-268.

pecedobista. O etapismo stalinista se convertia, assim, no reformismo clássico. Stalin dava as mãos a Bernstein.

Na prática, seis anos depois de pegar em armas, o partido abraçava completamente a atuação institucional nos meandros da democracia burguesa. A partir da reestruturação partidária ocorrida em 1980, o PCdoB decide atuar no interior do PMDB, na corrente Tendência Popular, a esquerda no interior do partido. A reestruturação buscava, essencialmente, fragmentar a oposição à ditadura em várias organizações (proibindo as coligações entre elas), ao mesmo tempo em que mantinha os PCs na ilegalidade¹⁵⁷. O MDB se fragmentara: PMDB, PT, PP, PTB, PDT. Nesse novo mosaico de siglas, os pecebistas buscaram abrigo no núcleo do velho partido de oposição à ARENA. Julgavam que, com isso, seu programa político teria maior ressonância (Santos Junior, *Op. cit.*, p. 131). O VI Congresso, de 1983, ocorrido sem oposição, já expurgada (*Ibid.*, p. 132), aprofunda a estratégia do programa democrático popular. A resolução, que começa admitindo o fato óbvio de que o Brasil já era capitalista¹⁵⁸, admite o caráter dependente da burguesia brasileira¹⁵⁹ (o que é notável, uma vez que constitui certa concessão às teses da antiga ORM-POLOP) e considera as vitórias eleitorais do PMDB (do qual o PCdoB fazia parte) como expressão de que estava em curso uma “vibrante jornada democrática”¹⁶⁰. Honrando a tradição stalinista uma vez mais, não há nenhuma autocrítica com relação à linha adotada a partir de 1966 (tida como acertada, exitosa e alheia a qualquer ação aventureira e isolacionista)¹⁶¹. Ademais, o VI Congresso apenas reforça um frentismo amplo, uma vez mais, e defende que a revolução conforme um governo popular¹⁶², capaz de realizar um “programa mínimo” que garanta liberdades democráticas. Nesse governo popular, muito genérico, o proletariado deve tomar parte (o documento não diz que parte é essa) e *dependendo de sua contribuição* para a frente única (na realidade, uma frente *ampla*, não *única*), poderá influir decisivamente no objetivo democrático¹⁶³.

¹⁵⁷ Buonicore, 2009, p. 149-150.

¹⁵⁸ Partido Comunista do Brasil, *Op. cit.*, p. 279.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 280.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 295.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 296-297.

¹⁶² É fundamental, no estudo da história política, nos atermos a determinados termos, que parecem sutis, mas fazem uma diferença enorme, pois resultam em impactos estratégicos. Os partidos revolucionários clássicos (como o Bolchevique, o KPD alemão, etc.) não costumam utilizar o termo “popular”. Trata-se de um termo genérico, uma vez que fazem parte do *povo* o operário, o historiador que aqui escreve, os empresários, os militares torturadores, etc. Termo genérico, que nada diz, muito usado por organizações de esquerda quando nada querem elas dizer. O termo classicamente utilizado no lugar de “povo” ou “popular”, e que não permite interpretações dúbias, comprometendo assim o partido a uma posição concreta na luta de classes, é “proletário”, ou afins (“operário”, “classe trabalhadora”). Um governo operário é radicalmente distinto de um governo popular.

¹⁶³ *Ibid.*, pp. 302-303.

Quando de sua legalização inédita, em 1985, o PCdoB, atrelado ao PMDB e mergulhado numa lógica de frente ampla democrática, declara apoio a Tancredo Neves, representante da burguesia mineira, por ver no candidato um sujeito comprometido com a democracia (Santos Junior, *Op. cit.*, p. 135). Atrelado aos pemedebistas, o partido seguirá com apoio crítico ao governo Sarney, no sentido de tencioná-lo à esquerda. Tal como o PCB, com Amazonas em sua direção, saiu em defesa de Vargas (uma espécie de “dívida” pela legalização do partido), os militantes do PCdoB, dirigido pelo mesmo Amazonas, ainda que com ressalvas, “confiavam no governo, uma vez que foi Sarney o presidente que lhes concedeu a legalização partidária” (Figueiredo, 2013, p. 135).

A ruptura com Sarney é mais uma demonstração do fisiologismo crônico que atinge a todas as organizações stalinistas. A perda de popularidade do presidente, devido ao fracasso de seu plano econômico, aliada à dificuldade de se negociar com o bloco majoritário do PMDB que compôs a Constituinte, levam o partido a reorientar sua tática (*Ibid.*, p. 135). Em meio aos derramamentos de elogios à Albânia (cujo PTA “realiza à frente do proletariado e do povo a gigantesca obra de edificação socialista¹⁶⁴”), o VII Congresso define que o governo Sarney se havia voltado à direita a partir de 1986, levando o PCdoB a abandonar sua base. Desnecessário discutir se esse governo, alguma vez, esteve voltado à esquerda. Fato é que, diante de sua crise e desmoralização, o partido, preocupado agora com o crescimento de sua base militante¹⁶⁵, procurará novos rumos.

A tarefa estratégica segue a mesma: “a conquista de um governo democrático popular”, ainda que, agora, devendo realizar tarefas democráticas mais avançadas que aquelas propostas no congresso anterior. Segue, contudo, o atrelamento a uma burguesia nacional, já que, segundo a resolução do congresso, apenas a burguesa associada ao capital estrangeiro é que deveria ser golpeada. Interessante ponto de análise é que a defesa da democracia é vista como *tática*¹⁶⁶: assumi-la como *estratégica* seria, evidentemente, uma forma de atestar o reformismo. Uma leitura do documento que atente não para o que está nele explícito, mas para aquilo que não é dito, já basta para mostrar o reformismo estratégico do partido. Na parte dedicada à realização

¹⁶⁴ Partido Comunista do Brasil, 1989, p. 16.

¹⁶⁵ O Informe do VII Congresso, assinado apenas por Amazonas, como sempre, começa exaltando que o PCdoB atingira a marca de cem mil filiados (*Ibid.*, p. 7). Ainda que não possamos dar total crédito a tal informação (uma vez que não havia, na década de 1980, um monitoramento muito preciso do número de filiados dos partidos políticos e, em geral, a direção de uma organização sempre procurará inflar tais números, como demonstração de força), a legalidade permitia, pela primeira vez, que o PCdoB pudesse levar a cabo uma campanha aberta e ampla de filiação.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 29.

das tarefas políticas, a serem feitas por uma “frente única com as correntes democráticas e progressistas¹⁶⁷” (uma vez mais, trata-se, em realidade, de uma frente *ampla*, não *única*), não há nenhuma menção ao socialismo¹⁶⁸. Ou seja, o horizonte distante, sempre protelado ao infinito e além, não é nem mesmo mencionado (apenas a Albânia parece ser capaz de realizá-lo). Ora, o que resta como tarefa mais ampla diante desse quadro é precisamente a luta democrática, tornada assim estratégica, por mais que o documento não o admita.

De qualquer forma, como é a prática o critério da verdade, o atrelamento que se seguirá ao PT atestará o compromisso do PCdoB com a democracia burguesa. O VII Congresso, com críticas aos petistas, encaminha a formação de uma frente com PT e PDT¹⁶⁹. Como consequência, ainda em 1988 o PCdoB se aproxima do PT nas eleições municipais e, em 1989, comporá a Frente Brasil Popular (com PT e PSB) para as eleições majoritárias.

Toda essa prática que aponta uma maior integração ao Estado burguês parece ser abalada com o VIII Congresso, de 1992. Não temos dúvidas de que, ainda que o PCdoB dos anos 1990 seja muito pouco estudado pelos historiadores políticos, esse congresso é um dos mais importantes da história do partido. Trata-se, em nossa opinião, da última tentativa de inflexão interna significativa antes de a organização assumir, de maneira irrestrita, o reformismo e a ocupação do Estado capitalista como estratégia máxima. Essas adaptações nunca ocorrem sem crises internas. Sem dúvidas as resoluções desse encontro mereceriam um estudo à parte.

Sob o título de *O Socialismo Vive*, o conjunto de resoluções aprovadas no congresso busca reafirmar o socialismo em meio à sua crise, resultante do colapso da URSS. Se, como dissemos acima, o congresso anterior havia praticamente ignorado a afirmação do modelo socialista, aqui ocorre o contrário: as elaborações a seu respeito ocupam objeto central de todas as reflexões. A tese aprovada busca salientar que o partido havia adotado uma mudança de postura em vários pontos. Em primeiro lugar, o etapismo parece ser rejeitado: “Somos socialistas e lutamos, *desde já*, pela vigência do socialismo científico em nossa pátria¹⁷⁰”. Nada de “governo democrático-popular”, a ideia era realizar logo a revolução socialista.

O documento parece realizar uma reforma tão radical a ponto de conter até mesmo uma autocrítica, algo raríssimo na tradição stalinista: Rogério Lustosa, do CC, realiza um informe

¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 33.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 34-35.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 40-43.

¹⁷⁰ Partido Comunista do Brasil, 1992, p. 31.

que, à primeira vista, parece rejeitar o etapismo. Segundo ele, o colapso da URSS teria levado o partido a refletir mais profundamente sobre as experiências socialistas, “e, com isso, superar a visão até certo ponto linear que nos guiava e entender melhor os processos da revolução em nosso próprio país¹⁷¹”. O *Manifesto Programa* de 1962, documento fundacional até então intocado, é criticado em sua essência: “Em 62, o Manifesto Programa apontava a necessidade de um novo regime. Mas só desenvolvia as tarefas nacionais e democráticas. O socialismo ficava para depois de superadas essas questões¹⁷²”. O etapismo era, pela primeira vez, criticado abertamente, já que “os programas de 83 e 88 continuavam presos à concepção de uma primeira etapa, anterior ao socialismo, que permanecia como formulação geral e distante¹⁷³”. Todas as contradições sociais identificadas anteriormente no Brasil, e que teriam de ser solucionadas para, só depois, se chegar ao socialismo, são entendidas de maneira diferente agora: elas fazem parte do capitalismo brasileiro, devido a seu caráter dependente, e somente a revolução socialista poderia saná-las¹⁷⁴. Portanto, a estratégia era o socialismo.

Contudo, a afirmação da estratégia socialista aparece permeada por brechas que permitem a manutenção de uma estratégia paralela, uma etapa anterior a ser realizada. Se o Brasil precisa passar “desde já” ao socialismo, trata-se de um socialismo “com as características peculiares ao nosso país e ao nosso povo, capaz de construir, através das *etapas necessárias*, a nova vida¹⁷⁵” (grifos meus). Além disso, para se enfrentar o imperialismo seria necessária a formação da velha frente ampla, exatamente nos moldes do *Manifesto Programa* de 1962: “um amplo e poderoso agrupamento anti-imperialista e democrático-popular”, que conterà o sempre genérico *povo*, os trabalhadores, representantes da economia nacional (ou seja, burgueses), militares nacionalistas, etc¹⁷⁶.

No plano internacional, a Albânia é, agora, descartada como referência. O que teria levado à restauração do capitalismo na minúscula república seria simplesmente a capitulação do PTA. Capitulação repentina, sem explicação, e poderosa, a ponto de, de uma hora para outra, mudar o modo de produção de um país. A China, antes defenestrada, é agora vista como decidida a levar o socialismo adiante¹⁷⁷ (posicionamento mantido até hoje, ao que pesem as inúmeras demonstrações práticas da brutalidade do capitalismo chinês).

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 63-64.

¹⁷² *Ibid.*, p. 64.

¹⁷³ *Ibid.*, p. 65.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 66.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 31.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 32.

¹⁷⁷ *Ibid.*, 35.

Há várias motivações que podem ajudar a explicar essa guinada do discurso à esquerda. Em primeiro lugar, a afirmação do socialismo torna-se necessária a partir do momento em que o PCdoB passa a diluir-se no espectro do petismo: sem afirmar a estratégia socialista, nem que seja como uma palavra oca, o partido não tem como diferenciar-se de outras organizações social-democratas, como o PSB e o PT. Em segundo lugar, a falência do “socialismo real”, o colapso das repúblicas do Leste, põe em xeque a linearidade histórica. Afinal, diante da pretensa superioridade indiscutível dos regimes socialistas sobre o capitalismo, eles não deveriam ter caminhado para o comunismo ao invés da falência? Como observa Zão (*Op. cit.*, p. 148) “o fim da União Soviética e a restauração do capitalismo no Leste Europeu colocaram a teoria stalinista de etapas do desenvolvimento histórico em colapso”. Isso destrói, de uma vez por todas, a ideia linear, de que deveria ocorrer uma revolução burguesa-democrática, o socialismo e o comunismo, nessa ordem.

Mas é provável que o motivo central por detrás da guinada no discurso seja alguma disputa interna no PCdoB. O colapso do Leste provocou uma crise generalizada em todo o marxismo. O PCB, ligado por princípios à URSS, encontrará um enfraquecimento nítido. O trotskismo implodirá, com a crise do Secretariado Unificado e o esfacelamento da LIT-QI. O PCdoB, obrigado a taxar a Albânia como capituladora, inevitavelmente enfrentou processos de disputas internas. É, claro, sempre muito difícil rastrear tais disputas em organizações stalinistas, uma vez que mantêm a proibição autoritária (e antidemocrática) de frações e buscam suprimir, para o observador externo, a aparência dos embates internos. Mas o caráter contraditório do texto do VIII Congresso, cuja tensão é perceptível em vários momentos, é um indício consistente do confronto de posições. Isso parece ser corroborado por uma pequena brochura, publicada pelo CC do partido em 2003, homenageando a memória de João Amazonas. No texto, é afirmado que o colapso da URSS abriu em muitos militantes do PCdoB uma incerteza em relação ao socialismo (melhor entendido, uma ala do partido favorável a riscar a palavra de ordem do socialismo do léxico pecedobista), cabendo a Amazonas (e, claro, aos militantes organizados em seu entorno) “o labor teórico e ideológico do coletivo militante que reafirmou o socialismo nas condições da nova época¹⁷⁸”, no VIII Congresso. Ou seja, um conflito entre frações internas¹⁷⁹.

¹⁷⁸ Partido Comunista do Brasil, 2003, p. 5.

¹⁷⁹ Importante destacar que, embora todo partido stalinista proíba a formação de frações, estas acabam se formando em torno de posições específicas nas épocas congressuais, mesmo que, do ponto de vista formal, esses grupos não existam.

Apesar de afirmar que o socialismo vive, como vimos, o texto mantém brechas para o etapismo e reafirma o frentismo. Defendemos que o VIII Congresso foi, em realidade, *a última grande crise da adaptação do partido ao reformismo explícito*, buscando conservar alguma aparência de organização marxista. O congresso seguinte, realizado em 1997, já demonstra o comportamento que o PCdoB manterá até os dias atuais: uma completa adaptação à institucionalidade burguesa, a defesa da democracia, o reforço do Estado capitalista, a baixa politização do discurso.

O IX Congresso marca a adesão definitiva ao *establishment* burguês. O informe de Walter Sorrentino, do CC, já inicia afirmando que “o PCdoB deve se dispor a participar em níveis de poder local e mesmo nacional, se existirem condições necessárias para isso¹⁸⁰”. A afirmação do socialismo é praticamente abandonada, já que volta a ser uma utopia distante das formulações estratégicas. A ideia, agora, é o *acúmulo de forças*, como uma interpretação distorcida do conceito gramsciano de “hegemonia”. O objetivo passa a ser ocupar a institucionalidade burguesa, já que a participação nas instâncias governamentais permite um “realismo político acerca da complexa cadeia de processos envolvidos na solução de problemas concretos vividos pelo nosso país¹⁸¹”. É necessário, agora, o *realismo político*: o pragmatismo dos acordos de cúpula, o preenchimento de cargos. Vimos que desde o fim dos anos 1970 a prática do PCdoB havia abandonado a luta pela superação do capitalismo. Agora, na era do realismo político, a revolução socialista era tida como irreal: nem mesmo o discurso do partido, por mais distante de sua prática que fosse em alguns pontos, resistira à Queda do Muro.

Contra o marxismo clássico, em frangalhos após a crise do Leste, era afirmado uma identidade marxista “moderna¹⁸²”. Se julgarmos que nos idos de 1875 o velho Marx criticava brutalmente o Partido Operário Alemão por querer atingir a liberdade através da institucionalidade capitalista (Marx, 2012, p. 37), a estratégia do PCdoB (que sem mantém inalterada até hoje) não é nem marxista, nem tão moderna assim. Aliás, o informe descreve da seguinte forma a postura do PCdoB diante da administração de Estado:

Nele visamos imprimir marcas de administração com características novas. Ênfase especial recai em gestão feita com respeito ao povo, procurando assegurar-lhe condições dignas de vida e de atenção social, em práticas democratizantes que ampliem a participação popular, e em marca de honestidade e eficiência (Partido Comunista do Brasil, 1998, p. 105).

¹⁸⁰ Partido Comunista do Brasil, 1998, p. 103.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 104.

¹⁸² *Ibid.*, p. 105.

Não há praticamente nada nessa afirmação, feita em um congresso de um partido que sustenta “comunismo” em seu nome, que seja incompatível com uma resolução do PMDB. Desde que Rosa Luxemburgo, na velha polêmica mantida com Eduardo Bernstein, elaborou uma atemporal crítica científica às reformas, a tradição marxista sabe que a ocupação do Estado burguês realiza, no máximo “modificações superficiais na antiga sociedade, em vez da instauração da nova sociedade” (Luxemburgo, 1999, p. 97). A luta pela ocupação do Estado democrático, por seu melhoramento através da institucionalidade, pela sua utilização para se acumular forças para o socialismo, *não encontra formulação em nenhum autor clássico da tradição marxista*. Do ponto de vista teórico, o IX Congresso marcava a ruptura com Marx e a unidade definitiva entre Stalin e Bernstein nas formulações pecedobistas.

Na prática, esse movimento fisiológico é muito anterior. Em 1988 o PCdoB já vinha compondo chapas com a Frente Brasil Popular, como já mencionamos. Ao longo dos anos 1990 a busca por institucionalizar-se cada vez mais, leva a um fortalecimento do partido, permitindo a conquista do Executivo em Olinda, no ano de 2000. Ao chegar na esfera máxima do Poder Executivo, em 2003, o PCdoB terá diante de si uma tarefa nova: justificar a *sua* posição no Estado burguês. Defenderá, incondicionalmente, o PT durante o escândalo do mensalão (Figueiredo, *Op. cit.*, p. 233); silenciará sobre as medidas de reforço do machismo do governo Dilma Rousseff¹⁸³; ocupará o ministério dos esportes em meio à realização dos megaeventos esportivos, feitos com grande injeção de verba pública.

As oscilações do governo petista, entre diferentes interesses de classe, serão apresentadas, pelo discurso pecedobista, em vários momentos, a partir da ideia de que se tratava de um governo em disputa, cabendo ao PCdoB tencioná-lo à esquerda (Figueiredo, *Op. cit.*, p. 234). E a permanência do Partido Comunista do Brasil no seio do Estado capitalista será, sempre, apresentada como “acúmulo de forças”. Em 2005, o XI Congresso consideraria a vitória de Lula em 2002 como um dos três momentos mais importantes da história do Brasil (ao lado da Proclamação da República e da, assim referida, Revolução de 30) (*Ibid.*, p. 235). Detalhe importante é que será neste congresso que Assis Melo, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, subirá ao CC do PCdoB.

¹⁸³ Dilma se posicionou explicitamente contra o aborto em diversos momentos de sua campanha em 2010, aproximou-se da bancada evangélica e barrou a implementação de materiais didáticos contra a homofobia e o machismo nas escolas. O silêncio do PCdoB diante desses acontecimentos foi o mesmo mantido pela Marcha Mundial das Mulheres.

Se saltarmos ao XIII Congresso do partido, de 2013, é feito um balanço extremamente positivo dos governos petistas. Comemora-se quatro grandes conquistas, iniciadas ainda no primeiro governo Lula: o resgate do papel do Estado, a soberania nacional, a democracia e o crescimento econômico¹⁸⁴. Conquistas também comemoradas pelo presidente ianque, George W. Bush, e pelo representante do Tesouro dos EUA (John Snow), que se pronunciaram pela continuidade do governo petista pouco antes das eleições de 2006 (Coggiola, 2019, p. 114). As bandeiras programáticas do XIII Congresso giravam em torno da modernização do Estado, avanço democrático, maior desenvolvimento econômico¹⁸⁵. A defesa de um desenvolvimento capitalista sustentável, bandeira comum inclusive a organizações liberais, aparece com mais destaque que a defesa do socialismo. Agora o reformismo é explícito: para se chegar à democracia (não ao socialismo), há obstáculos na ordem vigente que devem ser removidos. Esse obstáculo, “para ser removido, requer reformas estruturais democráticas no sistema dos meios de comunicação, no Poder Judiciário; no sistema tributário; no regime de propriedade de terra¹⁸⁶”, etc.

Para concluir, devemos entender o PCdoB, em seu desenvolvimento, como uma expressão do stalinismo. Vimos como o etapismo, o burocratismo e o atrelamento a países “socialistas” são características centrais dessa práxis. Vimos, também, como desde 1962, e mesmo desde antes disso, o PCdoB sempre reproduziu esses pontos. Se o VIII Congresso afirmava: “Não somos stalinistas. Tampouco somos anti-stalinistas¹⁸⁷”, isso significa, puramente, que o partido, supostamente, havia deixado de cultuar a figura de Stalin (o que, ademais, é questionável). Como o stalinismo está para além de Stalin, deixar de cultuá-lo não significa nada quando se mantém as bases ideológicas da tradição “marxista-leninista” (termo que o VIII Congresso escolhe como preferido).

Salientamos que o etapismo stalinista foi a grande moeda de troca para o ingresso do PCdoB no *establishment* capitalista. Em 1980, era necessária uma *etapa* democrática contra a ditadura; em 1988 era necessária uma *etapa* anti-imperialista contra Sarney; em 1997 uma *etapa* anti-neoliberal contra Fernando Henrique Cardoso; de 2001 em diante, uma *etapa* de acúmulo de forças. O socialismo segue sendo afirmado, timidamente, como uma estratégia última, distante. Falar em “socialismo”, manter “comunismo” no nome do partido, sem dúvidas é algo que atrai muitos jovens, fartos de um capitalismo degradante, para a bandeira vermelha do

¹⁸⁴ Partido Comunista do Brasil, 2013, p. 46.

¹⁸⁵ Partido Comunista do Brasil, 2013, p. 53.

¹⁸⁶ *Ibid.*, P. 109.

¹⁸⁷ Partido Comunista do Brasil, 1992, p. 49.

PCdoB. Mas quando não há nenhuma relação fundada na ciência marxista entre a tarefa atual e o objetivo estratégico, o socialismo se torna apenas uma palavra oca. Oca, porém não transparente: é possível, ainda, usá-la para esconder-se atrás dela.

3.3 – A Política Sindical do PCdoB

Para finalizar esta seção, na qual analisamos o partido político que hegemoniza o Sindicato, bem como sua ideologia, apresentamos a seguir as linhas gerais que norteiam sua atuação no meio sindical. Não nos interessa, de momento, realizar um estudo mais aprofundado acerca da prática sindical do PCdoB, uma vez que isso ficará mais claro na terceira seção, quando analisaremos tal prática através da atuação do Sindicato. Por ora, buscamos, portanto, explicitar alguns fundamentos teóricos do sindicalismo pcedobista.

Como veremos, a política sindical do PCdoB mantém uma postura mais combativa que a direção do partido. Podemos dizer que, de um ponto de vista quantitativo, estaria à esquerda da alta cúpula partidária. Não há, contudo, grande novidade nisso. Em geral, salvo em casos muito excepcionais, as bases sempre se encontram mais radicalizadas que as direções nas organizações de esquerda. Isto é particularmente perceptível quando falamos de movimento sindical, onde há o contato frequente com uma classe trabalhadora impaciente diante das condições de trabalho impostas pelo capital e distante do relativo conforto em que vivem os *liberados* das direções partidárias. Mas é importante pontuar que não há nenhuma contradição de princípios entre a linha sindical pcedobista e a linha política de sua direção partidária.

Figueiredo (*Op. cit.*, p. 121) observa que a tática do PCdoB no início do lento processo de reabertura democrática era a mobilização de suas forças em torno de um projeto que não extrapolasse os limites da democracia burguesa. Já ressaltamos que, nesse período, o partido compôs a Tendência Popular, no interior do PMDB, o que é uma expressão prática do receio da organização em buscar fazer avançar as lutas mais radicais. Não à toa, no movimento sindical, não buscará a CUT (ainda que alguns setores internos tenham defendido à integração à central fundada em 1983¹⁸⁸), mas a Unidade Sindical, uma tendência conservadora, que temia que as lutas grevistas, impulsionadas pela CUT, se radicalizassem. Segundo Antunes (1995, p. 35-36), a tendência aglutinava “centralmente a esquerda tradicional (PCB, PCdoB, MR-8), além de amplos segmentos ligados à burocracia sindical e mesmo ao *peleguismo*”. Derrotada no CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) de 1981, percebendo-se incapaz de lutar pela direção da CUT, a Unidade Sindical se constituirá em uma central própria, a CGT

¹⁸⁸ Santos Junior, *Op. Cit.*, p. 131.

(Central Geral dos Trabalhadores), que posteriormente originará a Força Sindical. O fato de a nova central possuir maioria de sindicalistas ligados ao PMDB é mais uma expressão da perda de independência do PCdoB no período, diluído em um reboquismo aos pemedebistas. (*Ibid.*, p. 36).

Na prática, a CGT mostrava-se praticamente imóvel, uma vez que uma composição tão heterogênea não permitia senão acordos muito genéricos entre as forças que a compunham, redundando em um típico *sindicalismo de resultados*. O PCdoB, no interior da central, desenvolvia uma corrente interna de oposição à direção, a CSC (Corrente Sindical Classista). Essa tensão, impedindo uma ação concreta da CGT, levaria à sua implosão entre o fim da década de 1980 e o início da década seguinte. Em meio a essa implosão é que a CSC trocará a CGT pela CUT:

Aos poucos, a aliança entre a burocracia sindical, a esquerda tradicional e esta nova direita sindical (o sindicalismo de resultados) mostrou-se um tanto incômoda. A Corrente Sindical Classista, querendo opor-se cada vez mais à Nova República, que ajudara a eleger. O centro, aglutinado por Joaquim de Andrade [o “Joaquinzão”] e setores da esquerda tradicional – PCB e MR-8 – mantinha sua postura ambígua de adesão crítica à Nova República. E o sindicalismo de resultados, sob o influxo do neoliberalismo, corria por fora, em busca de hegemonia pela direita, no interior da CGT. Ao final dos anos oitenta e início dos anos noventa, cada uma dessas tendências buscou novos caminhos: a Corrente Sindical Classista, do PCdoB, aderiu à CUT (Antunes, *Ibid.*, p. 37-38).

No interior da CUT, tal como na CGT, a CSC buscará afirmar-se como uma oposição à esquerda (ainda que moderada em comparação com grupos ligados ao PSTU, por exemplo) à direção da Articulação Sindical. Comporá, assim, o bloco de oposição chamado de *Antártica* (anti-articulação). Até o início do governo Lula, contudo, não há grandes choques entre a CSC e a direção cutista. A corrente sindical do PCdoB segue a mesma linha geral do partido, resumida a compor o espectro do petismo, então em ascensão, a fim de acumular forças. O neoliberalismo tucano é eleito como inimigo primordial. Contudo, é importante pontuar, o movimento sindical pecedobista buscava impor uma derrota ao modelo neoliberal através das vias institucionais, apostando na eleição de Lula e sem levantar nenhuma bandeira estratégica de ruptura com o capitalismo. No discurso de abertura do Seminário Sindical Nacional do PCdoB, em 1998, o dirigente do partido, Renato Rabelo, pontua a necessidade em se lutar contra o sentimento de aversão aos partidos políticos, frequente entre alguns operários. Assim, contra o “proletariado aburguesado que se liga a uma parte da pequena burguesia” seria preciso reafirmar a necessidade do Partido Comunista¹⁸⁹. Contudo, como afirmamos anteriormente,

¹⁸⁹ Rabelo, 2009, p. 150. In. Lemos, Op. cit.

trata-se de um comunismo convertido em mera palavra vazia, cujo real intuito, parece correto supor, é utilizar um termo aparentemente radical para cooptar setores da classe operária, mais inclinados à esquerda, para um programa político inofensivo às bases do capital. Na mesma fala, Rabelo deixa claro que o objetivo de tal “comunismo” não é mobilizar os trabalhadores contra as bases do capitalismo, mas compor um frentismo contra o neoliberalismo, é “unir todas as forças possíveis para lutar contra o neoliberalismo. Na luta política, o seu contorno e a sua evolução devem levar em conta uma tática flexível (*Ibid.*, p. 148)”.

Uma das raras questões em torno das quais o PCdoB travaria um enfrentamento mais contundente contra a direção foi quando “repudiou publicamente o malfadado acordo da Previdência que a cúpula da CUT chegou a negociar com FHC. Depois disso a CSC estabeleceu alianças mais estreitas com a Articulação Sindical, em sintonia com a conjuntura política” (Lemos, 2009, p. 102). De fato, a dissolução da linha do PCdoB em um apêndice do petismo, visando o caminho da institucionalidade burguesa, conforme exposto acima, não permitia uma oposição real entre CSC e Articulação. Os interesses eleitorais do partido haviam sido considerados mais importantes que os interesses da classe trabalhadora. Com isso, às vésperas das eleições de 2002, a I Conferência Sindical Nacional do PCdoB explicita o objetivo estratégico não de lutar pela revolução, mas “por um novo governo de reconstrução nacional¹⁹⁰”.

Pegoraro (2015, p. 52) observa que com a chegada do PT ao governo majoritário, o PCdoB passará a denunciar o atrelamento da CUT (através da hegemonia de sua direção) ao governo, como se a central houvesse se convertido em um apêndice governista. Começará, assim, a ser preparada a cisão entre CSC e CUT. Para João Batista Lemos, secretário nacional sindical do PCdoB e ex-presidente da CSC e da CTB, houve uma “partidarização da CUT, identificada por amplos setores da sociedade (convenhamos, com justiça) como um braço sindical do PT” (Lemos, *Op. cit.*, p. 103). A falta de democracia da central¹⁹¹ também é apontada como um fator nevrálgico para o aguçamento da tensão em seu interior, já que “o 9º

¹⁹⁰ Partido Comunista do Brasil, 2009, p. 155. In. Lemos, *Op. cit.*

¹⁹¹ Para Alves (*Op. cit.*, p. 463) a crise dos programas socialistas, decorrente do colapso do “socialismo real”, envolveu os partidos que dirigiam as centrais no Brasil, em especial no tocante à CUT. Sem ter uma estratégia política combativa, os partidos reformistas se fecharam em suas máquinas sindicais, reforçando seu burocratismo. “Circunscrito às estreitas margens de manobra dadas pelo sistema em crise do capital, o setorialismo sindical tende a esgotar-se em si, perdendo sua capacidade de inserção estratégica nos problemas da sociedade do trabalho. O que se busca é racionalizar, com alguma margem de conquista social, a máquina burocrática a favor de interesses político-sectários consolidados (o que parece ser o objetivo da reforma sindical de Lula). O que observamos é que, se antes da década de 1980, o sindicalismo hegemônico contribuía para a direção política do processo social, agora tende a se submeter à dinâmica mais ampla da luta político-institucional. Ao se burocratizar em demasia, perdeu o contato virtuoso com o movimento social mais amplo, e, portanto, com o mundo do trabalho (*Ibid.*, p. 463-464).

Concut, por sinal, foi fortemente marcado pela acentuação do hegemonismo, com manobras desleais para nos afastar da direção da CUT/Bahia e tentativa de nos retirar, inclusive, da vice-presidência” (*Ibid.*, p. 104). Outro dirigente do PCdoB, Altamiro Borges (então secretário de comunicação do partido), ao expor a linha sindical pecedobista, dá maiores detalhes acerca dessa manobra cutista realizada no Concut, afirmando que a “Artsind [Articulação] forjou uma maioria artificial no congresso estadual [da Bahia], tendo como base sindicatos recém criados de agricultura familiar”, obtendo 22 votos a mais que a CSC¹⁹². Seja como for, as manobras do Concut de 2005 parecem ter sido o estopim para a criação definitiva da CTB.

Aliás, essa tendência burocratizante, criticada por Lemos, já pode ser notada mesmo em entidades de base dirigidas pela CUT, desde os anos 1980. Mangabeira (1993, p. 103-104), analisando o importante sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda (epicentro das greves históricas da CSN), menciona o processo em que a direção cutista sufocou e expulsou da direção da entidade os grupos mais radicais (como a Convergência Socialista, por exemplo), o que apontava para a “dificuldade da liderança no poder em admitir a permanência de um grupo de oposição, em conviver com ela e aceitar a existência de ideias competitivas”. Para o PCdoB, portanto, essa tendência ao aumento da burocratização no funcionamento da central chegava a um limite inaceitável. Com isso, em dezembro de 2007 a CSC *racha* com a CUT, construindo uma central sindical própria, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), arrastando consigo mais de 600 sindicatos e 7% de todos os trabalhadores sindicalizados no país (*Ibid.*, p. 125).

A respeito da nova central, Almeida (2023, p. 116) destaca que é dirigida majoritariamente pelo PC do B, pela corrente Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB), vinculada ao PSB, e por sindicalistas ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) ligados a diversos partidos, tais como PSB, PV, PMDB, etc. Pegoraro (*Op. cit.*, p. 54) chama a atenção para a perspectiva explícita de luta estratégica pelo socialismo, presente no programa fundacional da CTB.

De fato, na declaração de princípios e objetivos da central consta que a vitória definitiva do sindicalismo “só virá com a derrocada do capitalismo e a construção de um novo sistema social, o socialismo, caminho obrigatório para a superação da divisão da sociedade em classes sociais¹⁹³”. Além disso, são afirmados, como princípios basilares da instituição, a unidade da

¹⁹² Borges, 2008, p. 100.

¹⁹³ Disponível em: <https://www.ctb.org.br/quem-somos/>

classe trabalhadora, a democracia sindical, o classismo, o internacionalismo (a entidade é filiada à Federação Sindical Mundial desde 2007), a educação da classe trabalhadora¹⁹⁴, entre outros.

Uma característica importante da CTB é a afirmação da *unidade* e da *unicidade* sindicais. Almeida (*Op. cit.*, p. 116) afirma que um dos motivos de divergência entre a CSC/CTB e a CUT se daria justamente em torno da *unicidade*: enquanto a CTB defende a existência de um único sindicato por categoria, a CUT levantaria a possibilidade de existência de mais de uma entidade representando cada categoria. Já o princípio da *unidade* está relacionado à construção de frentes entre as diversas centrais sindicais em torno de um objetivo comum. Trata-se de um ponto muito presente em todos os congressos da CTB e reafirmado, constantemente, através de sua prática política.

João Batista Lemos, à época dirigente do PCdoB e da CTB, em uma entrevista concedida em 2009, afirma a busca pela unidade. Segundo ele, enquanto a CUT buscava lutar pela hegemonia sobre o movimento sindical brasileiro, a CTB luta pelo protagonismo da classe trabalhadora, um “protagonismo [que] hoje passa pela unidade de ação entre as centrais em torno de uma plataforma comum” (Lemos, *Op. cit.*, p. 126). Estamos aqui, é fundamental pontuar, diante de um dos princípios básicos do stalinismo brasileiro: o, tão citado anteriormente, *frentismo*, o rebaixamento programático com fins de contemplar a unidade entre forças ideológicas distintas.

Isso pode ser facilmente verificável no caso da CTB. A Conclat de 2010, realizada por iniciativa da central pecedobista, contou com a presença de CTB, CUT, FS, NCSB e CGTB (hoje dissolvida dentro da CTB). Com tantas forças distintas participando, a plataforma do encontro resulta em um programa genérico, rebaixado e pouco capaz de mobilizar efetivamente as centrais. O documento resolveu a reivindicação de pautas que já eram reivindicadas desde há muito no movimento sindical (redução, bastante modesta, de 44 para 40 horas semanais de trabalho; fim do Fator Previdenciário; combate à terceirização), mas também de pautas extremamente genéricas, quase sem significado concreto (democratização da mídia, investimentos em saúde e educação, igualdade entre homens e mulheres, etc)¹⁹⁵. A conferência, como é natural e lógico, não foi capaz de elaborar um plano de lutas conjunto das centrais.

Outro exemplo acerca da política de constituição de frentes programáticas sem respeito a princípios ideológicos (ou, se quisermos, sem independência de classe) foi a construção do

¹⁹⁴ *Ibid.*

¹⁹⁵ Disponível em: <https://www.ctb.org.br/2013/08/27/ctb-divulga-resolucao-politica-de-seu-3o-congresso/>

Fórum das Centrais, em 2022. Almeida (*Op. cit.*, p. 125) afirma que seu objetivo é, unindo CUT, CTB, UGT, Força Sindical, Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCT), desenvolver uma pauta unitária. Em um organismo que contém stalinistas, sociais-democratas e *pelegos* tradicionais, não há a menor possibilidade de ser desenvolvida uma pauta concreta de lutas. De fato, o Fórum das Centrais foi praticamente inefetivo até o presente momento.

Para além do frentismo, clássico do stalinismo brasileiro, temos também o velho etapismo, já referido aqui diversas vezes. Já mencionamos que a defesa do socialismo faz parte do programa da CTB. Pegoraro (*Op. cit.*, p. 80-84) descreve como os processos de formação dos trabalhadores (cursos, seminários, debates, etc.), realizados pelos sindicatos vinculados à central, procuram elevar a consciência de classe na direção da superação do capitalismo. Afirma a autora que a central avançou muito nesse ponto, fazendo questão de salientar que a CTB traz em seu estatuto a construção do socialismo como tarefa primordial.

Ora, já mencionamos anteriormente, e é importante voltar à questão: uma organização não pode ser definida por aquilo que diz ser, pelo que está em seu estatuto ou pelas discussões que suas bases travam em espaços de formação. Apenas a sua prática, apreendida através de uma investigação sobre o seu comportamento político ao longo do tempo, é que pode nos revelar sua essência. Questionamos, assim, a afirmação da autora de que a CTB “teria avançado muito” na luta socialista, ou na conscientização dos trabalhadores da necessidade de realização do socialismo. Em geral, na política, o que as bases discutem quase nunca corresponde àquilo que as direções aplicam. Lemos (*Op. cit.*, p. 74), à época em que dirigia o braço sindical do PCdoB, queixava-se de que a direção do partido frequentemente atuava à revelia do trabalho com a base operária, ou de que os dirigentes sindicais assumiam uma postura apartada da base, encarando suas funções não como tarefas políticas, mas como promoções sociais (*Ibid.*, p. 54).

Assim, o socialismo, por mais que esteja presente na posição de objetivo estratégico nos congressos do PCdoB ou nos estatutos da CTB, se converte em uma palavra vazia, mera forma de justificar meios de atuação, quando não há uma conexão entre as táticas e o objetivo último. Em 2007 a CSC realizou um seminário com metalúrgicos de todo o Brasil (inclusive com presença de membros do sindicato caxiense, como exploraremos mais posteriormente), na qual pautava a necessidade do socialismo. Mas não era um socialismo qualquer, era “um socialismo

renovado”, adaptado às vocações brasileiras, com a cara do povo brasileiro¹⁹⁶. Indefinido, esse “socialismo” pode ser qualquer coisa que o partido desejar.

De fato, trata-se do socialismo colocado em um horizonte distante, cuja impressão é que é pensado com a finalidade de nunca ser alcançado. No mesmo seminário da categoria metalúrgica, o PCdoB afirmará:

Será preciso vincular de forma criativa e revolucionária a chamada questão nacional com os objetivos socialistas. A batalha pela libertação da classe trabalhadora compreende obrigatoriamente a luta anti-imperialista em defesa da soberania nacional, o que requer a constituição de uma frente mais ampla, *incluindo setores do empresariado nacional* e a exploração inteligente das contradições que se verificam no seio da classe dominante [grifos meus]¹⁹⁷.

Estamos diante do velho etapismo stalinista, mas aplicado às lutas sindicais: a mobilização dos trabalhadores deve visar não a luta contra o Estado capitalista e a burguesia, mas o fortalecimento da burguesia nacional e a etapa anti-imperialista, sem a qual o socialismo não seria possível. Os metalúrgicos foram levados, de todo o Brasil, para um seminário em Serra Negra, para se comprometerem com o empresariado brasileiro (apenas empresas multinacionais são mencionadas criticamente no documento) e desenvolverem uma consciência não simplesmente socialista, mas patriótica (*Ibid.*, p. 17).

Esse etapismo está presente na CTB desde antes de sua origem, sendo incorporado em sua medula ao longo do desenvolvimento de sua existência. Em fins de 2009, Lemos (presidente da CTB à época) afirmava a necessidade de atingir um desenvolvimento nacional, que elevasse a economia brasileira concomitantemente à valorização do trabalho, fortalecendo assim o mercado interno. Surgia assim o conceito de Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND), eterna bandeira da CTB. Segundo Lemos:

É preciso conferir ao projeto de desenvolvimento um corte classista e democrático. O crescimento deve servir aos interesses da maioria da sociedade, constituída pelo povo trabalhador, não à ganância capitalista. O proletariado é ao mesmo tempo sujeito e objeto do novo projeto nacional. Sujeito por ser a classe que pode conduzir a nação nessa direção [...] Objeto porque o novo projeto tem por finalidade contemplar os interesses da classe [...] Não há contradição entre os interesses dos trabalhadores e os interesses nacionais. No novo projeto, os interesses do proletariado se identificam com os da maioria da nação, pressupõem o desenvolvimento sustentado e sustentável, e estão em unidade com os interesses nacionais [...] Objetivamente, a classe trabalhadora é também a principal força interessada na transição para um novo projeto nacional, e este é o caminho na direção da transformação nacional mais profunda

¹⁹⁶ Partido Comunista do Brasil, 2009, p. 63.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 16.

e estratégica propugnada pelos comunistas: o socialismo (Lemos, *Op. cit.*, pp. 18-19).

A análise dessa colocação do dirigente cetebista renderia páginas. Salientamos apenas que a ideia de um novo projeto, que contenha conciliação entre burguesia nacional e trabalhadores e que seja *conditio sine qua non* para o socialismo (ou, se preferirmos o eufemismo, que seja “o caminho na direção da transformação nacional mais profunda”), não tem nada de “novo”. É o programa do *Manifesto de Agosto*, de 1950.

Em 2007, às vésperas da fundação da CTB, em um pleno do CC do partido, Lemos reafirma o NPND como espinha dorsal da central, elevando essa luta *ao nível estratégico*. Para o sindicalista, o novo projeto é sustentado por um tripé, que será repetido em todos os congressos da CTB: democracia, soberania nacional e valorização do trabalho (*Ibid.*, p. 99). Já discutimos exaustivamente acerca do apego histórico do PCdoB à democracia burguesa e ao nacionalismo. A ideia de desenvolvimento com valorização do trabalho não é nova, mas havia sido abandonada diante da ofensiva neoliberal. Retomada agora, não representa nenhuma inovação em relação às ideias do velho partidão, que buscava garantir a primazia dos trabalhadores em meio à frente policlassista, como já desenvolvemos neste trabalho. Negação da realidade de caráter dependente do Brasil, a ideia de soberania nacional somente seria compatível com a valorização do trabalho caso a burguesia nacional encontrasse uma forma de gerar mais-valia que não a exploração da força de trabalho.

Portanto, diferente do que afirma Pegoraro, a CTB não está comprometida com o socialismo. Seu comprometimento é com o desenvolvimento capitalista brasileiro, através de um “novo projeto”. Como uma etapa supostamente necessária ao socialismo, o NPND rouba o lugar da superação radical do capital como grande mote estratégico da central. Em 2013, no calor das Jornadas de Junho, o III Congresso da CTB resolve lutar por taxas de crescimento econômico mais robustas para o Brasil, dentro dos limites capitalistas. E termina, de maneira peremptória, afirmando seu verdadeiro projeto: “Nosso objetivo estratégico é concretizar a agenda da Conclat por um novo projeto nacional de desenvolvimento orientado por três valores fundamentais: valorização do trabalho, soberania e democracia¹⁹⁸”. O socialismo, também aqui, se torna uma palavra oca, mas capaz de justificar uma estratégia comportada pelos limites do capital.

¹⁹⁸ Disponível em: <https://www.ctb.org.br/2013/08/27/ctb-divulga-resolucao-politica-de-seu-3o-congresso/>

Mantendo a bandeira do NPND, o IV Congresso da entidade ocorre em Salvador, agosto de 2017, em meio ao calor das consequências do golpe institucional que depôs Dilma Rousseff. Rabelo, do CC do PCdoB, faz uma defesa da necessidade de unidade entre as fileiras da classe trabalhadora para enfrentar o avanço da reação golpista¹⁹⁹. Essa tática poderia, sem dúvidas ter colocado inúmeros problemas a um governo Temer que, extremamente fragilizado, tinha a difícil tarefa de aprovar a contrarreforma da previdência, um dos mais duros ataques à classe trabalhadora preparados durante o governo pemedebista. Contudo, vimos a CTB (junto de CUT e Força Sindical) concentrar-se em convocar paralisações gerais esporádicas, sem que fosse construído um plano de lutas. Aliás, o IV Congresso da central pecedobista, ainda que aponte o enfrentamento contra as medidas do governo Temer como algo central, não sugere nenhum plano de lutas concreto.

Coerente com seu apego à institucionalidade, consolidado, como vimos, a partir do fim dos anos 1980, o PCdoB não ofereceu uma resistência séria, baseada na mobilização da classe trabalhadora por parte da segunda maior central do país, ao avanço dos ataques aos direitos trabalhistas, levado a cabo pelo governo Temer. Nesse momento agudo da história recente do Brasil, em que vimos paralisações gerais de trabalhadores Brasil afora e ocupações de universidades e escolas, além de sucessivos atos massivos de rua em oposição ao governo, os pecedobistas pareciam mais preocupados em compor alianças com setores arraigados ao *establishment* burguês. Como exemplos, lembremos que Rodrigo Maia (à época, presidente da Câmara pelo Democratas e, portanto, responsável por articular as contrarreformas em curso) foi convidado de honra no XIV Congresso do PCdoB²⁰⁰. Na mesma época, a CTB, junto de outras centrais, deixando de lado a construção de uma política que impulsionasse as lutas de classes, reunia-se com lideranças da FIESP (uma das instituições mais envolvidas no impulso ao golpe institucional de 2016). Enquanto o plano de lutas não era elaborado pela CTB, o encontro visava elaborar um plano econômico que pressionasse o governo a liberar mais verbas, através do BNDES, para as empresas paulistas²⁰¹.

Em 2025, não há nenhuma ação concreta da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil contra o “arcabouço fiscal” de Lula, ou o Marco Temporal. A CTB segue pouco

¹⁹⁹ Disponível em: <https://www.ctb.org.br/2017/08/25/ato-politico-do-4-congresso-da-ctb-defende-unidade-para-derrotar-o-golpe/>

²⁰⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/08/30/em-evento-do-pcdob-maia-defende-novo-centro-e-fufuca-faz-discurso-de-coracao.htm>

²⁰¹ Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-centrais-sindicais-sugerem-ao-governo-medidas-urgentes-para-geracao-de-empregos/>

combativa nas pautas políticas capazes de mobilizar os trabalhadores na direção da superação do capitalismo.

4: O SINDICATO E A AÇÃO

A culpa não é do espelho se a cara é torta.
Nikolai Gogol,
O Inspetor Geral.

Em 1993, o Partido Comunista do Brasil fazia história em Caxias do Sul, marcando para sempre a fisionomia das lutas operárias na cidade. No final daquele ano, a chapa chamada Ética e Luta derrotava a chapa opositora, vencendo de maneira inapelável: 13 das 15 urnas apuradas apontavam o triunfo da chapa pecebobista. Na noite de 4 de dezembro daquele ano, o antigo Ginásio Pedro Carneiro Pereira abria suas portas para a festa da vitória. Situado no coração da cidade, o prédio, que veio a desabar em 1999, reuniu uma multidão, que amanheceria ainda em festa. Na sede do PCdoB de Caxias do Sul, fundada em 1985, a comemoração não foi menos intensa. O regozijo dos vencedores era esmagador: no convite das comemorações, destinado à comunidade operária, a chapa derrotada era dissolvida impiedosamente. Chapa “pelega e patronal”, havia baseado sua campanha em “mentira e calúnia, para tentar confundir os companheiros” metalúrgicos. Mas nada disso funcionara: a oposição pró-patronal havia sido varrida pelos comunistas que, sob a batuta de Jorge Rodrigues, representavam um “sindicato classista e unitário, em defesa dos interesses dos trabalhadores”. A Ética e Luta se comprometia, naturalmente, em ter ética e lutar. Mas ia muito além: também se comprometia com a defesa de um reajuste *mensal* dos salários (eram tempos de hiperinflação), da redução da jornada de trabalho, de uma Nação soberana. Linguagem combativa, classista e agressiva. Tudo isso em um simples convite para uma festa de comemoração²⁰².

Figura 2. Jorge Rodrigues, primeiro presidente pecebobista do Sindicato. Na ocasião, entrega à Câmara Municipal um relatório sobre a rotatividade nas indústrias de Caxias do Sul, em 1996



Fonte: Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul.

²⁰² *Convite para a Festa da Vitória da Chapa 2*. Boletim Operário nº 9, novembro de 1993. Disponível no Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, pasta “1993”.

De fato, o que acontecia era histórico para a realidade local. Logo após o colapso do “socialismo real”, com o desmoronamento da URSS e da Cortina de Ferro; após a queda do Muro de Berlim; após a derrota da esquerda para Collor, em 1989; após o início da reestruturação produtiva no Brasil; após a implementação das primeiras medidas neoliberais de maior profundidade, um partido político que reivindicava a tradição de Lenin e da Revolução Bolchevique, que ostentava a palavra “comunista” em seu nome e em sua bandeira vermelha, vencia na mais importante entidade da classe operária da Serra Gaúcha. Remando contra a corrente, contrariando as principais tendências de uma conjuntura nacional (e mundial) desfavorável, o PCdoB assumia o controle do Sindicato, iniciando a mais longa era de dominância de um partido político sobre a entidade.

Deixemos de lado esse momento expressivo da história local e avancemos 32 anos. No dia 11 de julho de 2025 era realizado, no auditório do Bloco H da Universidade de Caxias do Sul, prédio que foi palco de tantas lutas estudantis, um encontro reunindo a direção do Sindicato (na figura de Paulo Andrade, seu presidente) patrões e operários (ou melhor, “colaboradores”, como descrito pelo próprio Sindicato no texto de divulgação do evento). Segundo a entidade, o objetivo do encontro era promover a “integração entre as classes trabalhadora e empresarial do setor metalúrgico de Caxias do Sul, na busca pelo aperfeiçoamento das relações de trabalho²⁰³”. A promoção do evento, sua idealização e execução, partiu inteiramente da iniciativa do Sindicato²⁰⁴. Fez-se presente a figura de Ubiratã Rezler, presidente do SIMECS, a entidade metalúrgica patronal da cidade. A integração entre patrões e representantes da classe operária foi extremamente amigável e descontraída, contando até mesmo com a breve apresentação de uma humorista local.

Não existe contraste maior: em 1993, um simples convite à festa era combativo, permeado por linguagem classista. Explicitava o compromisso de militantes com lutas hercúleas a serem travadas, e trazia implícita a energia para enfrentamento, emanando da direção recém eleita. Em 2025, temos o extremo oposto: o evento, bem como sua divulgação, explicitava o compromisso de militantes com a ordem, a cooperação e as boas relações com a patronal, e trazia implícito um quase completo esvaziamento da energia para o enfrentamento. Duas posturas completamente opostas. Nada haveria de estranho, não fosse o fato de ser o mesmo partido o responsável por ambas, no controle da mesma entidade. Já caracterizamos,

²⁰³ Segurança no Trabalho Reúne Metalúrgicos e Empresários em Caxias do Sul. Disponível em: <https://metalurgicoscaxias.com.br/noticia/seguranca-no-trabalho-reune-metalurgicos-e-empresarios-do-setor-em-caxias-do-sul/>

²⁰⁴ *Ibid.*

anteriormente, o PCdoB como uma força reformista, baseada em uma política sindical conciliatória e pouco combativa. De certa forma, essa última postura, a de 2025, estaria mais coerente com a essência do partido. A questão não é a busca por saber se houve alguma inflexão na estratégia pecedobista nesse intervalo de tempo, uma vez que, como vimos, ela pouco se alterou em termos qualitativos. O problema aqui é explicar a *postura* da direção do Sindicato: o que levou ao abandono da retórica combativa e classista ao longo dessas três décadas? Foi apenas uma mudança na forma de discursar, ou acarretou mudanças na forma de atuação do Sindicato?

Como veremos, essa mudança de retórica foi, também, acompanhada por uma mudança na forma de atuação. Em 1993, e nos anos que se seguiram, a direção pecedobista se mostrou combativa, presente nas lutas operárias de maneira firme. Mais do que isso: houve lutas e bandeiras que extrapolaram as pautas economicistas, atingindo o plano político, se colocando para além dos interesses imediatos da categoria. A questão à qual buscamos responder aqui, portanto, é: o que levou a direção do Sindicato a abandonar por completo as pautas políticas, a retórica combativa e o enfrentamento firme e a adotar uma postura colaboracionista? E o que procuramos demonstrar é que essa mudança significativa de postura se deveu a dois fatores centrais: à chegada do bloco petista ao poder, em 2003, convertendo o PCdoB em um partido defensor do *status quo*, e ao sólido encastelamento dos pecedobistas no Sindicato, destruindo a existência de qualquer força real de oposição.

4.1: Ética e Luta: o Sindicato parte para o Enfrentamento

O contexto em que a chapa do PCdoB assumiu o Sindicato era adverso. Para o marxismo, independente de qual sua vertente ideológica, o colapso da URSS teve consequências devastadoras, que ainda podem ser percebidas ao fim do primeiro quarto do século XXI. Para além do nítido enfraquecimento das organizações marxistas mundo afora, o avanço do capitalismo sobre boa parte do globo (incluindo a rápida reabertura chinesa para o mercado a partir das reformas do governo de Deng Xiaoping) pôde revigorar esse sistema econômico que, desde fins dos anos 1960, apresentava graves sinais de mais uma crise de superprodução. Barbieri, partindo da análise da derrota dos movimentos do “Maio Francês” e do encerramento da situação revolucionária na Polônia, desviada para o reformismo do *Solidariedade*, descreve com precisão esse contexto de avanço material do capital, que se completará com o colapso do Estado soviético, deixando a passagem livre para uma mundialização financeira neoliberal:

A derrota do movimento operário mundial – na conjuração do ciclo revolucionário de 1968-81 e na restauração da propriedade privada nos países onde a burguesia havia sido expropriada – significou a vasta expansão da lei do valor. Incorporou-se à arena da acumulação capitalista um imenso *quantum* de força de trabalho que estivera indisponível durante boa parte do pós-Segunda Guerra. Em particular, a restauração do modo de produção capitalista no gigante asiático transformou *qualitativamente* a capacidade do capitalismo de extrair mais-valor absoluto em todo o mundo, reduzindo salários e incrementando globalmente a exploração do trabalho a níveis desconhecidos (Barbieri, 2025, p. 22).

Esse revigoração material do capitalismo foi acompanhado de uma reestruturação profunda nesse modo de produção. Se o capitalismo mundial se encontrava em uma visível crise de acumulação desde fins dos anos 1960 (tendo seu ponto agudo na chamada, de maneira um tanto imprecisa, “crise do petróleo” dos anos 1970), o toyotismo surgia como uma resposta a esse contexto, no qual o modelo fordista/taylorista já se encontrava esgotado. É muito conhecido o salto de qualidade para a microeletrônica e para a automação ocorrido no interior das cadeias produtivas do capitalismo imperialista nos anos 1970 (expandindo-se para os países semicoloniais a partir do final da década seguinte). Mas esse salto tem por objetivo central não um aumento da *produtividade*, mas sim um aumento da *exploração*. Busca plasmar nas mercadorias uma maior quantidade de trabalho em um menor intervalo de tempo.

A reestruturação produtiva buscou romper, portanto, a barreira da queda da taxa de lucro, erguida pelo próprio capitalismo diante de si mesmo. Marx já havia identificado que a generalização de novas tecnologias pelo capital leva à perda de valor das mercadorias, diminuindo o ritmo de acumulação e se somando aos fatores que engendram crises explosivas²⁰⁵. Nesse contexto, repetidamente presente na história desse modo de produção, a introdução de incrementos técnicos em larga escala apenas reforça a necessidade de se intensificar a exploração humana, revelando “a lei de que o mais-valor não provém das forças de trabalho que o capitalista substituiu pela máquina, mas, inversamente, das forças de trabalho que ele emprega, para operar esta última” (Marx, 2013, p. 479). Assim, a reestruturação iniciada

²⁰⁵ Esse é um elemento básico da análise do capitalismo feita por Marx: “[...] a maquinaria entra sempre por inteiro no processo de trabalho, mas só parcialmente no processo de valorização. Ela jamais adiciona um valor maior do que aquele que perde, em média, devido a seu próprio desgaste, de modo que há uma grande diferença entre o valor da máquina e a parcela de valor que ela transfere periodicamente ao produto” (Marx, 2013, p. 460). Já havíamos aludido ao fato de que é apenas o trabalho humano que agrega valor à mercadoria, não interessando quão avançada é a técnica utilizada. Se, num primeiro momento, a introdução de uma nova tecnologia leva a lucros significativos de um burguês (ou de um oligopólio) sobre os demais, já que o “primeiro tempo do jovem amor” (*Ibid.*, p. 479) lhe permite vender mais barato (e, portanto, vender maiores quantidades de mercadoria) que a concorrência, a generalização da técnica gera uma desvalorização geral da mercadoria em questão. Assim, o burguês se vê impelido a aumentar a exploração, intensiva ou extensivamente, para extrair cada vez mais trabalho do proletário. Em outras palavras, nesses momentos de expansão técnica capitalista há uma forte tendência à intensificar a combinação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa (*Ibid.*, p. 480).

nos anos 1970 não foi apenas mais um salto técnico do capital. “Projetado para funcionar numa etapa histórica de refluxo e crise da economia mundial, o toyotismo tem como epicentro a noção de [...] produzir sob o signo da redução dos custos em todo o processo produtivo” (Santos Neto, 2013, p. 131). Representa um “aperfeiçoamento dos métodos de superexploração da força de trabalho, mediante a intensificação da jornada de trabalho e o desenvolvimento do trabalhador multifuncional e polivalente” (*Ibid.*). O toyotismo marca a combinação de avanço técnico significativo com um aumento da exploração do trabalho.

Portanto, somente pôde ser implementado a partir de uma nova superestrutura política que garantisse ao imperialismo mundial as condições necessárias a esse aumento da exploração. O capitalismo mundial entrará, com isso, em uma nova fase, a do neoliberalismo, formado pelo tripé “flexibilização-liberalização-financeirização”. Sória e Silva expõe esses três elementos, que conformam as bases da era neoliberal, da seguinte forma:

[Flexibilização:] A intensificação do trabalho ultrapassa seus limites anteriores. Exemplos disso são a substituição da relação um homem/uma máquina para a relação uma equipe/um sistema (no qual cada indivíduo opera, em média, cinco máquinas) e o gerenciamento *by stress*, que força uma elevação constante do nível de produção. A política básica é sempre usar o mínimo de trabalhadores e o máximo de horas de trabalho por trabalhador (Sória e Silva, 2011, p. 22).

[Liberalização:] Os “altos custos” do trabalho, representados por encargos sociais e trabalhistas devem ser diminuídos ou eliminados em nome da eficiência e da produtividade. [...] As novas formas de produção trazem desdobramentos no que diz respeito aos direitos do trabalho, os quais seriam desregulamentados, flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas do mundo do trabalho são substituídos e eliminados do mundo da produção (*Ibid.*, p. 23).

[Financeirização:] Por mundialização financeira define-se a rede de interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, que resultou da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, no fim da década de 70 e até meados dos anos 80, que foram acompanhadas pelos demais países industrializados nos anos seguintes (*Ibid.*, p. 30).

Por se tratar de uma reorganização político-econômica do capital no sentido de precarizar a vida de amplas camadas populares e operárias, o neoliberalismo não foi implementado em um clima de estabilidade social. Ao contrário, seu avanço somente foi possível após derrotas históricas do movimento operário a nível mundial e, em vários casos, dentro das próprias realidades nacionais em que foi estruturado. Ribeiro (2024, p. 366) destaca que a derrota dos movimentos de maio de 1968 levou a uma nova configuração mundial, a do mundo neoliberal, no qual “a contrarrevolução alcançou uma vitória histórica”. Assim, o terreno para a construção da estrutura neoliberal estava pronto nos anos 1970.

Tal fato [a implementação do neoliberalismo] só foi possível pela incapacidade global de resistência do trabalho – por carecer de instrumentos e organizações estratégicas internacionais – para que [o capitalismo] vencesse essa batalha específica entre o capital e o trabalho. Entre os fatores dessa incapacidade podemos destacar a estratégia da social-democracia europeia e do eurocomunismo, que visava a participação no governo e a gestão eficiente, democrática e participativa da crise capitalista e uma base operária que não tomava consciência das transformações, além de minada pelas críticas ao peso e à inércia do Estado (*Ibid.*, p. 438).

As primeiras experiências neoliberais ocorrem, de maneira experimental, no Chile pinochetista, através dos *Chicago boys* (ex-alunos de Friedman), difundindo-se mundialmente depois (*Ibid.*, p. 446). Desnecessário mencionar a derrota histórica dos trabalhadores chilenos representada pelo golpe de 1973 (facilitada por uma relativa imobilidade do governo Allende, que, já tendo desarmado o cordão operário de Santiago, se viu paralisado por um espectro de alianças que englobava stalinistas e setores religiosos). Temos então, a oeste dos Andes, o início da “terapia de choque”, em abril de 1975, com pesada redução dos gastos do governo (27%), restrição de crédito, taxas de juros estratosféricas (quase 180%), arrocho salarial (apenas 63% do valor de 1970), redução de 50% dos investimentos públicos e início de um contexto de desemprego estrutural (quase 19% da população economicamente ativa sem qualquer tipo de emprego), além da completa abertura do país aos monopólios financeiros imperialistas (Angell, 2015, pp. 909-910).

No Brasil, o neoliberalismo encontrará sua expressão inicial de vigor a partir de 1990, quando tem início o curto e traumático governo Collor. Se, a nível mundial, a série de derrotas operárias, aberta em 1968 (e que se estenderia até 1991, pelo menos), foi essencial para possibilitar o triunfo neoliberal, em nosso país essa derrota parece ter sido uma combinação da crise das estratégias políticas e sindicais do PT (e organizações adjacentes) com a derrota política nas eleições de 1989 (Alves, 2000, p. 184). Com isso, “a nova ofensiva do capital na produção aproveitava-se de uma situação de recuo político e ideológico da classe trabalhadora para promover a constituição de uma nova hegemonia do capital na produção” (*Ibid.*, p. 185).

Esse contexto, completamente adverso para a luta de classes e para qualquer partido inserido em alguma medida na tradição marxista, verá a chapa Ética e Luta assumir o Sindicato, em Caxias do Sul. A energia combativa da nova gestão, a que já aludimos anteriormente, será, portanto, posta à prova diante de enormes desafios. Terá de resistir ao vendaval neoliberal e toyotista, encontrando um primeiro desafio concreto no esfrelamento salarial provocado pelo Plano Real. Não bastasse a conjuntura nacional, de refluxo e de ataques advindos do capital, a

nova gestão, na realidade local, enfrentará uma pesada queda de braço com a Força Sindical, maior expressão do sindicalismo *pelego* e patronal que o país já viu desde a redemocratização.

4.1.1: A luta sob o impacto do Plano Real

“Inimigos ferozes! Nossos inimigos, o governo e os patrões são ferozes. Nos impuseram o menor salário da história e o maior desemprego e recessão. A estrada a ser percorrida é cheia de obstáculos [...] por isso, a unidade e a luta decidida contra os patrões é indispensável²⁰⁶” A gestão assume um discurso combativo. O patrão não é tratado como um adversário, mas como um inimigo. Não aparece como alguém disposto a negociar, mas como uma fera, sobre a qual as palavras, o diálogo, parecem ter pouco efeito. Mas não se esgota aí: essa inimizade é *de classe*, assume contornos de uma tensão insuperável: “Patrões e empregados vivem em luta, conflito permanente de classes, no Brasil e no mundo. A maior derrota que os patrões tiveram, foi enquanto o socialismo durou na Rússia.²⁰⁷”

O tom das palavras não é dos mais amenos. Aparece afinado com o primeiro documento da gestão pecebista, o convite para a festa da vitória, no qual a chapa de oposição é descrita como *pelega*, sem rodeios ou eufemismos. Mas tratam-se de dois documentos da gestão anterior, que se havia estabelecido em 1987, sob presidência de José Altamiro Paim, o Zecão. Tratava-se de uma frente ampla, que englobava PDT (hegemônico na gestão), PCdoB e PT. Por dois mandatos consecutivos, o pedetista Zecão encabeçou a entidade. Contrastando com o tom combativo dos boletins citados acima, a atuação dessa gestão possuía certa tendência a negociar e a evitar o conflito. De fato, uma frente entre partidos que, à época, eram bastante diferentes em seus programas, não tinha condições de atuar de modo contundente, algo que exige fileiras cerradas e tática unificada. Para além da retórica, vejamos uma amostra da posição da gestão de Zecão no momento da atuação:

Este é um momento de reflexão. Os índices de atualização salarial praticados pelas empresas metalúrgicas de Caxias do Sul são superiores aos acertados pelas empresas de Porto Alegre, Canoas e São Paulo. Isto quer dizer que as empresas de Caxias do Sul terão de competir em condições mais difíceis para a venda de seus produtos, do que seus concorrentes. [...] Por isso, solicitamos a nossos trabalhadores que reflitam sobre esses fatos. E que lembrem, ainda, que o Governo Federal alterou a política industrial, diminuindo as tarifas alfandegárias, o que permitirá a entrada de muitos produtos em condições competitivas. As empresas terão de adaptar-se aos novos

²⁰⁶ Assembleia de Dissídio de 1992. *Boletim Metalúrgico*, julho de 1992. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, pasta “1992”.

²⁰⁷ Campanha salarial de 1992. *Boletim Metalúrgico*, maio de 1992. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, pasta “1992”.

tempos que se anunciam, com a ampliação de sua produção, adoção de novas tecnologias, etc. Trabalhador, vela pelo teu emprego. Rejeita a ideia de paralisações, operações tartaruga e outras. Esse é realmente um novo tempo! Pensemos nisso!²⁰⁸

Em meio ao início da introdução do toyotismo na cidade e logo após a instauração do desastroso Plano Collor I, o Sindicato dos Metalúrgicos assume a defesa dos patrões e adota uma postura elogiosa em relação ao governo federal. A preocupação não é com os trabalhadores, mas com os patrões locais, que supostamente teriam de competir em condições desfavoráveis com outros industriais. Sua atuação diante da categoria é clara: não apenas uma total inércia, mas a busca por desmobilizar e desmotivar qualquer foco de agitação.

Se compararmos os boletins de 1992 com este documento, temos a impressão de se tratarem de dois grupos profundamente distintos. Mas não, é a mesma gestão. Isso nos permite supor que as divergências internas entre as três organizações levavam à produção de posições tão diferentes. É muito provável que os documentos em tons mais agressivos fossem produzidos por indivíduos ligados ao PCdoB, o que é reforçado se os compararmos com os documentos da Ética e Luta. Mas o decisivo em um Sindicato, partido, Diretório Acadêmico, etc., é a força que ocupa sua direção, consequência de sua hegemonia dentro da gestão. A prática da chapa de Zecão, portanto, reflete o comportamento histórico do PDT, partido pouco afeito aos combates mais agressivos contra a burguesia.

As divergências no interior da gestão 1987-1993 a tornavam engessada. Corroída por disputas internas, pôde pouco realizar no movimento, justamente no momento agudo de hiperinflação, Planos Collor e impeachment. As brigas internas levaram as três forças aos tribunais: em março de 1993, toda a diretoria é afastada, a gestão é dissolvida e a justiça determina a perda do mandato do presidente pedetista. Uma junta governativa assume, temporariamente, o controle do Sindicato. Ao fim desse vendaval, o vice-presidente, Jorge Rodrigues (PCdoB), tornava-se presidente, em agosto²⁰⁹.

O ano de 1993, portanto, não é marcado por atuações muito significativas do Sindicato no movimento social da cidade. Tão logo Rodrigues assumiu a direção executiva, sua preocupação foi a preparação para as eleições, marcadas para outubro daquele ano. Pela primeira vez a Força Sindical disputaria o pleito, colocando-se na oposição da gestão marcada pela frente entre os três partidos. A chapa da “situação”, chegava para a disputa muito diferente

²⁰⁸ *É Preciso Refletir*. Boletim Metalúrgico, de 30 de julho de 1990. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias do Sul. Sem pasta.

²⁰⁹ Carvalho, 1993, p. 48.

da forma como havia iniciado seu trabalho: o PDT, força hegemônica em 1990, agora era a força minoritária. Além dos pedetistas, a chapa eleita na histórica votação de 1993 era composta pelo PCdoB, amplamente hegemônico, tendo o PT (Articulação) como outra força minoritária.

A primeira gestão hegemônica pelo PCdoB tem em sua executiva Jorge Rodrigues (diretor executivo), Assis Melo (presidente), Leomar da Silva (vice-presidente), Mari dos Santos (secretária-geral), Joaquim Boeira (tesoureiro). Importante destacar a existência de uma secretaria de formação sindical (sob coordenação de João Carlos da Rosa e Valmor Ferreira) e de um departamento feminino (dirigido por Claraci Severo e Eremi Melo, irmã de Assis)²¹⁰.

Com isso, em 1994 o Sindicato estava novamente pronto para a luta. A bateria de ataques neoliberais iniciada por Collor, havia gerado uma considerável reação popular e de classe. A 11 de maio, as centrais sindicais haviam convocado, em conjunto um “dia de lutas” por todo o país. Em foco, o combate à URV, aos cortes na educação, na saúde e na habitação, ao arrocho e ao desemprego²¹¹.

Isso indica que o clima de relativo ascenso social era parte da conjuntura brasileira na metade dos anos 1990. Nesse contexto, as circunstâncias iriam impelir o movimento sindical à luta. Em Caxias do Sul, a nova gestão do Sindicato, que já possuía uma tendência a assumir maior combatividade, se comparada à gestão anterior (da qual o PCdoB fizera parte), travaria significativas lutas. No cerne de todas elas, estava a desvalorização salarial gerada pelo Plano Real, em processo de implementação.

Há uma narrativa em torno do Plano Real que busca retratá-lo como uma elaboração genial de economistas do governo Itamar/FHC. Essa visão, representada, por exemplo, no péssimo filme *Real – O plano por trás da história*, de Rodrigo Bittencourt, é endossada por parte da *intelligentsia* brasileira. Brum, por exemplo, narra a construção do Plano quase como um cálculo genial realizado pela equipe econômica do governo Itamar:

A Unidade Real de Valor (URV) foi um instrumento que serviu de indexador único da economia por um período de quatro meses – de 1º de março a 30 de junho de 1994. Essa fase intermediária e transitória destinou-se a promover o alinhamento de preços, valores e contratos. Todos os preços passaram a ser fixados em URV, com valores atualizados diariamente. A reorganização dos preços relativos, pelo indexador comum, criou condições para promover a desindexação da economia, retirando o caráter inercial da inflação, isto é, a prática inflacionária de promover reajustes de preços com base na inflação

²¹⁰ *Ata de Posse nos Cargos de Gestão e Representação*. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Pasta “1993”.

²¹¹ *Dia Nacional de Lutas*. Maio de 1994. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, pasta “1994”.

passada. No final do referido período, em 30 de junho de 1994, a URV valia CR\$ 2.750, 00, valor esse que foi convertido em R\$ 1,00. Ou seja, uma URV passou a valer um Real. A engenharia da URV revelou-se uma inovação feliz e eficaz no combate à inflação, particularmente num processo inflacionário crônico e de economia indexada, como a brasileira, e depois do fracasso de várias tentativas anteriores. A URV parece ter quebrado a correia de transmissão da inflação inercial mais inarredável de que se tinha notícia (Brum, *Op. cit.*, p. 483-484).

Essa visão idealista, carregando a ideia de que uma crise econômica, necessariamente *material*, poderia ser resolvida através de um cálculo mágico realizado por mentes brilhantes, ignora a verdadeira essência do Plano Real: uma violenta bateria de ataques contra a classe trabalhadora e o povo pobre. A quantidade de dólares necessários para estabilizar a moeda e manter a âncora cambial não surgiu em uma reunião secreta realizada em um *bunker* por gênios da economia, mas em acordos com o FMI e o Banco Mundial, na entrada de capital financeiro em larga escala, na retirada de direitos trabalhistas, na ampliação da terceirização, na privatização massiva, no corte de gastos públicos.

O Plano Real introduzia as políticas de ajuste do BIRD [Banco Mundial] e do FMI, tendo como eixo as privatizações. Foram exigidas por esses organismos internacionais várias reformas: a do Estado, a da Previdência, a universitária, a quebra do monopólio estatal em setores estratégicos (petróleo), a flexibilização dos direitos trabalhistas. [...] O processo de liberalização e privatização foi intensificado. A política econômica, com a âncora cambial no seu aspecto monetário, e a âncora salarial na sua base produtiva, tornou a política econômica refém dos ingressos do capital financeiro internacional (Coggiola, 2019, p. 61).

O receituário da escola de Chicago começava, assim, a ser aplicado no Brasil, mostrando a verdadeira face do plano econômico mais famoso da história brasileira. Essa face, não obstante diferenças quantitativas, era praticamente a mesma nos demais planos econômicos em toda a América Latina, onde a inflação foi combatida com violentos cortes de gastos e precarização do nível de vida da população, impulsionando não apenas a dependência em relação às economias centrais, mas também a miséria social (Soares, 2000, p. 46).

Assim, a luta do Sindicato em torno do dissídio, em 1994, ganha contornos dramáticos, em uma acirrada queda de braço com um SIMECS que, além de estar receoso em se comprometer com qualquer aumento significativo num período de incerteza econômica a respeito do novo plano, buscava aferrar-se a valores anteriores à URV no momento de calcular o PPR e o décimo terceiro salário. Rapidamente, a gestão de Jorge Rodrigues percebeu a artimanha patronal. Antes mesmo de ventilar uma proposta de dissídio, os boletins denunciavam, de maneira muito insistente, o desrespeito dos empresários ao novo índice monetário:

Cada vez fica mais comprovado: o Sindicato tem razão! Os empresários aplicaram um golpe e meteram a mão na primeira parcela do 13º salário dos trabalhadores que receberam entre 2 de janeiro e 30 de junho [data da conversão da URV ao Real] de 1994. Nossa reivindicação é de que a primeira parcela, nos casos de pagamento no primeiro semestre, seja convertida pela URV de 30 de junho: 2.750 URVs.²¹²

Nesse contexto, de bastante hostilidade por parte da patronal em relação à categoria, os tradicionais canais de diálogo não estavam abertos ao Sindicato. Após negar uma primeira proposta da entidade, relativa ao dissídio (R\$ 400,00 - um valor utópico à época e claramente ventilado como barganha na negociação), a burguesia local não estava disposta sequer a ouvir quaisquer contrapropostas da nova gestão, vermelha demais para os padrões ultraconservadores do empresariado caxiense. Desse modo, o PCdoB recorre a duas táticas: a batalha judicial, cujas tramitações eram amplamente divulgadas nos boletins/informativos, e a negociação fábrica a fábrica, à revelia do SIMECS: “Medidas que o Sindicato está tomando: 1º - Negociação direta com os empresários; e, caso não seja resolvido 2º - Ingressar na Justiça, imediatamente²¹³”.

O recurso à justiça obteve ampla repercussão. O jornal *Zero Hora* chega a noticiar que algumas das ações judiciais referentes à primeira parcela do décimo terceiro salário haviam sido transferidas para a competência do TRT de São Paulo²¹⁴. Na maioria dos casos, os juízes concederam vitória ao Sindicato. Em boletim de fins de 1994, a gestão divulga que o presidente do TRT gaúcho havia decidido pela obrigação das empresas em corrigir os valores, determinando que “o empregado deverá receber a diferença do salário nominal menos a quantidade de URVs paga”²¹⁵.

Se, em geral, a tática de recorrer à justiça e divulgar amplamente o andamento dos processos deu resultados concretos, como forma de pressão ao empresariado, a busca por negociar o dissídio por fora do SIMECS não foi bem-sucedida em termos de resultados econômicos (nenhum patrão aceitou negociar em separado). O Sindicato não conseguiu organizar os trabalhadores, por local de trabalho, com a agilidade que a situação exigia. De fato, isso nem mesmo era possível: diante da, já referida, relativa inércia da gestão anterior, engessada por brigas internas, o trabalho de base havia sido deixado de lado até a vitória da Ética e Luta. Contudo, o balanço dessa tática pode ser visto positivamente em um aspecto: o de

²¹² *Nossa Reivindicação*. Boletim Metalúrgico, agosto de 1994. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Pasta “1994”.

²¹³ *Ibid.*

²¹⁴ *Zero Hora*, 19 de dezembro de 1994, p. 29.

²¹⁵ *Informativo dos Metalúrgicos*, novembro de 1994. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Pasta “1994”.

que inaugurou uma atuação sindical de contato maior com a base, de organização por local de trabalho, necessária para se conhecer os problemas reais e específicos do operariado de cada unidade produtiva, algo que seria muito bem explorado nos anos seguintes. E mais do que isso: a volta do Sindicato à base, depois de tantos anos, parece ter sido o principal fator que obrigou o SIMECS a voltar a sentar na mesa de negociações (enfraquecido pela enxurrada de derrotas judiciais no caso do décimo terceiro salário).

As negociações do dissídio de 1994 foram de extrema importância para praticamente qualquer categoria no país, por terem sido as primeiras após a adoção da nova moeda. Para o metalúrgico, o desafio era recuperar parte da defasagem salarial promovida pela hiperinflação, ao mesmo tempo em que procurava-se alguma proteção mínima para um eventual novo surto de corrosão do valor da moeda (a inflação, já em vias de ser controlada, habitava a cabeça do trabalhador brasileiro como um pesadelo ainda vivo).

Enquanto as negociações ocorriam²¹⁶, o Sindicato se mostrou transparente e bastante ligado à categoria – uma clara busca por reencontrar-se com a base após décadas de afastamento entre direção sindical e peão. As atuações em fábricas se tornam frequentes, com assembleias-surpresa que atrasavam o início do expediente. Métodos mais contundentes, como o bloqueio da RS 122 (impedindo o tráfego em direção ao Distrito Industrial) começam a aparecer²¹⁷. No delicado jogo de xadrez de 1994, cada lance de um dos lados foi minuciosamente divulgado pela direção da entidade à categoria, através dos boletins/informes. Mais do que isso: a cada rodada de negociação, a categoria era inflamada a se colocar em movimento: “Nesta quarta-feira, dia 20, às 17 horas, tem negociação e se depender da nossa vontade, o dissídio será acertado. Só depende dos patrões. Defenda seu salário! *Produza menos!*”²¹⁸ (grifos meus). Em outro boletim, demonstrando domínio das ideias centrais de Marx, o Sindicato volta a incitar operações-tartaruga:

Os empresários podem até negar a negociação e não aceitar nenhuma das nossas propostas de dissídio, afinal eles podem quase tudo. Quase, porque os empresários não podem, por mais modernas e automatizadas que sejam, as fábricas e máquinas, produzir sem o trabalho e a inteligência dos trabalhadores. Nesse sentido o Sindicato orienta que cada companheiro faça tudo o que puder para diminuir ao máximo a produção, enquanto os empresários não apresentarem boas propostas

²¹⁶ Se deram em meados de 1994, em um primeiro momento. A intransigência patronal levou a um congelamento de dois meses nas negociações. A partir de fins de agosto daquele ano, elas voltam a acontecer, em grande parte devido à atuação contundente da direção do Sindicato.

²¹⁷ Carvalho, *Op. cit.*, p. 50.

²¹⁸ *Boletim Metalúrgico*. Julho de 1994. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Pasta “1994”.

para acordo neste dissídio. Lembre-se: para tudo existe um jeitinho. Ache seu jeitinho. Diminua o ritmo da produção²¹⁹.

Se a primeira proposta realista do Sindicato fora aumento real de 15% e reajuste mensal equivalente à inflação (o “gatilho” salarial)²²⁰, a mais generosa contraproposta do SIMECS havia sido de R\$ 107, 80 (empresas de até cinquenta funcionários) e R\$ 121, 00 (acima de cinquenta funcionários), além de reajuste mensal com base no IPC-r. Ciente de que seu trabalho de base era muito recente para travar uma batalha mais longa, é essa proposta patronal (muito abaixo dos R\$ 400,00 ventilados inicialmente pela gestão) que será levada à assembleia da categoria. Apesar de o ganho econômico ser relativamente modesto (o salário mínimo era de R\$ 70,00), o acordo coletivo daquele ano (do qual o aumento salarial é apenas uma parte) trouxe importantes avanços, acerca dos quais falaremos mais adiante.

Ainda assim, o Sindicato apresenta o dissídio como uma grande vitória. Em um informativo de fins de outubro, o título é: “Nosso Dissídio: um dos maiores do estado”. O gatilho salarial, vigente por um ano e ajustado em relação ao IPC-r, é destacado como uma das maiores conquistas, assim como 3,04% de aumento real para a folha de novembro (mês seguinte)²²¹. Ora, se tivermos em mente que a gestão assumiu o Sindicato após o caos fraticida da gestão anterior, em um contexto de afastamento recente das gestões anteriores em relação à base, numa conjuntura desfavorável às lutas (avanço do neoliberalismo e do toyotismo) e diante de um SIMECS extremamente intransigente e pouco disposto a negociar com a nova gestão sindical “comunista”, não deixa de ser uma conquista significativa.

Mas, diferente do que veremos acontecer no século XXI, em meados dos anos 1990 nem só de economicismo vivia a gestão pecebobista. 1994 foi ano de eleições majoritárias, de Plano Real e de Copa do Mundo. A seleção brasileira de futebol saía da fila após 24 anos de espera. Buscando reatar o contato com a base, a gestão apela para inúmeras analogias com futebol em seus boletins e informativos:

O time dos metalúrgicos já está escalado. [...] O adversário é poderoso. Precisamos de um time firme, capaz de enfrenta-lo com garra. Agora não adianta ficar na torcida. Não basta xingar o juiz, ficar reclamando do goleiro ou não perdoar o centroavante pelo gol que perdeu. No time da campanha salarial, você está escalado para jogar. Pode escolher a posição que joga melhor, só não pode ficar no banco. Nosso time precisa de uma defesa fechada, que garanta saúde e condições de trabalho. Uma defesa que não deixe passar o perigo à vida do

²¹⁹ *Boletim Metalúrgico*. Agosto de 1994. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Pasta “1994”.

²²⁰ *Boletim Metalúrgico*. Julho (?) de 1994. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Pasta “1994”.

²²¹ *Informativo dos Metalúrgicos*. Outubro de 1994a. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Pasta “1994”.

trabalhador. O meio de campo precisa ser qualificado, para acabar com a exploração, organizar as fábricas e armar jogadas para todos terem emprego e serem cidadãos. O ataque, meu companheiro, o ataque precisa ser perfeito. Só com goleador. É no ataque que vamos garantir a vitória, mostrando quem tem o melhor time. De goleada, vamos levar salários melhores e uma vida melhor para todos os jogadores que estão no time dessa campanha salarial unificada. Sai da torcida e vem jogar!²²²

O próprio avanço do neoliberalismo aparece, muitas vezes, retratado nessa lógica futebolística. É necessário dar um “Cartão Vermelho para a Exploração”, ao passo em que os metalúrgicos são convocados a “valorizar o passe²²³” (antigo “valor de mercado” dos jogadores). Seja como for, a atuação bastante combativa em torno do aumento salarial, o recurso à justiça do trabalho, a transparência das negociações com a patronal, os boletins traçando analogia com futebol e as críticas políticas ao governo Itamar e a FHC, parecem ter surtido efeito. Como veremos, o número de filiados ao Sindicato vai subir rapidamente na segunda metade dos anos 1990.

Além disso, a gestão demonstrou ter plena consciência do que estava por trás do plano real. O ajuste neoliberal é denunciado amplamente nos boletins, apresentado sempre em relação estreita com o novo plano econômico. O Plano Real é apresentado como “Plano 171”, um “conto do vigário”, cujo controle inflacionário seria realizado às custas das condições de vida da classe trabalhadora. Assim, era necessário “esclarecer o povo e os trabalhadores sobre o Plano Real, ajudando a desmascarar” o que estava por trás dele²²⁴. A política de FHC, que começaria seu governo no ano seguinte, teria como consequência apenas “recessão, desemprego e desnacionalização²²⁵”.

A questão é a solução que se advoga para esse problema [da inflação]. A receita do plano FHC2 inclui cortes nos gastos e investimentos públicos (particularmente das empresas estatais), arrocho salarial e privatizações (aliás, “privatizações selvagens”, conforme denunciou Lula) [...] A vida tem mostrado que o combate ao déficit público por esta via provoca desemprego, maior desnacionalização e um criminoso desmantelamento da prestação de serviços essenciais ao bem-estar público (em áreas como educação, previdência, saúde)²²⁶.

Há inúmeros boletins, destinados à base da categoria, centrados em denunciar os ataques que repousavam na base do Plano Real e as consequências da “terapia de choque” neoliberal. Antunes (2005, p. 37) afirma que, para além da desnacionalização e precarização do nível de

²²² *Boletim Metalúrgico*. Abril de 1994.

²²³ *Ibid.*

²²⁴ *O Plano 171, o conto do vigário*. Boletim. Julho de 1994.

²²⁵ *Recessão, desemprego e desnacionalização*. Boletim. Agosto (?) de 1994.

²²⁶ *Ibid.*

vida do povo brasileiro, o governo FHC 1 é marcado pela total desregulamentação do mercado financeiro brasileiro, através principalmente de especulações com o endividamento público, convertendo o Brasil em “cassino financeiro internacional”. A gestão do Sindicato não se mostrou apenas ciente dessa transformação qualitativa que a economia brasileira atravessava, mas buscou mobilizar a categoria em torno de pautas de combate à financeirização e ao avanço do neoliberalismo.

Os trabalhadores são bombardeados com um turbilhão de propaganda enganosa, e até criminosa, comandados pela grande imprensa, Globo e cia., empresários, comerciantes, banqueiros afinados com o receituário do FMI e dos americanos. Este não é apenas mais um plano: é o pior de todos. Vai levar o país ao caos, à dependência cada vez maior, e ao arrocho salarial sem precedentes [...] Mas nós nunca nos iludimos e acreditamos ser possível a tal estabilidade e inflação baixíssima vir em benefício de todo o povo sem: **uma verdadeira independência nacional; a reforma agrária; o fim do pagamento da dívida externa; a retomada do desenvolvimento da economia, com pleno emprego.** Num país de miséria genocida, a estabilidade do modelo neoliberal é uma loucura, em todos os sentidos. É isto que é o Plano Real FHC: uma.... O Sindicato recomenda: pés no chão, mas olhos no futuro²²⁷.

É importante notar que este último texto está em um boletim destinado à convocação para uma assembleia, onde seriam votadas a proposta sindical para o dissídio e um plano de lutas. Todo o material é dedicado a analisar a política de FHC, em vias de eleger-se. Não há menções ao dissídio, a não ser na chamada à assembleia. Ou seja, em meio às (truncadas) negociações com o SIMECS, eram as pautas políticas que se sobressaíam. A denúncia do neoliberalismo, a bandeira da reforma agrária, a menção à interferência dos EUA na economia brasileira, a suspensão dos pagamentos à dívida pública: todos esses elementos vão para além da questão salarial. São, portanto, pautas *políticas*, postas na mesa para serem votadas em assembleia. É evidente que o Sindicato investiu muita energia na luta pelo dissídio, como não podia deixar de ser. Mas é importante destacar: não investiu *toda* a sua energia na pauta econômica. Mantendo, ainda, algo da tradição leninista, reivindicada pelo PCdoB, procurou travar lutas em outras direções.

Contudo, é importante destacar que nem toda pauta política é uma pauta revolucionária ou efetivamente anticapitalista. No capítulo destinado à análise da classe operária russa, Trotski, em sua clássica trilogia sobre a Revolução de 1917, afirma que as greves políticas, raras no ocidente, se haviam convertido no principal método de luta do proletariado russo (Trotsky, 1977, p. 48). Essas greves, que começariam a sangrar de morte o czarismo, eram essencialmente

²²⁷ Real FHC: o pior de todos. Boletim. Julho de 1994.

políticas, por não se deterem em pautas econômicas, mas reivindicarem pautas democráticas (saída da guerra, democracia, respeito à Duma, etc.). Boa parte dessas greves eram movimentos espontâneos, que pouco tinham de marxistas, socialistas ou anticapitalistas. O próprio partido “cadete”, da burguesia liberal, busca disputar e influir sobre as greves políticas, no sentido de tentar canalizá-las para o patriotismo (*Ibid.*, p. 53). A revolução de fevereiro, democrática, é a culminância de dois anos de incessantes greves políticas no país (*Ibid.*, p. 50), e nem por isso é uma revolução socialista (ao contrário, levou um príncipe ao poder e um advogado representante da pequena-burguesia a chefiar o parlamento burguês). O que é importante destacarmos aqui é que, se todo movimento *econômico* da classe operária está restrito aos marcos do capitalismo (Lenin, 1977, p. 16), nem todo movimento *político* da classe é necessariamente anticapitalista. O próprio Lenin, em 1905, admitia que as pautas políticas que deveriam mobilizar o proletariado russo não eram socialistas, mas democráticas, afirmando que o proletariado “deve estabelecer as suas tarefas democráticas com tanto maior audácia, deve formulá-las com tanto maior precisão até o fim e apresentar a palavra de ordem direta de república (*Ibid.*, p. 17)”. Se Lenin, como se sabe, mudou sua posição estratégica em 1917, ao defender a revolução socialista como objetivo para a Rússia, entendendo que a democracia burguesa seria incapaz de solucionar as tarefas democráticas necessárias ao proletariado, isso apenas mostra que as pautas políticas, se não levam *necessariamente* a uma estratégia anticapitalista, tem essa estratégia como possibilidade, ao contrário das pautas econômicas.

As pautas levantadas pelo Sindicato em 1994, como vimos, transbordam, em vários momentos, para além dos limites do economicismo. A reforma agrária (destinada à massa campesina) ou a independência econômica do Brasil com relação ao imperialismo, não são lutas salariais. Ao contrário, como pautas políticas, abrem a possibilidade de construção de uma estratégia efetivamente socialista. A questão é: o Sindicato, aberta tal possibilidade, procurou avançar em direção a uma estratégia decididamente anticapitalista e revolucionária, tal como a linha política adotada e defendida por Lenin?

A estratégia política, contudo, se mantinha decididamente dentro dos limites do Estado burguês. As pautas políticas, ainda que a importância de sua presença não possa ser minimizada, jamais foram transformadas em um plano real e concreto de lutas. Mantiveram-se no campo da retórica, alinhado ao momento de maior radicalismo verbal do PCdoB, aberto no VIII Congresso, sem jamais ganharem um corpo concreto. Assim, todas essas pautas, com pleno potencial de serem desenvolvidas no movimento real, foram sacrificadas pelo eleitoralismo. O

“caminho para virar a mesa e derrotar as elites pode ser as eleições, em 3 de outubro, portanto, abra o olho companheiro, que até hoje só deu as elites²²⁸”.

Diluído no espectro do petismo, as pautas políticas levantadas pela direção do Sindicato terminavam por cair sempre na necessidade do voto em Lula, contra FHC, algo que se repetirá, com ainda mais intensidade, nas eleições de 1998 e 2002. Com isso, a retórica combativa não consegue se traduzir em prática. Na contramão da tradição leninista, a direção do Sindicato, traduzindo exatamente a linha de seu partido político, se mantinha nos limites da institucionalidade burguesa, depositando no reformismo suas energias políticas. Em um panfleto distribuído logo após as eleições de 1994, é exaltado o fato de que o Rio Grande do Sul fora o único estado onde Lula havia vencido FHC. Essa vitória teria tido o significado simbólico de uma rejeição do povo gaúcho ao neoliberalismo, análise que, até certo ponto, se mostrava correta. Contudo, o material pergunta sobre qual seria a saída para superar o projeto neoliberal, respondendo sem tergiversar: a eleição do bloco petista. Somente esse projeto econômico seria capaz de garantir a soberania, “fazer a Reforma Agrária, governar sem privatização de estatais, pôr fim ao pagamento da dívida externa”²²⁹.

Chegando ao fim de 1994, temos o acordo coletivo, que traz alguns avanços importantes, fruto de uma inegável combatividade maior da nova gestão, em comparação com as anteriores. O gatilho salarial, vinculado mensalmente ao IPC-r é, certamente, uma das maiores vitórias da entidade. Seguem outras conquistas importantes, como a estabilidade de 150 dias à puérpera, a formação de uma comissão paritária (com membros da empresa, do Sindicato e trabalhadores da fábrica) para discutir a introdução de novas tecnologias (buscando manter os postos de emprego e garantir algum grau de segurança no trabalho), a penalização da empresa em caso de um superior hierárquico cometer assédio sexual contra uma trabalhadora, a existência de um delegado sindical para cada grupo de 100 trabalhadores²³⁰. Em um momento em que o movimento sindical brasileiro estava na defensiva, diante da onda neoliberal, não são conquistas irrelevantes.

O primeiro ano da nova gestão terminava, assim, com um balanço positivo se comparado à gestão anterior. Apesar do magro aumento salarial de apenas 3,04% de aumento real, houve várias conquistas relevantes, seja no âmbito da proteção à trabalhadora, seja na representatividade do operariado sindicalizado no interior da fábrica. O contato com a base

²²⁸ *Boletim Metalúrgico*. Junho de 1994.

²²⁹ *Informativo dos Metalúrgicos*. Outubro de 1994b.

²³⁰ *Dissídio Coletivo de 1994*.

havia sido reatado, através de visitas frequentes a unidades produtivas, de um incessante trabalho do setor jurídico do Sindicato e da busca por transparência com relação à luta em torno do dissídio (os boletins/informativos se multiplicam a partir desse ano). As pautas políticas começam a fazer parte da rotina das assembleias e dos panfletos da entidade. A manobra patronal sobre a URV fora contornada e o SIMECS, contundido pelas derrotas jurídicas e pelas operações-tartaruga, havia sido obrigado a reabrir negociações de dissídio. Mas há, claro, algumas limitações: em especial a resistência em construir um plano de ação concreto a partir das pautas políticas, desviadas para o pleito de 1994. Mas, em termos de aprovação por parte da categoria, talvez seja possível afirmar que o Sindicato havia chegado fortalecido ao final do tempestuoso e desafiador 1994. Mas a luta de classes jamais cessa no capitalismo. Os ataques da burguesia contra a classe trabalhadora estavam longe de diminuir seu ritmo.

4.1.2 – O Sindicato no mar revolto da reestruturação produtiva

Os anos 1990, como dissemos, são também marcados pela estruturação do toyotismo no Brasil. Diante da crise de acumulação capitalista iniciada na virada dos anos 1960 para a década seguinte, o capital buscou inovações que possibilitassem sua valorização, em um contexto de superprodução e de queda da taxa de lucro, devido a um aumento da composição orgânica do capital na indústria imperialista a partir do fim da Segunda Guerra. Os anos 1970 marcam uma guinada para a produção de bens de capital baseados na microeletrônica, possibilitando um processo produtivo parcialmente automatizado. Mas é importante destacar que, para além do salto técnico possibilitado pela automação eletrônica, a reestruturação toyotista engloba uma mudança na relação entre capital e trabalho no interior das fábricas, com um avanço da cooptação do operariado (e de seus instrumentos de luta e representação), chamado agora de “colaborador”. Essa cooptação, sem a qual a operação das novas tecnologias produtivas não poderia ter sido efetivamente aproveitada pelo capital, se opera através dos mais diversos mecanismos.

Na particularidade brasileira, esse movimento de reestruturação, além do que pode significar com relação à introdução de novas técnicas (*just in time*, *kanban*, *kaizen*, *andon*, terceirização), novas formas de gestão (trabalho em equipe, polivalência, CCQ, envolvimento implicado, sindicato-empresa) e inovação tecnológica no já conturbado mundo do trabalho, consegue aprofundar a extração intensificada do trabalho, a captura da subjetividade e a inserção subordinada do país no concerto das nações, enquanto base para a renovação da relação de subordinação capital-trabalho (Lima, 2006, p. 120).

A captura da subjetividade passa a ter início já nos primeiros dias de trabalho na fábrica. O operário passa, agora, por alguns dias de “integração” à empresa, ventilando-se a ideia de

que não é mero “contratado”, mas alguém integrado a uma equipe, como colaborador. Em 2011, quando entrei para o grupo Randon, passei por um processo de integração de uma semana (remunerada), no qual os membros do departamento de Recursos Humanos (os quais jamais pisavam na fábrica e almoçavam em uma parte restrita do restaurante) nos parabenizavam, diariamente, por fazer parte, a partir de então, da “família Randon”. O sistema *kaizen* (literalmente “melhoria”, em japonês) era apresentado como uma vantagem competitiva da Randon em relação às empresas rivais. O RH buscava nos comprometer a atuar no sentido de melhorar a produção (otimizar o tempo, reaproveitar materiais, sugerir modificações nas máquinas e nos processos, etc.), uma vez que tais melhorias confeririam um retorno financeiro a todos, incluindo aos “colaboradores”, através do PPR/PLR. Somente voltei a ver os “familiares” do RH anos depois, quando fui chamado a assinar minha demissão.

A introdução do sistema de sugestões dos operários, aqueles que conhecem efetivamente o processo produtivo, representou um salto significativo na acumulação. No Japão, onde foi implementado de modo inaugural, em suas primeiras duas décadas de funcionamento o sistema *kaizen* e a integração dos trabalhadores em CCQs representaram um lucro na ordem de 20 bilhões de dólares²³¹. Mas para além do aumento da lucratividade, a integração leva à captura da subjetividade operária, essencial para a estruturação do toyotismo, já que “as novas tecnologias, em virtude de sua complexidade e altos custos, exigem uma nova disposição subjetiva dos operários em cooperar com a produção” (Alves, *Op. cit.*, p. 37).

A integração do operariado ao *team* se torna uma barreira para sua evolução na direção do desenvolvimento de uma consciência de *classe para si*, não apenas por impulsionar uma suposta identificação entre os interesses da equipe de “colaboradores” com os interesses do capital que o explora, mas por incentivar a competição entre os próprios trabalhadores. O “trabalhador coletivo”, descrito por Marx como um organismo vivo inserido em uma produção orgânica e combinada (Marx, 2013, p. 418-419) é, assim, elevado à enésima potência. Agora, a “eficácia do processo não é garantida pela rapidez do trabalho individual, tal como no fordismo, mas pela integração, pelo engajamento estimulado da equipe de trabalho com o processo de produção” (Alves, *Op. cit.*, p. 53). Isso leva um operário a supervisionar o outro, já que é da harmonia coletiva que depende, agora, a produção. Além disso, impulsiona o operário a agir “proativamente”, antecipando-se a problemas e buscando soluções engenhosas, o que

²³¹ Lima, 2006, p. 127.

tende, também, a adaptar o próprio movimento sindical à lógica do propositivismo (*Ibid.*, p. 54).

No Brasil, o toyotismo foi implementado, de maneira plena, apenas nos anos 1990. Enquanto na maioria dos países latinoamericanos a reestruturação começa a atingir sua plenitude na década anterior, em nosso país o agitado movimento sindical dos anos 1980, fruto de condições históricas muito peculiares, impedia a cooptação operária necessária para a reestruturação, com as comissões de fábrica muitas vezes competindo diretamente com os CCQs. Além disso, a crise inflacionária e o endividamento externo galopante vão dificultar a importação de bens de capital automatizados (*Ibid.*, p. 126-127).

Esse contexto irá retardar a implementação sistêmica do toyotismo, só possível nos anos 1990, quando não apenas a visível burocratização do movimento sindical e a derrota da esquerda no pleito de 1989 abrirão caminho para a reestruturação e a “terapia de choque”, mas a estabilização monetária do Plano Real, a desregulamentação econômica e o mercado aberto pela formação do Mercosul atuam como fatores que facilitam a importação de robôs e microeletrônicos (*Ibid.*, p. 238). Com isso, as inovações (em termos de técnica e de reorganização da relação capital-trabalho) deixam de ser seletivas e esparsas para se tornarem, a partir de meados dos anos 1990, cada vez mais generalizantes, tendo como epicentro a indústria automotiva, coração da indústria caxiense, como vimos acima. Não à toa, como destacado na primeira parte deste estudo, é nessa década que vemos o auge das *joint-ventures*, entre empresas locais e indústrias de países imperialistas, capazes de introduzir técnica e métodos mais “modernos”.

Importante notar que a introdução de novas tecnologias e métodos produtivos ocorre de maneira peculiar na América Latina em geral (e em Caxias do Sul, particularmente). Trotski havia percebido que os países atrasados não percorriam, em seu desenvolvimento capitalista, todos os processos que os países avançados haviam atravessado. A repetição do processo histórico, no capitalismo, com sua tendência globalizante e formação de uma divisão internacional do trabalho, simplesmente não ocorre. Nas semicolônias, o desenvolvimento capitalista se dá através de saltos violentos, nos quais condições modernas se combinam com o arcaico, caracterizando, assim, a existência de tais povos sob o capitalismo global: “renunciam os selvagens ao arco e à flecha, tomando imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram essas diferentes armas” (Trotsky, 1977, p. 24). O tempo, sob o capital, não é mais um fluxo linear, mas um processo descontínuo, fruto de rupturas, combinações e permanente contradição. Essa lei histórica, a do desenvolvimento

desigual e combinado, permitiu que a Rússia derrubasse o edifício medieval czarista e, em poucos meses, conhecesse a primeira revolução da história encabeçada por um partido comunista (*Ibid.*, p. 32). Nesse desenvolvimento desigual, contudo, o país atrasado rebaixa as realizações que toma de empréstimo do exterior, assimilando-as de maneira contraditória, devido a seu relativo atraso econômico e social (*Ibid.*, p. 25).

Essa lei do desenvolvimento histórico se apresenta plenamente no processo de reestruturação produtiva da indústria caxiense. O processo produtivo manual, arcaico e artesanal, assim como o despotismo da chefia, conviviam simultaneamente, na grande indústria local, com máquinas modernas e automatizadas e com o avanço de estratégias de conquista da subjetividade operária, no interior da mesma fábrica. Daí a sagaz observação de um operário local, em entrevista para a excelente pesquisa de Paulo Roberto Wünsch sobre a reestruturação em Caxias, que afirmou que a indústria da cidade é o encontro entre os Flintstones e os Jetsons (Wünsch, 2010, p. 138). Portanto, a implementação do toyotismo na cidade foi lenta e gradual:

A incorporação das novas tecnologias de forma gradativa pelas indústrias da amostra [do estudo das autoras], reflete a preocupação dos industriais tanto com a questão da competitividade do mercado internacional como com a questão específica de qualidade. Entretanto, a presença dessas tecnologias não implica num processo de modernização tecnológica por que nestas indústrias constatou-se a coexistência da base mecânica e artesanal paralela à existência de altas tecnologias. Encontrou-se simultaneamente processos de trabalho de cunho tradicional e arcaico junto com tecnologia de precisão, computadorizadas e integradas no mesmo sistema. Esse dado comprova que as áreas de investimentos tecnológicos são aqueles impostos pelo mercado (Herédia; Peruzzo, 1999, p. 198-199).

A implementação do toyotismo em Caxias foi contraditória, gradual e relativamente mais lenta que na região do ABC paulista. Conforme lembra Herédia (2014, p. 169) “os novos paradigmas exigiam uma disponibilidade de mão de obra flexível, capaz de aceitar as mudanças e se inserir nas exigências”. A CICS e o SIMECS passam a manifestar grande preocupação com a capacitação da força de trabalho, buscando adaptá-la ao envolvimento e à automação toyotistas, desde meados dos anos 1980.

Um primeiro momento importante ocorre em 1987, com a fundação do Centro de Formação Profissional José Gazola e da Escola Técnica Industrial de Segundo Grau (EETCS). Em 1992 surge o Centro Tecnológico de Mecatrônica (mecânica + eletrônica), sob forte impulso do SIMECS, buscando dar início à formação de uma força de trabalho coerente com a reestruturação produtiva, que dava seus primeiros passos na região, e correspondendo a um investimento de mais de 7 milhões de dólares à época (Wünsch, *Op. cit.*, p. 113). A correnteza

da reestruturação produtiva era tão poderosa, que até mesmo o Sindicato contribuirá com a instituição técnica impulsionada pelo SIMECS: em 1999, surge o Centro Tecnológico Automotivo, atrelado ao Centro de Mecatrônica, proposta essa idealizada pela entidade sindical operária (Herédia, *Op. cit.*, p. 155).

Na mesma época, a Marcopolo inicia a adoção de novas tecnologias baseadas no sistema CAD/CAM (programação, operação e monitoramento produtivo realizado por computadores acoplados às máquinas), do sistema *kanban* (método operacional do sistema *just in time*) e de palestras e reuniões motivacionais, avançando no envolvimento da subjetividade operária e da integração produtiva (começa a ser reduzido o número da supervisores na empresa)²³².

Em meio a esse avanço lento e contraditório, a reestruturação foi perceptível pelo trabalhador médio e, evidentemente, pelo Sindicato. A entidade se mostrou, desde muito cedo, preocupada com a automatização na indústria local e com a terceirização, fatores essenciais ao toyotismo. A lentidão da implementação da reestruturação em Caxias permitiu, assim, que o Sindicato discutisse a seu respeito, elegesse linhas de combate em relação a ela e agitasse, entre os operários, inúmeras bandeiras de luta relacionadas ao avanço do toyotismo. Em outras palavras, a entidade teve tempo para se organizar e enfrentar, como não deixou de fazer, a transformação econômica em curso. Em contrapartida, como veremos, o cerne do toyotismo, a saber, a cooptação da subjetividade operária, não se colocou, ao menos de maneira consistente, no horizonte de enfrentamentos travados pelo Sindicato. Nesse mar revolto da reestruturação, a entidade acabaria à deriva, em vários momentos, levada pelas correntes obstinadas das águas de um capitalismo em fúria. Terminaria, em parte, a própria entidade drenada pelo canto da sereia do propositivismo.

Desde 1994, quando o Sindicato encara seu primeiro ano de gestão pecedobista, há uma preocupação com o avanço do toyotismo nos boletins/informativos. O ponto principal é a manutenção do nível de emprego do metalúrgico caxiense, aparentemente ameaçado pela introdução de sistemas semiautomáticos. Em um boletim de meados de 1994, a entidade inclui um texto aparentemente aleatório, em meio a um material focado em esmiuçar a questão do dissídio. Na lateral do panfleto, há uma curta matéria chamada “Morte na Escola”. Fala sobre o suicídio de três estudantes, com idades entre 13 e 15 anos, no Japão. Segundo o texto, “brutalidades, abusos e humilhações nas escolas [japonesas] de primeiro e segundo graus, não são um fenômeno novo no país, decorrendo, segundo psicólogos e sociólogos, do alto grau de

²³² Stotz, 1996, p. 97.

competição²³³”. É evidente que não se trata de um texto apenas sobre o suicídio: é uma busca por retratar o nível de competitividade instituído pelo capital na pátria do toyotismo.

Ao longo do segundo semestre de 1994, e nos anos que se seguirão, os textos sobre o toyotismo se tornarão mais frequentes e diretos, englobando, inclusive, parte da pauta de lutas da entidade. Em um panfleto de fins de dezembro daquele ano, destinado a informar a categoria sobre a contribuição sindical, a entidade reforça seu compromisso em combater “as medidas dos empresários, com seus *novos métodos de gerenciamento*, como terceirização, automação e alta produtividade, diminuindo os postos de trabalho e provocando arrocho salarial²³⁴”. E, para além do avanço da automação, o próprio processo de cooptação do trabalhador é rapidamente percebido pela gestão do Sindicato:

Liberdades Mil: você é chamado a dar sugestões, participar de reuniões, dizer o que pode ser feito para que tal peça melhore de qualidade e aumente a produção ainda mais. Enfim, tudo que você imaginar que, de uma ou outra forma, venha a favorecer a empresa você tem liberdade para falar. Mas aí de você se contrariar os interesses da empresa. Contrariar é querer ganhar mais, querer melhores condições de trabalho, jornada de trabalho menor, etc. Se fizer uma reunião para pedir aumento é comprar briga. Greve é guerra. Os empresários vêm com tudo para cima dos trabalhadores, ou seja, liberdade mil: desde que não toque no interesse da empresa. O interesse supremo dos empresários é lucro e mais lucro. Pelo lucro, fazem qualquer negócio, sem qualquer sentimento humano. Trocam pessoas por máquinas, como se troca de roupa. Precionam cada vez mais para acelerar o ritmo de trabalho de cada um, aumentando a produtividade de toda a empresa. Por tudo isso, o ideal dos empresários não tem nada a ver com o ideal dos trabalhadores. Nosso ideal é o socialismo, é a justiça social, salários dignos, pleno emprego, etc. Obs.: esse artigo foi feito em repúdio à demissão por justa causa de 7 companheiros da Fras-Le pelo simples fato de pedirem aumento salarial²³⁵.

Esse texto é bastante revelador. Transparece, em sua escrita, um sentimento de raiva (como parece atestar o “precionam”), uma raiva de classe. O patrão é retratado como desumano, mesquinho e apenas movido pela sede de lucro, afirmação afinada com a essência da tradição marxista. A luta política, em sua estratégia mais essencial (a conquista do socialismo) é exaltada, sem rodeios. As artimanhas toyotistas de cooptação da subjetividade operária aparecem descritas em sua essência: o trabalhador é parte da “família”, é “integrado”, apenas quando tem de sugerir melhoramentos no processo produtivo, acerca do qual os supervisores geralmente têm um domínio caduco, mas jamais é parte do *team* quando sua manifestação diz respeito a seus interesses, econômicos ou políticos. A solidariedade operária também aparece

²³³ *Informativo dos Metalúrgicos*. Junho de 1994.

²³⁴ *Informativo dos Metalúrgicos*. Dezembro de 1994.

²³⁵ *Informativo dos Metalúrgicos*. Outubro de 1994b.

com vigor: a motivação foi a demissão de 7 companheiros, vitimados pelo despotismo patronal. Em 1994 esse tom agressivo ainda era parte da agitação do Sindicato.

A combinação do arcaico e do novo, se retroalimentando e dependendo um do outro, típica da América Latina, se mostra através das linhas do texto. A gestão moderna, que ouve o operário, que valoriza seu saber sobre a produção, que o convoca para reuniões, dá uma ampla margem de liberdade ao “colaborador” que busca ser proativo e propositivo. Ao mesmo tempo, esse método convive com o pensamento herdeiro da tradição da era de ouro da Eberle, da Gazola, do Lanifício São Pedro: um rígido despotismo que não admite qualquer margem de liberdade ao operário quando este busca a valorização de seu próprio trabalho, tensão essa muito típica da indústria local. Lembro de ter feito uma entrevista de emprego, por volta de 2009 ou 2010, em uma produtora de parafusos. O RH elogiou meu currículo, com diversos cursos na área da metalurgia, fazendo questão de dizer que meu conhecimento seria muito bem-vindo e que meu saber seria respeitado. Minutos depois, a mesma figura afirmou que naquela empresa somente eram aceitos homens de cabelos curtos, pois os cabelos compridos passariam uma imagem de rebeldia que poderia causar problemas no interior da fábrica. O pensamento arcaico e o moderno andavam de mãos dadas. Não consegui a vaga.

Os acordos coletivos conquistados pelos Sindicato a partir de meados dos anos 1990 expressam sempre uma preocupação com o avanço da automação. Ao analisarmos tais documentos com atenção, são perceptíveis as contradições nas quais a direção da entidade estava inserida durante a tempestade da reestruturação. A combatividade contra o avanço das medidas toyotistas em certos pontos contrasta com a aceitação tácita (e por vezes, aparentemente inconsciente) de seu avanço em outros.

O acordo de 1994 institui, pela primeira vez de maneira explícita (o que será mantido nos acordos seguintes) que a limpeza do local de trabalho será realizada pelos próprios operários²³⁶. Ainda que isso possa parecer um avanço da exploração, à primeira vista, na verdade essa medida impede que se introduza trabalhadores terceirizados para realizar a tarefa. O processo de terceirização é uma das bases da cooptação toyotista, já que cria um fosso entre os trabalhadores de uma unidade produtiva e os prestadores de serviços terceirizados (muito mais instáveis e precarizados). Esse fosso “reduz fortemente a ação e a força dos sindicatos [...] demasiadamente tímidos na incorporação dos trabalhadores parciais, temporários, precários, terceirizados, sem os quais os sindicatos estão fadados à redução” (Antunes, 2005, p. 82).

²³⁶ *Convenção coletiva de 1994.*

As horas-extras são um ponto curioso. Inicialmente, a linha do Sindicato em seus materiais é de combater a existência do “serão”, entendendo que, diante da ameaça de demissões devido ao avanço da automação, as horas-extras poderiam diminuir o ritmo das contratações a novos postos de trabalho. A partir de 1995, por motivos que desconheço (provavelmente relacionados à baixa receptividade da categoria a essa linha de luta, já que muitos operários dependem do “serão” para terem um salário minimamente digno) há um abandono dessa pauta. A luta vai ser por buscar uma maior valorização das horas-extras diante da indústria local, num momento em que o neoliberalismo e a reestruturação tencionavam seu valor para baixo. Se, em 1993, a indústria local pagava 50% a mais pelas trinta primeiras horas, e 92% a partir de então, em 1995 nós já temos o valor de 100% sobre a hora-extra, a partir da vigésima quinta hora, ganho econômico que não deixa de dificultar o avanço do toyotismo na região²³⁷.

Além disso, diante do esforço permanente do Sindicato para informar o trabalhador acerca do impacto dos processos de cooptação da subjetividade operária, a categoria demonstrou ter elevado sua consciência a esse respeito (o que é no mínimo um indício de que a ação sindical consegue impulsionar a conscientização operária, mesmo em momentos adversos, desde que não se exima de tentar fazê-lo). Wunsch colheu depoimentos de operários antigos, que demonstravam ter plena consciência de que o PPR “é ilusão, cobrança para fazer produção, não é salário” (Wunsch, *Op. cit.*, p. 141), ou de que as reuniões de sugestões eram uma forma de beneficiar ainda mais os patrões às custas dos operários (*Ibid.*, p. 145).

Por fim, o plano de lutas instituído em 1994 (para ser travado no ano seguinte) visava obrigar as empresas a enviar ao Sindicato seu plano diretor de investimentos tecnológicos com um ano de antecedência. Dessa forma, a entidade poderia monitorar a introdução de tecnologias automatizantes. O fato de esse ponto não ter sido aceito para a firmação do acordo coletivo de 1995, não diminui em nada a importância de o Sindicato ter levantado essa pauta de luta.

Por outro lado, a reestruturação avançou de modo fulminante em “pontos cegos” daquela gestão. Preocupada com os pontos mais evidentes da reestruturação (eliminação de postos pela automação, terceirização e arrocho das horas-extras), o Sindicato não parece ter percebido nem os mecanismos em curso para sua própria cooptação, nem o fato de ter sido colocado na defensiva.

²³⁷ *Acordo Coletivo de 1995.*

Aludimos, anteriormente, ao fato de que o acordo coletivo de 1994 havia criado uma comissão paritária, com membros do Sindicato e membros da empresa (representando os patrões) para avaliar a automação em curso. É evidente que a presença de membros sindicais nessas comissões não tende a ser algo bem visto pela patronal, obrigando-a a prestar contas ao operário de sua unidade produtiva. Contudo, em nenhum momento o Sindicato ventilou a ideia de criar comissões *de fábrica*, paralelas, apenas com operários, sindicalizados ou não. Já vimos como essas comissões, no ABC, serviram como um freio para que o toyotismo fosse implementado de maneira efetiva nos anos 1980, sendo necessária a derrota dos movimentos sindicais em 1989 e sua burocratização para que a reestruturação avançasse. Uma comissão de fábrica, mesmo que seja induzida (por um partido ou sindicato) é *sempre* um instrumento de base (Antunes; Nogueira, 1981, p. 9). Diante do avanço das estratégias toyotistas de cooptação, as comissões são a forma mais eficiente de resistir a esse contexto (*Ibid.*, p. 8). Ao formarem comissões paritárias, algo que será mantido nos acordos coletivos posteriores, os sindicalistas caxienses não apenas já haviam aberto mão da mais eficiente forma de resistir à reestruturação, como já estavam abrindo a via de sua própria cooptação parcial. Já temos, assim, o fenômeno que Alves (*Op. cit.*, p. 311) observou após a derrota da esquerda em 1989: o movimento sindical deixava de lado o choque frontal e adotava estratégias de diálogo e busca por consenso, um consenso que, sabemos bem, é impossível de ser plenamente obtido. Para o autor, um dos principais sintomas da cooptação do movimento sindical ocorre quando este deixa de oferecer um combate frontal ao avanço do toyotismo para buscar interferir na reestruturação em conjunto com a empresa, buscando se colocar como um ator capaz de se fazer ouvir nas tomadas de decisões referentes à reestruturação (*Ibid.*, p. 322). Assim, o avanço do toyotismo já foi, tacitamente, aceito.

Diante dessa confusão, fruto de uma gestão pouco experiente e inserida em um contexto de rápidas transformações, o Sindicato terá poucas condições de resistir às correntes tempestuosas da reestruturação nos anos seguintes. O acordo coletivo de 1997 marca, assim, uma derrota violenta: a entidade se viu obrigada a aceitar o direito da patronal de flexibilizar a jornada de trabalho quando julgasse necessário (algo que se mantém até hoje, em Caxias do Sul). É bem verdade que uma série de condições é imposta, pela gestão pecedobista, para que um industrial pudesse flexibilizar: os trabalhadores deveriam aprovar a mudança, em assembleia de fábrica (algo não muito difícil de se obter quando se tem a arma da coação pela frase “flexibilização ou cortes”); as horas suprimidas deveriam ser pagas em 50% (esse valor vai diminuir em acordos coletivos seguintes); o Sindicato deveria ser comunicado dez dias antes

da votação²³⁸. Condições essas que denotam a aceitação prévia da possibilidade, tão cara à reestruturação, de flexibilizar a jornada.

Para concluirmos, é importante questionar: houve a possibilidade de uma resistência mais efetiva do Sindicato à reestruturação? É muito difícil imaginar que alguma gestão poderia ter barrado por completo o avanço do toyotismo na região. Mas sem sombra de dúvidas, era possível ter oferecido uma maior resistência, tendo como possíveis (e até prováveis) consequências não apenas melhores condições de trabalho para o metalúrgico caxiense, mas também um significativo avanço na consciência de classe da categoria. É importante destacar que, diante da análise das fontes que pudemos encontrar, é completamente descabido afirmar que o Sindicato foi *pelego*, ou que se eximiu de lutar diante dessa questão. Mas é plenamente possível problematizarmos seus métodos de luta, apontando suas limitações.

Ao não ter encampado uma tática pela construção de comissões de fábricas (a primeira proposta já foi de formação de “comissões mistas”), o Sindicato selou o destino da luta. Foi obrigado a se colocar, assim, na mais completa posição defensiva: *manter* empregos; *manter* salários minimamente dignos; *manter* um bom PPR; *manter* direitos trabalhistas. Acompanhou, assim, a tendência mundial de cooptação dos sindicatos pelo capital, que favoreceu “a adoção, pelos sindicatos, de políticas de moderação salarial, e mesmo de renegociação de conquistas antigas”, em detrimento de uma linha de ofensiva (Santos, 2000, p. 454).

Se havia alguma forma de resistir, ela repousava na manutenção da utopia revolucionária, da independência de classe e da cultura do enfrentamento. A instauração do toyotismo não está determinada apenas pela introdução de novas tecnologias, mas “pela capacidade de o trabalho impor (ou não) obstáculos à sanha do capital na produção e intervir na organização do trabalho” (Alves, *Op. cit.*, p. 151). Se estivessemos analisando um Sindicato hegemonizado pelo PT, abertamente reformista, talvez fosse demais exigir uma linha combativa e revolucionária. Mas, no caso de nosso objeto de estudo, bastava que a gestão do Sindicato aplicasse, na prática, aquilo que os pecedobistas sempre disseram defender: a luta marxista, revolucionária, socialista, proletária. O PCdoB ainda vivia as determinações das teses aprovadas em seu VIII Congresso: a afirmação do socialismo e da utopia revolucionária em meio à crise do marxismo mundial. Como vimos na segunda parte deste estudo, o socialismo, afirmado no congresso, se convertia em uma palavra oca e estéril, algo frequente na tradição

²³⁸ *Acordo Coletivo de 1997.*

stalinista. A ação do Sindicato diante da reestruturação acabou sendo um retrato, na prática, dessa esterilização pecebista.

4.1.3: A luta contra o avanço neoliberal: FHC e ALCA

Como afirmamos anteriormente, os governos FHC (1995-2002) marcam um avanço da implementação do neoliberalismo no Brasil, cujos primeiros ensaios já haviam sido dados nos governos Sarney, Collor e Itamar. O sociólogo elegeu-se com ampla margem por duas ocasiões, fruto não apenas da narrativa construída em torno do Plano Real, mas também de um massivo apoio do imperialismo e das oligarquias tradicionais brasileiras, o que levaria seu governo a adquirir características altamente repressoras (Coggiola, 2019, p. 59). A tônica geral de seu governo foi a busca desesperada por atrair dólares, com o objetivo de manter a âncora cambial e atender aos ditames do capital financeiro internacional. Para mostrar-se atraente diante do mercado global, seu governo manteve forte compromisso com o superávit primário (o que significou uma drástica redução em investimentos públicos, folha de pagamento, programas sociais, etc.), a completa abertura da especulação financeira em torno da dívida pública através do Plano Brady (os principais credores eram todos grandes carteis financeiros imperialistas), a manutenção das taxas de juros a níveis elevadíssimos (também favorecendo a especulação) e a privatização de estatais estratégicas (como a Vale do Rio Doce, a Telebrás e a CSN) a um valor baixíssimo, uma vez que haviam sido compradas pelo capital privado através de “títulos podres” (quase sem valor, já que estavam vinculados à dívida externa, em vias de extinção)²³⁹.

Socialmente, o povo pobre e a classe trabalhadora tiveram de enfrentar um contexto de pesados ataques e cortes. Há um aumento da produtividade industrial, mas às custas de um salto na taxa de exploração da classe trabalhadora. Os setores metalomecânico, de transportes e de comunicação registram um crescimento combinado de 14,9% no primeiro ano do governo FHC, acompanhado do fechamento de mais de 215 mil postos de trabalho (*Ibid.*, p. 66). Receando que os investidores pudessem tirar seus dólares do país, “o governo fez cortes nos gastos sociais, ampliou a cobrança de tributos e impostos, cortou aposentadorias, concentrou ainda mais a renda” (*Ibid.*, p. 74). Com o mesmo objetivo, o Estado brasileiro vai aumentar rapidamente seu endividamento diante do FMI: ao fim do primeiro governo FHC, a dívida pública saltara de 62 bilhões para 432 bilhões de reais.

Em termos mais concretos, o trabalhador se viu imerso em um turbilhão de ataques. O salário mínimo brasileiro, no início do segundo governo FHC, era inferior ao do Paraguai

²³⁹ Coggiola, *Op. cit.*, p. 62-63.

(Antunes, 2005, p. 42); o desemprego atinge níveis estratosféricos (no estado mais rico do país, era de 20% da PEA em 1999); ocorre uma desregulamentação do trabalho, com introdução do banco de horas (sintoma da guerra do toyotismo pelo achatamento do valor das horas-extras), introdução dos contratos temporários, facilitação da formação de cooperativas de trabalho com a Lei 8.949/1994²⁴⁰, possibilidade de trabalhos aos domingos com a Lei 10.101/2000, facilitação das demissões sem justa causa, etc.

No que diz respeito à economia mundial, os anos 1990 são marcados pelo início das negociações para a formação de uma área de livre comércio que englobasse todo o continente americano, à exceção de Cuba, por razões óbvias. A ALCA surgia por iniciativa dos EUA, que buscava uma resposta ao processo de formação da União Europeia. Em um típico modelo de “imitação apressada” da (limitada) integração europeia, o capital estadunidense visava estruturar, sob sua hegemonia, aquele que seria o maior bloco econômico do planeta (Ribeiro, *Op. cit.*, p. 369).

Diferente do bloco europeu, a ALCA englobaria economias altamente heterogêneas: no momento em que a proposta de sua formação foi posta à mesa, os EUA eram responsáveis por 80% de toda a produção do continente americano (Motta, 2001, p. 16). Essa sensível assimetria tornava as negociações truncadas, já que os interesses em jogo eram sensivelmente diferentes. Em contrapartida, o peso geopolítico dos EUA tencionava os países latinoamericanos a ceder aos interesses da superpotência imperialista. Nessas condições, é evidente que a derrubada das barreiras tarifárias significaria um avanço da dominação econômica estadunidense sobre o continente, uma vez que, por ser a maior potência industrial do globo, seus produtos possuem um valor agregado muito maior e um custo de produção muito menor, o que levaria a uma tendência de desmonte pleno do precário parque industrial latinoamericano. Para termos uma ideia do quanto as barreiras alfandegárias serviam como um sistema capaz de dar um mínimo de proteção *antidumping* às principais economias da América Latina, em 1995 as tarifas de importação dos EUA eram de 4,5%, enquanto no Brasil estavam na casa dos 14,3% e no México eram de 16,2% (*Ibid.*, p. 18).

Os EUA buscavam impor uma derrubada imediata de todas as barreiras alfandegárias, o que tenderia a beneficiar fortemente sua economia em detrimento das economias latinas. Tratava-se de um movimento direto da burguesia ianque, através de um *lobby* organizado e

²⁴⁰ Facilitava a formação de cooperativas, possibilitando a invenção artificial de cooperativas “laranjas”, onde os vínculos trabalhistas eram tênues e a proteção social era quase inexistente.

permanente em torno de seu governo e de seu parlamento. Em contrapartida, o Brasil, maior economia latinoamericana, propunha uma integração gradual, através de um lento ajuste das taxas alfandegárias (*Ibid.*, p. 13). Além disso, os EUA resistiam, nas negociações, a abrir seu mercado para a entrada, desregulamentada, de produtos do setor primário, único setor em que a América Latina podia competir minimamente com a economia estadunidense (Coggiola, *Op. cit.*, p. 66).

Tanto o combate à “terapia de choque” dos governos FHC, quanto à formação da ALCA passam a ser pautas frequentes do Sindicato, integrando seus planos de lutas e aparecendo em seus materiais de agitação. Nos dois casos, tratam-se de pautas políticas, que oferecem a possibilidade de avanço na direção da construção de uma estratégia revolucionária e socialista. É importante notarmos que a agitação do Sindicato, quando dirigida à crítica ao governo FHC, raramente se detinha nas questões salariais e na retirada de direitos, mas buscava avançar na direção da problematização do neoliberalismo e das formas a partir das quais poderia ser possível infligir uma derrota ao projeto privatizador tucano.

Um boletim de maio de 1997 traz uma denúncia do aumento da exploração na indústria local. É apontado o crescimento no faturamento de três grandes empresas, a partir da relação faturamento/trabalhador no período entre 1995 e 1996. A Fras-Le teria aumentado de R\$55.601 para R\$ 68.093; a Marcopolo de R\$ 76.271 para R\$ 93.194; e a Dambroz, com um crescimento impressionante, havia saltado de R\$ 158.496 para R\$ 299.490. Após defender a necessidade de uma luta decidida pelo dissídio, o material avança construindo uma relação entre a indústria local e as medidas de FHC, com foco na precarização do trabalho e arrocho salarial. Ao fim, temos a denúncia da onda privatista: “Com a privatização da Vale do Rio Doce, esse governo não VALE NADA para a nação e nem para os trabalhadores. Resta saber se o destino de Fernando Henrique será o mesmo de Collor. O tempo dirá.”²⁴¹

Assim, questões pertinentes à realidade local muitas vezes eram relacionadas às medidas neoliberais de FHC. Diante de uma negociação do PPR pago pela empresa Soprano (70 reais), o Sindicato insiste que esse arrocho fora um movimento afinado com a política tucana, que avançava agora na flexibilização ao permitir os contratos temporários. Ao mesmo tempo, o leitor se informava acerca de questões locais e das medidas de austeridade do governo²⁴². Outro panfleto, dedicado a tratar da retirada da pausa de cinco minutos para o café na Dambroz

²⁴¹ *Informativo Metalúrgico*, maio de 1997.

²⁴² *Informativo Metalúrgico*, fevereiro de 1998.

(atestando que o toyotismo busca aproveitar ao máximo o tempo de trabalho do operário), traz, em seu verso, uma crítica fulminante a FHC: as medidas que buscavam atrair capital para o país, tinham como consequência a demissão massiva de funcionários públicos (o que mostrava que o Sindicato não estava preso ao corporativismo), aumento de impostos sobre o consumidor, aumento da “fome, desemprego, estagnação social, política e econômica do Brasil”, ao mesmo tempo em que o “ditador” Fernando Henrique investia milhões em empresas imperialistas²⁴³.

As críticas e denúncias de FHC iam para além da figura do presidente ou do governo tucano. Com muita frequência, o Sindicato buscava problematizar o neoliberalismo e informar o metalúrgico, de maneira didática, acerca do real significado da implementação dessa doutrina econômica. Assim, no texto “O Brasil que anda para trás”, o neoliberalismo é apresentado como estando baseado em pesados cortes de gastos “em saúde, educação, construção de estradas e segurança”, sendo que quem “pagaria o pato” seria a classe trabalhadora. O consumidor seria penalizado com um pesado aumento de impostos. Tudo isso para atender aos interesses do FMI, que iria “ajudar” (com aspas no original) o país a seguir aumentando a dívida externa. Enquanto isso, os patrões teriam incentivos para arrochar cada vez mais os salários. E o texto termina: “Os ricos seguem ficando cada vez mais ricos, enquanto os pobres ficam mais pobres. Isso é o neoliberalismo”.²⁴⁴ Nada mais didático seria possível.

O Sindicato não se limitava apenas a criticar o neoliberalismo, mas propunha formas de derrotá-lo. A luta, aqui, começava a ultrapassar o plano meramente econômico. E qual seria a forma, proposta pelo Sindicato, de impor uma derrota ao avanço da “terapia de choque”? A via eleitoral, claro, tanto em 1998 quanto em 2002. Na contramão de tudo que Lenin já havia defendido ou escrito, as energias da luta política eram direcionadas para a esfera de manutenção do Estado burguês.

2002, além de ano eleitoral era mais um ano de Copa do Mundo. Com mais uma vitória da seleção brasileira, a analogia com o futebol voltava a ser usada, para se chegar ao operário médio. Em um boletim sobre o dissídio, intitulado “O Brasil é penta, mas sem aumento ninguém aguenta”, o trabalhador era “convocado” a ter a mesma união que a seleção teria mantido na campanha do título, mas para lutar em torno do dissídio. Mas a luta econômica não era a única tarefa: era preciso impor uma derrota a FHC. Não pelo movimento, claro, mas apenas pelas urnas. Assim, o neoliberalismo seria derrotado, e o país estaria “no rumo do desenvolvimento

²⁴³ *Boletim*, março (?) de 1997.

²⁴⁴ *Informativo Metalúrgico*. Mês não identificado. 1997.

da economia interna e de investimento na produção”. Seria, assim, “um Brasil para os brasileiros²⁴⁵”.

No ano da vitória de Lula e do pentacampeonato, o PCdoB gaúcho se encontrava sob as determinações das teses aprovadas na Conferência Estadual do partido, de 1999 (a 10ª Conferência). Em um momento de ebulições sociais na América Latina, o partido marxista-leninista adotava a estratégia de conquistar o Estado burguês pelas urnas, através de sua frente popular, encabeçada pelo PT²⁴⁶. No Rio Grande do Sul, a conquista do governo por Olívio Dutra era apresentada como uma conquista histórica da luta popular e a participação do PCdoB no governo como uma das principais tarefas do partido²⁴⁷. É desnecessário lembrarmos aqui dos rios de tinta investidos por Lenin, tão reivindicado pelos pecedobistas, no mais absoluto rechaço, em qualquer ocasião possível, à participação em governos no Estado burguês. O que importa é destacar que a orientação política do PCdoB gaúcho era de canalizar suas forças para a via institucional. Nesse momento o partido estava tão diluído no espectro do petismo que a própria conferência reconhecia a necessidade de buscar alguma agitação diferenciada nos movimentos, afirmando a identidade pecedobista²⁴⁸ – algo impossível de se fazer de maneira efetiva se a estratégia do PCdoB era se converter em quinta coluna do projeto petista.

Assim a linha do Sindicato não fazia mais do que refletir a linha mestra do partido. É sintomático um boletim de julho de 2002, que começa abordando questões referentes a Invensys (empresa do grupo Randon), para afirmar que “a luta econômica é limitada” e que “os trabalhadores precisam participar também da luta política”, no melhor espírito leninista. Mas, como Lenin era materialista, o espírito de nada vale: o panfleto termina indo na contramão de todos os ensinamentos do dirigente bolchevique, ao pedir o voto da categoria nas eleições, um “voto consciente do povo [que] pode mudar os rumos do Brasil. Mudar para desenvolvimento, trabalho, democracia e paz.”

Ao lado do combate ao neoliberalismo, o período anterior à vitória eleitoral de Lula é marcado por uma denúncia frequente da ALCA pelo Sindicato. Antes de 1999, essa pauta não aparece nas lutas da entidade (ao menos a partir das fontes que pude alcançar nesta pesquisa). O que parece ter sido um momento decisivo foi a participação do PCdoB na construção da (tímida) paralisação nacional de março de 1999. As pautas da mobilização eram a defesa da

²⁴⁵ *Informativo Metalúrgico*. Julho de 2002.

²⁴⁶ Partido Comunista do Brasil, 1999, p. 4.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 6.

²⁴⁸ *Ibid.*, p.7.

CLT e a rejeição da ALCA. O Sindicato realiza, no dia 19 de março, uma plenária, diante da categoria, para organizar o dia de lutas na cidade.

A partir daí a denúncia da ALCA passa a fazer parte dos materiais e dos planos de luta da entidade. Uma pauta absolutamente política, com amplo potencial para evoluir na direção da construção de uma alternativa revolucionária. Nesse sentido, plebiscito de consulta popular sobre a ALCA, promovido por movimentos sociais brasileiros em 2002, foi realizado, pelo Sindicato, no interior das fábricas. Tática inteligente. Ao mesmo tempo em que intensifica o contato do Sindicato com a base, mobiliza o trabalhador e o conscientiza por meio de uma pauta política. Mais do que o resultado das votações (não pude encontrar o resultado de cada fábrica), o que importa é o *processo* de mobilização da base. Em material destinado aos trabalhadores da Invensys, nós temos:

Dez motivos para dizer não à ALCA: 1 – A ALCA vai concentrar mais renda e poder nas mãos das empresas americanas; 2 – Vai tirar os direitos trabalhistas e as condições de trabalho. Aplicar a flexibilização dos direitos como férias, 13º salário, descanso remunerado, entre outros; 3 – Desintegrará a cultura própria de cada povo, pela pressão homogeneizadora da mídia global; 4 – Afetará a agricultura familiar e a segurança alimentar dos povos; 5 – Destruirá o meio ambiente. A biodiversidade da Amazônia será monopolizada pelas empresas americanas; 6 – Subordinará as necessidades das pessoas ao jogo do mercado. E privatizará ainda mais os serviços públicos. 7 – Vai acelerar a desnacionalização da economia do país e a quebra das médias e pequenas empresas; 8 – Implicará na perda da Soberania Nacional e autodeterminação dos Estados-nação; 9 – Vai impor o dólar como moeda única; 10 – Porque outra integração, justa e solidária, é possível, entre as nações do hemisfério sul²⁴⁹.

Em 2002 a entidade dá início a publicação, em ritmo pouco regular, do jornal *O Metalúrgico*. Infelizmente o periódico não se encontra digitalizado em lugar algum e apenas poucos números estão conservados no Acervo do Sindicato. Esse jornal permitia um nível de aprofundamento (propaganda) maior em questões econômicas e políticas, além de muitas vezes estar a serviço do PCdoB, veiculando pontos de vista que compunham a tradição intelectual stalinista. Assim, temos uma exaltação da memória heroica de João Amazonas (“um exemplo de brasileiro”) no editorial da edição de junho de 2003²⁵⁰. A edição de setembro de 2003 trazia uma análise do golpe de Pinochet (que completava quarenta anos), exaltando Allende como socialista e classista, visão clássica do stalinismo latinoamericano²⁵¹. Mas não deixa de ser

²⁴⁹ *Informativo Metalúrgico*, agosto de 2002.

²⁵⁰ *O Metalúrgico*, junho de 2003, p. 2.

²⁵¹ É sempre importante reforçar que Salvador Allende, apoiado pelo ultrastalinista PC Chileno, deslocou o Exército, a pedido da burguesia chilena, para esmagar o Cordão Operário de Santiago, reprimindo duramente os trabalhadores e os obrigando a entregar suas armas. De fato, pode ser considerado um governo classista, desde que não representando a classe operária chilena, mas sim sua adversária histórica. É pouco lembrada pelos historiadores

relevante o fato de se levar ao metalúrgico essa reflexão crítica sobre o golpe e a ditadura de Pinochet. Além disso, o texto também dispara algumas críticas à ALCA (a partir do pressuposto de que o golpe no Chile e a tentativa de formar o bloco econômico partiram ambos dos EUA), vista como um “projeto que visa abrir as barreiras comerciais dos países latinos, porém impõe regras que teriam efeitos nocivos aos participantes²⁵²”.

A edição d’*O Metalúrgico* de maio de 2002 dedica uma página toda à questão da ALCA, através de um texto bastante preciso e didático. Afirma que com a criação do bloco “os produtos de alta tecnologia dos EUA vão competir, de forma desigual, com os brasileiros. Os norte-americanos vão ameaçar a existência de amplos segmentos da economia brasileira”. Geraria dependência e miséria na América Latina, ao priorizar as mercadorias e não os valores éticos²⁵³. Já a edição de agosto do mesmo ano destina toda a primeira página à questão da ALCA e traz duas páginas, em seu miolo, dedicadas ao assunto.

É inegável, portanto, que a entidade buscou promover a conscientização da categoria acerca da questão da ALCA, abordando temas como imperialismo, dependência e colonização cultural. Mas a qual estratégia de luta a agitação contra a formação do bloco foi vinculada? A resposta é decepcionante: a nenhuma. Ainda que a agitação (e até a propaganda) tenha sido muito bem realizada pelo Sindicato, a entidade não conseguiu vinculá-la com uma pauta concreta de luta. O máximo realizado nesse sentido foi o impulso ao plebiscito popular de 2002, inteligentemente realizado no interior de cada unidade produtiva. Mas a estratégia reformista do PCdoB (que, como vimos, foi explicitada, no estado, através da 10ª Conferência) não podia oferecer uma saída além do voto em Lula nas eleições de 2002.

Contudo, o período de avanço neoliberal não foi apenas de derrotas para o movimento operário caxiense. O Sindicato conseguiu conquistas econômicas relevantes e cumpriu um papel destacado na assistência à categoria. Além disso, houve significativo crescimento da entidade e um avanço no contato direto com a base metalúrgica.

Enquanto o governo FHC avançada no enxugamento da máquina pública, com pesados cortes em saúde, cultura e educação, o Sindicato assumia o importante papel de oferecer, em

latinoamericanos a importantíssima *Carta dos Cordões Industriais ao Presidente Salvador Allende*, facilmente encontrada na internet. A Carta reivindica o direito do conselho operário de se armar, como única forma de deter o golpe militar que estava sendo orquestrado. Pedes que Allende rompa com a burguesia e com a Democracia Cristã e se alie às massas trabalhadoras para deter Pinochet. O presidente ignora completamente a Carta e, com isso, ignora também a única força que poderia ter detido o avanço do pinochetismo.

²⁵² *O Metalúrgico*. 15 de setembro de 2003, p. 3.

²⁵³ *O Metalúrgico*, maio de 2002, p. 2.

alguma medida, tais serviços, de forma gratuita, ao metalúrgico sindicalizado. Em 1998 era inaugurado, na rua Bento Gonçalves, o ambulatório da entidade. Nele, eram oferecidos importantes serviços de saúde bucal, saúde do trabalho e consultas de rotina (sempre de forma gratuita). Posteriormente, o ambulatório ainda oferecerá serviços de acompanhamento psicológico. Em 2001, os serviços gratuitos já haviam se ampliado consideravelmente: o Sindicato oferecia advogados, pediatras, cardiologistas, fisioterapeutas, psicólogos, ginecologistas, nutricionistas, fonoaudiólogos, além de exames gratuitos de mamografia, eletroencefalograma, raio x, oftalmologia, etc²⁵⁴. Prestava, assim, serviços que o Estado cada vez menos colocava à disposição da classe trabalhadora. Além disso, o lazer do trabalhador também foi uma preocupação da nova gestão. Em 1995 era inaugurada a sede campestre (posteriormente rebatizada de “clube do trabalhador”), no limite entre Caxias do Sul e Flores da Cunha, espaço que sofreria ampliações e melhorias estruturais contínuas. Lá ocorriam confraternizações, torneios esportivos e espetáculos, além de contar com área de camping e piscinas.

O Sindicato mantinha um esforço para crescer, em número de associados e área de abrangência. Havia uma preocupação, expressa nos balanços internos e nos boletins, acerca da saúde financeira da entidade. A contribuição sindical anual vinha subindo, ainda que de maneira lenta (era de 3% da folha de um mês no ano, geralmente dezembro, mas é perceptível um aumento gradual, nos acordos coletivos, até chegar a 4,5% no fim dos anos 1990). Mas a única saída era aumentar o número de trabalhadores filiados. Isso teve consequências contraditórias: por um lado, o esforço por novos filiados promoveu um contato maior com a base e um número maior de boletins/informes como forma de contato Sindicato – base; por outro, começa a se desenvolver um lento (mas perceptível) processo de despolitização da entidade. Em boletim de junho de 1998, a entidade incita a categoria a filiar-se, afirmando que menos de 50% dos metalúrgicos caxienses estava vinculado ao instrumento representativo²⁵⁵.

²⁵⁴ *Boletim*, mês não identificado, 2001.

²⁵⁵ *Informativo Metalúrgico*, junho de 1998.

Figura 3: Ambulatório do Sindicato, em sua inauguração, em 1998



Fonte: Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul.

As táticas utilizadas para angariar associados foram muitas. Paralelamente aos boletins do Sindicato, os trabalhadores sindicalizados passaram a organizar panfletos periódicos nos locais de trabalho, destinados a refletir a realidade específica de uma empresa em particular. Os maiores destaques são os periódicos “O Tocha” (Marcopolo) e “O Bocão” (Grupo Randon), ambos inaugurados em 1998. O fato de terem sido publicados durante mais de um ano, indica que encontraram certa receptividade entre os operários. Contudo, chama a atenção o corporativismo e o baixíssimo nível de politização desses materiais, direcionados a questões intrafábrica (quase sempre relacionadas ao PPR ou aos salários). Se, em raros casos, como n’*O Bocão* de fins de 1998, as reflexões se direcionam para questões mais amplas, isso ocorre de maneira sensivelmente superficial: “a política econômica de FHC favorece o empresário”, algo que pouco diz de concreto. Além disso, mesmo nesses casos, o conteúdo não supera a esfera econômica: “assim, é de se perguntar: o que fazer para ter um salário melhor?”²⁵⁶

Alves (*Op. cit.*, p. 90) afirma que um dos motivos da crise do sindicalismo a partir de meados dos anos 1990 é a adoção de uma linha “neocorporativista”, na qual a classe é substituída pela categoria. Isso leva a um enfraquecimento da luta proletária, que passa a ocorrer de modo fracionado e tende ao economicismo. Por vezes, leva os sindicatos a se concentrarem,

²⁵⁶ *O Bocão*, novembro (?), 1998.

inclusive, em lutas pontuais de determinada fábrica, fracionando não só a classe, mas a própria categoria.

Na busca por estreitar o contato com o operário e avançar no número de associados, o Sindicato vai passar a, cada vez mais, concentrar suas ações concretas (piquetes, operações-tartarugas, atos, negociações) em empresas específicas. É importante destacarmos que sim, a luta metalúrgica quase sempre parte de questões peculiares a uma unidade produtiva, não havendo nenhuma contradição entre a realização desse tipo de ação e a tradição da luta marxista. O problema do corporativismo se mostra quando essas lutas pontuais se detêm em si mesmas, sem que seu objetivo seja evoluir para mobilizações mais amplas. Quando deixam de ser uma tática, subordinada a um plano de lutas mais abrangente, para tornarem-se estratégicas, como se fossem um fim em si mesmas.

O que é possível perceber na virada do último século é um Sindicato cada vez mais absorvido por problemas pontuais. Assim, a intervenção contra as demissões em massa na Robertshaw²⁵⁷ ou na Randon²⁵⁸, a mobilização na Invensys contra o desrespeito da votação sobre o trabalho no feriado²⁵⁹, ou a luta na Dambroz contra o fim da pausa de cinco minutos para o café (cujo material de divulgação da luta trazia uma crítica a FHC em seu verso), não evoluem para os limites exteriores ao portão da fábrica. Todas essas pautas são importantes, sem dúvidas, e a luta sindical foi necessária, em cada uma delas. Mas, ao mesmo tempo, todas traziam a possibilidade de avançar na construção de um plano de lutas mais amplo, algo que, como vimos, não foi feito.

Nesse período, percebemos ações do Sindicato destinadas a buscar vínculos que iam além do peão tradicional. Começa a aparecer com maior frequência a fundamental preocupação de se incluir as mulheres no movimento sindical. Contudo, a preocupação nem sempre é uma pauta política ou efetivamente de gênero: em 1997 as trabalhadoras eram chamadas à sede da entidade para realizarem um “Curso de cuidado com a pele e dicas de maquiagem e cabelo”, com uma representante da empresa Beauty World²⁶⁰, reforçando padrões de beleza e estereótipos de delicadeza. Mas houve avanços importantes na questão de gênero, com o 8 de março se tornando uma data de tradicionais reuniões anuais na sede para fomentar lutas por

²⁵⁷ *Informativo Metalúrgico*, dezembro de 1996.

²⁵⁸ *Informativo Metalúrgico*, junho de 2002.

²⁵⁹ *Informativo Metalúrgico*, abril de 2001.

²⁶⁰ *Informativo Metalúrgico*, outubro de 1997.

direitos das mulheres, além da produção da *Cartilha da Mulher Metalúrgica*, em 2001 (Carvalho, *Op. cit.*, p. 56), fazendo um raio-x da situação da mulher na indústria local.

A ligação com as comunidades, nas quais os operários vivem, também compõe esse esforço por estreitar o contato com a base. Em 1999 surge o “Projeto Sindicato no Bairro”, ocorrendo de maneira mais ou menos regular por mais de um ano. Parte da estrutura do Sindicato era, assim, colocada à disposição dos moradores que, gratuitamente, tinham acesso a cortes de cabelo, assistência médica e jurídica e exames oftalmológicos. Novamente, aqui, a entidade prestava uma relevante assistência que o Estado, muitas vezes, não se propunha a prestar.

Todos esses movimentos (lutas focadas em problemas particulares de uma empresa, maior contato com mulheres e comunidade, boletins específicos para algumas fábricas, oferta de lazer e de uma vasta e eficiente assistência médica e jurídica) contribuem para um significativo crescimento da influência da entidade sobre a categoria e para um aumento do número de associados. Fator importante são, também, os sorteios de prêmios para os associados, dos quais falaremos melhor em outro momento. O fato é que, se o objetivo era aumentar o número de associados, essa bateria de ações deu resultados.

Se a tendência do sindicalismo brasileiro e internacional, em meio ao avanço da reestruturação produtiva, era de uma crise no número de associados (Santos, *Op. cit.*, p. 448), o Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul e Região contrariou essa pressão. Entre 1990 e 2005, o número de sindicalizados saltou de 3.430 para 10.550 operários. Em termos percentuais, temos um aumento de 12% para 28,1% de membros da categoria sindicalizados nesse período (Wünsch, *Op. cit.*, p. 115). A gestão peceдобista não pode, portanto, justificar a inação política do século XXI sob o argumento de estar sujeita à crise do número de associados, que acometeu boa parte do sindicalismo global nesse período. A contrapartida desse aumento acabou sendo uma menor politização da categoria. Wünsch (*Ibid.*, p. 158) destaca que, dentre os operários por ele entrevistados em 2010, 64,3% buscaram a sindicalização por questões assistenciais ou de lazer, enquanto apenas 35, 7% haviam se associado por entenderem o Sindicato como um instrumento de luta.

O rebaixamento do programa marxista para atingir um número maior de pessoas é uma tônica na história do stalinismo mundial e brasileiro e certamente é um dos (vários) fatores que ajuda a explicar a diferença de tamanho entre Partidos Comunistas e organizações trotskistas mundo afora. É bastante conhecida a “leva Lenin”, um grande afluxo de filiados despolitizados

ao PCUS após a morte do fundador do partido, sob condução de Stalin, marcando “uma profunda ruptura com os métodos empregados durante a vida de Lenin” (Broué, 2014, p. 193) e introduzindo 200 mil filiados, de uma hora para outra, altamente despolitizados. Da mesma forma, o tradicional PC da Itália, sob a batuta do stalinista Palmiro Togliatti, reestrutura o “novo partido” após 1945, adotando “a palavra de ordem do partido de massas” e atingindo 2 milhões de filiados, que incluíam uma vasta massa despolitizada, cujo uma parte significativa havia sido usada como massa de manobra pelo regime fascista pouco tempo antes (Magri, 2014, p. 70-71). No Brasil, vimos como o PCB se tornou um partido de massas baseado na rebaixadíssima tática do queremismo (Falcão, *Op. cit.*, p. 57) e já analisamos o processo de massificação do próprio PCdoB, a partir de seu ingresso no bloco petista, marcando um abandono completo de qualquer traço de estratégia efetivamente leninista. Seja como for, para além do fato de que esses processos de rebaixar as ideias para angariar filiados marcam uma ruptura com a concepção de “partido de quadros”, base do leninismo desde o II Congresso do POSDR, levam quase que de maneira direta à burocratização, coração do stalinismo. Uma massa amorfa é facilmente deformável a partir das manobras de uma direção experiente, desde que as pautas não sejam excessivamente politizadas. De maneira quase automática, seja isso intencional ou não, esses filiados, “nas mãos de aparato se convertem em uma dócil massa de manobra, sempre obediente aos dirigentes, consideravelmente afastada do espírito revolucionário” (Broué, *Op. cit.*, p. 194).

Nesse sentido, o Sindicato opera uma guinada em direção à busca por associados, a partir da segunda metade dos anos 1990. A preocupação com a sindicalização aparece em uma quantidade muito abundante de materiais do período. De maneira nenhuma é questionável a busca por uma maior quantidade de filiados em uma entidade política, qualquer que seja. O que queremos destacar é que, nesse caso, essa busca, desde o início, manifesta traços pouco politizados, característica essa que vai se acentuar de maneira muito significativa após 2003. Por consequência, a tendência à burocratização da entidade se mostrará um traço irrefreável a partir de então.

Em 2002, às vésperas do início do governo Lula 1, o balanço da ação do Sindicato é contraditório. É preciso insistir, uma vez mais, que a análise das fontes não nos autoriza a concluir que a gestão do PCdoB (no período entre 1993 e 2002) foi *pelega* ou não travou lutas importantes. Ao contrário, se mobilizou por causas relevantes: contra demissões, assédios morais, arrochos salariais. Em nenhum ano compreendido nesse período, o dissídio deixou de registrar ganhos reais (ainda que, é bem verdade, em 1997 esse ganho tenha sido de apenas 1%) (Carvalho, *Op. cit.*, p. 53). Houve um avanço no contato com a base, no número de associados

e na publicação de materiais. O Sindicato prestou, também, a importantíssima função de assistência (médica, jurídica, psicológica, etc.) à categoria, de maneira significativamente eficiente.

Mas houve contrapartidas. A pauta política raramente se convertia em um plano de lutas concreto e, quando isso acontecia, ocorria canalizada para a via institucional, em franca contradição com o leninismo. Assim, de maneira natural, a pauta política irá gradualmente desaparecendo do receituário da direção da entidade. A reestruturação, que foi combatida pelo Sindicato de maneira direta, acabou por atingi-lo no “ponto cego”, o incorporando a comissões mistas e o colocando na defensiva. O aumento do número de associados ocorre pelo sacrifício de Lenin: não é pelo engajamento político que as novas gerações de operários serão incorporados, mas a partir da busca por assistência, ou pelo acesso à sede campestre, majoritariamente. A força das circunstâncias parece ter sido impiedosa com qualquer movimento sindical que não decidiu manter erguida a bandeira do marxismo revolucionário.

4.2: *Adeus, Lenin!* : a Luta Econômica Agora é a Regra

Em 2026, a gestão do PCdoB comemorou 33 anos de domínio no Sindicato. Na “idade de Cristo”, é difícil imaginarmos alguma ressurreição da energia combativa de 1993, ou de seu apego por pautas políticas. A chapa de Jorge Rodrigues assumiu a gestão em um momento conturbado e desfavorável no país, pelos elementos que já colocamos. Continha uma energia combativa e uma significativa presença de pautas políticas (contra o neoliberalismo, contra a reestruturação, contra a ALCA, pela da reforma agrária) que evaporaram com o passar dos anos. Por outro lado, representou um salto na estrutura (física e política) e no número de associados ao Sindicato. Os dois fatores (lutas políticas e aumento de associados) parecem formar uma equação de relação diametralmente oposta: a partir de 2003 veremos um aumento no número de filiados e uma maior influência sobre a categoria ocorrerem em detrimento da politização e da combatividade. Como veremos, as fontes não nos autorizaram a afirmar que, após 2003, o Sindicato manteve uma postura ininterruptamente combativa ou manteve a centralidade de pautas políticas. Ao contrário, paira uma combatividade limitada e a predominância, praticamente exclusiva, de pautas econômicas. Vimos que essa tendência já era esboçada desde os anos 1990. Contudo, após 2003, podemos localizar um salto de qualidade, já que esse processo de adaptação e burocratização passa a avançar em um ritmo muito mais rápido.

Defendemos que essa transformação se deve, primeiramente, a uma mudança de orientação do Partido Comunista do Brasil, no campo tático. Já vimos, na segunda parte desta

pesquisa, como a estratégia do partido, a partir dos anos 1990, passa a ser a busca pelo acúmulo de forças. Ora, 2003 marca a chegada do bloco petista, do qual o PCdoB quase sempre foi parte, ao Executivo. A partir de então, o acúmulo de forças se daria na administração do Estado burguês. Ou seja, o PCdoB havia se convertido em Partido da Ordem. Não era mais possível ao Sindicato se posicionar contra o governo (ainda que fosse possível manifestar divergências), muito menos avançar na construção de um plano de lutas anticapitalista, uma vez que os pcedobistas passavam a participar da administração do capitalismo no país.

A tática adotada pelo partido era, agora, não mais um antigovernismo acentuado, canalizado para a via eleitoral, mas a defesa intransigente do atual governo, combinada à esperança de tencioná-lo mais à esquerda. As resoluções do partido passam a afirmar que os movimentos sociais controlados pelo PCdoB (incluímos aqui, evidentemente, os sindicatos como um dos principais movimentos) tinham como tarefa “impulsionar o governo Lula no sentido das mudanças²⁶¹”, entendendo que se tratava de um governo de esquerda, mas não o suficiente. Ou seja, o pleito de 2002 teria operado um salto de *qualidade* na luta de classes, uma vez que representaria “a primeira viragem que abriu um novo ciclo histórico²⁶²”, em muito tempo. A estratégia política do PCdoB passa a ser focada na institucionalidade burguesa, a partir de 2003. Isso, evidentemente, pressupõe o abandono da estratégia revolucionária, marxista. Thompson (2012c, p. 22) destaca que mesmo na Inglaterra de inícios do século XIX, antes do advento do socialismo científico, a transferência da luta operária para as instituições parlamentares (através da formação do “Comitê de Westminster”) pressupunha o abandono da utopia revolucionária.

Para o PCdoB, seria necessário defender o governo Lula, já que as forças neoliberais estariam à espreita, esperando para voltar em 2006²⁶³. A via eleitoral havia varrido essas forças do governo e elas estariam todas colocadas na oposição. Lula representaria uma ruptura completa com as medidas neoliberais, além da possibilidade de avanço para o socialismo. Essa possibilidade dependeria da pressão dos movimentos sociais. Chama a atenção o fato de que tais movimentos não são marxistas ou anticapitalistas, mas possuem “caráter democrático, patriótico e progressista²⁶⁴”.

²⁶¹ Partido Comunista do Brasil, p. 17.

²⁶² *Ibid.*, p. 18.

²⁶³ *Ibid.*

²⁶⁴ *Ibid.*

Não era possível ao Sindicato, agora, impulsionar a construção de movimentos de luta de caráter mais agudo, mobilizados contra o capitalismo e o Estado, já que eram, agora, ambos administrados pelo partido. Nesse contexto, de defesa da ordem estabelecida, a pauta política não tem razão de ser. O centrismo stalinista mostrava sua face reformista e conciliadora.

Mas há outro motivo que leva à completa adaptação do Sindicato. Deixando de lado a esfera do geral e se atendo ao singular, o PCdoB varria do mapa, em 2003, a Força Sindical em Caxias do Sul. Após lutas intensas entre as duas forças, a FS irá agonizar entre os metalúrgicos, no início do século, tentando uma última cartada baseada na construção de um sindicato paralelo. A vitória sobre os *pelegos* consolida o PCdoB como a única força real em meio aos metalúrgicos (o que se repete na maioria dos sindicatos da cidade). Sem concorrência, o grupo político no controle da entidade deixará de sofrer pressões mais intensas para travar lutas agressivas, podendo se concentrar apenas em seu próprio crescimento e na difusão do ideário pecedobista na região.

4.2.1: O canto do cisne da Força Sindical

Após o advento do “sindicalismo autêntico”, no fim dos anos 1970, a burguesia brasileira precisou se reorganizar no que diz respeito à sua influência no meio operário. O tradicional sindicalismo atrelado ao Estado, diretamente (durante a Era Vargas ou a ditadura empresarial-militar) ou indiretamente (apoiado na repressão e criminalização do movimento operário, como nos governos pré-1930 ou no governo Dutra), já se havia esgotado como possibilidade real na luta de classes. As greves do ABC, os grandes ascensos dos anos 1980 e as greves gerais ocorridas naquela década colocaram à burguesia brasileira a necessidade de reciclar sua tática de atuação no movimento sindical.

É nesse sentido que surgirá a Força Sindical, em 1991. Buscando uma resposta ao “novo sindicalismo”, a FS possuía dois sentidos claros de existência quando de sua fundação. Em primeiro lugar, a busca por reciclar o “velho sindicalismo”, já desgastado, o que equivalia a criar novas figuras públicas (Luís Antônio de Medeiros), novas formas de atuação (com permanente trabalho entre os operários e uma estreita proximidade com os patrões) e renovar-se esteticamente (na linguagem, na agitação). Por outro lado, tratava-se da correia de transmissão dos interesses neoliberais em meio à classe operária (Antunes, 1995, p. 61).

Dessa forma, a atuação da FS passou a ser o maior expoente daquilo que se chamou de “sindicalismo de resultados”, a tendência mais avessa ao combate e mais afinada à negociação dócil com os patrões. Para Antunes (*Op. cit.*, p. 62), “sua aparência de *apoliticismo* era, em

realidade, a expressão mais *politizada* de um sindicalismo de extração burguesa, privatizante e inteiramente articulada aos interesses da ordem”. Alguns dos pontos centrais de seu ideário são o reconhecimento da vitória inevitável do capitalismo sobre o socialismo, a defesa aberta de um sindicalismo corporativista, passivo e economicista, uma separação entre o sindicalismo e a política e uma defesa da redução do papel do Estado na sociedade (*Ibid.*, p. 38).

Essa central, surgida para disputar frontalmente as mentes operárias com a CUT, possuía uma inserção no meio operário incomum para o sindicalismo tradicional brasileiro. Era (e segue sendo) verdadeiramente atuante na luta de classes, ainda que representando sempre a classe capitalista. Sua inserção, contudo, é de origem totalmente artificial: seu congresso de fundação teve uma minguada participação de trabalhadores, sendo impulsionada por burocratas experientes do sindicalismo paulistano (*Ibid.*, p. 58). Sua força real vem, claro, da atuação firme de seus burocratas profissionais, como de financiamentos advindos das classes dominantes. Mesmo seu principal líder histórico, Luis Antônio de Medeiros, foi uma figura forjada artificialmente, um “metalúrgico biônico” que trabalhou pouquíssimo tempo em chão de fábrica, apenas o suficiente para poder vestir a roupagem social, a fantasia, de operário na luta de classes (*Ibid.*, p. 62).

Em 1993, a FS disputa o pleito do Sindicato, sendo atropelada, nas urnas, pela chapa PCdoB – PT. A central ainda estava se estruturando na cidade, de forma que é possível imaginar que a chapa inscrita tenha sido formada às pressas, sem nenhum trabalho prévio em meio à categoria. Muito diferente será na eleição de 1996. Nela, teremos uma oposição estruturada, com trabalho de agitação bastante eficiente e com quadros sindicais experientes. O PCdoB terá, nesse período, um adversário incômodo e perigoso.

As eleições de 1996 ocorrem com três chapas: a da situação, encabeçada por Jorge Rodrigues, a da Força Sindical (tinha como figuras mais destacadas Valdemar de Lima e Idair Moschen) e uma “chapa branca”, sem ligação explícita com partidos políticos ou centrais sindicais. Em maio, o primeiro turno indicava a vitória da chapa pecedobista, mas com menos de 50% dos votos totais, o que forçava um segundo turno²⁶⁵. Era um evidente indicativo de que a oposição tinha um trabalho real de agitação em meio à categoria.

Não parece haver dúvidas de que as eleições de 1996 foram as mais acirradas da história do Sindicato em todo o período no qual os pecedobistas participaram (como força hegemônica ou minoritária) das gestões. A Chapa 2 (FS) não só parece ter realizado uma intensa campanha

²⁶⁵ Carvalho, *Op. cit.*, p. 50.

eleitoral, mas elevou o pleito a um nível de tensão altíssimo. No segundo dia de votações (ocorridas nos dias 18, 19 e 20 de junho), o pleito de uma das mesas de votação (a de número 7 – não há registro a respeito da fábrica em que se localizava, mas se situava em Farroupilha) terminou em pancadaria e com a presença da Brigada Militar. O fiscal da Chapa 2 buscou abrir as votações antes do horário estipulado, tentando se aproveitar do fato de que o fiscal da chapa concorrente não estava, ainda, presente. Diante da resistência da presidência da mesa, o fiscal partiu para a agressão física²⁶⁶. O fato não apenas indica a tensão dessas eleições, mas há outro fator relevante: a mesa de número 7 foi aquela em que a FS obteve a maior vitória: 302 votos contra 177 da Chapa 1²⁶⁷. O recurso à agressão física (que no jargão da militância costuma ser descrito como “gangsterismo”) indicava a defesa desesperada da principal fortaleza da Força Sindical na militância metalúrgica na região. Era nesse mesmo local que, anos mais tarde, a FS tentaria sua manobra mais ousada, como veremos.

Do mesmo modo, a contagem de votos foi tensa. A Chapa 2 buscou a anulação da votação, sob a alegação de que o Regimento Eleitoral havia sido alterado entre o primeiro e o segundo turnos. Manobra altamente burocrática: o advogado da chapa havia participado da reunião que promovera a alteração no Regimento, sem ter manifestado qualquer divergência, dias antes. A Comissão, claro, rejeitou a tentativa de impugnação. Mas o tumulto seguiu: a mesma chapa exigiu a lista geral de votantes e a lista de votação por empresas, usadas pela Comissão Eleitoral nas mesas do pleito. Exigência sem sentido (ambas as chapas acompanharam as votações e o preenchimento das listas, além de possuírem cópias delas). Mais uma vez, o pedido foi indeferido. Os dois casos foram meras tentativas de tumultuar o processo, numa atitude que pode ser classificada como provocadora.

Mas o tumulto de nada adiantou. Em apenas quatro, de quinze mesas, a Força Sindical conseguiu bater a chapa cutista. Dos 8670 associados, 5585 votaram. Essa taxa de abstenção, bastante significativa, talvez se explique pelo trabalho de base ainda em fase inicial, por parte da direção do Sindicato. Seja como for, a diferença total de votos não foi grande: a Chapa 1 venceu por 2776 votos contra 2471²⁶⁸. Quase 2500 metalúrgicos da região haviam sido seduzidos pelo discurso despolitizado e neoliberal da Força Sindical.

²⁶⁶ *Ata de substituição de mesário da mesa coletora de votos número 7 (sete), da eleição do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, do dia 19 de junho de 1996.* Sem pasta.

²⁶⁷ *Ata de apuração da mesa de número 7 Eleições do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, de 1996.*

²⁶⁸ *Ata da Reunião da Comissão Eleitoral realizada no dia 20 de junho de 1996.*

Assim, Jorge Rodrigues dirigiria o Sindicato por mais três anos. As eleições de 1999 parecem ter sido menos tensas. Ainda assim, a direção da entidade teve o cuidado de, ao longo daquele ano, inserir nos boletins/informes críticas à Força Sindical, preparando-se para o pleito de outubro. Exemplo disso, um boletim de março de 1999, que afirmava que direitos trabalhistas elementares (como 13º salário, limitação da jornada, repouso remunerado, licença maternidade, etc.) estariam ameaçados. Tais direitos podiam “simplesmente acabar se o Senado aprovar o projeto do governo, dos empresários e da Força Sindical²⁶⁹”. A central era apresentada como “braço direito dos empresários e do governo FHC”, atuando entre os trabalhadores para fazer propaganda enganosa²⁷⁰. Com menos distúrbios e tumultos, a eleição (que não teve segundo turno, por ter apenas duas chapas) levou a nova vitória pecedobista, com Jorge Rodrigues na presidência e Assis Melo como vice-presidente.

A menor dificuldade para bater a chapa rival parece ter sido resultado de uma mudança de tática dos elementos da Força Sindical na militância metalúrgica da região. Os militantes da central buscarão deixar de lado o embate eleitoral com o PCdoB (não apresentarão chapa nas eleições seguintes). Além disso, sua presença em Caxias do Sul parece ter diminuído, uma vez que após 1999 se encontram pouquíssimas referências à FS nos boletins/informes do Sindicato. Contudo, a central não havia desaparecido: ao contrário, adotava uma guinada tática em direção a um trabalho mais intenso em sua fortaleza, Farroupilha.

Em maio de 2002 a Força Sindical concentra suas energias em uma última cartada: a formação de um Sindicato dos Metalúrgicos paralelo, com base em Farroupilha. Poucos dias antes, as eleições de 2002 haviam levado o PCdoB a mais três anos de direção da entidade. Com quase 95% dos votos para a chapa da situação, a eleição não contou com oposição. Ou seja, a FS havia abandonado qualquer embate público com a CUT entre os metalúrgicos da região, enquanto se concentrava (ao que parece, de maneira inicialmente secreta) na construção de um outro sindicato. Se a construção do sindicato paralelo havia sido articulada em segredo, em seus capítulos iniciais, o PCdoB tinha plena consciência de que Farroupilha era uma base consistente da Força Sindical. A escolha por abrir uma subsede na cidade, portanto, não parece ter sido feita ao acaso.

A busca por barrar a manobra burocrática da central neoliberal consumiria significativos esforços do Sindicato. Uma rápida avalanche de materiais contra a Força Sindical volta a ser

²⁶⁹ *Boletim*, março de 1999.

²⁷⁰ *Ibid.*

produzida, ao mesmo tempo em que os boletins/informes passam a se concentrar na denúncia da manobra. Era preciso “manter a unidade, para que os trabalhadores não voltem a ser escravizados, sem direitos. Os trabalhadores não podem permitir que a tal Força Sindical se instale em Farroupilha e ajude o governo FHC a acabar com os direitos trabalhistas²⁷¹”.

A manobra fora realizada de um modo tragicômico. 2002 era ano de Copa do Mundo. O momento escolhido para iniciar a execução do plano foi justamente durante o mundial. Evidentemente, tal escolha não foi coincidência, uma vez que as atenções dos trabalhadores estariam, em grande parte, direcionadas para a campanha da Seleção. A Força Sindical havia formado, a portas fechadas, uma comissão “laranja”, com o objetivo de organizar a assembleia de fundação do novo sindicato. A comissão organizou, em Farroupilha, um grande evento com a categoria, às seis horas da manhã de uma segunda-feira, chamada não para votar a formação de um novo sindicato, mas para assistir ao jogo de estreia do Brasil no mundial, contra a Turquia (como se sabe, é tradição no país que os trabalhadores não trabalhem no horário dos jogos da Seleção em Copas do Mundo). Após a exibição do jogo, com a categoria provavelmente animada pela vitória por 2 a 1, de virada, a comissão puxou a votação de formação de um novo sindicato... Nessas condições, praticamente informais e um tanto cômicas, os presentes aprovaram a ideia.

No mesmo dia, o Sindicato reagiu, distribuindo informes e iniciando uma rápida articulação para o chamamento de uma assembleia (esta, legítima e puxada por uma comissão de verdade). O panfleto informava acerca da manobra, criticava o divisionismo, denunciava as posições da Força Sindical, salientava o compromisso do Sindicato com a luta por direitos e convocava uma assembleia na subsede, que teria, assim, seu primeiro momento efetivamente histórico²⁷².

No dia 5 de junho, às 18:30, tinha início a assembleia. Com o (previsível) boicote da Força Sindical, a categoria rechaça a criação de um sindicato fantasma. Não pude localizar os números da votação. Mas esse momento marcou a derrota definitiva da FS entre a categoria metalúrgica. Sua tática que, se não de ilegal, pode ao menos ser taxada de desonesta, provavelmente causou sua desmoralização diante da categoria em Farroupilha. Fora, contudo, seu canto do cisne: nunca mais a central representante direta dos patrões oferecerá qualquer resistência à hegemonia pecedobista no Sindicato.

²⁷¹ *Informativo Metalúrgico*, maio de 2002.

²⁷² *Informativo Metalúrgico*, junho de 2002.

As eleições de 2002, como dito, ocorreram com chapa única. A oposição havia sido varrida pelas gestões pecebobistas, certamente mais combativas do que qualquer outra, desde a intervenção dos anos 1960. Todas as eleições posteriores, no período compreendido neste estudo, se darão sem concorrência. A chapa eleita em 2002 continha Antônio Carlos Santos na vice-presidência, Antônio Carlos Silveira na secretaria geral e Eremi Melo como responsável pela formação. Como presidente, a figura mais icônica da história do Sindicato, desde Bruno Segalla: Assis Flávio da Silva Melo, ex-soldador da Marcopolo e membro do comitê estadual do PCdoB desde 1999. Grande quadro sindical, logo ingressaria no Comitê Central do partido.

4.2.2: A adaptação à ordem

O período compreendido entre o início do primeiro governo Lula e a eclosão da crise de 2008 é marcado por um visível processo de adaptação do Sindicato à ordem. Isso, claro, não é sinônimo de passividade ou de harmonia com relação aos patrões. Do ponto de vista singular, o Sindicato possui um histórico de enfrentamentos intensos com a burguesia local, em vários momentos, numa tradição que vem desde a greve dos oito mil, em 1963, às lutas dos anos 1980 e 1990. Isso faz com que esse instrumento não seja completamente digerível pelos capitães da indústria local, gerando as inevitáveis tensões próprias da incompatibilidade essencial entre interesses burgueses e proletários. Do ponto de vista geral, mesmo as organizações social-democratas, enquanto não podem deixar de representar, em alguma medida, os interesses imediatos do trabalhador, não encontram plena harmonia com o capital.

Se a superação de qualquer oposição séria na região e a transformação do bloco petista em Partido da Ordem atuam no sentido de adaptar o Sindicato à concertação social, respectivamente por aliviar a pressão em mostrar-se combativo e por tornar ideológica e materialmente prejudiciais ao PCdoB uma atuação social radicalizada, é preciso notar que essa adaptação encontra seus limites. Em outras palavras, o fato de o Sindicato acelerar seu processo de adaptação a partir de 2002, não o torna isento de travar lutas que ferem interesses da burguesia local.

Aqui, tomaremos de empréstimo as ideias daquela que talvez tenha sido a melhor análise de conjuntura já feita até hoje, e que certamente é a mais clássica. Marx (2011b, p. 80), ao analisar a crise francesa da metade do século XIX, afirma que “a burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que ela havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria”. Dessa forma, para o reacionário e burguês Partido da Ordem, em queda de braço com o sobrinho, a Montanha (parlamentares do partido social-democrata) representava

um perigo. Mesmo que esta reivindicasse “instituições republicanas democráticas, não como meio de suprimir dois extremos, o capital e o trabalho, mas como meio de atenuar sua contradição e transformá-la em harmonia” (*Ibid.*, p. 63), a burguesia francesa já havia compreendido que a defesa de liberdades civis e ideais progressistas representavam uma limitação para sua dominação classista (*Ibid.*, p. 80).

Assim, ainda que houvesse abandonado a pauta política e diminuído a intensidade das lutas econômicas, a defesa de pontos progressistas (como direitos trabalhistas ou salários mais elevados) fará do Sindicato, em vários momentos, um adversário indigesto dos grandes empresários caxienses. Isso, de maneira alguma, deve nos levar a concluir que há um antagonismo radical e classista nessa relação. Se a burguesia francesa “sentiu a necessidade de acabar com a Montanha” (*Ibid.*, p. 64), isso não se devia a nenhuma diferença de essência em relação à organização social-democrata, já que esta buscava uma mera “modificação da sociedade pela via democrática, dentro dos limites da pequena-burguesia” (*Ibid.*, p. 63), mas sim a questões de incompatibilidade de interesses pontuais e imediatos.

A transformação do Sindicato em um instrumento da concertação social não é uma teoria ou uma afirmação feita a partir de uma pesquisa com viés de confirmação. Pelo contrário, é uma conclusão inevitável a qualquer historiador que analise as fontes sobre a história da entidade de maneira isenta. A adaptação da entidade à ordem é algo *muito* perceptível a qualquer investigador, de forma que a grande questão a esse respeito não é a busca por provar *se* aconteceu tal processo, mas sim uma explicação acerca do *porquê* de haver acontecido.

Desde o início da gestão 2003-2005, a entidade deixou claro que estava disposta a alinhar-se com o *status quo* e a assumir um tom ameno e afeito ao diálogo com a patronal. Um aceno importante na direção do capital foi a participação da entidade no Diálogo da Concertação Social, ocorrido em 2003, por iniciativa do governo federal, recém eleito. Coerente com seu compromisso exposto na *Carta ao Povo Brasileiro*, de “crescer, incluir e pacificar” com apoio de “parcelas significativas do empresariado²⁷³”, o bloco petista mostrava, assim, desde o início o seu compromisso em procurar harmonizar capital e trabalho, em um contexto de ampla dominação do primeiro.

No evento, realizado em julho, Tarso Genro (então ministro do Desenvolvimento Social) e Antônio Carlos Santos (vice-presidente do Sindicato) representavam o governo e a

²⁷³ Lula da Silva, 2002. Disponível em:
<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>

entidade metalúrgica, respectivamente. A posição do Sindicato era a defesa de um crescimento econômico do capitalismo brasileiro e de um desenvolvimento da indústria local, através de créditos e financiamentos advindos do Estado. Em contrapartida, defendeu a valorização do trabalho e a redução da jornada²⁷⁴. Além de essa postura demonstrar alinhamento com o NPND (que analisamos na segunda parte deste estudo), demonstra o maior espírito conciliatório possível, ao expor também a preocupação com a saúde do capital brasileiro e local. E mais: a posição do Sindicato era de que caberia ao Estado, agora administrado pelo PCdoB, investir no desenvolvimento da economia. E para que não houvesse dúvida alguma sobre a postura da entidade, a reportagem sobre o evento termina definindo o termo “concertação”: “vem do latim *concertare*, que significa pôr em ordem, ajustar, harmonizar, pactuar, dar boa disposição a²⁷⁵”. A busca, agora, não era por uma vitória histórica do projeto socialista de Marx e Lenin. Ao contrário, os marxistas-leninistas se concentravam no pacto, na harmonia, entre exploradores e explorados. A nova gestão do Sindicato, em seu início, deixava nítido qual seria sua postura na luta de classes.

O compromisso do PCdoB com o bloco petista, afinado com a tradição histórica de frentes entre o stalinismo e o reformismo²⁷⁶, era frequentemente exaltado e justificado nos materiais do Sindicato. O NPND, compromisso pecebista com o capitalismo, passa a guiar a propaganda. O editorial d’*O Metalúrgico* de outubro de 2003, intitulado “Em defesa do desenvolvimento, do emprego e do trabalho”, apresenta o governo Lula como uma grande frente policlassista, mostrando que o etapismo stalinista seguia sendo um horizonte insuperável para o partido. Assim, a bandeira verde e amarela²⁷⁷ de apoio ao governo deveria se manter erguida, na defesa de uma “frente que una trabalhadores, a classe média, agricultores, empresários e todos os setores que queiram consolidar um caminho” para desenvolver o país²⁷⁸.

Ao ter sido colocado a serviço da conciliação de classes e da busca por harmonia social, o Sindicato, imediatamente, começava a mudar sua fisionomia. Uma das transformações é que, de instrumento de contestação do governo, a entidade se convertia em instrumento de

²⁷⁴ *O Metalúrgico*, 15 de julho de 2003, p. ?

²⁷⁵ *Ibid.*

²⁷⁶ Acerca disso há infinitos exemplos históricos de construção programática conjunta entre partidos burgueses e Partidos Comunistas (stalinistas), como a formação da FREPU na Argentina, a composição no governo Allende, as entradas nos governos italiano e francês após a Segunda Guerra, a colaboração do PC Chinês com o Kuomintang, o “queremismo” pecebista, a composição da Frente Popular em meio à Revolução Espanhola, a atuação dos stalinistas guatemaltecos como “conselheiros” de Jacobo Arbenz e mais uma infinidade de exemplos. Vale destacar que tanto PCdoB quanto PCB apoiaram o governo Lula I.

²⁷⁷ Significativo que até mesmo a histórica bandeira vermelha não tenha sido citada.

²⁷⁸ *O Metalúrgico*, outubro de 2003, p. 2.

justificação da ordem. Ainda em 2002, a direção do Sindicato definia a vitória de Lula como um dos maiores marcos da história do Brasil, abrindo caminho para uma nova era. Nesse sentido, seria comparável, em importância histórica, à independência, à abolição, à proclamação da República e à “Revolução” de 1930. Estaria se abrindo, assim, uma era de nacional-desenvolvimentismo²⁷⁹.

Ao fim de 2003, o jornal sindical publicava um editorial que realizava um balanço do primeiro ano de governo petista. Apesar de admitir que o Brasil não havia vivido um processo revolucionário com as eleições de 2002, as eleições majoritárias foram definidas como um marco histórico, por levarem ao poder as forças populares, que agora governavam o país. Para além do fato, já mencionado anteriormente, de que ao substituir o termo “classe trabalhadora” pelo genérico “povo” um partido abre mão de um posicionamento de classe, a ideia de que as forças populares estariam governando o país se chocava não apenas com a realidade, mas também com o mesmo texto do editorial, que era obrigado a admitir que a ampliação das alianças havia incluído o empresariado no governo. Essa participação da burguesia no governo “popular” seria fundamental para colocar o país no rumo “do desenvolvimento com valorização do trabalho”²⁸⁰.

Ao fim do governo Lula I, o veículo de propaganda do Sindicato apresentava inúmeros avanços realizados: criação de empregos, investimentos de R\$ 15 bilhões em agricultura familiar, ampliação do ensino público superior, aumento real de 20% no salário mínimo, abertura de canais democráticos entre governo e movimentos sociais. O material, contudo, não deixava de apontar certos limites ao governo, como o respeito rígido ao superávit primário, a política macroeconômica ortodoxa e o aumento da dívida pública. Portanto, a linha a ser defendida, mesmo diante desses limites, não podia ser outra que não a necessidade de reeleger Lula²⁸¹. Era essa a estratégia do PCdoB e de seus movimentos sociais.

Essa argumentação pecedobista (que, em sua essência, continua sendo feita pelo partido até hoje), definindo os governos Lula I e II como essencialmente populares, desenvolvimentistas, pró-campos, anti-neoliberais e baseados em avanços sociais históricos, é altamente questionável. Primeiro porque, em essência, a vitória de Lula não é de um projeto popular, mas de um projeto burguês. Em meio aos grandes ascensos de massa que varreram a América Latina na virada dos anos 1990 para os anos 2000, o PT aparecia como

²⁷⁹ *O Metalúrgico*, novembro de 2002, p.2.

²⁸⁰ *O Metalúrgico*, dezembro de 2003, p.2.

²⁸¹ *O Metalúrgico*, junho de 2006, p. 4.

uma opção para impedir a radicalização dos movimentos sociais. Conforme Arcary (2011, p. 12), “a burguesia já admitia, desde 1994, que o PT pudesse ser um partido de alternância disponível para exercer o governo em um momento de crise econômica e social mais séria”, de modo que não foi um imprevisto histórico como o kirchnerismo, mas um projeto consciente das elites (*Ibid.*, p. 13). Desde meados dos anos 1990, pela via dos financiamentos eleitorais milionários, o PT se ligava à burguesia, deixando de ser uma expressão orgânica do movimento operário, com uma direção cada vez mais impermeável aos interesses e pressões dos movimentos sociais e mais dependente dos interesses capitalistas (*Ibid.*, p. 15). A “Carta ao Povo Brasileiro”, assinada por Lula, aparecia como uma espécie de formalização desse compromisso com o capital.

Se tivermos em mente que os interesses do latifúndio e do campesinato são irreconciliáveis em sua essência, também parece impossível apresentar os governos petistas como representantes da massa camponesa. Ao contrário, em meio ao *boom* do preço das commodities, a principal base de sustentação econômica dos governos Lula I e II foi o agronegócio. A cifra de 15 bilhões de reais investidos em agricultura familiar, citada pelo jornal sindical, acaba sendo obliterada se tivermos em mente que, apenas em 2006, o governo transferiu mais de 75 bilhões de reais ao latifúndio brasileiro (Coggiola, *Op. cit.*, p. 100). Por outro lado, a meta de assentar 550 mil famílias (criticada pelos movimentos sociais por ser muito modesta) até 2007, não chegou nem perto de ser cumprida, tendo ocorrido 132 mil assentamentos, sem que fosse atendida a promessa de regulamentação fundiária. Assim, o agronegócio cresceu “até transformar o país no rei da exportação de determinados rubros, para manter o superávit comercial, gerador de divisas que mantivessem o país dentro da ciranda financeira internacional” (*Ibid.*, p. 98).

Vimos como o neoliberalismo não foi mera opção do governo de determinados países, mas uma exigência do capital em seu processo de reestruturação e busca por ampliar a extração de mais-valor a nível mundial. Assim, também é incoerente acreditarmos que um determinado governo, nos marcos do capital, seria capaz de romper com essa agenda econômica, revertendo as medidas da “terapia de choque”. O governo Lula foi, desde seu início, um continuador “da sujeição ao financismo, ao ideário e à pragmática neoliberais” (Antunes, *Op. cit.*, p. 166), mantendo uma política econômica “de continuidade exacerbada daquela herdada do período FHC, tornando o país mais vulnerável às oscilações da economia mundial” (*Ibid.*, p. 168). O PT assumiu uma dupla face, apresentando-se subserviente aos interesses do capital e preocupado com interesses de certos setores populares, mantendo essencialmente intacta a

agenda neoliberal (flexibilização, financeirização, liberalização) ao passo em que manteve uma postura populista em relação a determinados setores (Singer, 2012, p. 145). O governo Lula II irá apresentar certa redução dessa austeridade no que diz respeito à classe trabalhadora, com alguma flexibilização nos gastos públicos e um aumento mais significativo do salário mínimo, mas “sem eliminar a dose do componente conservador na fórmula lulista” (*Ibid.*, p. 147).

No que diz respeito aos avanços sociais, é inegável que houve uma melhora na condição de vida média da parcela mais pobre do país em comparação com a década anterior. Essa melhora foi tímida e ocorre a partir de um nível de pauperização absurda dos setores mais populares (trabalhadores, camponeses, mercado informal). Temos a redução do desemprego a taxas inferiores à metade daquelas que o país conheceu nos anos 1990, uma recuperação do poder de compra do salário mínimo, um salário médio que voltava a ter o valor real de 1990, a ampliação de crédito popular e de benefícios sociais (Arcary, *Op. cit.*, p. 13). A grande questão é que tais reformas se mostram tímidas se comparadas ao fortalecimento do capital e às medidas de ataques aos trabalhadores, como os ajustes no superávit primário, a contundente reforma da previdência, os amplos financiamentos do BNDES a grandes corporações (*Ibid.*, p. 17). Além disso, a renda havia se concentrado ainda mais: em 2009, 1% da população detinha o equivalente à renda dos 50% mais pobres (*Ibid.*, p. 40).

Os governos petistas não representaram, em sua essência, o “povo”, muito menos a classe operária. Ao contrário, o Partido dos Trabalhadores buscou atender aos interesses da burguesia, antes de qualquer outro. Mas a chave do sucesso popular repousa em sua relação com o setor mais pauperizado da população brasileira. Já em 2002, havia um crescimento de seu eleitorado entre a parcela de menor renda média, ao passo em que o PSDB seguia apostando nas classes médias (Araújo; Flores, 2019, p. 24). Se em 1998 o eleitor do PT ganhava, em média, R\$ 2.267,00, em 2006 esse valor havia caído para R\$1.200,00 (*Ibid.*, p. 32). Isso levou André Singer a definir o “lulismo”, surgido a partir dos escândalos políticos de 2005, segundo o autor, como um fenômeno de popularidade baseado no “subproletariado²⁸²” (*Op. cit.*, p. 54), cuja condição de vida melhora através de benefícios sociais, aumento do salário mínimo e crédito consignado (*Op. cit.*, p. 67).

Portanto, o PCdoB se encontrava, na realidade, atrelado a um projeto essencialmente burguês, capitalista, ancorado no agronegócio e no capital financeiro internacional e cuja base

²⁸² André Singer define o subproletariado como uma fração do proletariado que forma uma “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente” (Singer, *Op. cit.*, p. 19).

popular, que não era refletida em um projeto político do governo, eram os setores mais empobrecidos do país, e não o proletariado clássico. Assim, Arcary é bastante preciso ao afirmar que, embora haja diferenças ideológicas entre PT e PCdoB, o “lulismo” devorou não apenas o Partido dos Trabalhadores, mas absorveu também seus partidos-satélite, eclipsando totalmente qualquer luta real pelo socialismo em meio aos partidos e movimentos do bloco petista (Arcary, *Op. cit.*, p. 139). Se, como vimos, a tradição stalinista é marcada por uma transferência quase acrítica da linha da direção do partido em direção à base e às ferramentas sociais, é natural que o Sindicato houvesse se convertido em correia de transmissão dos interesses petistas (ainda que com ressalvas retóricas) e, por consequência, dos interesses capitalistas. Isso é suficiente para explicar a despolitização e redução da intensidade de lutas da entidade, ainda mais em um contexto local onde não há nem mesmo uma oposição à direita para servir como elemento de pressão.

Nessas condições, a luta sindical ficará restrita ao campo econômico e a aproximação de novos associados ocorrerá de modo eminentemente despolitizado. Anteriormente, já havíamos aludido ao fato de que a aproximação de novos filiados ao Sindicato ocorria cada vez menos por motivações políticas ou classistas, e cada vez mais pela busca do acesso à estrutura da entidade. A partir de 2003, a tática usada passa a ser um foco quase total nos sorteios de prêmios de final de ano. A primeira página d’ *O Metalúrgico* de outubro de 2003 é inteiramente dedicada a explorar a questão das premiações. A chamada é clara: “Associe-se ou apresente um novo associado e concorra a um carro zero no final do ano. Quem ganha é você²⁸³”. A entidade havia elaborado um sistema de premiação, em que se um operário associasse dez pessoas, ganharia uma quantia em dinheiro, ao passo em que se associasse sessenta pessoas, levaria um aparelho de televisão. A única referência em toda a primeira página que lembrava que um sindicato era um instrumento de lutas era a frase “Um sindicato forte na defesa de seus direitos”, perdida em meio a uma enxurrada de informações sobre prêmios e serviços de assistência.

Não é um caso isolado. De 2003 em diante, os jornais e boletins, que buscam ampliar o número de associados, esquecem quase que completamente que um sindicato é um instrumento de luta de uma categoria. O foco passa a ser, quase que totalmente, os sorteios. Como a contribuição sindical aumentava ano a ano, algo absolutamente compreensível, esse aumento era apresentado à categoria acompanhado de um foco total nas premiações como a principal vantagem de estar associado. Se para o ano de 2005 a contribuição havia aumentado de 50 para

²⁸³ *O Metalúrgico*, 18 de outubro de 2003, p. 1.

60 reais, a justificativa para o aumento era de que “todo trabalhador que pagar a Contribuição concorrerá aos seguintes prêmios:”, listando-se, a seguir, premiações que incluíam um carro zero quilômetros, máquinas de lavar roupas, aparelhos de DVD, etc. Ao longo de todo o edital de homologação do aumento da contribuição não há *rigorosamente nenhuma* referência ao Sindicato como um instrumento de lutas²⁸⁴. No ano seguinte, quando a contribuição é aumentada para 70 reais, a fórmula se repete: uma interminável lista de premiações busca justificar o aumento no edital, sem que haja nenhuma referência sequer às lutas econômicas²⁸⁵. A tradição stalinista de deixar de lado o marxismo e a política no momento de procurar novos filiados abraçava completamente a lógica de inflar em detrimento da postura combativa, obliterando o fato de que melhor justificativa para um aumento na contribuição sindical seria informar sobre a existência de um instrumento de lutas pronto para defender e ampliar os direitos da categoria. Se o objetivo era inflar, funcionou: vimos anteriormente os números acerca do aumento das fileiras de associados nesse período. Mas esse aumento ocorreu, claro, em escala diametralmente oposta à politização e combatividade do Sindicato.

Mas, mesmo em um contexto de rápida adaptação, lutas precisam ser travadas. Evidentemente, tais lutas não podem mais assumir um caráter político, de choque com as bases da dominação capitalista, uma vez que o PCdoB agora administrava o Estado capitalista brasileiro. O que resta são puramente as lutas econômicas. Serão, basicamente, o dissídio e o PPR que irão ocupar toda a energia de luta e de agitação da direção da entidade. Na análise das fontes, a partir de 2003, começa a se repetir um padrão bastante interessante. Se ao analisar as fontes dos anos 1990, o historiador dedicado à história sindical local vai se encontrar surpreendido em vários momentos, descobrindo atos, assembleias, intervenções em fábricas, greves, paralisações, operações-tartaruga, pautas políticas, etc., ocorrendo em momentos inesperados, essa surpresa, tão gratificante para o investigador, cessa a partir da análise das fontes do período posterior à eleição de Lula. Começa, então, a repetir-se um mesmo padrão, revelado pela impassividade dos documentos: entre fevereiro e julho/agosto, o Sindicato se concentra apenas nas negociações do dissídio; nos meses seguintes, o material busca exaltar o resultado do acordo coletivo (se for ano eleitoral, busca também influir no pleito); a partir de outubro, o foco são as premiações e a busca por filiados; em dezembro, as festas de confraternização de fim de ano e o aumento da contribuição. No ano seguinte, o ciclo se repete.

²⁸⁴ *O Pioneiro*, 14 de dezembro de 2004, p. ?.

²⁸⁵ *O Pioneiro*, 8 de dezembro de 2005, p. 24.

Portanto, teremos um sindicato especialista em negociações de dissídio. Completamente absorvido por pautas economicistas locais, a despolitização (expressa já na busca por associados através da exploração dos sorteios) devora a luta sindical, que não consegue romper os limites do estritamente econômico. O dissídio passa a ser a alma, a grande bandeira, o motor e a razão de ser do Sindicato. Mas, mesmo que a pauta meramente econômica seja artesanal e limitada, como definiu classicamente Lenin, ainda assim exige organização e luta, chocando-se com os interesses imediatos da burguesia local. Por isso, as negociações de dissídio nem sempre serão tranquilas, exigindo, em certos momentos, que o Sindicato recorra à base como forma de pressionar a patronal.

As negociações de 2004, logo no início do período da nova gestão, são truncadas, por exemplo. A patronal se mostra bastante intransigente e pouco disposta ao diálogo. A proposta do Sindicato era modesta (apenas 5% de aumento real), mas a patronal oferecera, basicamente, apenas a recuperação da inflação (0,7% de aumento real). Diante disso, a entidade se volta à categoria, denunciando a política de arrocho salarial e a elevada carga horária, que se devia à necessidade de realizar “serão” para aumentar o salário, atingindo assim 15 ou 16 horas diárias de trabalho²⁸⁶. Ao fim do imbróglio, os metalúrgicos conquistam 2% de aumento real (com a concessão de que os salários acima de R\$ 2.675, 00 teriam um aumento fixo de R\$ 187,25)²⁸⁷.

O ano de 2006 também consumirá quase toda a energia combativa do Sindicato na luta pelo dissídio. N’*O Metalúrgico* de junho de 2006, Assis Melo assina um texto no qual critica a intransigência patronal tradicional na negociação. Diante da proposta de 10% de aumento real dos salários, levantada pelos sindicalistas, o SIMECS oferece 2,8%. O presidente afirma ser necessário intensificar a mobilização e convoca para uma assembleia de contraproposta²⁸⁸. Vale ressaltar que a intensificação das mobilizações não significou paralisações ou operações-tartaruga, mas apenas a “esperança de que a categoria estivesse unida²⁸⁹”. Ao fim, o acordo é fechado em torno de 5,7% de aumento real, uma cifra elevada se comparada a dos metalúrgicos de Canoas (1,6%) ou à média de Caxias do Sul (3%)²⁹⁰. De fato, nesse período é inegável a eficiência do Sindicato em torno do economicismo.

Em seu estudo sobre a reestruturação na região, Wünsch (2010, p. 174) observa muito bem que as lutas econômicas não podem ser mais do que um meio para se atingir as lutas

²⁸⁶ *O Pioneiro*, 29 de junho de 2004, p. ?.

²⁸⁷ *O Pioneiro*, 30 de julho de 2004, Caderno de Economia, p. 17.

²⁸⁸ *O Metalúrgico*, junho de 2006, p. 3.

²⁸⁹ *Ibid.*

²⁹⁰ *Boletim Metalúrgico*, 25 de julho de 2006.

políticas, as únicas capazes de emancipar efetivamente o trabalhador. O pesquisador reconhece que a maioria das lutas travadas pelo Sindicato foi, assim, econômica, mas afirma que houve um ponto, no período entre 2003 e 2010, que fugiu a essa regra: a luta pela redução da jornada de trabalho. Essa luta permitiria a contestação do capitalismo em seu foro mais íntimo, que é a necessidade de explorar o máximo possível o trabalhador, além de possibilitar a reflexão acerca da necessidade de libertar as potencialidades humanas em sua plenitude através de um maior tempo dedicado ao lazer, estudo, esportes, etc. A redução da jornada “possibilita o debate sobre o controle do tempo e a questão do tempo livre, enquanto condição para dotar de sentido a existência humana” (*Ibid.*, p. 176).

Aqui, divergimos do autor. É evidente que a luta pela redução da jornada é fundamental para a classe operária, aparecendo como uma pauta histórica desde suas origens. Mas a luta por aumentos salariais também é fundamental e histórica, também se choca contra os interesses do capital, também permite que realizemos reflexões sobre a exploração e a essência do capitalismo, mas nem por isso é uma pauta política. É evidente que o capital buscará, tendencialmente, sempre alargar a jornada, já que “apropriar-se do trabalho 24 horas por dia é o impulso imanente da produção capitalista” (Marx, 2013, p. 329). Ao extrair o máximo da energia do operário pelo máximo de tempo possível, o capital deixa claro que “não tem a mínima consideração pela saúde e duração de vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração” (*Ibid.*, p. 342). Por isso, a luta pela redução da jornada é uma das mais antigas e fundamentais dentro do movimento operário, sendo travada desde muito antes do desenvolvimento do socialismo científico. Trata-se de uma bandeira fundamental a qualquer sindicato, em praticamente qualquer momento histórico e contexto.

Contudo, Marx (*Ibid.*, p. 597) observa que o avanço técnico do capital, aumentando a produtividade, permite que ocorram reduções da jornada sem diminuição da taxa de mais-valor, se a redução da jornada vier combinada de aumento da intensidade do trabalho. Aliás, Marx vai além, afirmando que a pressão do movimento operário pela redução de jornada na Inglaterra, levou a uma intensificação do trabalho, impulsionando o avanço técnico (*Ibid.*, p. 484). Com isso temos que a redução da jornada (tal como o aumento salarial) não costuma ferir de morte o capital, sendo possível que ocorra até mesmo sem que haja uma redução na taxa de mais-trabalho, agora compensada com a intensidade. Não podemos esquecer que, tal qual o aumento ou diminuição salarial, Marx inclui a jornada de trabalho como elemento fundamental da extração de mais-valor *absoluto*, o que mostra que ambos (salários e jornada de trabalho) possuem a mesma natureza.

Mas a luta pela redução da jornada não é sempre e necessariamente uma pauta econômica, podendo ela evoluir para uma pauta política. Se considerarmos essa luta histórica de maneira dialética, dinâmica, em movimento, e não de maneira estática (rotulando como econômica ou como política, em absoluto), é forçoso indicar que é uma luta *potencialmente* política. Em 1909, após o POSDR propor, na Duma, a jornada de 8 horas, Lenin afirma ser isso parte de um programa *mínimo* do socialismo (portanto, não se trataria de uma pauta revolucionária). Contudo, estaria ligada ao avanço em direção a um plano de lutas político (e potencialmente revolucionário), desde que usada para mobilizar o operariado para a superação do capital. Assim, a redução da jornada deveria ser colocada em um nível em que dificilmente pudesse ser plenamente atendida pela burguesia, mostrando seus limites na concessão de direitos ao proletariado. Serviria, contudo, como uma forma de pôr em movimento a classe, não ocorrendo a partir de manobras burocráticas no Parlamento, mas através da ampla pressão social exercida pelos trabalhadores, combinadas à apresentação do Projeto de Lei, enfatizando “a impossibilidade de concretizar tais instituições sem mudanças políticas radicais”, revolucionárias²⁹¹.

O que Lenin procura demonstrar é que há uma ligação possível entre pautas econômicas e políticas, de forma que, se a luta pela redução jornada for utilizada como meio de mobilização da classe trabalhadora e estiver atrelada à propaganda em torno da impossibilidade de ser atendida plenamente, nós temos uma pauta política, parte do programa mínimo socialista. Caso se torne mera pauta reivindicatória, sem compor um plano de mobilização e posta de maneira em que seja possível ao capital atender a demanda, a luta pela redução da jornada se mantém na esfera econômica. Agora, é preciso ressaltar uma vez mais: as lutas econômicas, apesar de limitadas, são importantes e Lenin jamais se colocou contra sua realização. O ponto todo, que vem desde a obra *Que Fazer?*, é a redução da luta a tais pautas, sem que se construa uma relação dialética (de avanço da consciência de classe) com as pautas políticas.

Nesse sentido, podemos afirmar que, no período analisado aqui (2003-2010), o Sindicato jamais buscou transformar a bandeira pela redução da jornada em uma pauta política. Além disso, não houve nenhum plano de lutas para transformar essa bandeira em um movimento real, que permitisse a mobilização da categoria e que levasse à base, de maneira sistemática e consistente, o debate sobre a importância da redução da jornada. Tampouco se acham materiais (boletins, jornais, panfletos, informes, atas de assembleias) em que essa pauta

²⁹¹ Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1909/oct/00b.htm> Livre-tradução.

é trabalhada com maior profundidade. Das fontes que pude analisar, encontrei essa pauta apenas de maneira esparsa, jogada em um ou outro material em meio a uma série de outras pautas. Lembremos que, em sua participação no Diálogo da Concertação Social, analisada anteriormente, o Sindicato ventila essa pauta, ao mesmo tempo em que se posiciona por melhores condições para a indústria capitalista local. Assim, é possível concluir com segurança que, do modo como foi trabalhada pela entidade, a pauta de redução da jornada de trabalho não apenas ficou restrita ao plano do economicismo, mas nem mesmo evoluiu para um plano de lutas real.

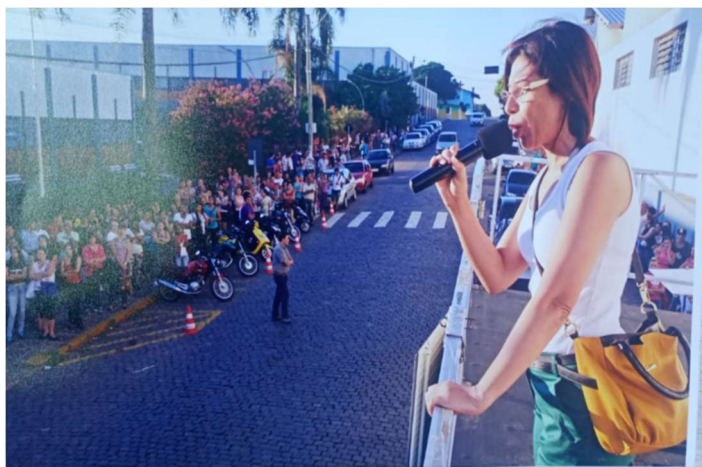
Mas, se o economicismo havia se tornado a regra das lutas sindicais, esse processo de despolitização não ocorre sem crises internas. A transformação operada a partir de 2003, foi sentida pela própria direção da entidade. Enquanto, na luta de classes e no contato com a categoria, o Sindicato se mostrava cada vez menos preocupado em construir lutas políticas, internamente seus quadros manifestavam preocupação com a despolitização e com a burocratização, que é a outra face dessa moeda.

O setor de formação sindical, dirigido por Eremi Melo, manifestava visível preocupação diante desse contexto, desde o início da efetividade da nova gestão. Um ponto que sempre vai aparecer na contramão do avanço do burocratismo é a questão das mulheres trabalhadoras. A preocupação com a formação feminina, procurando municiar as mulheres para a luta de classes e de gênero é muito saliente durante todo o período aqui analisado. Em 2003, o Sindicato vai aplicar, a partir de diretrizes da CUT, um projeto de “Capacitação das Mulheres em Negociação Coletiva”, alicerçado em cinco objetivos: mapear a presença e a participação das mulheres na estrutura sindical; aprofundar o conhecimento sobre a inserção das militantes do Sindicato em seu contexto de atuação; aprofundar o conhecimento acerca das condições de trabalho da mulher metalúrgica; capacitar as militantes para as negociações coletivas, observando o recorte de gênero na atuação; criar espaços permanentes para a discussão e a troca de informações sobre a situação da mulher, englobando homens em tais espaços²⁹².

As ações terão como foco fábricas como Gazola, Intral, antiga Eberle e Invensys, onde há grande número de operárias. Vale ressaltar que não apenas o 8 de março será integrado como data de eventos de formação, de maneira efetiva, na vida do Sindicato, mas diversas atividades de formação de mulheres passarão a acontecer, de maneira irregular, mas com certa frequência.

²⁹² Planejamento Projeto “Capacitação das Mulheres em Negociação Coletiva”.

Figura 4. Eremi Melo discursa em frente à Intral, por volta de 2008.



Fonte: Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul.

Aliás, a questão da mulher operária aparece com vigor nos materiais de propaganda. Não seria errôneo afirmar que, após o dissídio, é o ponto que aparece de maneira mais vigorosa no jornal. Exemplo disso, um dentre muitos, é a ótima análise acerca da discriminação salarial sofrida pelas mulheres, publicada n’*O Metalúrgico* de junho de 2003. Repleta de dados (com fontes) acerca da disparidade salarial entre gêneros no Brasil (inclusive trazendo dados sobre a categoria metalúrgica, em particular), contém também uma análise sobre algumas empresas locais. O texto termina conclamando as operárias à luta: “a participação das companheiras nas atividades sindicais é fundamental, como uma das únicas formas de combater as desigualdades que marcam seu cotidiano²⁹³”, evidentemente, o cotidiano profissional. De fato, a questão de gênero, que passa a ser levada com nítida seriedade e afínco após 2003, contrasta com o movimento geral do Sindicato e parece ser explicada essencialmente pela presença das mulheres na direção. O sexo superior não só em beleza, mas também em coragem, nas palavras eternas de Olympe de Gouges, parece ter sido a voz solitária que tentou manter viva a chama política da atuação da entidade.

A preocupação do setor de formação também se dirige para o operário em geral, para além do recorte de classe. Também em 2003, o Sindicato promove o curso “As Instituições Políticas da Sociedade Civil e a Atividade Sindical”. Elaborado pela CUT, englobava uma análise de conjuntura, discussões sobre a herança do governo FHC, a crítica das posições da Força Sindical, além de discutir a reforma da previdência, então em curso. De modo nem um pouco surpreendente, o material cutista busca apresentar a reforma, um dos maiores ataques do governo Lula aos trabalhadores, como positiva, apesar do modo burocrático como estaria sendo

²⁹³ *O Metalúrgico*, junho de 2003, p. 7.

conduzida²⁹⁴. Mas o mais interessante acerca desse curso é que englobou uma pesquisa sobre a qualidade da formação sindical, a partir das respostas dos participantes dos cursos. Em geral, as formações foram avaliadas positivamente na maioria dos critérios, o que só reforça que alguns quadros da direção possuíam uma sincera preocupação com o lado político da entidade e com a elevação da consciência de classe do operariado.

Mas a integração do instrumento classista à lógica da concertação respondia a causas materiais. Lenin, ao perceber o início do burocratismo do Partido Bolchevique e do sistema soviético elaborou, em 1922, uma série de medidas (que não foram aplicadas), como ampliação de bibliotecas públicas e impressão massiva de livros. Ninguém ainda havia percebido que aquele crescimento da burocracia se devia a causas materiais. O mesmo vale, guardadas as proporções, para a questão do Sindicato: sua burocratização/despolitização não poderia ser detida apenas com formação da categoria e dos sindicalistas. Obedecia ela a causas materiais: a mudança na conjuntura política nacional, na correlação de forças local, na posição ocupada pelo PCdoB e pelo bloco petista. Se na União Soviética a tarefa passava a ser fazer o Partido Bolchevique voltar a ser o que fora antes da Guerra Civil, no caso do Sindicato a tarefa para superar o burocratismo era ainda mais improvável: fazer o PCdoB voltar a ser um partido que jamais fora.

Mas o período que se estende de 2003 a 2008 também registra alguns avanços importantes do Sindicato na relação com a categoria. Em 2003 ocorre a primeira edição do Concurso Literário Bruno Segalla, que além de procurar envolver os trabalhadores na criação cultura, homenageia a maior liderança operária da história caxiense, em um importante movimento de contato com o passado da entidade. Também têm início os torneios esportivos, como rústica e futebol, que ocorrerão anualmente a partir de então. O Sindicato também passa a oferecer cursos de informática gratuitos à categoria, com emissão de certificados, cumprindo um relevante papel na educação e qualificação da classe trabalhadora. Em 2006, a base territorial de atuação sindical havia sido expandida, englobando Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Flores da Cunha, Antônio Prado, Carlos Barbosa, São Marcos, Vale Real, Nova Pádua e Nova Roma do Sul.

Outro movimento importante foi a criação da Rádio Comunitária, em 2005 (que atualmente, ainda que com algumas transformações, é a Rádio Vanguarda, irradiando em 87,5 FM). Uma experiência anterior de rádio comunitária já havia sido esboçada na cidade em 1998,

²⁹⁴ *Curso: As Instituições Políticas da Sociedade Civil e a Organização Sindical*, p. 3.

mas deixara de existir. Em 2005, ocorre uma grande articulação entre movimentos sociais caxienses, como os sindicatos dos bancários, transportes, comerciários, gráficos, a associação de artesãos e, evidentemente, o Sindicato dos Metalúrgicos, através da figura de Alberto do Nascimento Gonçalves, dirigente sindical e responsável pelo Departamento de Imprensa e Divulgação da entidade metalúrgica. Esta parece liderar o processo, sugerindo o nome e tomando a dianteira na organização das assembleias. Aliás, será Alberto Gonçalves quem assumirá o posto de coordenação geral da Rádio Comunitária, o que mostra o peso do Sindicato em meio aos movimentos sociais da região. Seu estatuto fundacional é aprovado no dia 1º de setembro daquele ano. Vale destacar que, nessa assembleia de fundação, estavam presentes trabalhadores de “chão de fábrica” das mais diversas áreas: serventes, copeiros, auxiliares de saúde, bancários, comerciários, artesãos, metalúrgicos, funcionários de escola e garis²⁹⁵. De fato, apesar de claramente dirigido pelo PCdoB, o projeto havia movimentado e integrado setores de base em seu pontapé inicial. Atualmente a Rádio Vanguarda presta um relevante serviço informativo e de promoção cultural, direcionado a setores trabalhadores e populares da região.

Entre 2003 e 2008, mais dois fatos que merecem menção ocorrem na trajetória do Sindicato. Em abril de 2005, mais uma eleição sem concorrência. A nova gestão era composta por Assis Melo (presidência), Leandro Velho (vice-presidência), Eremi Melo (departamento de mulheres), Antônio Carlos S. Santos (secretaria geral), Werner Diehl (tesouraria), Alberto Gonçalves (imprensa e divulgação) e Antonio Carlos Santos (formação). Em 2007, por motivos que já analisamos na segunda parte desta pesquisa, a CSC rompe com a CUT, convertendo-se na CTB. Essa mudança, contudo, não parece ter tido um impacto muito grande na relação entre o Sindicato e a categoria. O PCdoB, em oposição à Articulação, sempre atuara de maneira mais ou menos autônoma em suas ferramentas sindicais. Além disso, em essência, o programa pecedobista não divergia do programa petista, como vimos. Não há, fato sintomático, materiais relevantes nos jornais e boletins sindicais a respeito desse movimento de ruptura²⁹⁶.

²⁹⁵ *Documentos de Fundação da Rádio Comunitária.*

²⁹⁶ Em todo o (volumoso) acervo do Sindicato não há praticamente nenhuma referência à adesão à CTB. Encontrei apenas um documento, falando sobre dissídio, que afirmava que a mesma assembleia que aprovara a troca da CUT pela CTB, também aprovara a pauta sindical para o dissídio de 2007. Essa inobservância, na própria documentação da entidade, sobre o ingresso na CTB, sugere algumas coisas: primeiro, que não houve tensões, adaptações ou mudanças na forma de atuação do Sindicato com a transição, que provavelmente passou despercebida a muitos operários. Em segundo lugar, sugere que a assembleia que a aprovou foi tranquila (não houve, é provável, manifestações significativas em contrário). Finalmente, sugere que a gestão, que havia pulverizado qualquer oposição, tinha já um domínio tão seguro sobre a entidade a ponto de nem mesmo ter se preocupado em fazer um debate prévio com a categoria para preparar a transição.

O ano de 2008 seria marcado pelo início da crise capitalista global de superprodução que, longe de ser uma “marolinha”, atingiria o Brasil com força total. Também seria ano de eleições sindicais, com chapa única, uma vez mais. A gestão eleita teria de combater pelo dissídio em condições de crise econômica, o que significa uma tendência a maiores choques com os patrões. A adaptação do Sindicato à lógica da concertação, contudo, estava completa: em 2008 as pautas políticas haviam quase desaparecido, a aproximação de novos associados focada nos sorteios levava a uma despolitização ainda maior (associada à inevitável burocratização, ligada sempre ao rebaixamento programático), a luta econômica se havia convertido em um fim em si, a palavra de ordem do socialismo havia desaparecido da agitação e da propaganda e a energia combativa era completamente direcionada às negociações de dissídio ou PPR. O centrismo stalinista havia conduzido o Sindicato a um reformismo explícito, lembrando os momentos mais icônicos da colaboração de classes da Comintern. Mas, como veremos, em momentos de crise econômica, até mesmo o mais dócil reformismo costuma se mostrar incômodo aos interesses burgueses.

4.2.3: A crise de 2008: a patronal endurece o jogo

Tal como o discurso emplacado pela grande mídia acerca do Plano Real, a crise de 2008 também entra no rol das narrativas espirituais, típicas da ideologia liberal. Até hoje, passadas quase duas décadas da eclosão da crise, a ideia mais difundida é de que a hecatombe econômica foi causada por uma especulação irresponsável no setor imobiliário estadunidense. Crise *moral* essa: tivessem os investidores sido um pouco mais responsáveis, ela teria sido evitada. O discurso adotado pelas Organizações Globo, por exemplo, foi de que todo o estrago tinha sua raiz na especulação imobiliária que, por algum motivo quase impossível de ser explicado, havia deixado de dar lucros. Isso seguiu sendo repetido: quando dos dez anos de início da crise, a Globo publicava uma análise que atribuía o colapso ao “estouro da bolha imobiliária”, afirmando que ela teve origem não só *apenas* nos Estados Unidos, mas “em um mercado muito específico americano”²⁹⁷. Mais recentemente, no aniversário de quinze anos da catástrofe econômica, a tradicional revista *Exame*, publicava uma matéria na mesma linha: se a falência do Lehman Brothers havia sido o detonador da crise imobiliária, sua origem última estava no

²⁹⁷ *Quebra do Banco Lehman Brothers completa Dez Anos*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/15/quebra-do-banco-lehman-brothers-completa-10-anos-relembra-a-crise-de-2008.ghtml>

ano anterior, já que “o rompimento da bolha foi o ápice da crise que começou em 2007, desencadeada pelo colapso no pagamento de hipoteca de imóveis nos Estados Unidos²⁹⁸”.

Mais do que o fato de que não explicam quase nada, essas narrativas hegemônicas se esforçam por proteger o que há de mais sagrado à burguesia: o capital, claro. A crise de 2008 aparece, assim, retratada como um episódio excepcional, que possui explicações exclusivamente específicas e singulares. Com isso, temos a típica *fragmentação* operada pelo pensamento burguês, negando a totalidade e procurando explicar um fenômeno a partir dele mesmo. Aqui, a crise não tem relação com o modo de produção. As contradições inerentes ao capitalismo, sem as quais ele não pode existir, não são apresentadas. O sistema não possui problemas insolúveis na essência de seu funcionamento: a culpa pela crise é dos indivíduos que resolveram especular em demasia.

Partindo para a análise da realidade material, origem das ideias, da sociedade e das falências de bancos, Mészáros (2009, p. 34) destaca que a globalização dos anos 1980/1990 buscava resolver o problema da realização do capital. Ao ter o setor automotivo como exemplo, o autor observa que a desregulamentação e a flexibilização buscavam desafogar a queda na taxa de lucros de empresas como GM, Ford ou Chrysler, procurando facilitar a realização de seu capital e acentuar a extração de mais-trabalho por meio de plantas instaladas em países periféricos. Diante da dificuldade de seguir acumulando no ramo produtivo, o século XXI vê uma migração do capital industrial, de maneira cada vez mais acentuada, para a especulação financeira (*Ibid.*, p. 35-36).

O que Mészáros chama de “crise estrutural” (pouco importa, aqui, se aceitamos ou não esse conceito), leva a uma especulação financeira cada vez mais intensa. Por isso, “não é um acidente que o dinheiro tenha inundado de modo tão alegre o setor financeiro. A acumulação de capital não poderia funcionar adequadamente no âmbito da economia produtiva” (*Ibid.*, p. 216). A questão é que a especulação somente pode avançar enquanto os devedores puderem sustentar as dívidas. A singularidade do caso de 2008, que a torna uma crise particular e típica do capitalismo, está no fato de que o arrocho salarial aplicado pela indústria estadunidense fez com que os devedores se tornassem inadimplentes, dissolvendo o castelo de areia da especulação: “pense no efeito disso [o arrocho salarial] e nas obrigações que os trabalhadores têm – por exemplo, pagar pesadas hipotecas” (*Ibid.*, p. 219). Trata-se, portanto, de uma crise na

²⁹⁸ *Melhores e Maiores 50 Anos*: a bolha imobiliária estoura e deflagra crise mundial em 2008. Disponível em: <https://exame.com/brasil/melhores-e-maiores-50-anos-bolha-imobiliaria-estoura-e-deflagra-a-crise-mundial-em-2008/>

realização do capital, atrelada à superprodução, própria de um modo de produção em contradição permanente consigo mesmo.

O geógrafo David Harvey insiste na relação direta entre a crise de 2008 e a superprodução. Para ele, a queda da taxa de lucros e a dificuldade de realização do capital industrial, levaram a uma migração massiva de capital para o setor financeiro-especulativo a partir do início da década de 1980, a nível mundial. Nem mesmo a implementação do neoliberalismo, arrochando os salários e removendo direitos trabalhistas, pôde conter o problema da realização efetiva daquele capital que a indústria imperialista seguia produzindo:

À medida que mais capital excedente entrou na produção na década de 1980, particularmente na China, a concorrência intensificada entre os produtores começou a colocar pressão sobre os preços (como visto no fenômeno do Wal-Mart com preços cada vez menores para os consumidores dos EUA). Os lucros começaram a cair depois de mais ou menos 1990, apesar da abundância de trabalhadores com baixos salários. Salários e lucros baixos são uma combinação peculiar. Como resultado, cada vez mais dinheiro entrou na especulação em ativos, porque era onde lucros eram passíveis de ser realizados (Harvey, 2011, p. 32).

A financeirização da década de 1980 não foi mera opção do capital. A dificuldade em manter a taxa de lucros a níveis aceitáveis levou a grande burguesia a especular com o capital fictício, não-produtivo, numa escala maior do que tudo que já se vira antes. Essa tendência se generalizou, já que “vieram à tona periodicamente relatórios sugerindo que muitas das grandes corporações não-financeiras geravam mais dinheiro de suas operações financeiras do que fazendo coisas. Isso foi particularmente verdadeiro na indústria automobilística” (*Ibid.*, p. 28). A crise de 2008 não foi um fenômeno isolado: para além de sua proporção, não houve nada nela que fosse novidade, que já não estivesse presente em outras crises financeiras anteriores, desde as primeiras medidas de desregulamentação (*Ibid.*, p. 16). A crise financeira explodiu há duas décadas porque os salários arrochados não puderam sustentar indefinidamente o crédito a eles atrelado, que servia de base para a orgia especulativa. Novamente aqui, a explicação não é isolada: é histórica e material.

Se o *boom* das commodities, entre 2003 e 2007, fez com que a América Latina recebesse um montante recorde de investimentos estrangeiros diretos (na casa dos US\$ 300 bilhões), ocorre uma mudança drástica a partir de 2008, quando a demanda por matérias-primas latinoamericanas despenca. No quarto trimestre desse ano, o PIB brasileiro sofreu uma queda monumental: reduziu-se em 13,6% (Coggiola, *Op. cit.*, p. 122-123). Em fevereiro de 2009, a queda nos preços de mercadorias fundamentais à economia brasileira era avassaladora: petróleo

51%, arroz 50,6%, milho 47,9%, metais 49% (*Ibid.*, p. 126). O governo Lula se viu obrigado a injetar, principalmente via BNDES, mais de 300 bilhões de reais em empresas privadas, repetindo a receita aplicada pelos países centrais, como medida desesperada para evitar um estrago maior ainda (*Ibid.*, p. 129).

Postos de emprego se fecham ao passo em que o governo do Partido dos Trabalhadores, enquanto financiava a burguesia, promovia reduções de investimentos em todas as áreas fundamentais para o trabalhador e o povo pobre: saúde, educação, transporte, previdência e assistência social (*Ibid.*, p. 133). Com isso, as lutas sociais começam a se intensificar no país (e no mundo) a partir de 2008. Se em 2004 o Brasil havia registrado 114 greves, no ano da crise esse número quase dobra, chegando a 224 greves. Em muitos casos, essas greves levaram a choques com a burocracia sindical ligada ao governismo, desgastando a relação das centrais petistas com a classe trabalhadora (*Ibid.*, p. 131). O clima de ascenso voltava a se desenvolver, gradualmente, no Brasil

Em 2008, a indústria automotiva multinacional iniciava o novo ciclo com investimentos maciços no Brasil. Nacionalmente, o setor planejava, até 2010, aplicar quantias vultuosas de capital no país: a Renault intencionava aplicar US\$ 300 milhões; a GM, US\$ 1 bilhão; a Ford, US\$ 2 bilhões; a Fiat, US\$ 3 bilhões²⁹⁹. No início do ano da crise, o contexto ainda era de calma para o capital no Brasil.

Isso também se aplica ao contexto local. A Marcopolo vinha de um aumento em seu lucro líquido de R\$ 82,4 milhões para R\$ 120,8 milhões (a receita líquida atingia R\$1,75 bilhão no início de 2007). A Fras-Le também vinha em um ótimo momento: sua receita em 2006 havia sido de R\$ 391,6 milhões, com um lucro líquido de R\$ 40,8 milhões, simplesmente o maior da história da empresa. Eram apenas exemplos locais do excelente momento que viva o setor automotivo brasileiro, às vésperas da crise: em 2006, as vendas internas de veículos produzidos no país atingiram a cifra de 672 mil unidades, a maior marca da história, até então. Em Caxias, os momentos que antecederam o estouro foram tão favoráveis ao capital, que até mesmo a Lupatech (muito mais modesta que outras gigantes da cidade) anunciava crescimento expressivo, adquirindo uma empresa carioca (também do ramo de peças de equipamentos para indústria do petróleo e gás) por R\$ 87,3 milhões³⁰⁰.

²⁹⁹ *Jornal do Comércio*, 8 de fevereiro de 2007, p. 12.

³⁰⁰ *Balanco da Indústria Caxiense 2006-2007*.

Mas, assim como no contexto global, em Caxias do Sul já não era mais possível à indústria sustentar de forma contínua um crescimento expressivo de seu capital combinado à valorização do trabalho. A fórmula do arrocho já vinha sendo aplicada no Brasil, para garantir tais lucros, desde o início da reestruturação produtiva, como vimos. Um exemplo era a Marcopolo: no mesmo ano de 2006, em que teve seu lucro recorde (até então), havia ocorrido o fechamento de 416 postos de trabalho na empresa³⁰¹. A indústria de Caxias seguia mantendo sua estratégia histórica de explorar a rotatividade para tencionar os salários para baixo.

Tabela 5: Rotatividade em Caxias do Sul no setor metalúrgico, de março de 2006 a fevereiro de 2007

Faixa de Salários Mínimos	Admitidos	Demitidos	Saldo da Movimentação
Até 1,5	4099	-2535	1564
De 1,51 a 2	4397	-2891	1506
De 2,01 a 3	3852	-3731	121
De 3,01 a 4	823	-1532	-709
De 4,01 a 5	383	-645	-262
De 5,01 a 7	301	-534	-233
De 7,01 a 10	175	-244	-69
De 10,01 a 15	72	-128	-56
Mais de 15,01	44	-79	-35
Ignorado	26	-14	12
Total	14172	-12333	1839

Fonte: *Balanço da Indústria Caxiense 2006-2007*. Disponível no acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Arquivo sem pasta. Adaptado.

Os lucros elevados da indústria local eram, portanto, parcialmente mantidos através da rotatividade, que sempre tende a tencionar os salários para baixo. Na tabela, é perceptível que os postos de trabalho de maior remuneração sofreram drástica redução. Até mesmo os postos de remuneração mediana (entre 3,01 e 5 salários mínimos) foram duramente atingidos. O único crescimento no número de postos de trabalho ocorreu nas vagas de remuneração mais baixa (até 3 salários) e, ainda assim, em meio a um número de desligamentos gigantesco (9157 demissões em menos de um ano).

Por um lado, isso reforça a tônica histórica da indústria caxiense, que exploramos na primeira parte desta pesquisa. No século XXI ainda se mantinha a rotatividade combinada a

³⁰¹ *Ibid.*

salários majoritariamente muito baixos. Como vimos, o setor automotivo local possui baixa composição orgânica, dependendo fortemente do mais-valor absoluto (baixos salários, neste caso) para auferir lucros satisfatórios. Por outro lado, esse fenômeno ajuda a explicar por que as negociações economicistas empreendidas pelo Sindicato (dissídio e PPR) costumam chocar-se com a intransigência patronal com tanta frequência, não importa o quão adaptado à ordem esteja sua direção.

Se, em um contexto de crescimento econômico, as tensões entre a entidade metalúrgica e a patronal costumam ser perceptíveis, nos momentos de desaceleração essa tensão tende a ser mais conturbada ainda. Se avançarmos de 2007 para 2009, quando a crise já estava instaurada a nível global, a situação na cidade é de total instabilidade. O primeiro semestre daquele ano registra o fechamento de 1289 postos de trabalho³⁰². O número pode não parecer assustador: mas, diante de uma indústria que vinha, desde meados dos anos 1990, registrando crescimento ininterrupto, indica claramente um contexto de crise. Nesse ano, a Marcopolo registou um crescimento extremamente tímido (principalmente se pensarmos que, três anos antes, havia atingido seu lucro recorde): apenas 1,6%. Mas esse crescimento foi combinado a uma queda livre em sua receita líquida, reduzida em impressionantes 18,7%³⁰³. No caso da Randon, o cenário foi ainda pior: queda de monumentais 50,5% no lucro líquido, no primeiro trimestre de 2009³⁰⁴. A luta de classes tendia a se tornar mais aguda.

Cristalizado numa prática economicista e pouco politizada, o Sindicato inicia esse período mais agudo com um balanço de sua atuação no que diz respeito à consciência de classe da categoria. Muito mais fruto de ações individuais do que de um partido que, reproduzindo a tradição stalinista, adotava um funcionamento burocratizado e adaptado ao capitalismo, como já discutimos, essa autoavaliação é bastante reveladora. Ela compõe o *Plano de Lutas* da entidade para o ano de 2009, elaborado no início daquele ano por 33 sindicalistas. No plano, a missão que o Sindicato se propõe realizar é de “constituir-se como um instrumento de lutas da categoria, contribuindo para a elevação do seu nível de consciência de classe³⁰⁵”, tendo como estratégia a sociedade socialista.

³⁰² Waismann, 2010, p. 6.

³⁰³ *Marcolopolo Lucra mais em 2009, mas perde Receita Líquida*. Disponível em:

<https://www.infomoney.com.br/mercados/marcopolo-lucra-mais-em-2009-mas-perde-receita-liquida/>

³⁰⁴ *Randon tem queda de 50,5% no lucro líquido consolidado no primeiro trimestre de 2009*. Disponível em:

<https://www.infomoney.com.br/negocios/randon-tem-queda-de-505-no-lucro-liquido-consolidado-no-primeiro-trimestre/>

³⁰⁵ *Planejamento Estratégico Situacional do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul*, p. 2.

O plano admite deficiências na formação política e sindical (dos sindicalistas e da base), apontando que não havia nem um diretor de formação e nem assessorias que organizassem projetos de formação. Aliás, admite que não havia nem recursos destinados a tais atividades, nem continuidade na formação (as atividades, raras, que iam nesse sentido e acerca das quais falamos no item anterior, eram ilhas esparsas no meio de uma atividade completamente voltada ao economicismo) e nem mesmo interesse dos sindicalistas em formar-se (*Ibid.*, p. 4). Em outras palavras, o instrumento encontrava-se altamente burocratizado nesse ponto. Como sintoma (e causa) desse burocratismo, os dirigentes sindicais se encontravam “acomodados”, a diretoria não se comunicava com a base e nem conhecia seus problemas, e havia uma dificuldade enorme em formar novos quadros sindicais (*Ibid.*, p.5). A entidade, não obstante os esforços de indivíduos isolados em seu interior, havia se convertido em um retrato perfeito de burocracia stalinista.

Mas a situação piora. O documento interno ia além do levantamento de sintomas e chegava a elencar consequências profundas desse burocratismo: praticamente inexistiam mulheres na executiva; os principais dirigentes estavam absorvidos pela ociosidade e mal participavam das atividades do Sindicato; o orçamento era controlado, de modo burocrático, pela tesouraria, que centralizava as decisões a tal respeito; a imagem dos diretores de fábrica ligados ao Sindicato estava arranhada junto à categoria; havia desconhecimento, por parte de muitos sindicalistas, sobre as reais atribuições de cada departamento (*Ibid.*, p. 7). O trabalho de base estava, como é de se concluir, numa situação igualmente desanimadora: a CIPA, importantíssimo instrumento da luta operária, não tinha um acompanhamento eficiente; o trabalho junto à categoria, nas fábricas, também era precário; as assembleias eram pouco representativas; a categoria, como era de se esperar, não vinha demonstrando grande interesse pelas atividades sindicais; não havia um debate sobre o desenvolvimento da reestruturação produtiva e suas consequências no mundo do trabalho (*Ibid.*, p. 8).

As ações sindicais descritas anteriormente neste estudo, já apontavam para um claro processo de burocratização da entidade. A despolitização, com o desaparecimento de pautas anticapitalistas do plano de lutas, e a sindicalização baseada na oferta de prêmios e no assistencialismo, não poderiam levar a outro caminho. O rebaixamento do programa socialista até seu completo desaparecimento da luta de classes, a transformação do PCdoB em Partido da Ordem, a ausência de pressões opositoras: são todos elementos típicos de um contexto material que impulsiona a burocratização, a separação em relação à base, a distância entre a base e a luta política, a deterioração da consciência de classe. Ao ser dragado, pelo verticalismo pcedobista,

para a manutenção do *status quo*, o Sindicato se convertia em uma ferramenta estéril na luta pelo socialismo, ainda que seguisse, como não podia deixar de ser, jogando granito no caminho para a lucratividade da burguesia local. Prestava um trabalho importante à categoria, no que diz respeito à saúde, lazer, serviço jurídico e defesa salarial, mas sua razão de ser já havia se confundido com a necessidade de manter a ordem social. Em 2009, um contexto de novas lutas se abria no país todo, para quaisquer movimentos sociais, fossem reformistas, stalinistas, anarquistas, trotskistas. Poderia uma entidade, após anos de burocratização crescente, inflamar a categoria para enfrentar esse contexto?

Os anos de 2009 e 2010 são marcados por casos de descumprimento de empresas locais com relação ao acordo de PPR. Alegando que a meta não havia sido alcançada, a Lupatech se recusava a dar qualquer valor ao operário³⁰⁶. Como reação, ocorre a paralisação de 400 trabalhadores. Ao alegar que a meta de produção não havia sido alcançada, a empresa responsabilizava seus funcionários pela crise capitalista que enfrentava. Descumprimento claro do acordo, firmado no início daquele ano de 2010. A greve se encerraria uma semana depois (não pude localizar fontes sobre o acordo final).

Mas sem sombra de dúvidas, o grande enfrentamento foi a paralisação da Randon, em fevereiro de 2010. O PPR anunciado pela empresa era de míseros 40 reais³⁰⁷, num contexto em que a empresa havia apresentado uma recuperação econômica, atingindo um lucro líquido de R\$ 98,2 milhões no último trimestre de 2009³⁰⁸. O Sindicato busca negociações, mas o movimento é completamente ignorado pela empresa. Por sua vez, a Randon se movimenta rapidamente: em ação junto ao TRT do estado, obtém uma proteção contra a entidade metalúrgica: o Sindicato não poderia fazer qualquer manifestação a menos de 200 metros de distância da empresa. Uma vez que a Randon só pode ser acessada por uma única via (a avenida Abramo Randon, cortada de seu início a seu fim por empresas do grupo, de ambos os lados), e que a fábrica fica exatamente na metade do logradouro, não havia possibilidade real de a entidade se aproximar da entrada da planta.

De maneira inegavelmente corajosa, o Sindicato ignora a proibição jurídica: no histórico dia 12 de fevereiro de 2010, realiza uma massiva assembleia na avenida, quase na frente do portão da empresa, desafiando não apenas a mais poderosa família da cidade, mas também a própria justiça burguesa. Do lado operário da barricada da luta de classes, a inevitável

³⁰⁶ *Operários da Lupatech continuam paralisados*. O Caxiense, 6 de outubro de 2010.

³⁰⁷ *O Caxiense*, 13 a 19 de fevereiro de 2010, p. 23.

³⁰⁸ *Boletim Metalúrgico*, fevereiro de 2010.

aprovação de greve, exigindo o cumprimento do acordo de pagamento integral do PPR; do lado burguês, o recurso ao Estado: apavorados com a audácia do Sindicato, os executivos da Randon ligam para a polícia. A repressão é brutal: balas de borracha, cassetetes, gás lacrimogêneo, chutes de coturnos e prisões. Assis Melo, então vereador de Caxias do Sul (mantendo-se na presidência do Sindicato) é arrastado à delegacia, junto de outros sindicalistas, alguns deles feridos. Se a repressão estatal havia marcado o corpo de muitos operários e sindicalistas ali presentes, o grupo burguês sairia ferido naquilo que é seu objetivo máximo: o lucro.

Figura 5. Sindicalistas são presos na manifestação em frente à Randon



Fonte: Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul.

A greve tem início no mesmo dia. O Sindicato firma a posição de que R\$1200,00 deveria ser o valor recebido pelos trabalhadores³⁰⁹ (apenas 2900% a mais do que o valor pago pela empresa). Enquanto isso, o Sindicato recebia uma multa de R\$ 150 mil por ter ignorado a medida estipulada pelo TRT sobre a distância dos atos em relação à empresa (a entidade havia colocado seu departamento jurídico totalmente a serviço desse caso, nesse meio tempo). A Brigada Militar, por sua vez, inicia uma investigação acerca do consumo de álcool por algumas pessoas durante a manifestação³¹⁰ (aparentemente, havia se tornado crime consumir álcool numa via pública brasileira). Cinco dias depois da manifestação, 18 ocorrências já haviam sido registradas contra o Sindicato, uma delas pelo dono da Giratur (empresa que transportava a força de trabalho da Randon, acusando a entidade de ter apedrejado um ônibus)³¹¹.

³⁰⁹ *O Pioneiro*, 21 de fevereiro de 2010, p. 7.

³¹⁰ *O Pioneiro*, 13 de fevereiro de 2010, p. ?.

³¹¹ *O Caxiense*, 18 de fevereiro de 2010.

A imprensa local também se voltava contra a categoria. O jornal *O Pioneiro*, há muito reconhecido como uma força conservadora de origem integralista (Frizzo, 2010, p. 46), inicia uma bateria de ataques contra a luta dos operários. O periódico ignora os metalúrgicos e sindicalistas feridos no 12 de fevereiro, mas destaca os (dois) policiais que foram atingidos por pedradas, em um suposto (e inexistente) “confronto entre Sindicalistas e a Brigada Militar”³¹². Em outra reportagem, um jornalista afirma que a paralisação promovida pela entidade classista era questionável, já que o acordo do PPR teria sido estipulado previamente, sendo incoerente questionar seus valores posteriormente (a reportagem, chamada “As Regras Valem para Todos” – buscando dar a entender que seriam os operários que estariam burlando as regras – contém uma breve apologética do Grupo Randon, “um dos pioneiros do país na distribuição de lucros entre seus colaboradores”)³¹³. Acontece que, ao contrário do que fala o mal informado jornalista, quem havia quebrado o acordo fora a empresa. Uma das bases do sistema de participação em lucros é a divulgação contínua da receita. Esse ponto do acordo estava sendo desrespeitado pela Randon, que desde novembro de 2009 não informava aos operários acerca dos lucros mensais³¹⁴ (provavelmente para omitir o aumento de seu faturamento). De outro lado, vinham reportagens tendenciosas d’*O Caxiense*. Em entrevista com Assis Melo, o jornal faz a pergunta capciosa: “O Sindicato entende que esse tipo de ação [o ato do dia 12] é válida, mesmo atrapalhando a passagem, o direito de ir e vir das outras pessoas?”. Para além do fato de que é altamente improvável que os manifestantes buscassem impedir um transeunte qualquer de passar pela avenida, a resposta de Assis é categórica: manifestar é um direito da classe trabalhadora³¹⁵.

Espumando raiva, *O Pioneiro* publicava uma nova reportagem, assinada pelo mesmo jornalista antioperário, em tom completamente hostil. A ação metalúrgica à frente da Randon era descrita como “espetáculo repugnante, protagonizado por uma política oportunista”. Assis, que havia assinado como testemunha o contrato de PPR da Randon, havia “optado por rasgá-lo”, sem ter procurado negociar com a empresa. Os sindicalistas protestavam (importante notar que o jornalista não menciona que centenas de operários também protestavam junto) de seu jeito “abilolado”, preocupados em fazer campanha política³¹⁶.

³¹² *O Pioneiro*, 13 de fevereiro de 2010.

³¹³ *O Pioneiro*, 12 de fevereiro de 2010, p. 27.

³¹⁴ *Com passeata do guarda-chuva metalúrgicos da Randon voltam à rua.*

³¹⁵ *O Caxiense*, 13 a 19 de fevereiro de 2010, p. 23.

³¹⁶ *O Pioneiro*, 13 e 14 de fevereiro de 2010, p. 27.

Enquanto isso, a luta de classes prosseguia. A Randon anunciava o desconto dos dias não trabalhados pelos grevistas, o que é de se esperar nesse tipo de situação. Contudo, dá um passo além: a empresa anuncia a premiação aos *pelegos*, àquele operário que pula o muro, durante o piquete, para entrar na empresa. A gerente administrativa da fábrica havia demonstrado grande preocupação com as famílias proletárias que teriam seus salários cortados: não deveriam ficar zangados com a empresa, que não tinha feito nada de errado. Muito sensível, a Randon descontaria os dias de greve de forma parcelada. Por sua vez, os *pelegos* receberiam um bônus, que a gerente chama, eufemisticamente, de “remuneração adicional”³¹⁷.

As manobras da burguesia nesse confronto de classe não pareciam surtir grandes efeitos. No dia 17 de fevereiro, uma assembleia realizada à frente dos portões da Randon (certamente a muito menos de 200 metros da empresa) decide manter a greve. Diante da solidez do movimento operário, os empresários apelam para a guerra de narrativas. Nas declarações à imprensa (o confronto era notícia frequente inclusive no *Zero Hora*), Assis falava em 70% da empresa paralisada³¹⁸. Leandro Velho, vice-presidente do Sindicato, um pouco mais otimista, apontava 80% de adesão. Já uma executiva da empresa afirma que “o contingente estava praticamente completo”³¹⁹. Afirmções como essa da gerência são frequentes, por parte do lado burguês, em greves. Intencionam desmobilizar o movimento, ao alardear que não estaria tendo grande adesão. É absolutamente impossível precisar o número exato de operários paralisados durante uma greve em uma grande empresa, de modo que não temos como afirmar, nem mesmo de modo aproximado, qual a proporção dos trabalhadores da Randon que paralisou em fevereiro de 2010. Contudo, dado o desfecho da situação, é forçoso concluir o seguinte: seria impossível que a Randon tivesse sofrido a derrota acachapante que sofreu se a versão real fosse aquela propagada pela funcionária da gestão.

Enquanto a greve seguia, o departamento jurídico do Sindicato trabalhava. A multa pelo descumprimento da ordem judicial de respeito à distância estipulada havia despencado para R\$ 25 mil, após determinação final da Justiça do Trabalho. A proteção jurídica da empresa, que afastava os sindicalistas a 200 metros, também desmoronara: agora o limite do piquete era de 20 metros, o que permitia ao carro de som e ao cordão de sindicalistas ficarem praticamente colados ao portão da fábrica³²⁰.

³¹⁷ *Grevistas da Randon terão horas descontadas em etapas*. O Caxiense, ? de fevereiro de 2010.

³¹⁸ *Sindicato dos Metalúrgicos e Randon não chegam a um acordo*. O Caxiense, ? de fevereiro de 2010b.

³¹⁹ *Randon enfrenta protesto de trabalhador*. Valor Econômico, 24 de fevereiro de 2010.

³²⁰ *Sindicato obtém vitória no tribunal*.

Como o enfrentamento havia atraído enorme atenção na cidade, a empresa se viu obrigada a manifestar-se publicamente. A nota da Randon contemplava pontos extremamente previsíveis: era uma grande feito o oferecimento de PPR (não era mencionado seu valor de 40 reais), a atitude do Sindicato era lamentável, os trabalhadores não haviam aderido à greve e já estavam trabalhando normalmente (ou seja, não estariam ao lado do Sindicato), havia uma série de benefícios oferecidos pela Randon além do PPR³²¹, etc. Na Câmara Municipal, o impacto se fazia sentir e alguns vereadores da esquerda buscavam converter parte da comoção social em capital político. A Comissão de Direitos Humanos havia publicado uma nota de repúdio e, visando as eleições estaduais que se avizinhavam, o discurso dos vereadores do PT era de defender Assis e os metalúrgicos e relacionar a ação da Brigada Militar com a então governadora do estado, Yeda Crusius³²². A CICS rebate, publicando n' *O Pioneiro* uma nota em que afirmava que os vereadores haviam esquecido que era a indústria caxiense a responsável pela geração de empregos na cidade³²³ (a tabela acerca da rotatividade e dos salários, acima, já é suficiente para pôr em xeque essa afirmação).

O Sindicato havia baixado sua proposta de R\$1200,00 para R\$ 900,00. Ainda assim, um valor muito maior do que os magérrimos 40 reais pagos pela Randon. O TRT do Rio Grande do Sul, após a pressão jurídica do sindicalismo, terminava por derrubar completamente qualquer restrição de distância dos atos sindicais com relação à empresa, além de ter ressaltado que não havia ocorrido conflito algum à frente dos portões no dia 12, mas apenas a mais pura repressão policial³²⁴. A greve seguia, após mais de uma semana. A correlação de forças era desfavorável à empresa.

Nesse contexto, no dia 25 de fevereiro, após duas semanas, a greve termina. A Randon, derrotada juridicamente, derrotada no movimento, derrotada na opinião pública, acatava a proposta de R\$ 900,00, pagando meros 2150% a mais do que se propusera a pagar inicialmente. Era uma derrota absolutamente humilhante. O recurso à justiça, à imprensa e à repressão burguesas havia falhado. Do outro lado, o Sindicato saía moralizado. Além da vitória com relação ao pagamento do PPR, os trabalhadores obtiveram a anulação de todos os processos judiciais administrativos contra participantes da greve e a contabilização integral dos dias de

³²¹ *Esclarecimento à Sociedade*.

³²² *CCDH repudia repressão policial em ato de metalúrgicos em Caxias*. Jusbrasil Notícias, 15 de fevereiro de 2010.

³²³ *O Pioneiro*, 16 de fevereiro de 2010, p. ?

³²⁴ *Justiça reconhece direito à greve e libera manifestações perto da Randon*. O Metalúrgico, 22 de fevereiro de 2010.

paralisação para o cálculo do PPR do ano de 2010 (mas o desconto salarial foi, claro, mantido)³²⁵.

A greve das duas semanas da Randon tivera tanta repercussão local que a entidade aprovou a mudança de nome de seu jornal: *O Metalúrgico* passava, agora, a chamar-se *12 de Fevereiro*, dia do ato que desencadeou a greve, atingido pela violenta repressão policial. Em março, o Sindicato realizava uma exposição das fotografias do dia em questão.

Figura 6. Sindicalistas feridos após a repressão policial de 12 de fevereiro de 2010



Fonte: Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul.

Um mês após a incidente, a entidade metalúrgica voltava aos portões da Randon. Sem restrições de distância, realizava uma assembleia em que informava acerca dos números da vitória, aos trabalhadores do turno 1. À tarde, a mesma assembleia ocorria na Mundial (antiga Eberle) e, no início da noite, novamente em frente à Randon, para atingir os operários do turno 2. Foram exibidas ao público imagens da repressão, inclusive de mulheres feridas. Assis Melo fez longo discurso, em que narrava as humilhações a que foi submetido durante sua prisão e descrevia a epopeia da greve das duas semanas. O vice-presidente, Leandro Velho, destacava: “A Randon não cedeu, mas também não ganhou nada com isso, aliás só perdeu, pois mostrou a sua verdadeira face”³²⁶.

O balanço da atividade é, certamente, favorável ao Sindicato. Não à toa, foi escolhido pela gestão peucedobista como seu grande marco histórico. Mas há algumas questões

³²⁵ *12 de Fevereiro*, junho de 2010, p. 3.

³²⁶ *Caxias: 12 de fevereiro, um dia para não ser esquecido*. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2010/03/14/caxias-12-de-fevereiro-um-dia-para-nao-ser-esquecido/>

importantes a serem pontuadas. Primeiramente, a mobilização dos trabalhadores não foi simples. Como vimos, Assis Melo falava em 70% da fábrica paralisada. Se tivermos em conta que um sindicato quase sempre tenderá a apresentar o número da adesão às greves de maneira inflacionada, é altamente provável que a adesão não tenha sido massiva. A “passeata dos guarda-chuvas”, no dia seguinte ao ato histórico (em uma segunda-feira, já que 12 de fevereiro fora numa sexta-feira), reuniu 400 operários (segundo o Sindicato)³²⁷ – número expressivo, mas proporcionalmente à quantidade de trabalhadores da maior empresa da cidade, não chega a ser impressionante. É preciso destacar, também, que a empresa seguiu funcionando, em seus três turnos, ainda que em um ritmo evidentemente menos intenso que o normal. Por outro lado, como já discutimos, é impensável que a versão da Randon (de que a greve praticamente não teve adesão) seja verdadeira. A derrota inapelável sofrida pela empresa já é mais do que o suficiente para corroer essa narrativa por completo. A posição mais confiável é: a greve teve adesão *considerável*, suficiente para impor uma derrota à empresa, mas bem longe de ter sido uma adesão *total*. De fato, um sindicato que havia operado, nos anos anteriores, a partir de uma postura menos combativa e altamente despolitizada não tinha como, de uma hora para outra, envolver massivamente a categoria em um processo grevista.

Outro ponto importante é a tentativa de diferentes atores em capitalizar politicamente o evento, que teve ampla repercussão na cidade e até mesmo no estado. Já vimos como os vereadores do PT buscaram utilizar o movimento para as eleições estaduais, que se avizinhavam. No ato do mês seguinte, Assis Melo também buscava jogar os operários contra Yeda Crusius, ressaltando a relação entre a ação repressiva do dia 12 de fevereiro e a governadora tucana. Outros atores políticos também buscaram capitalizar algo do evento: os deputados Raul Carrion (PCdoB) e Pepe Vargas (PT) e o vereador Elói Frizzo (PSB) se fizeram presentes no ato, fazendo longas intervenções³²⁸.

³²⁷ *Com passeata do guarda-chuva metalúrgicos da Randon voltam à rua.*

³²⁸ *Caxias: 12 de fevereiro, um dia para não ser esquecido.* Disponível em: <https://vermelho.org.br/2010/03/14/caxias-12-de-fevereiro-um-dia-para-nao-ser-esquecido/>

Figura 7: Assis Melo retratado em charge. Com todos os estereótipos da esquerda, o chargista Iotti, do jornal *O Pioneiro*, retrata Assis Melo em um tanque de guerra comunista, como se o sindicalista usasse da luta de 2010 unicamente para fazer campanha eleitoral.



Fonte: Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul.

A linha defendida pelo *Pioneiro* fora de que a greve havia sido uma grande manobra oportunista de Assis Melo para tentar alavancar sua imagem, pensando nas eleições do legislativo estadual que ocorreriam naquele ano. O líder sindical havia sido eleito vereador em Caxias do Sul no ano de 2008, com uma votação histórica (mais de 8 mil votos, sendo o vereador mais votado da história da cidade, até então). De fato, Assis concorreria ao pleito estadual em 2010, tornando-se deputado a partir de 2011. Sua imagem vinha aparecendo nos jornais e boletins metalúrgicos com mais frequência do que o normal. Parece pouco questionável o fato de que o vereador buscou capitalizar o movimento para sua campanha eleitoral.

Por outro lado, é preciso afirmar que não havia absolutamente nada de ilegítimo nessa postura. Assis era a principal liderança metalúrgica da região, militava no movimento operário há mais de duas décadas, presidia o Sindicato há muitos anos e era sempre bastante carismático nas entrevistas e nas manifestações. Não tinha nada de “metalúrgico biônico”: havia saído do chão de fábrica, evoluído à esquerda intuitivamente e construído sua carreira política em meio a lutas operárias. Nada mais natural do que utilizar o peso de sua trajetória como um ponto impulsionador de sua campanha eleitoral. Mas, mais importante ainda é desconstruir a narrativa do jornal filho do integralismo: os trabalhadores se mobilizaram devido aos R\$ 40,00 pagos de PPR. A mobilização do Sindicato foi a natural postura que se espera de uma entidade operária diante dessa situação. A ferrenha luta jurídica, a insistência em fazer piquetes diante da fábrica, os inúmeros atos e passeatas, a luta por convencer a opinião pública: nada disso foi meramente

farsesco, buscando promoção eleitoral. Ao contrário, a luta somente pôde sair vitoriosa devido a um envolvimento total e sincero do Sindicato em torno dela. Se o 12 de fevereiro foi ou não capitalizado por Assis Melo, não muda o fato de que o objetivo central da entidade era buscar um pagamento minimamente digno aos operários da Randon.

O grande ponto da greve das duas semanas é que, em nenhum momento, buscou ir além da esfera econômica. Manteve-se completamente despolitizada e não foi utilizada para fazer avançar a consciência de classe. Aliás, ocorreu em torno de um dos pilares do toyotismo, que é a participação nos resultados. É muito precisa a colocação de Alves (*Op. cit.*, 230) a esse respeito. O autor afirma que as reposições salariais e as negociações de dissídio tendem a perder força diante da instituição do PPR. Como nova estratégia da indústria, a luta dos sindicatos em torno da participação nos lucros acaba por amenizar até mesmo as lutas em torno dos acordos coletivos. Com isso, cresce a “utilização de bônus salariais vinculados a lucros e resultados obtidos – ou não – pela negociação sindical. O índice de reajuste vai cedendo espaço, nas pautas de reivindicação dos trabalhadores, a uma garantia de participação nos lucros” (*Ibid.*, p. 233).

Isso é muito importante para apreendermos o contexto de 2010. A principal luta do ano foi em torno do PPR. Em contrapartida, até mesmo a tradicional negociação em torno do dissídio foi deixada de lado. Há poucas menções a elas nos materiais do Sindicato daquele ano. Fato é que a proposta sindical era de 10% de aumento real. Mas, muito abaixo disso, o Sindicato se contentaria, em julho, com 2,79% de aumento³²⁹. A armadilha do toyotismo fora implantada com sucesso em Caxias: as lutas sindicais não apenas já haviam abandonado quaisquer pautas políticas, mas até mesmo dentro das pautas econômicas já haviam deslocado seu eixo do dissídio para o PPR, um dos principais artifícios de cooptação da subjetividade operária.

Assim, a luta que mais simbolizou a gestão pecedobista do Sindicato, é uma luta absolutamente *econômica*. Não é, claro, por isso, uma luta *pelega* ou covarde. Ao contrário, teve inúmeros momentos de inegável coragem, como vimos. Mas foi, sem dúvidas, uma luta limitada, apesar de corajosa: em nenhum momento a preocupação foi buscar um movimento dialético que pudesse relacionar a luta do 12 de fevereiro com pautas políticas.

Mas a atuação do Sindicato naquele ano marcante teve outros momentos interessantes. A burguesia local inicia um movimento de monitoramento dos trabalhadores através da instalação de câmeras nos vestiários masculinos. Na indústria metalúrgica essa artimanha jamais foi posta em prática, já que a atuação do Sindicato incluía restrições a essa prática desde

³²⁹ 12 de Fevereiro, dezembro de 2010, p. 3.

há muito tempo, nos acordos coletivos. Mas encabeçado pela patronal Sindicato das Indústrias de Reparação de Veículos, os trabalhadores de outras áreas passam a sofrer com a vigilância³³⁰.

Ora, a instalação de câmeras em vestiários é uma afronta à classe trabalhadora. O vestiário é um local eminentemente operário. Na metalúrgica, somente o frequenta quem se suja com graxa: contramestres, chefes, engenheiros, pessoal do RH, todos esses que trabalham em uma sala com ar condicionado, não precisam vestir o uniforme. No vestiário o trabalhador fala sobre futebol e carros, mas também fala a respeito do patrão, de maneira livre. É, portanto, nesse ambiente abafado, cheirando a suor e óleo, que a consciência de classe pode, enfim, respirar um pouco. Lembro que, em 2013, no boca a boca do vestiário, combinamos um atraso coletivo na Randon. Vigiar o vestiário não é um ataque apenas à dignidade do trabalhador, mas também à sua possibilidade de organização.

Para além de qualquer corporativismo, o Sindicato ingressa com uma ação junto ao TST pedindo a remoção das câmeras em vestiários e refeitórios (outro espaço de organização operária) em toda a cidade de Caxias do Sul. A ação é convertida em favor da entidade, derrubando-se assim a possibilidade de os patrões vigiarem os trabalhadores nesses espaços eminentemente proletários. A vitória jurídica teria repercussão nacional, uma vez que o caso serviria de base para outras ações semelhantes Brasil afora³³¹.

A questão das mulheres também segue como uma pauta presente e que merece destaque. Ainda que as políticas de gênero sejam sempre limitadas pela crescente despolitização da entidade e pelo processo de conversão do PCdoB em partido governista, as atividades voltadas às trabalhadoras seguem resistindo, na medida do possível, à burocratização. Em novembro de 2010, o Departamento Feminino do Sindicato realiza o I Encontro da Mulher Metalúrgica, em um contexto local no qual a força de trabalho feminina representava 20% da categoria³³². Realizado ao longo de um final de semana, o encontro explorou temas como desigualdade salarial, assédio moral no mundo do trabalho e violência doméstica³³³. Além disso, no acordo coletivo de 2010 foi incluído o direito de licença maternidade de 180 dias, um dos pontos mais significativos do dissídio daquele ano.

De qualquer forma, o ano de 2010 chegava ao fim com uma completa inserção do Sindicato no coro da concertação social. As pautas políticas, as únicas capazes de levar a um

³³⁰ *O Pioneiro*, 19 de novembro de 2010, p. 10.

³³¹ *12 de Fevereiro*, dezembro de 2010, p. 2.

³³² *12 de Fevereiro*, dezembro de 2010, p. 4.

³³³ *I Encontro de Trabalhadoras Metalúrgicas de Caxias e Região*, panfleto de divulgação.

efetivo avanço na consciência de classe, haviam desaparecido por completo. Dominava um economicismo, que começava a se tornar limitado, já que as lutas pela recuperação do valor dos salários haviam dado lugar a lutas em torno do PPR. A base mostrava pouco interesse pelas atividades de um sindicato que não tinha um trabalho contínuo de contato com os operários. A luta por uma perspectiva socialista, ainda que pudesse aparecer em raros documentos internos da gestão, tinha desaparecido do plano de lutas. A entidade seguiria tendo relevância na assistência, no lazer, nos direitos jurídicos e nas negociações de bônus e dissídio, mas já era *irrelevante* como ferramenta para a superação do capitalismo.

4.3: Abre-se um Novo Momento

O ano de 2011 marcava o início de um novo momento na conjuntura brasileira. A crise econômica iria se intensificar. O governo Dilma I começava com cortes de 50 bilhões de reais em investimentos públicos (Coggiola, 2019, p. 141), comprometendo mais de 50% do orçamento estatal com os bancos privados. O crescimento do PIB começava a recuar (de 7,5% em 2010 para 2,7% em 2011), indicando que se avizinhava um vendaval. As lutas de classes seguiam se agudizando, com uma queda no valor do salário médio, aumento de desemprego e greves vigorosas, em especial no setor da construção civil (*Ibid.*, p. 141).

Em 2012, o número de greves no Brasil atingiria algo próximo do que foi na virada dos anos 1970 para a década de 1980 (*Ibid.*, p. 149), ocorrendo paralisações de grande impacto nas Universidades Federais, na GM e na Eletrobrás. A 17 de junho de 2013, a deterioração econômica do país levou à explosão social massiva, que varreu o Brasil de norte a sul. O governo dos trabalhadores reagia aprovando o decreto nº 7.974/2013, autorizando o acionamento das Forças Armadas para reprimir manifestações sociais.

É nesse momento de guinada histórica e de mudança de governo que nossa pesquisa cessa. O PCdoB havia completado seu longo processo de deterioração política, mantendo da esquerda marxista apenas o “comunista” em seu nome. Era base de sustentação de um governo que servia aos grandes bancos interessados no superávit primário e atacava as mulheres (é preciso lembrar mais uma vez que Dilma se elegeu assumindo uma postura anti-aborto); havia sido o grande articulador, através da relatoria de Aldo Rebelo, da aprovação de um Código Florestal que anistiava desmatadores e ampliava áreas passíveis de desmatamento pelo agronegócio; e não apenas silenciou, mas manteve-se aferrado a um governo que respondia às movimentações sociais com truculência, lembrando os momentos mais marcantes da era FHC.

O XII Congresso do PCdoB, em 2009, considerava, contudo, a chegada do bloco petista ao poder como uma reversão do neoliberalismo e da decadência nacional³³⁴, mesmo com um avanço claríssimo da dependência e da desindustrialização do país (entre 1985 e 2007 a indústria havia sido reduzida em 17% com relação à participação no PIB e o setor primário se tornava o motor absoluto da economia, baseada em soja e minério de ferro³³⁵). Mas, para o PCdoB, o Brasil avançava em direção ao socialismo. Apoiado “na teoria revolucionária marxista-leninista”, o stalinismo, o partido estaria impulsionando a “nova República da democracia popular” a construir um novo Estado democrático, capaz de iniciar a transição ao socialismo³³⁶. A base dessa mudança seria o NPND, “que define o caminho para a transição ao socialismo”, posição democrático-burguesa que jamais foi defendida por Marx e Lenin, mas que está em consonância com o etapismo de Stalin e seu apego a Frentes Populares. O reformismo se tornava completamente explícito: as palavras de ordem saídas do congresso eram: reforma política, reforma urbana, reforma nos meios de comunicação (o governo do PT/PCdoB havia renovado a concessão ao Grupo Globo no ano anterior), reforma tributária, reforma agrária³³⁷. Para não deixar dúvidas sobre qual lado da barricada da luta de classes era ocupado pelo PCdoB, a deliberação do congresso terminava definindo quem seriam os atores dessas reformas: “as organizações populares, os governos progressistas, os setores empresariais comprometidos com a causa patriótica” (*Ibid.*, p. 23).

A partir de 2010, a postura do Sindicato pouco se alterará. Correia de transmissão dos interesses do PCdoB, como manda a tradição stalinista, não fará mais do que reproduzir a linha do partido, no que respeita à sua postura estratégica na luta de classes. Não haverá mais saltos de qualidade, já que sua adaptação à ordem e à concertação social se haviam completado.

Voltemos a 2025. Como vimos, o instrumento de lutas convidava a patronal caxiense do SIMECS a confraternizar, clamando por harmonia entre capital e trabalho. Um contraste com o discurso de 1993, como já discutimos, mas não há nada de incompatível nisso com relação à postura adotada pela entidade a partir de 2003. Se os historiadores locais forem se dedicar à reconstrução histórica do Sindicato no período posterior a 2003, de maneira isenta, em uma cidade onde mesmo boa parte deles se encontra ligada ao PCdoB, será impossível apresentar a entidade como *pelega*. Por outro lado, também será forçoso admitir que não se

³³⁴ Partido Comunista do Brasil, 2009, p. 15.

³³⁵ Coggiola, 2019, p.140-142.

³³⁶ Partido Comunista do Brasil, 2009, p. 16-17.

³³⁷ *Ibid.*, p. 23-24.

trata de um sindicato marxista, em sua prática. Roubando as palavras de Gogol, não é culpa do espelho se a cara é torta.

5: O PRODUTO

Para finalizar, segue a apresentação de um produto elaborado ao longo desta pesquisa. Inicialmente, o objetivo era a produção de um minidocumentário sobre a história do Sindicato. Contudo, durante a arguição de qualificação, a banca sugeriu a elaboração de um seminário de extensão sobre a tradição marxista.

Desde o início dos anos 1990, vivemos uma época de enfraquecimento do marxismo, por razões óbvias. Na academia, as pesquisas utilizando o materialismo histórico vêm perdendo espaço, há um bom tempo, para as pesquisas baseadas em micro história ou história cultural. Diante da importância em se suscitar debates sobre a reorganização da esquerda marxista, como já aludimos anteriormente, nos pareceu fortuito a elaboração de um seminário que explore as bases do pensamento marxista.

Um seminário pode ser definido como “uma técnica de ensino socializado, que requer participação de todos os integrantes que compõem o grupo” (Santos; Soares; Januário, 2020, p. 78). Trata-se de uma forma ativa de aprendizagem, uma vez que não se baseia na ação expositória centrada em um indivíduo. Antes, baseia-se em uma forma de estudo coletiva, que tende a gerar “habilidade de leitura e pesquisa, bem como discussão, argumentação, oratória e escuta por parte dos integrantes dos diferentes grupos” (*Ibid.*, p. 84).

Um seminário universitário é um espaço livre, no sentido que não deve se basear na figura de uma só pessoa. Busca o diálogo, as trocas de ideias e saberes e a contestação de pontos de vista (Do Ó, 2021). Partindo do pressuposto de que todos têm saberes que contribuem para a construção do conhecimento coletivo, o seminário possibilita a “utopia da criação” (*Ibid.*), em que as diferentes interpretações de ideias e visões de mundo podem afluir.

Nesse sentido, projeta-se a realização de um seminário universitário, sobre as bases do pensamento marxista, para o segundo semestre de 2026, a ser realizado através da Universidade de Caxias do Sul. Como ideia de divisão de módulos para o debate, teríamos:

Quadro 3: Planejamento do seminário

Tema	Obra de Referência	Objetivos
Introdução ao marxismo	<i>Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico</i> (Friedrich Engels)	Compreender as bases centrais do materialismo histórico.
A relação entre as classes sociais e o Estado	<i>18 Brumário de Luís Bonaparte</i> (Karl Marx)	Analisar o papel do Estado burguês, sua relação com o proletariado e o papel da social-democracia.

As características da era imperialista.	<i>Imperialismo, fase superior do capitalismo</i> (Vladimir Lenin)	Entender o imperialismo como uma era de crises, guerras e revoluções.
O fenômeno do fascismo	<i>Revolução e Contrarrevolução na Alemanha</i> (Leon Trotsky)	Compreender a relação do fascismo com o movimento operário, como a manifestação mais agressiva da burguesia contra o proletariado.
O reformismo	<i>Reforma Social ou Revolução?</i> (Rosa Luxemburgo)	Analisar os limites estruturais impostos pelo Estado burguês às transformações sociais.
O marxismo após a Segunda Guerra Mundial	<i>Considerações sobre o Marxismo Ocidental</i> (Perry Anderson)	Compreender o impacto do stalinismo na esterilização de um marxismo ligado à práxis.

Programado para durar um mês e meio, com encontros semanais, o seminário buscaria a troca de impressões e visões acerca das obras destacadas. A partir de obras clássicas do movimento marxista, buscaria fundamentar as bases de conhecimento dessa área para os participantes com pouca experiência no estudo dessa vasta área. Ao mesmo tempo, poderia servir para fazer avançar os conhecimentos daqueles que já estudam o materialismo há mais tempo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria a uma única expressão: abolição da propriedade privada” (Engels; Marx, 2011, p. 57). O texto mais elementar, famoso e difundido da história do movimento marxista é inequívoco ao afirmar qual deve ser o objetivo estratégico de uma organização comunista. Não defende acúmulo de forças, as reformas por meio do Estado, a soberania nacional com valorização do trabalho, a constituição de frentes com setores burgueses nacionalistas, etc. É simples e direto: toda e qualquer tática adotada por uma organização da esquerda revolucionária deve estar submetida ao objetivo último de superar o capitalismo. Em nenhum momento da história do Partido Comunista do Brasil, ou de qualquer ferramenta social dirigida por tal partido, essa estratégia foi realmente o norte da atuação. Da mesma forma, ainda que em alguns momentos a defesa do socialismo esteja presente em alguns textos ou documentos internos do Sindicato, a direção pecedobista jamais se pautou por isso em momento algum de sua atuação concreta na ferramenta classista.

Como vimos, a herança stalinista pesou, desde o início da gestão do PCdoB na entidade metalúrgica, no sentido de impedir a construção de uma atuação efetivamente anticapitalista. O frentismo típico do stalinismo esterilizou as lutas políticas a partir de 2003; o verticalismo típico dos PCs levou a uma crescente burocratização da entidade, feita pelo irradiador da direção do PCdoB; o etapismo fez com que fosse colocada uma estratégia anterior à construção da Revolução (que variou de “derrotar o neoliberalismo” a “pressionar o PT à esquerda”); a despolitização, herança dos Partidos Comunistas mais clássicos da história, levou ao economicismo; o centrismo crônico da tradição stalinista terminou por colocar a entidade a serviço das reformas e do diálogo cordial com o capital; o mandonismo, traço mais evidente da tradição “marxista-leninista”, gerou uma dificuldade na renovação de quadros sindicais.

O avanço da consciência de classe da categoria não ocorreu. Por mais que algumas vozes no interior da gestão tenham percebido a burocratização e buscado contê-la, as medidas nesse sentido parecem ter sido infrutíferas. Mandel (1969, p. 35) destaca que a social-democracia, o reformismo, ao refrear as lutas sociais e administrar institucionalmente as contradições entre capital e trabalho, cria uma tendência no sentido de desarmar a classe trabalhadora, cuja contenção de seu ímpeto agressivo é um dos objetivos centrais do reformismo. Desse modo, facilita-se o avanço de uma reação. Essa tendência se manifestou, por exemplo, em 2016, no Brasil. Como vimos, as centrais sindicais tiveram imensa dificuldade em mobilizar suas bases diante do golpe que depôs Dilma Rousseff.

O modelo de conciliação de classes do bloco petista se mostrou inoperante quando confrontado com o avanço da reação, em 2016. Isso abriu espaço para a bateria de ataques reacionários do governo Temer, atingindo a CLT, o pacto de afirmação de direitos sociais da Constituição de 1988 e o pacto lulista de políticas de enfrentamento da pobreza extrema (Carvalho; Rodrigues, 2019, p. 287). Da mesma forma que, nacionalmente, a CTB não pôde e nem buscou mobilizar efetivamente suas bases, o Sindicato pouco conseguiu mobilizar a categoria para uma das mais importantes batalhas políticas dos últimos anos. Assim, o relativo imobilismo cultivado pelo Sindicato acabou, como era de se esperar, cobrando seu preço.

Vimos que houve vozes dissonantes ao processo de burocratização do Sindicato. Remando contra o movimento do próprio partido, o núcleo de formação de mulheres e a direção de formação política da entidade se puseram em movimento, procurando estruturar cursos de formação com o operariado. Diagnosticando o crescente burocratismo, buscaram integrar a base, envolve-la em algumas questões históricas fundamentais de nossa época. Não adiantou, pelos motivos que discutimos acima, e o operariado caxiense acabou por se afastar, politicamente, do Sindicato (mantendo-se ligado a ele por outros motivos).

Podemos concluir que, no que tange ao ensino de história do movimento operário (ressaltamos, uma vez mais, que tal ensino ocorre tanto por espaços institucionais, quanto pela luta política operária), o Sindicato falhou. Isso significa que não pôde contribuir de maneira efetiva para o avanço da consciência do *em si* para a consciência do *para si*. As condições objetivas e as opções teóricas e práticas adotadas pelo PCdoB, desde sempre, impediram tal avanço. É altamente provável, ainda que afirmar isso com precisão científica fuja ao escopo desta pesquisa, que o metalúrgico caxiense tenha internalizado uma relação de *clientelismo* com o Sindicato (no sentido de “eu pago, logo você me defende”), em detrimento da possibilidade de ter-se colocado em movimento.

Concluimos que o movimento de adaptação do Sindicato tem como momento-chave o ano de 2003, com a chegada do PCdoB ao poder, como um apêndice secundário (senão, terciário) do bloco petista. É possível afirmarmos que isso foi uma regra geral do movimento sindical brasileiro, já que a maioria das grandes centrais se encontrava atrelada ao petismo. A CUT, por exemplo, concluiria seu processo de degeneração burocrática, em 2003 (em 2005, apoiaria a reforma da previdência de Lula, violento ataque aos servidores, inclusive trabalhando

para sabotar a greve da categoria³³⁸, deixando claro que a defesa do partido estava acima da defesa dos trabalhadores).

Já vimos que o neoliberalismo e a reestruturação levaram à capitulação estratégica de inúmeros sindicatos e das principais centrais. Nesse sentido, a adesão do Sindicato à lógica da concertação não foi algo isolado, mas fruto de um contexto objetivo mais geral. Mas, se reduzirmos a análise às condições objetivas, estaremos caindo na tentação stalinista, que sufoca o singular em benefício do geral, demolindo a dialética marxista. Houve condições específicas no processo de adaptação do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. De um lado, a completa ausência de oposição acelerou esse processo. Mas de outro, a grande repulsa da patronal à bandeira vermelha do PCdoB, um dos únicos elos do partido com o marxismo, e as vozes internas que desafinaram do coro dos contentes da concertação, insistindo em realizar formações operárias, puseram pedras nesse caminho. Mostraram, na prática, aquilo que Marx viu há 170 anos, em seu *Dezeto Brumário*: que a adaptação da social-democracia aos interesses burgueses nunca é um caso de amor incondicional, mas é carregado das contradições típicas de uma ordem social na qual capital e trabalho estão em uma relação diametralmente oposta.

Se, como citamos anteriormente, a reestruturação toyotista forneceu as condições objetivas ideais para que o reformismo tirasse sua fantasia de marxista e se juntasse à festa da exploração proletária, esse fenômeno não pode ser generalizado. O Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo, realizou, em 2014, a mais longa greve da história da instituição³³⁹, mantendo-se combativo mesmo após a reestruturação produtiva (vale ressaltar que se trata de um sindicato com *assembleias soberanas sistemáticas*, algo impensável para o stalinismo). A CSP-Conlutas, mesmo diante de todas as limitações que o morenismo³⁴⁰ carrega, se viu armada para manter uma coordenada agenda de greves entre os comerciários de várias cidades, não obstante o boicote das centrais tradicionais à luta, em 2017³⁴¹. Ao longo do processo de golpe institucional, em 2016, a Intersindical Vermelha manteve considerável

³³⁸ Coggiola, 2016, p. 26.

³³⁹ Disponível em: <https://adusp.org.br/database/campanha-salarial-2014/cronologia-da-mais-longa-greve-da-historia-da-usp>

³⁴⁰ A tradição morenista carrega uma tendência esquemática da evolução política da sociedade, fruto de elaborações de Moreno em obras como *As Revoluções do Século XX* e *O Partido e a Revolução* (conhecido, no movimento, como “el morenazo”). Nahuel Moreno parte de uma lógica de que os governos mais reacionários devem, primeiro, transitar para a democracia, para só posteriormente evoluírem à revolução. Isso levou o PSTU, partido da evangelização da palavra de Moreno, a justificar um apoio tácito ao ultrarreacionário golpe de 2016, que estaria derrubando um governo antioperário (Coggiola, 2016, p.104). Talvez o tempo de convívio de Moreno abraçado com os stalinistas na FREPU, na Argentina, o tenha levado a aderir a algumas ideias de Stalin.

³⁴¹ Disponível em: <https://sinasefeifmg.com.br/wordpress/relatorio-da-reuniao-da-coordenacao-nacional-da-csp-conlutas>

combatividade. Recentemente, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos entrou em greve de duração indeterminada, mesmo em um contexto político reacionário e de avanço da extrema direita. Não se pode, portanto, resumir a questão a fatores objetivos: o fator subjetivo segue sendo central. Os exemplos acima são de organizações políticas muito diferentes entre si. Contudo, todas têm um ponto em comum: a rejeição ao stalinismo. Talvez aí esteja um dos segredos, em um jogo que não admite muitas fórmulas, do avanço da consciência histórica do proletariado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. K. F. **Centrais Sindicais como Educadores Coletivos: CUT, UGT e CTB em busca do diálogo com a juventude trabalhadora.** Tese (Educação): Universidade Federal Fluminense, 2023.
- ALVES, G. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. Trabalho e Sindicalismo no Brasil dos Anos 2000: dilemas da era neoliberal. *In.*: ANTUNES, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.
- ALVES, V. M. B. **Vanguarda Operária: elite ou classe?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- ANDERSON, P. **Considerações Sobre o Marxismo Ocidental/ Nas Trilhas do Materialismo Histórico.** Trad. Fábio Fernandes. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. **Linhagens do Estado Absolutista.** Trad. João Roberto Martins Filho, Marcia Copola, Suely Bastos. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ANGELL, A. Chile: 1958-1990. *In.* BETHELL, L (org.). **História da América Latina: A América Latina após 1930: América Central, Caribe e Repúblicas Andinas.** Trad. Geraldo de Souza. São Paulo: Edusp, 2015.
- ANTUNES, R. **A Desertificação Neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula.** Campinas: Autores Associados, 2005.
- _____. **O Novo Sindicalismo no Brasil.** Campinas: Pontes Editores, 1995.
- _____. **O Que são Comissões de Fábrica.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- APPLE, M. O Que os Pós-modernistas Esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. *In.*: DA SILVA, T. T.; GENTILI, P. (orgs). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões Críticas.** Petrópolis: Vozes, 1995.
- ARAÚJO, B.C.; CAVALCANTE, L.R. **Liderança de Mercado na Indústria Automobilística Brasileira: o caso da Marcopolo.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.
- ARAÚJO, V.; FLORES, P. Competição Eleitoral e Ideologia Partidária: PT, PSDB e a agenda de proteção social no Brasil. *In.* ARRECTHE, M.; FARIA, C. A. P.; MARQUES, E. (orgs.). **As Políticas da Política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT.** São Paulo: Unesp, 2019.
- ARCARY, V. **Um Reformismo Quase sem Reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira.** São Paulo: Sundermann, 2011.
- ARÓSTEGUI, J. **La História Vivida: sobre la história del presente.** Madri: Alianza Ensayo, 2004.
- AZEVEDO, R.G. **“Cultura” Empresarial: abordagem antropológica a partir de uma instituição da classe empresária em Caxias do Sul, RS.** Dissertação (Ciências Sociais): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.
- BADARÒ, M. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BALDISSEROTTO, M.H.D.G. **O Processo de Industrialização em Caxias do Sul (RS) e suas Implicações Espaciais (1875-1930)**. Dissertação (Geografia): Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

BAMBIRRA, V. **A Revolução Cubana**: uma reinterpretação. Trad. Elizabeth Zorgetz, Leonardo Griz. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

BARBOSA, W. A economia da América Latina depois da Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, O. (org.). **Segunda Guerra Mundial**: um balanço histórico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

BAGÚ, S. **Economía de la Sociedad Colonial**: ensayo de história comparada de América Latina. Buenos Aires: Editora El Ateneo, s./d.

BERGAMASCHI, H.E.; GIRON, L. **Casas de Negócio**: 125 de imigração italiana e o comércio regional. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2001.

BERNARDI, F.C. **Estruturação e Desenvolvimento de uma Joint Venture em Busca de Maior Competitividade**: o caso de uma empresa gaúcha do setor metal-mecânico. Dissertação (Administração de Empresas): Universidade de Caxias do Sul, 2011.

BORGES, A. **Sindicalismo, Resistência e Alternativas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2008.

BROUÉ, P. **A Revolução Espanhola**: 1931-1939. Trad. Alice Kyoko. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

_____. **Comunistas contra Stalin**: o massacre de uma geração. Trad. Paula Maffei. São Paulo: Sundermann, 2021.

_____. **História da Internacional Comunista, 1919-1943**: da atividade política à atividade policial e anexos. Trad. Fernando Ferrone. São Paulo: Sundermann, 2007.

_____. **O Partido Bolchevique**. Trad. Paula Maffei; Ricardo Alves. São Paulo: Sundermann, 2014.

_____. **União Soviética**: da revolução ao colapso. Trad. Robert Ponge. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

BRUM, A. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Vozes, 2009.

BUKHARIN, N. **O Imperialismo e a Economia Mundial**: análise econômica. Trad. Aurélia Sampaio Leite. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

BUONICORE, A. **Marxismo, História e Revolução Brasileira**: encontros e desencontros. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

CALANDRO, M.L.; CAMPOS, S.H. **Cadeia Automotiva de Caxias do Sul e Região**: análise dos elementos constitutivos de um SLP de autopeças. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, s./d.

CARVALHO, M. **70 anos de História**: resgatando o passado para fortalecer as lutas presentes e futuras. Caxias do Sul: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, 2003.

CARONE, E. **O PCB**: 1943 a 1964. São Paulo: Difel, 1982.

CHIES, G. **Os Poderes Fazem História**. Caxias do Sul: Evengraf, 1999.

COGGIOLA, O. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Moderna, 1985.

_____. **De FHC a Bolsonaro: elementos para uma história econômico-política do Brasil (1979-2019)**. São Paulo: LiberArs, 2019.

_____. **Impeachment, crise e golpe: o Brasil no palco da tormenta mundial**. 2016. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2016/06/OC-Brasil-2016.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2026.

_____. **Trotsky, Ontem e Hoje**.

DALLA COSTA, A.; SOUZA-SANTOS, E.R. **A Randon e sua Trajetória de Expansão e Internacionalização**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2009.

DE CARVALHO, A. M. P.; RODRIGUES JÚNIOR, N. S. **Modelo de Ajuste nos Governos Petistas em Meio à Ideologia da Conciliação de Classes: chão histórico do golpe de 2016 no Brasil contemporâneo**. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 274–291, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45245/30957>. Acesso em: 18 mar. 2026.

DE CEW, J. A decisão eleitoral em Caxias do Sul. In.: Wanderley Reis, F. **Os Partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

DEUTSCHER, I. **Trotsky: o Profeta Armado**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

_____. **Trotsky: o Profeta Desarmado**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

DO Ó, J. R. Pedagogia do seminário universitário: proveniência histórica e tradução contemporânea. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e229256, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/ZHwHQr9pkMxqbgB9sZwm6sj/>. Acesso em: 18 mar. 2026.

DOS SANTOS, T. **A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DUARTE, H. Em Busca da Revolução Brasileira: um debate crítico sobre as teses históricas e a linha política do PCB. **Revista Aedos**, v. 3, n. 6, p. 87-102. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/11062/9167>. Acesso em: 30 jan. 2025.

DUARTE, M. **“A Uva e a Engrenagem de Bronze”**: uma leitura da arte numismática de Bruno Segalla. Tese (Letras): Universidade de Caxias do Sul, 2017.

DUARTE, N. **Vigotski e o “Aprender a Aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. São Paulo: Autores Associados, 2004.

ENGELS, F; MARX, K. **A Ideologia Alemã**. Trad. Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 1880. In: Marxists Internet Archive (seção em português). Tradução do espanhol. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm>. Acesso em: 3 mar. 2026

_____. **O Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Leandro Konder. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

ENGUITA, M. O Discurso da Qualidade e a Qualidade do Discurso. *In.*: DA SILVA, T. T.; GENTILI, P. (orgs). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões Críticas**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FALCÃO, F. J. **Os Homens do Passo Certo: O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)**. São Paulo: Sundermann, 2012.

FARIA, F. G. **Ação, Tradição e Organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ALN e PCdoB**. Dissertação (História): Universidade Federal Fluminense, 2008.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1975.

_____. Problemas de conceptualización de las clases sociales en América Latina. *In.*: CARDOSO, F.C.; CASTELLS, M.; FERNANDES, F.; et. al. **Las Clases Sociales em América Latina**. Cidade do México: Siglo Veinteuno Editores, 1973.

FERNANDES, L. **URSS, Ascensão e Queda: a economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

FIGUEIREDO, C.A.S. **O Impacto da Crise do Socialismo nos Partidos Comunistas no Brasil**. Tese (História): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

FISCHER, V.L.B.; NUNES, M.F.O.; ROSSI, C.V. **Urbanização e Expansão Industrial em Caxias do Sul**. Rio de Janeiro: s./e., 2011.

FREDERICO, C. **Consciência Operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FRIZZO, E. E. **Ernesto Bernardi: a história de um comunista**. Caxias do Sul: Educus, 2010.

FRÖLICH, P. **Rosa Luxemburgo: biografia**. Trad. Érica Ziegler, Nélío Schneider. São Paulo: Iskra, 2019.

GADOTTI, M. **Educação Popular e educação ao longo da vida**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: https://paulofreire.org/images/pdfs/Educacao_Popular_e_ELV_Gadotti.pdf. Acesso em 21 de março de 2026.

GARDELIN, M. **História da CICS, Câmara da Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Edições EST, 1995.

GIRON, L. **As Sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2017.

_____. **Caxias do Sul: evolução histórica**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul; Editora da Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977.

_____. **Fim da União Operária**. Disponível em: <http://historiada-qui.blogspot.com/> Acesso: 15 de julho de 2024.

GOLDMAN, W. **Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917 – 1936**. Trad. Natália Alfonso. São Paulo: Boitempo, 2014.

GORENDER, J. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1999.

_____. Teerã, Yalta e Potsdam: a ordem mundial do pós-guerra. In: COGGIOLA, O. (org.). **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

HALL, M. M.; PINHEIRO, P. S. **A Classe Operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEBERLE, K. **Desenvolvimento Desigual e a Produção da Região: a dinâmica da indústria metal-mecânica automotiva no município de Caxias do Sul**. Dissertação (Geografia), Universidade de São Paulo, 2013.

HERÉDIA, V. A Economia Imigrante no Desenvolvimento da Cidade. In: GIRON, L.S.; NASCIMENTO, R.R.F (org.). **Caxias Centenária**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2010.

_____. **A História de Muitas Histórias: a força do empresariado na cidade e na cultura**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2014.

_____. Migrações Internas e suas Dinâmicas: o caso de Caxias do Sul. In: GONÇALVES, M.C.S.; HERÉDIA, V.; MOCCELIN, M.C. **Mobilidade Humana e Dinâmicas Migratórias**. Porto Alegre: Letra e Vida, 2011.

_____. **O Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2017.

HERÉDIA, V.; PANDOLFI, B. Migrações internacionais: o caso dos senegaleses em Caxias do Sul. In: HERÉDIA, V. (org.). **Migrações Internacionais: o caso dos senegaleses no sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015.

HERÉDIA, V.; PERUZZO, J. F. Implicações tecnológicas nos processos de trabalhos na indústria caxiense. In: **Caderno de Pesquisa**. v. 6, n. 3, Caxias do Sul: UCS, 1998.

HERÉDIA, V.; TEDESCO, J.C. O lugar do imigrante nos espaços de trabalho de Caxias do Sul: o caso dos senegaleses. In: HERÉDIA, V. (org.). **Migrações Internacionais: o caso dos senegaleses no sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015.

HOBBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INFRANCA, A. A fenomenologia do trabalho: História e Consciência de Classe. In: Paulo Netto, J. **História e Consciência de Classe: cem anos depois**. São Paulo: Boitempo, 2023.

JESUS, R. P. **O fim do marxismo na historiografia brasileira?** In. Revista Crítica Histórica, n. 21, julho de 2020, p. 366-395. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2020. Disponível em: <https://ufal.emnuvens.com.br/criticahistorica/article/view/8601>. Acesso em: 25 abr. 2026.

JOSEPH, H. **A historicidade da (e)migração internacional haitiana: o Brasil como novo espaço migratório**. Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações, v. 1, n. 1, p. 7–26, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5866/33382. Acesso em: 19 abr. 2026.

KAUTSKY, K. **Terrorismo y Comunismo**. Trad. Pérez Bances. Barcelona: Biblioteca Jucar, 1977.

KHRUSCHEV, N. **Discurso Secreto**. Trad. ? Nova Iorque, Paris: Labor Research Institute, s./d.

KONRAD, D. **O Fantasma do Medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)**. Tese (História): Universidade Estadual de Campinas, 2004.

LAZZAROTTO, V. **Pobres Construtores de Riqueza**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1981.

LEITE, C. H. F. **Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica**. Revista Escritas, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 3–17, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmt.edu.br/index.php/escritas/article/view/1629/8314>. Acesso em: 21 mar. 2026

LEMONS, J.B. **A Política Sindical do PCdoB**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

LENIN, V. **Dois Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática**. Trad. ? Lisboa: Editorial Avante, 1977.

_____. **Esquerdismo: doença infantil do comunismo**. Trad. Luiz Fernando. São Paulo: Global Editora, 1981.

_____. **Explanatory Note on the Draft of the Main Grounds of the Bill on the Eight-Hour Working Day**. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1909/oct/00b.htm>. Acesso em 7 de março de 2026.

_____. **Materialismo y Empiriocrítica**. Trad. Alberto Bzreski. Madri: Editorial Ayuso, 1974.

_____. **O Estado e a Revolução**. Trad. Aristides Lobo. São Paulo: Centauro, 2007.

_____. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. Trad. Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2010a.

_____. **Que fazer?** Problemas candentes do nosso movimento. Trad. Marcelo Braz. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

_____. **Sobre os Sindicatos**. Trad. ? São Paulo: Polis, 1979.

LESSA, S. **Cadê os Operários?** Maceió: Instituto Lukács, 2014.

LIMA, E. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In.: Antunes, R. (org.), **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

LOUREIRO, I. (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos, volume I**. Trad. Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LULA DA SILVA, L.I. **Carta ao Povo Brasileiro**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em 6 de março de 2026.

LÖWY, M. Dialética revolucionária versus reboquismo: a resposta de Lukács à crítica a História e Consciência de Classe. In.: Paulo Netto, J. **História e Consciência de Classe: cem anos depois**. São Paulo: Boitempo, 2023.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Lenin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUXEMBURGO, R. Questões de Organização da Social Democracia Russa. In.: AMIOT, R.; BOUKHARINE, N; BURLES, J; et. al. **Centralismo Democrático**. Trad. Rui Namorado. Coimbra: Centelha, 1979.

_____. **Reforma ou Revolução?** Trad. Livio Xavier. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MACHADO, M.C.A.M. **Submissão e Poder**: mulheres operárias de Caxias do Sul, 1900-1950. Dissertação (História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.

MAGRI, L. **O Alfaiate de Ulm**: uma possível história do Partido Comunista Italiano. Trad. Silvia de Bernardinis. São Paulo: Boitempo, 2014.

MANDEL, E. **A Teoria Leninista da Organização**. Trad. ? São Paulo: Editora Aparte, 1984.

_____. **El fascismo**. Trad. ? 1969. Disponível em: <https://ernestmandel.org/ancien-site/es/escritos/pdf/ernest-mandel-el-fascismo.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2026.

MANGABEIRA, W. **Os Dilemas do Novo Sindicalismo**: democracia e política em Volta Redonda. Trad. Vera Pereira. Rio de Janeiro: Dumará, 1993.

MAO, T; STALIN, J. **La Construcción del Socialismo en la URSS y China**. Trad. Conrado Ceretti. Córdoba: Editora Pasado y Presente, 1976.

MARCOPOLO. **Marcopolo**: meio século de uma história. Caxias do Sul: Editora Conceitual, 1999.

MARIE, J. J. **História da Guerra Civil Russa**: 1917-1922. Trad. Janyne Martini, Patricia Rouillard. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **Stalin**. Trad. Irene Guimarães. São Paulo: Babel 2011.

MARINI, R.M. **Dialética da Dependência**. Coimbra: Conselho, 1976.

MARTINS, C.E. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **Grundrisse**. Trad. Mário Duayer; Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital**: crítica da economia política, livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Salário, Preço e Lucro**. Trad. Sílvio Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para Além do Capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **La Crisis Estructural del Capital**. Trad. Eduardo Gasca. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009.

METZ, S. **O Gerenciamento de Riscos na Prevenção de Perdas Trabalhistas**: um estudo de caso no grupo Eberle Mundial. Dissertação (Administração de Empresas): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

MOCCELIN, M.C. Percurso de imigrantes urbanos recentes em Caxias do Sul. In: GONÇALVES, M.C.S.; HERÉDIA, V.; MOCCELIN, M.C. **Mobilidade Humana e Dinâmicas Migratórias**. Porto Alegre: Letra e Vida, 2011.

MORAIS, J. L. **Estrutura e Nível de Emprego no Estado do Rio Grande do Sul**: Município de Caxias do Sul, 1965. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2002.

MORENO, N. **Revolução e Contrarrevolução em Portugal**: 25 de abril. Trad. António Paço. São Paulo: Sundermann, 2019.

MOTTA, D. A. **Área de Livre Comércio das Américas**: incentivos econômicos e políticos. Dissertação (Economia): Fundação Getúlio Vargas, 2001.

NOBRE, M. Limites da reificação: notas sobre o sujeito revolucionário em História e Consciência de Classe. In.: Paulo Netto, J. **História e Consciência de Classe**: cem anos depois. São Paulo: Boitempo, 2023.

NOVACK, G. **La Ley del Desarrollo Desigual y Combinado de la Sociedad**. Bogotá: Pluma, 1974.

OZAÍ, A. **A História das Tendências no Brasil**: origens, cisões e propostas. São Paulo: Proposta Editorial, s./d.

PAIVA, G. **A UNE sob o Governo Lula**: a história de uma decadência. São Paulo: Sundermann, 2013.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **12º Congresso do Partido Comunista do Brasil**. São Paulo, Comitê Central do PCdoB, 2009.

_____. **A Atuação do PCdoB nos Movimentos Sociais da Atualidade**. São Paulo: Comitê Central do PCdoB, 2004.

_____. **A Política Revolucionária do PCdoB**: informes ao 7º Congresso realizado em maio de 1988. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

_____. **Avançar nas Mudanças**: documentos e resoluções. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

_____. **Resoluções da 10ª Conferência Estadual do PCdoB**. Porto Alegre: Comitê Estadual do PCdoB, 1999.

_____. **Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

_____. Fortalecer o Partido Entre os Trabalhadores: diretrizes da Conferência Sindical Nacional. In.: Lemos, J. B. **A Política Sindical do PCdoB**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

_____. **João Amazonas Vive no Legado Fértil que Deixou.** São Paulo: Comitê Central do PCdoB, 2003.

_____. **Metalúrgico Classista:** experiências do PCdoB no ramo metalúrgico. São Paulo: Comissão Sindical Nacional PCdoB, 2007.

_____. **O Socialismo Vive:** documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.

_____. **União do Povo Contra o Neoliberalismo:** documentos do 9º Congresso do PCdoB. São Paulo: Anita Garibaldi, 1998.

PEGORARO, C. **Autoeducação da Classe Trabalhadora:** limites e possibilidades na formação dos intelectuais na Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB. Dissertação (Educação): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

PESAVENTO, S. **RS: agropecuária colonial & industrialização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PRESTES, L. C. Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da paz, da liberdade e contra o imperialismo. **Revista Problemas**, v. ?, n. 19, jun.-jul. de 1949, p. 11-79. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/19/19.pdf Acesso em: 18 de jan. de 2025.

RABELO, R. A Luta Pela Superação da Crise Ideológica do Proletariado. In.: Lemos, J. B. **A Política Sindical do PCdoB.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

RADAELLI, D.R. “**Se eu tivesse mais dez filhos, eu os daria por essa causa**”: a trajetória política de João Ruaro Filho na luta contra a ditadura civil-militar. Dissertação (História): Universidade de Caxias do Sul, 2017.

REIS, D. A. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

REIS FILHO, D. A. **A Revolução Faltou ao Encontro:** os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REZENDE, A.P. **História do Movimento Operário no Brasil.** São Paulo: Ática, 1986.

RIBEIRO, L. D. T. **Capítulos do Século XX.** Porto Alegre: Ladeira Livros, 2024.

RODRIGUES, L.M. **Industrialização e Atitudes Operárias:** estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo: Brasiliense, 1970.

ROSENBERG, A. **História do Bolchevismo.** Trad. Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

RÜSEN, J. **História Viva:** teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão Martins. Brasília: Editora UnB, 2007.

SÁ AVELAR, A. **Os Desafios do Ensino de História:** problemas, teorias e métodos. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SALVADORI, M. Kautsky: o stalinismo como culminação necessária do bolchevismo. In: HOBBSBAWM, Eric (org.). **História do Marxismo**, volume VII: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo. Trad. Amélia Coutinho, Carlos Nelson Coutinho, Luis Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

SANTOS, A. A Nova Crise do Sindicalismo Internacional. In: Antunes, R (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SANTOS JUNIOR, J. O. **A Subalternização da Classe Operária na Autocracia Burguesa: A Política de Alianças Eleitorais do PCdoB (1962 – 1987)**. Dissertação (História): Universidade Estadual Paulista, 2009.

SANTOS NETO, A.B. **Trabalho e Tempo de Trabalho na Perspectiva Marxiana**. Maceió: Instituto Lukács, 2013.

SANTOS, F. A.; SOARES, M.; JANUÁRIO, G. O seminário como uma estratégia de ensino na formação pós-graduanda em educação. **Revista de Iniciação à Docência**, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/rid/article/view/8316/5639>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SCHMIDT, M. A. **Jovens brasileiros, consciência histórica e vida prática**. Revista História Hoje, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/232>. Acesso em: 21 mar. 2026.

SEBESTYEN, V. **Doze Dias: a revolução de 1956**. Trad. Saulo Adriano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SERGE, V. **O Ano I da Revolução Russa**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, T.R. **O Crescimento Urbano na Cidade de Caxias do Sul nos anos 1972 a 1988: uma contribuição ao ensino de história local**. Dissertação (História): Universidade de Caxias do Sul, 2016.

SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, P. **A Formação da Classe Operária**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

SOARES, L. T. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SODRÉ, N. W. **As Razões da Independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SORIA E SILVA, S. **Intersecção de Classes: fundos de pensão e sindicalismo no Brasil**. Tese (Ciências Sociais): Unicamp, 2011.

SPENCE, J. **Mao**. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

STALIN, J. **Em Torno dos Problemas do Leninismo**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1926/problemas/index.htm>. Acesso em: 11 de janeiro de 2025.

_____. **Materialismo Histórico e Materialismo Dialético**. Trad. Olinto Beckerman. São Paulo: Editora Parma, 1982.

_____. **Sobre Problemas de Direção em Matéria de Organização**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/obras/organiza/01.htm>. Acesso em: 13 de janeiro.

STOTZ, E. Reestruturação industrial na visão dos empresários brasileiros. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 60. São Paulo, Cortez, 1999.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: a árvore da liberdade. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: a maldição de Adão. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022b.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: a força dos trabalhadores. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022c.

TISSOT, R. **Pequenos Trabalhadores**: infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do séc. XIX e início do séc. XX). Dissertação (História): Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

TRINDADE, H. A polarização eleitoral numa comunidade agro-industrial moderna. In.: Wanderley Reis, F. **Os Partidos e o Regime**: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

TROTSKI, L. **A Revolução Espanhola**. Trad. André Acier; Leonardo Rodrigues. São Paulo: Iskra, 2009.

TROTSKY, L. **A Revolução Traída**. Trad. M. Carvalho; J. Fernandes. São Paulo: Centauro, 2007a.

_____. **Em Defesa do Marxismo**. Trad. Luis Carlos Leiria, Elisabeth Marie. São Paulo: Proposta Editorial, s./d.

_____. **História da Revolução Russa**. Trad. E. Huggins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Lições de Outubro**. Trad. Diego de Siqueira; Henrique Canary. São Paulo: Sundermann, 2007b.

_____. **Revolução e Contrarrevolução na Alemanha**. Trad. Mário Pedrosa. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Stalin, el gran organizador de derrotas**: la III Internacional despues de Lenin. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones Leon Trotsky, 2012.

VELASCO, S.R.B.; WÜNSCH, P.R. **100 Anos de Lutas**: a história dos metalúrgicos de Caxias do Sul. Bento Gonçalves: Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2022.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente**. Trad. Afeche, Barreto, Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WAISMANN, M. Mercado formal de trabalho de Caxias do Sul, primeiro trimestre de 2010. *In: Observatório do Trabalho da Universidade de Caxias do Sul*, v.1, n.1, maio de 2010. Caxias do Sul: UCS, 2010.

WÜNSCH, P.R. **O Movimento dos Trabalhadores Frente ao Complexo de Reestruturação Produtiva**: o sindicalismo dos metalúrgicos de Caxias do Sul. Tese: Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

_____. **O Movimento Sindical na Dinâmica da Acumulação Capitalista:** ação sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Caxias do Sul. Dissertação: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

XERRI, E. **O Pensar e o Construir:** da Universidade da Serra Gaúcha à Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2018.

ZANANDREA, F. **Operários da Fé:** uma leitura da Juventude Operária Católica a partir da Diocese de Caxias do Sul/RS. Dissertação (História): Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

ZANETTI, L. **O “Novo” no Sindicalismo Brasileiro:** características, impasses e desafios. Dissertação (Ciências Sociais): Fundação Getúlio Vargas, 1993.

ZÃO, A.C.V. **Perspectivas da Esquerda Brasileira Após o Fim da União Soviética.** Dissertação (História): Universidade Federal Fluminense, 2011.

ZIZEK, S. **Às Portas da Revolução:** escritos de Lenin de 1917. Trad. Luis Pericás; Fabrício Rigout. São Paulo: Boitempo, 2011.

FONTES

Jornais Impressos:

12 de Fevereiro, junho de 2010.
12 de Fevereiro, dezembro de 2010.
A Voz do Povo, de 28 de abril de 1946.
A Voz do Povo, de 13 de novembro de 1949.
A Voz do Povo, de 08 de março de 1953.
Caxias Magazine, março de 1963.
Caxias Magazine, de 31 de outubro de 1964.
Jornal do Comércio, 8 de fevereiro de 2007.
O Caxiense, ? de fevereiro de 2010.
O Caxiense, 13 de fevereiro de 2010.
O Caxiense, 18 de fevereiro de 2010.
O Caxiense, 6 de outubro de 2010.
O Metalúrgico, novembro de 2002.
O Metalúrgico, maio de 2002.
O Metalúrgico, junho de 2003.
O Metalúrgico, 15 de julho de 2003.
O Metalúrgico, 15 de setembro de 2003.
O Metalúrgico, 18 de outubro de 2003.
O Metalúrgico, dezembro de 2003.
O Metalúrgico, junho de 2006.
O Metalúrgico, 22 de fevereiro de 2010.
O Momento, 10 de março de 1933.
O Pioneiro, 17 de junho de 1967.
O Pioneiro, 24 de junho de 1967.
O Pioneiro, 16 de julho de 1980.
O Pioneiro, 15 de janeiro de 1982.
O Pioneiro, 24 de junho de 1985.
O Pioneiro, 19 de junho de 1986.
O Pioneiro, 29 de junho de 2004.
O Pioneiro, 30 de julho de 2004, Caderno de Economia.
O Pioneiro, 14 de dezembro de 2004.
O Pioneiro, 8 de dezembro de 2005.
O Pioneiro, 12 de fevereiro de 2010.
O Pioneiro, 13 a 14 de fevereiro de 2010.
O Pioneiro, 16 de fevereiro de 2010.
O Pioneiro, 21 de fevereiro de 2010.
O Pioneiro, 19 de novembro de 2010.
Valor Econômico, 24 de fevereiro de 2010.
Zero Hora, 19 de dezembro de 1994.

Reportagens e Matérias Online:

Ato político do 4o Congresso da CTB defende unidade para derrotar o golpe. Disponível em: <https://www.ctb.org.br/2017/08/25/ato-politico-do-4-congresso-da-ctb-defende-unidade-para-derrotar-o-golpe/>. Acesso em: 12 de mar. De 2025.
Caxias: 12 de fevereiro, um dia para não ser esquecido. Disponível em:

<https://vermelho.org.br/2010/03/14/caxias-12-de-fevereiro-um-dia-para-nao-ser-esquecido/>

CCDH repudia repressão policial em ato de metalúrgicos em Caxias. Jusbrasil Notícias, 15 de fevereiro de 2010. Acesso em: 10 de jan. de 2026.

Cronologia da mais longa greve da história da USP. Disponível em:

<https://adusp.org.br/database/campanha-salarial-2014/cronologia-da-mais-longa-greve-da-historia-da-usp>. Acesso em 22 de março de 2026.

Em evento do PCdoB, Maia defende "novo centro". Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/08/30/em-evento-do-pcdob-maia-defende-novo-centro-e-fufuca-faz-discurso-de-coracao.htm>. Acesso em 04 de abr. de 2025.

Fiesp e centrais sindicais sugerem ao governo medidas urgentes para a geração de empregos.

Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-centrais-sindicais-sugerem-ao-governo-medidas-urgentes-para-geracao-de-empregos/>. Acesso em 06 de abr. de 2025.

Marcolopolo Lucra mais em 2009, mas perde Receita Líquida. Disponível em:

<https://www.infomoney.com.br/mercados/marcolopolo-lucra-mais-em-2009-mas-perde-receita-liquida/>

Melhores e Maiores 50 Anos: a bolha imobiliária estoura e deflagra crise mundial em 2008.

Disponível em: <https://exame.com/brasil/melhores-e-maiores-50-anos-bolha-imobiliaria-estoura-e-deflagra-a-crise-mundial-em-2008/>. Acesso em 8 de março de 2026.

Princípios e Objetivos da CTB. Disponível em: <https://www.ctb.org.br/quem-somos/> Acesso em 7 fev. de 2025.

Quebra do Banco Lehman Brothers completa Dez Anos. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/15/quebra-do-banco-lehman-brothers-completa-10-anos-relembra-a-crise-de-2008.ghtml> Acesso em 8 de março de 2026.

Randon tem queda de 50,5% no lucro líquido consolidado no primeiro trimestre de 2009.

Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/randon-tem-queda-de-505-no-lucro-liquido-consolidado-no-primeiro-trimestre/>

Resolução Política do Terceiro Congresso da CTB. Disponível em:

<https://www.ctb.org.br/2013/08/27/ctb-divulga-resolucao-politica-de-seu-3o-congresso/> Acesso em 7 de fev. de 2025.

Retrospectiva 2013: manifestação vira cenário de guerra em Caxias do Sul. Gaúcha ZH: 20 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/12/retrospectiva-2013-manifestacao-vira-cenario-de-guerra-em-caxias-do-sul-cj5vg0ygd09rzxbj0o5qdy6ki.html>. Acesso em 15 de abr. de 2025.

Segurança no Trabalho Reúne Metalúrgicos e Empresários em Caxias do Sul. Disponível em:

<https://metalurgicoscaxias.com.br/noticia/seguranca-no-trabalho-reune-metalurgicos-e-empresarios-do-setor-em-caxias-do-sul/>

Fontes não-catalogadas³⁴²:

a) Boletins e Informativos:

Boletim Metalúrgico, 30 de julho de 1990. Pasta “1990”.

Boletim Metalúrgico, julho de 1992. Pasta “1992”.

Boletim Metalúrgico, maio de 1992. Pasta “1992”.

Boletim Metalúrgico nº 9, novembro de 1993. Pasta “1993”.

Boletim Metalúrgico, abril de 1994. Pasta “1994”.

Boletim Metalúrgico, julho de 1994. Pasta “1994”.

Boletim Metalúrgico, agosto de 1994. Pasta “1994”.

Boletim Metalúrgico, julho (?) de 1994. Pasta “1994”.

Boletim Metalúrgico, março (?) de 1997. Pasta “1997”.

Boletim Metalúrgico, março de 1999. Pasta “1999”.

Boletim Metalúrgico, mês não identificado, 2001. Pasta “2001”.

³⁴² Todos os arquivos listados disponíveis no acervo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Caxias do Sul e Região.

Boletim Metalúrgico, 25 de julho de 2006. Pasta “2006”.
 Boletim Metalúrgico, fevereiro de 2010. Pasta “2010”.
 Informativo Metalúrgico, junho de 1994. Pasta “1994”.
 Informativo Metalúrgico, outubro de 1994a. Pasta “1994”.
 Informativo Metalúrgico, outubro de 1994b. Pasta “1994”.
 Informativo Metalúrgico, dezembro de 1994. Pasta “1994”.
 Informativo Metalúrgico, dezembro de 1996. Pasta “1996”.
 Informativo Metalúrgico, mês não identificado. 1997. Pasta “1997”.
 Informativo Metalúrgico, maio de 1997. Pasta “1997”.
 Informativo Metalúrgico, outubro de 1997. Pasta “1997”.
 Informativo Metalúrgico, fevereiro de 1998. Pasta “1998”.
 Informativo Metalúrgico, junho de 1998. Pasta “1998”.
 Informativo Metalúrgico, abril de 2001. Pasta “2001”.
 Informativo Metalúrgico, maio de 2002. Pasta “2002”.
 Informativo Metalúrgico, junho de 2002. Pasta “2002”.
 Informativo Metalúrgico, julho de 2002. Pasta “2002”.
 Informativo Metalúrgico, agosto de 2002. Pasta “2002”.
 O Bocão, novembro (?), 1998. Pasta “1998”.

b) Panfletos e materiais diversos³⁴³:

I Encontro de Trabalhadoras Metalúrgicas de Caxias e Região. Sem pasta.
Ata de apuração da mesa de número 7 Eleições do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, de 1996. Sem pasta.
Ata de Posse nos Cargos de Gestão e Representação. Dezembro de 1993. Pasta “1993”.
Ata da Reunião da Comissão Eleitoral realizada no dia 20 de junho de 1996. Sem pasta.
Ata de substituição de mesário da mesa coletora de votos número 7 (sete), da eleição do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, do dia 19 de junho de 1996. Sem pasta.
Balanço da Indústria Caxiense 2006-2007. Sem pasta.
Com passeata do guarda-chuva metalúrgicos da Randon voltam à rua. Pasta “2010”.
Curso: As Instituições Políticas da Sociedade Civil e a Organização Sindical. Sem pasta.
Dia Nacional de Lutas, maio de 1994. Pasta “1994”.
Documentos de Fundação da Rádio Comunitária. Sem pasta.
Esclarecimento à Sociedade. Sem pasta.
Grevistas da Randon terão horas descontadas em etapas. Pasta “2010”.
Operários da Lupatech continuam paralisados. Sem pasta.
Planejamento Estratégico Situacional do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas. Sem pasta.
Planejamento Projeto “Capacitação das Mulheres em Negociação Coletiva”. Sem Pasta.
Sindicato dos Metalúrgicos e Randon não chegam a um acordo. Pasta “2010”.
Sindicato obtém vitória no tribunal. Pasta “2010”.

c) Acordos coletivos³⁴⁴:

Acordo Coletivo de 1997. Pasta “Acordos coletivos”.
Acordo Coletivo de 1995. Pasta “Acordos coletivos”.
Convenção coletiva de 1994. Pasta “Acordos coletivos”.
Dissídio Coletivo de 1994. Pasta “Acordos coletivos”.

³⁴³ Englobamos aqui panfletos de informes ou de divulgação, atas, anotações manuais, recortes de reportagens de sites não-identificados. Todos os documentos, disponíveis no acervo do Sindicato.

³⁴⁴ Disponíveis no acervo do Sindicato.

d) Link de acesso ao site contendo as imagens das fontes utilizadas na pesquisa:

<https://drive.google.com/drive/folders/1tBk1TgPCEk4qlvANEJNZEvEZnFfhXIC>